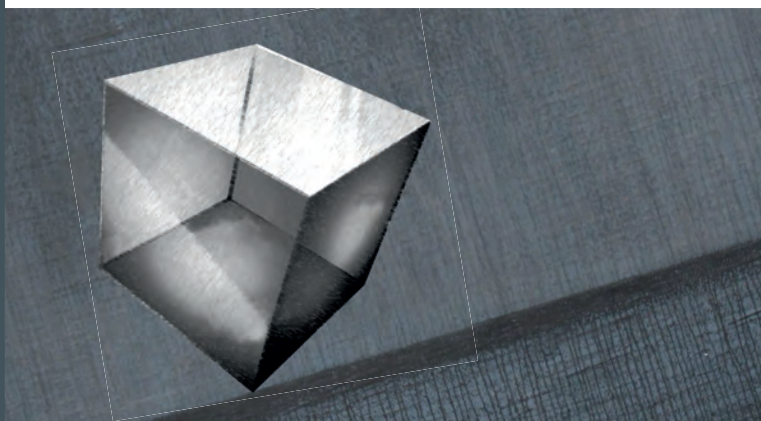


# SOBRE(VIDAS)

A economia informal  
e a inclusão social de  
públicos desfavorecidos



Helder Ferreira  
Nuno Gonçalves  
Óscar Afonso

# Sobre(vidas)

A economia informal e a  
inclusão social de públicos desfavorecidos

Helder Ferreira  
Nuno Gonçalves  
Óscar Afonso

## Ficha técnica

Título	Sobre(vidas): a economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos
Autores	Helder Ferreira – EAPN Portugal Nuno Gonçalves – OBEGEF; FEP Óscar Afonso – OBEGEF; FEP
Prefácio	Carlos Pimenta – OBEGEF; FEP
Edição	EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto Tel. 225420800   Fax. 225403250 E-mail: geral@eapn.pt www.eapn.pt
Design gráfico	make_up design – augusto pires
Produção e paginação	Edições Húmus
Impressão	Papelmunde
Data da edição	2014
Depósito Legal	377306/14
ISBN	978-989-8304-31-5

**Nota:** Esta publicação resulta de um estudo realizado pela EAPN Portugal, no âmbito do projeto “A Economia informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos” (POAT/FSE – Projeto n.º 000552402012), com a consultoria do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

*“... eu sou a favor completamente da economia informal, por tudo isto que eu já disse, e porque o nosso sistema, não digo só nacional, mundial, favorece a economia informal... porque se gastam, ehhh... se uma Câmara Municipal, por exemplo, tem... verbas para fazer festas da cidade, não é, isso até pode trazer algum benefício... traz turismo, traz num sei quê... mas há que pensar nas pessoas que estão a viver situações de exclusão e de pobreza... que é que é feito dessas pessoas? Como é que é trabalhada a pobreza e a exclusão social no nosso país, se é que é trabalhada?” [Entrevista nº 10, 01h:54m:01s];*

*“... gostava que o que falamos aqui desse para os técnicos desenvolverem, para poderem aplicar na solução de uma sociedade melhor... que fosse mais justa... e que se desse... não é mais valor aos velhos, não, não é isso... mas que se valorizasse as pessoas por aquilo que elas são capazes de fazer e não por aquilo que elas têm” [Entrevista nº 13, 02h:44m:53s].*



<b>AGRADECIMENTOS</b> . . . . .	5
<b>PREFÁCIO</b> . . . . .	7
<b>1. INTRODUÇÃO</b> . . . . .	11
<b>2. BREVE ABORDAGEM AO OBJETO DE ESTUDO</b> . . . . .	15
<b>3. A ATUAL CRISE ECONÓMICA NACIONAL E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE</b> . . . . .	21
3.1. Impactos no Mercado de Trabalho . . . . .	23
3.2. O crescimento expressivo do desemprego . . . . .	26
3.3. Impacto ao nível das prestações sociais . . . . .	28
3.4. A evolução recente da pobreza e da exclusão social em Portugal . . . . .	30
3.5. A economia informal enquanto reação ao atual contexto . . . . .	43
3.6. A Inclusão Ativa e a Europa 2020: um contexto de oportunidade para algumas atividades da economia informal? . . . . .	45
<b>4. OS CONCEITOS CENTRAIS: ECONOMIA NÃO REGISTADA, ECONOMIA INFORMAL E INCLUSÃO SOCIAL</b> . . . . .	49
4.1. A economia informal como uma componente da economia não registada . . . . .	49
4.1.1. Definição de economia não registada . . . . .	50
4.1.2. Causas da economia não registada . . . . .	52
4.1.3. Consequências da economia não registada . . . . .	55
4.1.4. Medida da economia não registada . . . . .	57
4.2. Economia informal, trabalho e proteção social . . . . .	59
4.2.1. O conceito de economia informal . . . . .	59
4.2.2. Trabalho não declarado, trabalho informal e economia informal . . . . .	60
4.2.3. Proteção social e economia informal: uma relação para além da questão do rendimento . . . . .	61
4.3. O conceito de inclusão social . . . . .	64
4.3.1. O conceito de integração como ponto de partida conceptual . . . . .	65
4.3.2. Exclusão social, centralidade do trabalho, emprego e desemprego – conceitos e realidades confluentes . . . . .	66
4.3.3. Inclusão social, exclusão social e economia informal – que relações? . . . . .	69
4.4. Síntese . . . . .	72
<b>5. QUESTÕES CHAVE, METODOLOGIA E TÉCNICAS</b> . . . . .	73
5.1. Questões chave . . . . .	73
5.2. Metodologia e técnicas aplicadas . . . . .	74
5.2.1. As entrevistas em profundidade . . . . .	76
5.2.1.1. O perfil dos entrevistados . . . . .	78
5.2.1.2. Identificação e seleção dos entrevistados . . . . .	79
5.2.1.3. A recolha de dados . . . . .	79
5.2.2. Os laboratórios de experiência . . . . .	80
5.2.2.1. Identificação e seleção das entidades participantes . . . . .	81
5.2.2.2. A realização dos laboratórios de experiência . . . . .	82

<b>6. A ECONOMIA INFORMAL NA PERSPETIVA DOS ENTREVISTADOS: TRAJETOS, EXPERIÊNCIAS E CONDIÇÕES DE VIDA.</b>	85
6.1. Caracterização dos entrevistados e dos seus agregados domésticos.	85
6.2. Educação e formação, emprego e desemprego	86
6.2.1. Percurso escolar e formativo do entrevistado e dos membros do agregado doméstico	86
6.2.2. Percurso profissional do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico	90
6.2.3. Desemprego do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico	95
6.3. Atividade na economia informal	99
6.3.1. Perceções dos entrevistados sobre as atividades da economia informal	99
6.3.2. Atividades	105
6.3.3. Condições associadas	108
6.3.4. Rendimentos	116
6.4. Condições de vida do agregado doméstico	120
6.4.1. Habitação	120
6.4.2. Saúde	122
6.4.3. Necessidades do agregado doméstico – alimentação, vestuário e calçado	123
6.4.4. Necessidades do agregado doméstico – transporte	124
6.4.5. Necessidades do agregado doméstico – apoio social.	125
6.4.6. Despesas do agregado	126
6.4.7. Relações familiares e sociabilidade	129
6.4.8. Participação social e política	132
6.5. Perspetivas futuras	133
<b>7. LABORATÓRIOS DE EXPERIÊNCIA: CONTRIBUTOS PARA UMA PERCEÇÃO INSTITUCIONAL DA ECONOMIA INFORMAL</b>	135
7.1. A economia informal em Portugal	135
7.2. Os praticantes da economia informal	138
7.3. Obstáculos e estratégias de transição informal/formal	143
7.4. Contributos para a inclusão social de públicos desfavorecidos	147
<b>8. CONCLUSÕES</b>	151
8.1. A Economia informal como recurso: os impactos do emprego e do desemprego.	151
8.2. A economia informal como transição: a questão dos obstáculos à formalização	153
8.3. O rendimento e a melhoria das condições de vida.	156
8.4. As questões evidenciadas pela economia informal.	159
8.5. Considerações finais	161
8.5.1. Recomendações	162
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	165
<b>ANEXOS</b>	169

Os autores gostariam de agradecer, desde logo, a todos os entrevistados que participaram neste estudo na medida em que, sem a sua disponibilidade e a generosa partilha das suas experiências, a sua realização não teria sido possível.

Um agradecimento é também devido a todos os representantes institucionais que participaram nos Laboratórios de Experiências, cujo ativo envolvimento permitiu aceder à visão partilhada sobre o tema em estudo, assim como às entidades que gratuitamente disponibilizaram os espaços para a sua realização.

No âmbito do processo de sinalização, agendamento e realização das entrevistas o estudo beneficiou da preciosa colaboração dos técnicos dos Núcleos Distritais da EAPN Portugal, assim como da disponibilidade e trabalho de pessoas e de entidades parceiras que asseguraram, quando necessários, o acesso aos espaços e as condições para a realização das entrevistas.

O estudo beneficiou ainda da colaboração dos elementos do Departamento de Investigação e Projetos, bem como dos elementos da área Administrativo-financeira da EAPN Portugal.

Por último, um agradecimento especial é devido à Liliana Pinto e à Armandina Heleno, cujo apoio e colaboração nas atividades se revelaram imprescindíveis à sua realização.





1. O meu primeiro contacto intelectual com a economia informal foi nos fins dos anos sessenta do século passado. A América Latina era então um espaço de grandes embates sociais e teóricos. O estruturalismo cepalista<sup>1</sup>, de Raúl Prebisch, Celso Furtado e muitos outros, retratava o confronto entre um modo de vida com raízes milenares e a rápida e massiva penetração do capitalismo americano, hegemônico após a II Guerra Mundial. Em vez da melhoria das condições económicas e sociais das populações gerava uma sociedade desintegrada, dualista, promotora de subdesenvolvimento. A economia informal significava marginalização e exclusão de uma parte da população por incapacidade da expansão capitalista integrar os modos de produção anteriores.

Hoje, quando falamos em economia informal continuamos a defrontarm-nos com manifestações formalmente semelhantes: marginalização, exclusão, deficientes condições de vida.

Contudo há profundas diferenças entre a realidade de então e a de hoje.

Então a designação “economia informal” era adotada como sinónimo de economia paralela (economia não registada como corretamente se designa neste livro). Hoje a economia informal é apenas uma parte, quicá mínima, desse agregado bem mais vasto.

Então a economia paralela era uma especificidade dos países designados como subdesenvolvidos pelo discurso de Truman de 1949<sup>2</sup>, quase completamente ausente dos restantes (sem modos de produção pré-capitalistas, com reduzida fraude e circuitos ilegais pontuais e controláveis). Hoje é uma realidade

<sup>1</sup>. As figuras cimeiras dessa escola do pensamento económico e político pertenciam à Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), estrutura criada em 1948 pela ONU.

<sup>2</sup>. Este discurso marcou a estratégia americana de expansão do seu domínio à escala mundial e consagrou institucionalmente a “ajuda ao desenvolvimento”.

mundial assumindo, nas últimas três décadas, uma importância crescente, ao mesmo tempo que a economia ilegal se torna estruturante de uma criminalidade económica internacional e a economia subterrânea (não cumprimento das obrigações fiscais) tem hoje canais oficiais de concretização.

Então a economia informal era expressão de uma não integração capitalista. Hoje é um (sub)produto do capitalismo globalizado e hegemónico após a simbólica queda do muro de Berlim.

Então, com um crescimento económico assente na industrialização e no consumo de massas, a economia informal expressava privilégios remotos e relações de produção estruturadas na propriedade da terra. Hoje é o capitalismo (assente na hegemonia dos bancos, da bolsa, da livre circulação do capital, enfim na financeirização) que transforma a apropriação de rendimentos (sem os produzir) numa das formas dominantes de enriquecimento de uma estreita minoria.

Então a redução da economia informal era um objetivo e tinha como alternativa metafórica o acesso a novos bens, até porque esse exército de consumidores marginalizados representavam expansão dos mercados. Hoje a economia informal é um dos suportes do funcionamento do capitalismo, é um exército contra o aumento dos salários e pelo nivelamento remuneratório à escala mundial pelo valor mais baixo.

Quando a União Europeia adiou recentemente a aplicação de uma taxa sobre as transações financeiras, e já antes tinha exigido que os pequenos agricultores que colocam os restos da sua produção no mercado local obedeçam às regras contabilísticas e fiscais como se empresas fossem, não estamos perante um equívoco ou uma ausência de liderança política. É o capitalismo globalizado no seu esplendor.

2. Quando abrimos um jornal o peso das notícias sobre economia é muito grande. Até as catástrofes naturais não são medidas em mortes, perturbação da vida das famílias, carências alimentares e habitacionais, mas em milhões de dólares, ou euros, de prejuízo. O economicismo é o vetor estruturante da presente ideologia dominante, copulado no fideísmo dos mercados.

A história do quotidiano é narrada na perspetiva dos vencedores. As cotações da bolsa, os grandes negócios, a política e a diplomacia económicas preenchem muitas colunas, marginadas entre a verdade e a mentira. A interpretação dos acontecimentos nas lucubrações de administradores executivos, de ministros e presidentes, parlamentares, porta-vozes e fazedores de opinião sobrepõe-se à análise rigorosa dos dados, a uma leitura totalizante e interligada. Uma mentira política ocupa mais espaço noticioso que uma verdade científica.

É certo que a liberdade democrática, mesmo sem a seiva de uma democracia económico-social, permite que haja jornalismo idóneo, que os anseios populares se espalhem nos relatos, que algumas leituras alternativas surjam, mas nada disso impede uma tendência inevitável: o domínio do relato dos vencedores, do economicismo (ideologia da inevitabilidade, ideologia aparentemente desideologizada), que bloqueia a transparência de que “um cidadão um voto” pode representar “um euro um voto” em sociedades contemporâneas. “Um euro” que por vezes traz o odor da corrupção e da fraude, do branqueamento de capitais, enfim, das infrações económico-financeiras.

Poderíamos admitir que as Universidades seriam uma contratendência, enquanto instituições de reflexão crítica, inovação e rigor. De facto são-no, mas com um crescente monolitismo teórico. No ensino da Economia, salvo algumas exceções, os modelos solipsistas sobrepõe-se às visões sociais; a concorrência, a eficiência e os mercados valem muito mais que a solidariedade e a ética; a otimização é a chave do sucesso, mesmo que contra tudo e todos. O monolitismo teórico obstaculiza a crítica, o debate de ideias, a esplendidez humana dos desafios heterodoxos, irreverentes porque democráticos.

Os estudantes, à partida sem qualquer experiência da atividade económica, imbuídos da informação dominante e moldados por esse mundo conceptual substituem a leitura da sociedade pela sua filtragem através dos modelos que aprenderam. Quem ensina reproduz o que aprendeu, a progressão na carreira exige investigação e publicações que sejam concordantes com os colégios invisíveis das revistas e editoras. Toda esta dependência dos vencedores faz-se desapercebidamente para presentes e futuros economistas.

3. Este livro tem de ser lido e entendido dentro deste contexto, para que se faça jus à sua importância. É uma leitura da sociedade portuguesa pelos olhos de quem não acede ao poder político, não controla os mercados, não financia as campanhas eleitorais e não compra favores. É uma leitura dos destroçados pelo económico. De quantos viver é sobreviver.

Este livro permite-nos conhecer uma parte da realidade que se esconde à nossa consciência possível. É relevante e dilacerante, profundo e inquietante, rigoroso e alternativo, enfim, é um pouco da história dos vencidos. Vencidos mas cidadãos, vencidos mas indispensáveis, vencidos mas em grande número. E porque são os vencidos que estão hoje no centro da renovação que o mundo atualmente exige, como frequentemente tem sido explicitado pelo Papa Francisco:

“Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais.” (*Evangelii Gaudium*)

4. Economia não-registada informal *versus* economia não-registada subterrânea ou ilegal, trabalho não declarado *versus* trabalho declarado, exclusão *versus* inclusão, públicos desfavorecidos *versus* favorecidos, sobreviver *versus* viver. É o traçar de uma “fronteira” que une as duas faces de uma mesma moeda, que não se compagina satisfatoriamente com os modelos, que não se transforma por decreto, que existe mesmo que as elites o queiram negar ou vilipendiar, que tem expressões quantitativas alarmantes, alastrando-se a novos espaços que a crise económico-financeira e a miopia financiarizada da Europa têm sabido invadir. A nudez forte da verdade ressalta neste livro.

Podem alguns dizer que a economia vai bem, mas muitos mais sentirão que as pessoas vão mal. Um mau estar que exige e aconselha uma intervenção cívica e moral cujas linhas de força sobressaem de cada linha deste livro.

Carlos Pimenta

*Docente na Faculdade de Economia do Porto*

*Presidente do Observatório de Economia e Gestão de Fraude*

# 1 Introdução

O interesse em conhecer melhor o potencial contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos remonta ao desenvolvimento do Projecto Bridges for Inclusion (no âmbito do programa comunitário Progress) que, em 2008-2009, foi prosseguido pela então REAPN (atual EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza) em conjunto com mais cinco redes nacionais de luta contra a pobreza (Espanha, Bélgica, França, Bulgária e Roménia), a European Anti-Poverty Network e a Organização Internacional do Trabalho.

De facto, a oitava consideração dos *key findings* que constam do documento final do projeto estabelece claramente este propósito:

*“Develop a more constructive approach towards the informal economy – with less emphasis on penalizing individuals trying to survive in worsening economic conditions whilst taking stronger action against systematic abuse and tax evasion by often large companies. Use lessons learned from the types of activities develop through the Informal Economy on how to enrich inclusion through employment policies. Understand better the obstacles to establishing legal economic activity and developing effective mechanisms to support steps from the informal to formal economy” (REAPN, 2009: 8).*

No documento reconhece-se que o crescimento da economia informal representa uma ameaça grave, não só relativamente à redistribuição e ao financiamento a longo prazo da proteção social mas também, e sobretudo, à ausência de proteção social dos trabalhadores, já por si vulneráveis, face à doença, ao desemprego e à velhice. No entanto, opta-se por distinguir positivamente o seu papel enquanto, por vezes única, estratégia de sobrevivência em contextos adversos. (REAPN, 2009: 16).

Por outro lado, realça-se o contributo de iniciativas provenientes da economia informal enquanto boas práticas de inclusão através do emprego e relembra-se

que muitas das respostas sociais estandardizadas, atualmente existentes, se despoletaram, historicamente, no contexto da economia informal. Não obstante, o papel das iniciativas da economia informal é enquadrado não apenas na ótica dos fatores positivos mas também considerando os obstáculos que se perspetivam à concretização do seu potencial:

*“Often, social economic activities lie as a stepping stone, half way between formal and informal economy. Informal economy offers a range of examples where by their flexibility, proximity to citizens needs, fast and easy remuneration can be seen as important steps to include those at more risk of poverty and furthest from the labour market. The obstacles to legalization must be better understood and the tax and regulatory systems take on board the stepping stone role, and be adapted to facilitate initiatives to enable transitions to the formal economy, as part of a comprehensive system.” (Idem)*

Com base neste contexto a EAPN promoveu o projeto “A Economia informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos” (POAT/FSE – Projeto n.º. 000552402012), com a consultoria do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF). O objetivo geral deste projeto consistiu na realização de um estudo destinado a conhecer a economia informal em Portugal a partir dos testemunhos confidenciais de atores chave que, de alguma forma, se encontram ou encontraram envolvidos em atividades relacionadas com a economia informal. Neste sentido, o projeto visou realçar a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que, de outra forma, se encontrariam afastadas do mercado de trabalho.

Para além do objetivo geral foram identificados, à data da candidatura, os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver uma abordagem integrada e construtiva acerca da economia informal, não numa perspetiva de penalização das pessoas que tentam sobreviver ao agravamento das condições económicas, mas numa perspetiva de perceber o impacto daquela ao nível da pobreza e da exclusão social, mas também ao nível da economia formal;
- Perceber o tipo de atividades que são desenvolvidas ao nível da economia informal, identificando os seus aspetos positivos e de que forma estes podem ser rentabilizados na definição das políticas económicas e apropriados pela economia formal;
- Perceber os obstáculos ainda existentes (e os fatores inerentes aos mesmos) à criação de atividades económicas legais e formais e desenvolver mecanismos eficazes para apoiar a passagem de situações de economia informal para situações de economia formal;
- Apresentar propostas/recomendações para o país com vista a controlar a economia informal.

O estudo realizado, que apresentamos seguidamente, inicia-se com uma breve abordagem ao tema e o correspondente enquadramento do mesmo no contexto da atual crise económica nacional, analisando para o efeito os impactos ao nível do mercado de trabalho, o crescimento do desemprego, o impacto ao nível das prestações sociais e a evolução da pobreza e da exclusão social ao nível nacional. A economia informal apresenta-se, neste âmbito, perspetivada enquanto reação ao presente contexto. O enquadramento termina com a articulação entre o contexto nacional e o europeu, através da abordagem da Estratégia Europeia da Inclusão Ativa e dos objetivos da Europa 2020.

Seguidamente é realizada a revisão da literatura e dos conceitos fundamentais, tendo como ponto de partida a definição do conceito de Economia Não Registada, das suas causas e consequências e, por último, dos métodos existentes para a sua estimação.

A partir do conceito de Economia Não Registada, é introduzido um dos conceitos centrais da investigação, o conceito de economia informal, sendo neste âmbito perspetivadas as relações entre alguns conceitos relevantes, nomeadamente diferenciando conceptualmente o trabalho não declarado e o trabalho informal, bem como explorando a relevância da proteção social na abordagem ao fenómeno da economia informal. Ao terminar com as questões da proteção social estabelecemos a ponte para a abordagem do segundo conceito central do estudo, o de inclusão social.

O momento inicial para a abordagem do conceito de inclusão social consiste na introdução do conceito de integração, o qual é apresentado na sua dupla abordagem, sistémica e individual, de forma a introduzir a relevância do conceito de exclusão social, associado à questão da centralidade do trabalho/emprego e ao fenómeno do desemprego. Desta forma, a revisão da literatura efetuada posiciona a dimensão do trabalho como uma primeira interseção entre ambos os conceitos centrais.

A abordagem da exclusão social e da sua inerente relação com o trabalho e emprego revelam-se fundamentais para perspetivar a inclusão social, definida enquanto processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários para uma participação plena na vida económica, social e política de todos os indivíduos. Por último, é introduzida a questão da vulnerabilidade, mediante a utilização da tipologia de categorias sociais desfavorecidas.

O documento prossegue com um ponto destinado à apresentação das questões chave e da metodologia e técnicas utilizadas na recolha de dados. Seguidamente realiza-se a análise dos dados recolhidos no trabalho de terreno, quer ao nível das entrevistas com praticantes da economia informal, quer ao nível dos *focus groups* de participantes institucionais. Em ambos os casos a



análise de dados apresenta-se estruturada em função das categorias principais subjacentes aos respetivos instrumentos de recolha de dados.

Por último apresentamos as conclusões do estudo realizado, com vista a discutir criticamente as relações entre a economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos, no sentido de evidenciar os contributos que consideramos relevantes para perspetivar a sua abordagem.

## 2 Breve abordagem ao objeto de estudo

A economia informal é uma área complexa e cinzenta da nossa sociedade. Enquadrando-se na economia não-registada, também apelidada de economia sombra ou economia paralela, a economia informal absorve parte das suas características genéricas, isto é, existe em todos os países do mundo, o seu tamanho, causas e consequências variam consoante a realidade socioeconómica de cada país e está sujeita a mutações ao longo do tempo, pois adapta-se, por exemplo, às alterações nos impostos, à regulamentação laboral, à conjuntura económica e às atitudes morais em geral.

Este setor da economia não-registada tem vindo a crescer de forma exponencial por todo o mundo, incluindo os países industrializados, não podendo, por isso, ser considerado um fenómeno residual e secundário. Pelo conceito de economia informal de Neuwirth (2011, citado em Gonçalves, 2014: p. 28), estima-se que esta movimentação cerca de dez biliões de dólares por ano e nela participam cerca de um terço da força de trabalho mundial, isto é, se representasse um país seria a segunda maior economia do mundo a seguir aos Estados Unidos. A sua importância, no entanto, varia consoante os contextos nacionais – se, na Europa Ocidental a economia formal é a principal referência, apresentando-se a economia informal como minoritária, já noutros continentes, a mesma evidencia importância e dimensão mais significativa.

Neste contexto, continua a ser um desafio central para as políticas económicas e de proteção social, não existindo ainda, e principalmente ao nível nacional, um conhecimento sustentado e atualizado do mesmo. Apesar destas dificuldades há um entendimento relativamente consensual de que este é um campo muito relevante ao nível económico e onde são desenvolvidas diversas atividades de proximidade, as quais apresentam relevância ao nível

do desenvolvimento social das comunidades onde se inserem (sendo por estas positivamente valorizadas), tanto mais que se assumem como resposta a necessidades sociais efetivamente sentidas.

A economia informal é também a única fonte de rendimento para aqueles que vivem fora do mercado formal de emprego e das suas exigências mais formais (educação, qualificações profissionais, etc.) e que, por múltiplos fatores, não conseguem aceder ao emprego de forma a assegurar a sua integração profissional.

Existem vários conceitos que caracterizam este tipo de economia (os quais teremos oportunidade de clarificar posteriormente, de forma mais aprofundada), sendo de destacar desde logo a definição apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual reúne as características essenciais à investigação e aos seus propósitos:

*“economia informal refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos”<sup>3</sup>.*

Ao nível macro, o impacto da economia informal, sobretudo no âmbito de transformações que potenciam o seu crescimento, não deixa de representar um recrudescimento dos riscos associados à redistribuição e ao financiamento a longo prazo dos sistemas de proteção social, que são progressivamente comprometidos<sup>4</sup>, destacando-se neste âmbito, por um lado, um problema de governança e, por outro, uma questão de desigualdade relativamente aos trabalhadores e aos seus empregadores da economia formal.

Como afirma Centeno (2006), referindo-se à economia não declarada, onde a economia informal se integra:

*“as consequências do Trabalho não Declarado e da economia não declarada, de que é parte, são tipicamente fixadas ao nível dos trabalhadores (e das condições de trabalho), da concorrência, da criação de emprego de qualidade e do modelo social europeu (por via da diminuição das contribuições das empresas e dos trabalhadores)”.*

Considera-se assim que a ausência de proteção social na economia informal apresenta uma ameaça à economia formal, sustentando-se nesta o interesse real e direto em transportar os trabalhadores da economia informal para o mercado formal de emprego.

<sup>3</sup>. Organização Internacional do Trabalho, *A OIT e a Economia Informal*, Lisboa, OIT, 2005, p.7

<sup>4</sup>. Importa, no entanto, ressaltar que, se por um lado os trabalhadores da economia informal não contribuem para os sistemas de proteção social, por outro lado também são limitados os benefícios de que usufruem.

Com a redução do emprego formal, os trabalhadores suportam um fardo cada vez mais pesado em termos de financiamento das necessidades sociais, com efeitos adversos na sua qualidade de vida. Em simultâneo, as desigualdades existentes entre unidades não registadas da economia formal e empresas podem limitar a capacidade competitiva destas últimas.

Ao nível micro, considerando os indivíduos envolvidos no desenvolvimento de trabalho no âmbito da economia informal, as principais consequências relacionam-se com a ausência de proteção formal que lhes está associada, o que frequentemente comporta um risco acrescido a uma vulnerabilidade já existente. Para um trabalhador da economia informal, a ausência de proteção face ao desemprego, à doença, mas também face a situações como a parentalidade ou o envelhecimento, constitui frequentemente uma fonte significativa de adversidade verificando-se, neste sentido, uma incapacidade de exercício de direitos de cidadania fortemente correlacionados com o emprego. Por outro lado, considerando algumas características frequentemente associadas ao trabalho desenvolvido no âmbito da economia informal, nomeadamente a sua frequência irregular, os baixos rendimentos, as jornadas longas de trabalho, é possível também antever consequências quer ao nível físico e/ou psicológico.

A falta de proteção social é, assim, uma das características mais marcantes da economia informal, constituindo por isso, um dos fatores de exclusão social. O crescimento da economia informal significa que milhões de pessoas ao nível global ou nunca tiveram acesso aos mecanismos formais de proteção social ou estão, gradualmente, a perder a proteção que tinham. No entanto, aqueles que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal apresentam frequentemente uma maior necessidade de proteção social, não só pela sua frágil e insegura situação (que, a este nível, transcende as questões do rendimento), mas também, pela sua maior exposição a riscos de saúde e de segurança laboral. Estes riscos são por vezes extensíveis às próprias famílias e vizinhos, uma vez que para muitos trabalhadores informais, a casa constitui o seu principal local de trabalho. Esta maior necessidade por proteção social é salientada por Gonçalves (2010, p. 19) ao evidenciar, no contexto da economia não-registada:

*“A explicação [da relação negativa entre taxa de desemprego e a economia não-registada encontrada para Portugal] pode decorrer (...) da preferência dos indivíduos desempregados em ter um emprego na economia oficial de forma a estarem cobertos pelos benefícios da segurança social (...).”*

Sendo reconhecida a situação de desvantagem dos trabalhadores da economia informal em termos de direitos e acesso ao emprego formal, bem como em termos de acesso à proteção social, importa também evidenciar uma importante dimensão de género subjacente à exclusão do sistema de proteção social.

Em primeiro lugar, em muitos países, a maioria dos trabalhadores da economia informal são mulheres e a falta de proteção social de que são alvo é um indicador da sua exclusão social. Em segundo lugar, as mulheres assumem uma função de *cuidador* na sociedade e as recentes alterações demográficas (visíveis na imigração, divórcio, agregados monoparentais, envelhecimento e mortalidade) deixaram cada vez mais mulheres com dificuldades, encargos e menos recursos para cuidarem de si e das suas famílias.

Não obstante se reconheça o potencial da economia informal para gerar rendimento e, simultaneamente, respostas a necessidades acessíveis a diferentes níveis de capacidade aquisitiva, continua a manifestar-se como questão determinante o trabalho que no seu seio se desenvolve, pelas adversas condicionantes que o caracterizam.

Tal como reconhece a OIT: *“em situações de forte desemprego, de sub-emprego e de pobreza, a economia informal é uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo facto de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros. É raro, porém, que os empregos assim criados correspondam aos critérios de trabalho digno. A economia informal permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos”*<sup>5</sup>.

Neste âmbito, assume particular destaque o conceito de proteção social adotado pela OIT, claramente orientado para o conceito de trabalho digno, e que se baseia no objetivo de proteger todos os trabalhadores contra os diferentes riscos e contingências oriundas do trabalho, independentemente do local onde este é realizado. Com um mercado de emprego cada vez mais flexível e instável e com mais trabalhadores no setor da economia informal, é preciso um conceito lato/abrangente de “proteção social” que englobe não apenas a segurança social, mas também regimes não legais, incluindo outros tipos de regimes não contributivos, sociedades mutualistas e de terreno e regimes comunitários para os trabalhadores da economia informal<sup>6</sup>.

Em síntese, pelo facto das atividades da economia informal poderem apresentar uma clara mais-valia, para os trabalhadores e para as comunidades que beneficiam dos bens produzidos ou serviços prestados, torna-se necessário uma melhor compreensão das situações concretas, que permita distinguir as atividades de economia informal que resultam de “estratégias de sobrevivência” individual, das atividades de economia subterrânea que resultam de uma prática continuada de subdeclaração por parte de entidades formalmente constituídas.

<sup>5</sup>. OIT, *Op. Cit.*, 2005, p.8

<sup>6</sup>. De acordo com a OIT.

A orientação de algumas iniciativas do lado mais informal da economia para a resposta a necessidades sociais reconhecidas pelas comunidades encontra-se frequentemente na base de atividades que se podem apresentar como boas práticas de inclusão pelo emprego. Desde logo, importa lembrar que alguns dos serviços sociais existentes (nomeadamente os denominados *flanking services*<sup>7</sup>, cuja importância para potenciar a integração profissional em emprego formal é reconhecida<sup>8</sup>) foram, no passado, inicialmente assegurados no âmbito da economia informal, tendo neste sentido se constituído como um efetivo trampolim entre esta e a economia formal (um efeito que Perret e Roustang já reconheciam<sup>9</sup>). Tal como refere a OIT, “*a economia informal pode igualmente servir de viveiro de empresas e permitir a aquisição de qualificações no local de trabalho. Neste aspeto, pode servir de rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal, se forem implementadas estratégias eficazes*”<sup>10</sup>. A economia informal oferece, assim, um conjunto de exemplos que, pela sua flexibilidade, proximidade às necessidades dos cidadãos, rápida e mais fácil remuneração podem ser encarados como meios importantes de incluir os que estão em maior risco de pobreza e mais afastados do mercado formal de emprego.

Segundo Gonçalves (2014), a economia informal permite a sobrevivência ou a incubação de pequenos/micro negócios que por via legal não seriam possíveis devido à carga de obrigações fiscais, laborais e burocráticas, atuando assim de forma benéfica no empreendedorismo de negócios em pequena escala e potenciando a criação do próprio emprego.

Na verdade, a forte ligação que existe entre a pobreza e a economia informal permite antever a possibilidade de medidas orientadas para a economia informal, e que simultaneamente visem a promoção de um trabalho digno para aqueles que se encontram nela envolvidos, apresentarem um impacto significativo no combate à pobreza. A outro nível, complementar, políticas eficazes de combate à pobreza poderão a médio e a longo prazo facilitar a mudança, daqueles que estão na economia informal, para um trabalho mais produtivo, protegido e digno.

7. Sobre a importância dos *flanking services*, cf. KELLY, Peter, FERRO, Amana e JONES, Sian “In-work poverty in Europe: a growing problem”, disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1024&langId=en&newsId=1390&moreDocuments=yes&tableName=news> [acedido em 22 de Janeiro de 2013].

8. “... *flanking services become crucial, for providing people, among others, with adequate (accessible, affordable, quality) childcare and other care facilities. When supporting a single parent into work, an integrated approach which ensures access to these services will be crucial if the parent is to find and stay in suitable work*” (idem, 4)

9. Perret e Roustang, 1993: 246.

10. OIT, *Op. Cit.*, 2005, p.8



### 3

## A atual crise económica nacional e os desafios da sustentabilidade

Portugal, após a entrada na moeda única, passou a registar um processo de divergência significativa em termos reais com a média europeia, quando a literatura indica que a livre atuação dos mecanismos económicos tende a determinar um processo de *catching up* no seio de uma área sujeita a integração económica.

A descida das taxas de juro, fruto mais evidente da convergência nominal (i.e., da aproximação das principais variáveis nominais da economia), parece ter induzido os governos a um excessivo endividamento e a um incentivo ao endividamento dos demais agentes económicos. Na sequência desse endividamento e aparente descontrolo, a poupança da nação reduziu-se e, conjugada com a perda de competitividade (fruto da perda do instrumento taxa de câmbio, do alargamento da Europa para leste e da maior penetração no mercado europeu de produtos oriundos de países como a China), determinou uma deterioração das contas externas. O resultado foi um conjunto de importantes desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis no longo prazo que, num primeiro momento, incentivaram os ataques especulativos à dívida pública portuguesa e que, numa segunda fase, acabaram por obrigar à implementação de um programa de ajustamento orçamental restritivo com custos significativos no produto e no emprego do país.

Os resultados das medidas já implementadas são incertos e não é expectável uma alteração relevante nos tempos mais próximos, tanto no caso genérico da União Europeia, como no caso particular de Portugal. A intervenção na economia continua a caracterizar-se pela excessiva demora e pela reduzida importância atribuída a políticas de crescimento e emprego em detrimento de políticas de forte austeridade.



O Relatório Social Nacional, datado de Maio de 2012, apresenta um retrato da “contração económica” que o país tem vindo a sofrer e demonstra o gradual agravamento da situação social do país, em particular em áreas como o emprego/desemprego, o rendimento das famílias e o fenómeno da pobreza em grupos como as crianças e as pessoas idosas.

Por seu turno, a Comissão Europeia (2013), no “Employment and Social Situation GDP – Quarterly Review, December 2012”, resume da seguinte forma a atual crise económica nacional: *“GDP shrank by 3.5 % year-on-year in the third quarter, a deepening of the downturn compared to the previous quarter (when the decline was 3.1 %). All components of domestic demand (private and government consumption) are very weak, with year-on-year decline of at least 4.5 %. As a result, imports are 8 % lower than a year ago, and net exports are the only factor contributing positively to growth. Exports are 1.5 % higher than a year ago. Owing to the difficult economic situation and outlook, consumer confidence is, as confidence in the services and construction sectors, close to its lowest level since 1990. Only industrial confidence has improved somewhat compared to 2009”*.

Importa ainda referir que a “contração económica” se tem vindo a desenvolver num pano de fundo que evidencia a evolução demográfica como fator determinante, atual e futuro, para as questões do mercado de trabalho e do sistema de proteção social, razão pela qual abordamos inicialmente a relação entre a população ativa e a população inativa.

De acordo com os dados do INE, em Portugal a população ativa diminuiu 0,3% em relação ao trimestre homólogo de 2011, tendo a taxa de atividade<sup>11</sup> se situado em 61,3%. Embora a taxa de atividade dos homens (67,7%) tenha excedido a das mulheres (em 12,2 p.p.), em relação ao trimestre homólogo de 2011 a taxa de atividade diminuiu para os homens (0,5 pontos percentuais) e aumentou para as mulheres (0,5 pontos percentuais). Por seu turno, a população inativa com 15 e mais anos diminuiu 0,4% em relação ao trimestre homólogo de 2011 (menos 12,6 mil pessoas).

Embora a relação entre população ativa e inativa seja importante no que respeita à sustentabilidade da proteção social (em 2011, o rácio de população ativa por inativa era de 1,59), devido ao facto de esta não incluir os indivíduos da faixa etária 0-14 torna-se necessário, neste âmbito, analisar os indicadores de envelhecimento, os quais constam da tabela seguinte.

---

<sup>11</sup>. População em idade ativa (15 e + anos).

**Tabela 1 – Indicadores de envelhecimento segundo os Censos em Portugal<sup>12</sup>**

Ano	Índice de envelhecimento (A)	Índice de dependência total (A)	Índice de dependência jovens (A)	Índice de dependência idosos (A)	Índice de longevidade (B)
1960	27,3	59,1	46,4	12,7	33,6
1970	34,0	61,7	46,0	15,6	32,8
1981	44,9	58,6	40,5	18,2	34,2
1991	68,1	50,6	30,1	20,5	39,3
2001	102,2	47,8	23,6	24,2	41,4
2011	127,8	51,3	22,5	28,8	47,9

(A) Rácio – % (B) Proporção – %

Fonte: INE, PORDATA

Na verdade, sobre pressão de um índice de longevidade crescente (sobretudo no período intercensitário 2001-2011), podemos constatar o aumento do índice de envelhecimento da população e do índice de dependência total, acompanhado pelo aumento do índice de dependência de idosos e a diminuição do índice de dependência de jovens.

As relações de forças traduzidas por esta evolução serão determinantes para o nível de pressão que o sistema de proteção social sofrerá em termos futuros. Pela mesma ordem de ideias, no âmbito da população em idade ativa, o aumento do emprego contribui para reduzir a pressão (ainda que não de forma determinante), enquanto o aumento do desemprego contribui para o seu agravamento.

### 3.1. Impactos no Mercado de Trabalho

Por força do atual contexto é possível observar uma redução assinalável do nível do emprego, à qual acrescem transformações no âmbito da própria população empregada, quer respeitantes ao vínculo contratual, quer ao tempo de trabalho.

<sup>12</sup>. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-525>.

Em Portugal, no terceiro trimestre de 2012 a população empregada era de 4.656,3 mil pessoas, correspondente a uma diminuição homóloga de 4,1%. Portugal apresentava assim uma das maiores reduções do emprego na União Europeia, também esta marcada pela mesma tendência, que se verifica desde meados de 2011 e onde 19 dos Estados Membros apresentam um nível de emprego inferior ao registado há quatro anos<sup>13</sup>.

O “Employment and Social Situation – Quarterly Review, December 2012” inclui uma caixa sobre Portugal (p. 26), onde a comparação com o 1º trimestre de 2008 (ao qual é atribuído o nível 100) permite constatar que o nível de emprego se posiciona pouco acima do nível 90, acompanhando a tendência registada nos países periféricos do sul da zona euro.

Em consequência, a taxa de emprego<sup>14</sup> (51,7%) registou uma diminuição de 2 pontos percentuais em relação ao trimestre homólogo de 2011 (0,3 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior)<sup>15</sup> e o panorama futuro não se afigura positivo, como se depreende das previsões de Outono da Comissão Europeia, que estimam para 2013 uma redução adicional de 1,6%.

A ligação ao contexto europeu afigura-se compreensível, tanto mais que a taxa de emprego (embora neste caso, a de 20 a 64 anos) constitui um dos 5 principais indicadores de monitorização da estratégia Europa 2020. Pela consulta dos dados do Eurostat, é possível verificar que a taxa de emprego de Portugal em 2011 se situou nos 69,1%. Considerando a meta com que Portugal se comprometeu para 2020 (75%), este valor permite antever a amplitude do desafio colocado pelo valor registado em 2011, o qual poderá se revelar substancialmente maior quando forem conhecidos os valores de 2012<sup>16</sup>.

Para além da evolução negativa ao nível da população empregada, importa ainda destacar outros fatores respeitantes à segurança e à proteção no emprego, que se afiguram relevantes para equacionar a probabilidade de este se constituir como principal via para assegurar a integração profissional dos indivíduos.

A este nível importa referir, por um lado, a percentagem do emprego a termo no número total de empregados (15-64 anos), a qual se situou, em 2011, nos 22,2%<sup>17</sup>, um valor que representa quase ¼ do total e que difere dos 18,5% de

<sup>13</sup>. European Commission, Employment and Social Situation – Quarterly Review, December 2012, Luxemburgo, 2013, p. 5.

<sup>14</sup>. 15 e + anos.

<sup>15</sup>. INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 3º Trimestre de 2012*, 14 de Novembro de 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>16</sup>. cf. Eurostat, Employment rate by sex (total), age group 20-64, disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=t2020\\_10&tableSelection=1](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=t2020_10&tableSelection=1) [acedido em Janeiro de 2013]

<sup>17</sup>. cf. Eurostat, Labour Force Survey, Temporary employees as percentage of the total number of employees, by sex, age and nationality (%), disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsa\\_etspgan&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsa_etspgan&lang=en) [acedido em Janeiro de 2013]

população empregada por conta de outrem com contrato a termo registados pelo Instituto Nacional de Estatística no mesmo ano<sup>18</sup>.

A importância desta evolução reside no facto de traduzir o decréscimo do número de contratos permanentes ou “sem termo” e da segurança que a estes se encontra associada, traduzindo eventualmente impactos da “*flexibilidade numérica ou contratual*” que se afigura como uma tendência relevante nos nossos dias (Duarte, 2011: p. 17).

Se, por um lado, a taxa de risco da pobreza no trabalho (que abordaremos posteriormente) se afigura claramente superior quando o contrato não é permanente<sup>19</sup>, por outro, também as transições laborais para contratos não permanentes se podem afigurar mais frequentes, com as consequentes implicações (no sentido negativo) ao nível da segurança de emprego. A este nível, de 2006 a 2011, a mudança para um emprego com menor segurança evoluiu de 10,9% para 16,8%, enquanto a mudança para um emprego com igual ou maior segurança decresceu, de 89,1%, para 83,2%<sup>20</sup>.

Este dado é ainda complementado por um dado estatístico da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) relativo à rigidez da legislação de proteção do emprego em Portugal, a qual evidencia uma diminuição de 4,1 em 1990, para 2,88 em 2009<sup>21</sup>. A observação dos valores registados permite ainda uma constatação relativa à frequência das transformações efetuadas a este nível: em 1991, o valor decresceu para 3,85 e manteve-se estável até 1996, ano que se regista uma nova quebra, para 3,67. Em 2004, nova diminuição, para 3,46, até 2007. Em 2008, novo decréscimo para 3,15 e, em 2009, para 2,88, o que parece sugerir uma maior frequência de transformações suscetíveis de aumentar a flexibilidade da legislação de proteção do emprego.

Por seu turno, se considerarmos o tempo de trabalho, de acordo com as *Estatísticas do Emprego 3º Trimestre de 2012* (INE)<sup>22</sup> é possível perceber em Portugal um aumento das situações de trabalho a tempo parcial, quando em

<sup>18</sup>. A discrepância registada prende-se com diferenças conceptuais: enquanto o INE se baseia no conceito de “*Trabalhador com contrato a termo*” (cf. [http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0006418&lingua=PT](http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006418&lingua=PT)), o Eurostat utiliza, no Labour Force Survey, o conceito de “*Employees with fixed-term contracts*”, o qual engloba, por exemplo, o emprego temporário (cf. [http://circa.europa.eu/irc/dsis/employment/info/data/eu\\_lfs/lfs\\_main/lfs/lfs\\_concepts\\_and\\_definitions.htm](http://circa.europa.eu/irc/dsis/employment/info/data/eu_lfs/lfs_main/lfs/lfs_concepts_and_definitions.htm))

<sup>19</sup>. Os dados do EU-SILC 2011 relativos a Portugal evidenciam uma taxa de risco de pobreza no trabalho, por tipo de contrato, que se situa em 4,8 para “*Employees with a permanent job*” e 10,4% para “*Employees with a temporary job*” – cf. Eurostat, EU SILC, In-work at-risk-of-poverty rate by type of contract, disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_iw05&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_iw05&lang=en)

<sup>20</sup>. cf. Eurostat, EU-SILC, Labour transitions by type of contract – Changes in employment security (total population), disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_lvhl33&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_lvhl33&lang=en) [acedido em Janeiro de 2013]

<sup>21</sup>. OCDE, Strictness of employment protection – overall, disponível em: <http://stats.oecd.org/> [acedido em Janeiro de 2013]. Na página, selecionar Data by Theme, Labour e, finalmente, Employment Protection.

<sup>22</sup>. INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 3º Trimestre de 2012*, 14 de Novembro de 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

comparação com o período homólogo. Assim, no 3º trimestre de 2012, a população empregada a tempo parcial era de 665,9 mil trabalhadores, o que representa um crescimento de 4,2% face ao trimestre homólogo (em comparação, no período homólogo, a população empregada a tempo completo decresceu 5,3%). Note-se que em ambas se regista uma quebra face aos valores do 2º trimestre de 2012, de -0,5% na população empregada a tempo completo e de -1,5% na população empregada a tempo parcial.

Importa ainda referir o subemprego de trabalhadores (trabalho a tempo parcial) o qual, fruto do contexto atual, evidencia um crescimento homólogo de 17,6% (247,3 mil trabalhadores) e um decréscimo de -5,2% em comparação com o trimestre anterior, isto é, cresceu e decresceu, respetivamente, a um ritmo ainda mais expressivo nos períodos em análise.

A OCDE também apresenta alguns dados relevantes relativamente aos trabalhadores desencorajados, cuja análise permite constatar, por exemplo, um aumento no número de trabalhadores marginalmente ativos no mercado de trabalho em Portugal<sup>23</sup> – de 71.000 em 2000 para 152.000 em 2011 (eram 60.000 em 2008) – e um aumento no número de trabalhadores desencorajados<sup>24</sup> – de 12.000 em 2000 para 46.000 em 2011 (eram 14.000 em 2008).

### 3.2. O crescimento expressivo do desemprego

Em contraposição com a evolução registada ao nível do emprego, as estatísticas mais recentes<sup>25</sup> apontam o aumento significativo da taxa de desemprego, a qual se situou em 15,8% no terceiro trimestre de 2012 (correspondendo a um total de 870,9 mil desempregados) e que, em comparação com o trimestre homólogo de 2011, regista um aumento de 26,3%<sup>26</sup>.

Tal como refere a Comissão Europeia (2013, p. 26), “*against a backdrop of a deepening economic downturn, unemployment in Portugal is at its highest level ever and set to rise further in the coming months*”.

As regiões do país mais afetadas pelo desemprego no 3º trimestre de 2012 foram Lisboa (17,8%), a Região Autónoma da Madeira (17,5%) e o Norte (16,4%). O desemprego cresceu em todas as regiões do país, sendo de assinalar o crescimento que ocorreu, em termos homólogos, na Região Autónoma

<sup>23</sup>. OCDE, Marginal attached workers (total), disponível em <http://stats.oecd.org/> [acedido em Janeiro de 2013]. Na página, seleccionar Data by Theme, Labour, Labour Force Statistics e, finalmente, Discouraged workers.

<sup>24</sup>. Idem.

<sup>25</sup>. INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2012*, 14 de Agosto de 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>26</sup>. As alterações metodológicas efetuadas em 2011 nas estatísticas do emprego do INE não permitem uma análise longitudinal dos dados. Neste sentido, os dados publicados pelo INE sobre o emprego e o desemprego só poderão ser comparados com os dados do período homólogo (3º trimestre de 2011) ou analisados tendo em conta sua evolução face ao 2º trimestre de 2012.

dos Açores (3,8 p.p.), no Alentejo (3,8 p.p.) e no Norte (3,7 p.p.), que foi superior ao registado a nível nacional (3,4 p.p.).

Se compararmos, no entanto, com o 2º trimestre de 2012, os maiores aumentos da taxa de desemprego verificaram-se no Centro (1,3 p.p.), no Norte (1,2 p.p.) e no Alentejo (1,1 p.p.).

**Tabela 2 – Taxa de desemprego por NUTS**

	2011 (3º Trimestre)	2012 (2º Trimestre)	2012 (3º Trimestre)
<b>Portugal</b>	<b>12,4%</b>	<b>15,00%</b>	<b>15,8%</b>
Norte	12,7%	15,20%	16,4%
Centro	9,4%	11,20%	12,5%
Lisboa	14,6%	17,60%	17,8%
Alentejo	12,3%	15,00%	16,1%
Algarve	13,3%	17,40%	14,7%
R. A. Açores	11,6%	15,60%	15,4%
R. A. Madeira	14,3%	16,80%	17,5%

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – 3º Trimestre de 2012.

Comparativamente ao trimestre homólogo, o aumento registado ao nível da população desempregada registou-se sobretudo nos homens, entre os 25 e 34 anos (embora também seja relevante a variação registada nos 35-44 anos e nos 15-24 anos, que apresentam uma ligeira diferença entre si), com nível de escolaridade secundário ou pós-secundário (apenas um pouco acima da variação registada no nível superior), à procura de primeiro emprego e à procura de emprego há 12 e mais meses.

Por outro lado, a observação do aumento trimestral registado ao nível da população desempregada permite verificar que este ocorreu essencialmente nos seguintes grupos populacionais: homens, jovens (15 aos 24 anos), pessoas com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior, à procura de primeiro emprego e à procura de emprego há 12 e mais meses.

Ao nível das estatísticas do desemprego registado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional (no caso concreto disponíveis na Informação Mensal do Mercado de Emprego de Dezembro de 2012)<sup>27</sup>, no final do mês de Dezembro de 2012 encontravam-se registados nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas 710.652 desempregados, o que traduz um aumento do número de desempregados que permaneciam em ficheiro – quer em relação ao mês homólogo de 2011 (+17,4%), quer em relação a Novembro de 2012 deste ano (697.789, o que corresponde a um aumento de 1,8%).

Também ao nível do desemprego registado se verifica um acréscimo homólogo do desemprego superior no género masculino (+21,5%), quando comparado com o feminino (+13,7%), bem como se constata que o crescimento anual deste afeta mais os jovens (+19,6%) do que os adultos (+17,1%).

Ao nível da escolaridade dos desempregados, em comparação com o mês de Dezembro de 2011, observa-se em todos os níveis uma subida, com destaque para o ensino superior (+39,8%) e o ensino secundário (+24,8%).

Regista-se ainda um aumento homólogo mais expressivo dos desempregados que procuravam o primeiro emprego (+27,2%), em comparação com os que pretendiam um novo emprego (+16,6%) e, relativamente ao tempo de inscrição, o incremento do Desemprego de Longa Duração (+27,9) afigura-se superior ao registado nos desempregados inscritos há menos de um ano (+11,1%), face a Dezembro de 2011.

De referir ainda que o número de casais em que ambos os cônjuges estão registados como desempregados foi, no final de Novembro de 2012, de 11.044, +95,5% (+5.395 casais) que no mês homólogo e +5,2% (+549 casais) que no mês anterior<sup>28</sup>.

### 3.3. Impacto ao nível das prestações sociais

O crescente aumento do número de pessoas em situação de desemprego acarreta consequências em termos de prestações sociais, afetando desde logo a execução orçamental da própria Segurança Social, que embora registasse em Outubro 2012<sup>29</sup> um excedente de 236,7 milhões de euros registava, em

<sup>27</sup>. Informação Mensal do Mercado de Emprego de Dezembro de 2012, IEFP, Janeiro 2013, disponível em: [http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/InformacaoMensal/Documents/2012/Inf\\_Mensal\\_DEZEMBRO\\_2012.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/InformacaoMensal/Documents/2012/Inf_Mensal_DEZEMBRO_2012.pdf) [acedido em Janeiro de 2013].

<sup>28</sup>. Informação mensal sobre estado civil do desempregado e condição laboral do cônjuge, IEFP, Janeiro 2013, disponível em: [http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/Lei\\_4\\_2010/Documents/2012/Nov2012.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/Lei_4_2010/Documents/2012/Nov2012.pdf) [acedido em Janeiro de 2013].

<sup>29</sup>. Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Execução Orçamental de Outubro de 2012, disponível em <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/53402149-75ad-4481-8901-14efa1d0af23> [acedido em Janeiro de 2013].

termos homólogos, menos 802,2 milhões de euros que em igual período do ano transato.

A análise efetuada à execução destaca claramente os impactos da crise económica, quer fruto da diminuição do emprego, com uma variação homóloga das contribuições e quotizações de -4,8%, quer fruto do aumento do desemprego, com uma variação homóloga das outras prestações sociais (+6,6%), no âmbito das quais se destaca o comportamento da despesa com as prestações do desemprego (+402,8 milhões de euros do que em igual período de 2011, ou seja, mais 23,43%).

Ao nível do subsídio de desemprego registou-se um aumento de beneficiários com prestações de Desemprego<sup>30</sup> (*i.e.*, para aqueles que cumprem os requisitos de elegibilidade) em 2012, tendo o seu número evoluído de 334.184 em Janeiro (317.118 em Dezembro 2011) para 391.603 em Novembro<sup>31</sup>.

Considerando, por exemplo, os grupos populacionais sobre os quais frequentemente incide o desemprego, nomeadamente ao nível da idade (jovens) e da duração do tempo de desemprego (longa duração)<sup>32</sup>, e tendo presente que o número de beneficiários do subsídio de desemprego em Novembro de 2012 (391.603) representa pouco mais de 56% do desemprego registado no mesmo mês pelo IEFP (697.789), é possível perceber claramente a questão dos limites da proteção social.

Por outro lado, se atentarmos numa das prestações sociais de natureza não contributiva, o Rendimento Social de Inserção (RSI), observa-se um decréscimo do número de beneficiários com processamento desta prestação no decurso de 2012. Assim, de 318.781 beneficiários em Janeiro de 2012, o número evoluiu para 282.541 em Novembro de 2012, destacando-se neste período uma redução significativa verificada em Julho de 2012 (para 299.572) e o decréscimo continuado desde então até Novembro de 2012<sup>33</sup>.

Conjugando a cobertura efetiva que o subsídio de desemprego<sup>34</sup> permite com a tendência simultânea de redução de beneficiários de RSI (em consequência

<sup>30</sup>. Cf. <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/7155aa4f-b3e8-466b-8222-4144fca7b34d>.

<sup>31</sup>. Os valores médios do subsídio por beneficiário, em Novembro de 2012, foram: 530,11€ – subsídio de desemprego; 343,85€ – subsídio social de desemprego inicial; 365,69€ – subsídio social de desemprego inicial subsequente e 339,46€ – prolongamento de subsídio social de desemprego (cf. <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/e89bb8f4-b768-4e41-9caf-aed6b98a8e86>).

<sup>32</sup>. Que também se destacam a nível europeu onde, por exemplo, a preocupação com os jovens NEET se afirma como central (Comissão Europeia, 2013: p. 5).

<sup>33</sup>. Cf. <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/a6a4a2f2-ee8c-453f-91b3-e5978b5350a0>. De referir que os valores médios da prestação, por beneficiários e família eram, em Novembro de 2012, de 83,62€ e 213,25€, respectivamente (cf. <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/c43e0137-cc85-4910-a92a-d91fe1220e55> e <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/53402149-75ad-4481-8901-14efa1d0af23>).

<sup>34</sup>. Os jovens por exemplo, fruto de uma inserção laboral precária e pouco estável, frequentemente não reúnem as condições para beneficiarem do subsídio de desemprego, enquanto que, para os desempregados de longa duração, o risco reside no término do subsídio antes que consigam assegurar a sua reinserção no mercado de trabalho.



do agravamento das condições de elegibilidade para acesso aos benefícios) antevê-se, ainda que indiretamente, a pressão para a obtenção de rendimentos que atualmente incidirá sobre um número significativo de indivíduos e famílias.

### 3.4. A evolução recente da pobreza e da exclusão social em Portugal

Apesar da evolução negativa ao nível do contexto, os indicadores associados à medição do risco de pobreza e exclusão social não apresentam uma evolução da mesma amplitude: por exemplo, em termos de população em risco de pobreza verificou-se igualmente um agravamento para 18% (mas para o ano 2010, o último para o qual existem dados disponíveis), constituindo a discrepância temporal dos dados em análise a razão pela qual a obtenção de uma imagem real e atual dos efeitos da crise económica neste tipo de fenómenos se afigura dificultada.

No entanto, um outro documento disponibilizado pela Comissão Europeia em Novembro de 2011,<sup>35</sup> que compara a distribuição dos efeitos das medidas de austeridade em seis países na União Europeia, é referido que as medidas de austeridade tomadas pelo Governo português, para além de estarem distribuídas de forma desigual entre ricos e pobres, provocaram um crescimento do risco de pobreza, particularmente entre pessoas idosas e jovens.

O relatório da Comissão Europeia revela ainda que Portugal “*é o único país com uma distribuição claramente regressiva*”, ou seja, em que os pobres estão a pagar mais do que os ricos na sequência da aplicação das medidas de austeridade. Exemplo disso é o rendimento disponível das famílias. No escalão de menores rendimentos, o orçamento de uma família com crianças sofreu um corte de 9%, enquanto no escalão de maiores rendimentos uma família nas mesmas condições perdeu apenas 3% do rendimento disponível.

Neste sentido, de forma a enquadrar convenientemente o objeto de estudo, particularmente no que diz respeito ao desfavorecimento, evidencia-se como necessário a compreensão das recentes evoluções associadas à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Tendo presente o carácter multifacetado e dinâmico do fenómeno, importa desde logo analisar o indicador<sup>36</sup> relativo à população em risco de pobreza

<sup>35</sup>. “The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries”, Social Situation Observatory – Living Conditions and Income Distribution 2011, European Commission – Employment, Social affairs and Inclusion, Ed. Social Europe, Novembro 2011.

<sup>36</sup>. Este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral per capita), ou seja, ao ano anterior a aplicação do inquérito.

ou exclusão social (definido no âmbito da Estratégia 2020), o qual procurou integrar os conceitos de *risco de pobreza relativa* (a taxa de risco de pobreza, medida em percentagem de indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza), de situação de *privação material severa* e de *intensidade laboral per capita muito reduzida*<sup>37</sup>.

Em 2011, 24,4% da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, registando a evolução deste indicador uma redução de 0,9 p.p. face a 2010 e de 1,6 p.p. face a 2008<sup>38</sup>.

**Tabela 3 – População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social**

**(EU-SILC 2008 – 2011)**

**(INE)**

<b>Ano do inquérito</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>
População em risco de pobreza ou exclusão social	26,0%	24,9%	25,3%	24,4%
<b>EU-SILC</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

No que respeita à taxa de risco de pobreza, os dados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) publicado pelo INE, os quais se referem aos rendimentos de 2010, indicam que 18% da população portuguesa residente encontrava-se a viver abaixo do limiar da pobreza e traduzem um ligeiro aumento da população residente em risco de pobreza (0,1 p.p.)<sup>39</sup>. No entanto, é imprescindível referir que a taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente<sup>40</sup> (permitindo assim que o risco de pobreza seja medido tendo em conta os rendimentos da população de um país num determinado momento), o que significa que, quando o rendimento mediano disponível de um país diminui (como na atual crise económica), o limiar da pobreza também diminui (e vice-versa).

<sup>37</sup>. Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

<sup>38</sup>. Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>39</sup>. O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

<sup>40</sup>. Segundo o INE, “O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalente e o seu valor atribuído a cada membro da família”.

Apesar de em Portugal o limiar de risco de pobreza ter evidenciado um crescimento contínuo entre 2003 e 2009, em 2010 verificou-se uma redução do rendimento médio da população, levando a que o limiar de risco de pobreza tenha diminuído cerca de 3% face ao ano anterior. Se em 2009 este limiar era de 5.207€ anuais, em 2010, foi reduzido para 5.046€ anuais, o que corresponde a redução de 434€ para 421€ mensais.

**Tabela 4 – Limiar de Risco de Pobreza (2004 – 2010)**

(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Limiar de risco de pobreza – anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Ao nível do género, as mulheres continuam a apresentar uma maior vulnerabilidade à pobreza (18,4%) comparativamente aos homens (17,6%), não obstante se verificar, desde 2003, uma diminuição gradual na disparidade do risco de pobreza entre homens e mulheres. Contudo, se entre 2003 e 2008 esta diferença se reduziu devido a uma diminuição da vulnerabilidade à pobreza das mulheres, em 2010 esta redução deveu-se a um ligeiro aumento da taxa de risco de pobreza dos homens.

A análise do risco de pobreza segundo os grupos etários demonstra que a faixa etária mais jovem e a faixa etária mais idosa são as que se encontram mais vulneráveis, uma tendência que se mantém inalterável desde 2003. No entanto, se ao nível dos jovens com idade igual ou inferior a 17 anos a taxa de risco de pobreza se mantém estável desde 2009 (22,4%), ao nível dos idosos esta taxa diminuiu 1 p.p., sendo, em 2010, de 20%. Por fim, para a população adulta (18 aos 64 anos) a taxa de pobreza sofreu um ligeiro aumento (0,5 p.p.) face a 2009, passando para 16,2% em 2010.

**Tabela 5 – Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário  
(EU-SILC2004 – EU-SILC2011)  
(INE)**

<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010 (Po)</b>
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19,2%	18,7%	17,7%	17,2%	17,9%	17,3%	17,3%	17,6%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21,6%	20,1%	19,1%	19,0%	19,1%	18,4%	18,4%	18,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24,6%	23,7%	20,8%	20,9%	22,8%	22,9%	22,4%	22,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 – 64 anos)	17,0%	15,9%	15,7%	15,2%	16,3%	15,8%	15,7%	16,2%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28,9%	27,6%	26,1%	25,5%	22,3%	20,1%	21,0%	20,0%
<b>EU-SILC</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

No que respeita à dimensão e composição dos agregados, os dados indicam que as pessoas que vivem em agregados familiares sem crianças dependentes estão menos expostas ao risco de pobreza do que as que se encontram em agregados com crianças dependentes. Efetivamente, a taxa de risco de pobreza para a população que reside em agregados sem crianças é de 15,8%, enquanto para a população em agregados com crianças dependentes esta taxa sobe para 20,1%. Esta tendência verifica-se desde 2007, altura em que a diferença entre a taxa de risco de pobreza destas duas populações era semelhante a diferença verificada em 2010 (4,3 p.p.).

A taxa de risco de pobreza junto da população em agregados sem crianças dependentes apresentou uma redução entre 2009 e 2010, passando de 16,5% para 15,8%. Esta evolução favorável é ainda mais visível quando nos referimos aos agregados composto por apenas um idoso (-4,8 p.p.) ou nos agregados compostos por uma mulher a viver sozinha (-4,4 p.p.). Não obstante,

estes dois tipos de agregado familiar são, simultaneamente, os que continuam a apresentar taxas de risco de pobreza mais elevadas, sendo superadas apenas pelo risco de pobreza das pessoas que residem em agregados numerosos (dois adultos com 3 ou mais crianças). Em 2010 a taxa de risco de pobreza dos idosos que vivem sós era de 30,1% e a das mulheres a residirem sozinhas, de 28%.

No caso dos agregados familiares com crianças dependentes, as famílias onde existe apenas um adulto com pelo menos uma criança dependente e as famílias mais numerosas (3 ou mais crianças) apresentam uma maior vulnerabilidade à pobreza. As estatísticas do INE indicam que 27,9% das famílias monoparentais e 34,5% das famílias numerosas se encontravam abaixo do limiar de pobreza. Sublinhe-se, no entanto, que ao nível dos agregados familiares monoparentais, a taxa de risco de pobreza diminuiu 9,1 p.p. face a 2009 enquanto, pelo contrário, nos agregados familiares numerosos a taxa de risco de pobreza aumentou 1,3 p.p. face a 2009. Este aumento da vulnerabilidade à pobreza verificou-se igualmente nos agregados com dois adultos e uma criança (3 p.p.) e nos agregados compostos por dois adultos e duas crianças (2,7 p.p.).

**Tabela 6 – Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar**

**(EU-SILC2004 – EU-SILC2011)**

**(INE)**

<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010 (Po)</b>
<b>Total sem crianças dependentes<sup>41</sup></b>	<b>20,0%</b>	<b>18,5%</b>	<b>18,9%</b>	<b>18,7%</b>	<b>16,1%</b>	<b>15,4%</b>	<b>16,5%</b>	<b>15,8%</b>
1 Adulto sem crianças	35,2%	37,1%	34,9%	33,0%	31,0%	28,0%	30,1%	27,5%
1 adulto sexo masculino, sem crianças			28,3%	26,4%	26,2%	23,6%	25,5%	26,4%
1 adulto sexo feminino, sem crianças			38,2%	36,1%	33,1%	30,1%	32,4%	28%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25,7%	28,0%	26,3%	27,3%	25,0%	20,1%	22,2%	23,2%
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41,0%	42,2%	39,8%	36,6%	34,5%	32,7%	34,9%	30,1%
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16,2%	15,2%	18,3%	17,6%	16,5%	16,4%	16,6%	16,2%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30,0%	28,1%	25,8%	26,4%	21,7%	18,7%	20,3%	19,5%
Outros agregados, sem crianças	11,5%	8,7%	9,5%	9,3%	7,4%	8,7%	9,1%	9,1%
<b>Total, com crianças dependentes</b>	<b>20,6%</b>	<b>20,0%</b>	<b>18,1%</b>	<b>17,7%</b>	<b>20,4%</b>	<b>19,9%</b>	<b>19,1%</b>	<b>20,1%</b>
1 Adulto com pelo menos 1 criança	34,8%	31,5%	41,2%	33,6%	38,9%	37,0%	37,0%	27,9%
2 Adultos com 1 criança	12,8%	14,7%	12,1%	12,2%	16,7%	13,4%	12,6%	15,6%
2 Adultos com 2 crianças	24,0%	23,9%	18,6%	17,0%	20,6%	19,4%	17,1%	19,8%
2 Adultos com 3 + crianças	41,0%	42,0%	37,8%	43,3%	31,9%	36,1%	33,2%	34,5%
Outros agregados, com crianças	17,5%	14,9%	15,8%	16,3%	18,0%	20,1%	20,7%	19,5%
<b>EU-SILC</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

<sup>41</sup>. No contexto deste inquérito, até 2006, foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

A relação do emprego (e do desemprego) com a taxa de risco de pobreza evidencia o impacto importante que este fator acarreta. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores se situa nos 10,3%, entre a população sem emprego esta taxa é de 24,3%, correspondendo a uma diferença de 14 p.p. Na categoria da população sem emprego, os mais expostos a situações de pobreza parecem ser os desempregados e os outros inativos, com taxas de risco de pobreza de 36% e 28,4% respetivamente, as quais são significativamente superiores às taxas registadas na população geral (uma diferença de 18 p.p. e de 10,4 p.p., respetivamente).

Entre 2009 e 2010 verificou-se um ligeiro aumento de trabalhadores pobres (mais 0,6 p.p.), anulando assim a diminuição ocorrida entre 2008 e 2009. Ao nível da população sem emprego, a taxa de risco de pobreza apresentou uma redução face a 2009 entre os reformados (0,6 pp) e entre os desempregados (0,4 pp), enquanto a taxa de risco de pobreza entre os outros inativos registou um aumento de 0,4 pp.

**Tabela 7 – Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho<sup>42</sup>**  
**(EU-SILC2004 – EU-SILC2011)**  
**(INE)**

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (Po)
<b>Total com emprego</b>	<b>12,4%</b>	<b>11,9%</b>	<b>11,2%</b>	<b>9,7%</b>	<b>11,8%</b>	<b>10,3%</b>	<b>9,7%</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,3%</b>
<b>Total sem emprego</b>	<b>27,8%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,3%</b>	<b>26,9%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,3%</b>
Desempregado	32,0%	28,4%	31,1%	32,2%	34,6%	37,0%	36,4%	36,0%	36,0%
Reformado	25,8%	25,1%	22,9%	23,1%	20,1%	17,4%	18,5%	17,9%	17,9%
Outros inativos	29,0%	27,9%	29,0%	30,2%	28,3%	29,9%	28,0%	28,4%	28,4%
<b>EU-SILC</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

<sup>42</sup>. Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

No que respeita à Taxa de Intensidade da Pobreza<sup>43</sup>, a qual mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza<sup>44</sup>, os resultados provisórios do INE indicam um aumento da intensidade da pobreza entre 2009 e 2010, em 0,5 pp. Esta taxa é superior junto da população masculina (23,4%), existindo uma diferença de 0,4 pp face as mulheres.

**Tabela 8 – Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo  
(EU-SILC2007 – EU-SILC2011)  
(INE)**

<b>Ano de referência dos dados</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010 (Po)</b>
Total	24,3%	23,2%	23,6%	22,7%	23,2
Homens	24,3%	22,5%	24,9%	23,1%	23,4
Mulheres	24,2%	23,6%	23,0%	22,6%	23,0
<b>EU-SILC</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

A taxa de risco de pobreza relaciona-se ainda com a desigualdade na distribuição do rendimento. Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2010 (EU-SILC 2011)<sup>45</sup>, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5,7 vezes o rendimento dos 20% da população com rendimentos mais baixos. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 9,4 vezes o rendimento dos 10% mais pobres.

Se entre 2004 e 2009 era visível uma diminuição gradual da desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2010, pelo contrário, confrontamo-nos com um aumento das desigualdades. Efetivamente, os três indicadores que procuram medir a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para um aumento das desigualdades.

<sup>43</sup>. Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>44</sup>. O aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

<sup>45</sup>. Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).



**Tabela 9 – Indicadores de Desigualdade do Rendimento**  
**(EU-SILC2007 – EU-SILC2011)**  
**(INE)**

Ano de referência de dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Coefficiente de <i>Gini</i> <sup>46</sup>	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4	33,7	34,2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	7,0	7,0	6,7	6,5	6,1	6,0	5,6	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3	9,2	9,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

No entanto, importa referenciar o impacto das transferências sociais sobre a taxa de risco de Pobreza<sup>47</sup>, pela relevância do impacto positivo que assumem a este nível. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 42,5% na população residente em 2010 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e as transferências privadas. Este risco de pobreza diminui 17,1 p.p. quando são considerados os rendimentos de pensões de reforma e de sobrevivência (passando para 25,4%) e 24,5 p.p. quando contabilizadas todas as transferências sociais. Observe-se, no entanto, que o contributo das transferências sociais para a diminuição do risco de pobreza diminuiu em 1 p.p. entre 2009 e 2010.

Sublinhe-se igualmente que se verificou uma redução do risco de pobreza antes de qualquer transferência social entre 2009 e 2010 em 0,9 pp. Apesar dessa diminuição, a taxa de risco de pobreza continua elevada, sendo superior aos valores existentes em 2003 (41,3%), em 2007 (41,5%) ou em 2008 (41,5%).

<sup>46</sup>. A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

<sup>47</sup>. Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

**Tabela 10 – Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais, em Portugal**

**(EU-SILC 2007-2011)**

**(INE)**

<b>Ano de referência dos dados</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010 (Po)</b>
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41,3%	40,8%	40,2%	40,0%	41,5%	41,5%	43,4%	42,5%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26,5%	25,7%	25,1%	24,2%	24,9%	24,3%	26,4%	25,4%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
<b>EU-SILC</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

**(Po):** Valor Provisório

**Fonte:** EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Para além da taxa de risco de pobreza, é necessário abordar a privação material<sup>48</sup>, a qual se baseia na ausência de, pelo menos, 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares.

Em Portugal, 20,9% da população encontrava-se em situação de privação material em 2011, um valor 1,6 p.p. inferior ao verificado em 2009 (22,5%). Efetivamente, entre 2004 e 2011, apenas no ano de 2006 se verificou uma taxa de privação material inferior à identificada em 2011. Ao nível da *privação material severa*<sup>49</sup>, um dos conceitos que integra o indicador de risco de pobreza ou exclusão social, verifica-se igualmente uma tendência de diminuição da população exposta a este fenómeno. Em 2011, 8,3% da população encontrava-se em situação de privação severa, em comparação com a percentagem registada em 2010 (9%) e em 2004 (9,9%). Sublinhe-se ainda que, para a população em situação de privação material, o número médio de itens em falta, ou seja, a intensidade da privação material, é de 3,6, um valor semelhante ao verificado em 2010.

<sup>48</sup>. Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>49</sup>. Ausência de pelo menos 4 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares

**Tabela 11 – Indicadores de privação material Portugal**  
**(EU-SILC 2004-2011)**  
**(INE)**

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)
Taxa de privação material	21,7%	21,2%	19,9%	22,4%	23,0%	21,5%	22,5%	20,9%
Taxa de privação material severa	9,9%	9,3%	9,1%	9,6%	9,7%	9,1%	9,0%	8,3%
Intensidade da privação material	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	3,6	3,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de *intensidade laboral per capita muito reduzida*<sup>50</sup>. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos) que não são estudantes trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho. Os dados provisórios do INE indicam que, em 2010, 8,2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

Apesar do aumento da taxa de desemprego entre 2009 (9,58%) e 2010 (10,8%), os dados do EU-SILC 2011 apontam para uma diminuição da percentagem de população em agregados com intensidade laboral muito reduzida (menos 0,4 p.p.), nesse período temporal<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2012*, 14 de Agosto de 2012; INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida 2011 (Dados Provisórios)*, 13 de Julho de 2012; [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>51</sup> Refira-se, no entanto, que o EU-SILC e as estatísticas do emprego do INE se baseiam em amostras e metodologias distintas, não sendo possível uma análise comparativa dos seus dados.

**Tabela 12 – Intensidade laboral per capita muito reduzida  
(EU-SILC 2004 – EU-SILC 2011)  
(INE)**

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6,9%	5,9%	6,6%	7,2%	6,3%	6,9%	8,6%	8,2%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Acrescente-se ainda que, de acordo com o Eurostat, o risco de pobreza de trabalhadores pobres (18-59 anos) aumenta consoante a diminuição da intensidade de trabalho no agregado<sup>52</sup> – para Portugal, em 2011 (dados de 2010), variava entre 5% (muito alta intensidade) e 42,9% (baixa intensidade) – sendo por esta razão que se considera que o contexto atual de aumento muito significativo do desemprego (inclusive ao nível do número de casais em que ambos se encontram em situação de desemprego) ainda não se encontra refletido nos dados presentemente disponíveis.

Por último, resta-nos apenas abordar a Privação Habitacional, na medida em que as condições habitacionais são indicadores relevantes para conhecer as condições de vida da população e a vulnerabilidade à pobreza.

A este nível o INE apresenta quatro indicadores relevantes: a *taxa de sobrelotação da habitação*<sup>53</sup>, a *taxa de privação severa das condições de habitação*<sup>54</sup>, a *carga mediana das despesas de habitação*<sup>55</sup> e a *taxa de sobrecarga das despesas em habitação*<sup>56</sup>.

Os dois primeiros indicadores procuram dar a conhecer as condições de habitabilidade em que se encontram os agregados familiares. A este nível, verifica-se uma diminuição da proporção da população que se encontra ou

<sup>52</sup>. Cf. Eurostat, EU-SILC, In-work at-risk-of-poverty rate by work intensity of the household (population aged 18 to 59 years), disponível em [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_iw03&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_iw03&lang=en) [acedido em Janeiro de 2013]

<sup>53</sup>. Proporção da população que vive em alojamentos em que o número de quartos é insuficiente para o número e perfil dos membros do agregado, ou seja, proporção da população que habita em alojamentos sobrelotados.

<sup>54</sup>. Proporção da população que, para além de viver num alojamento sobrelotado, convive com um dos seguintes problemas: falta de instalação de banho ou duche; ausência de sanita com autoclismo; teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente.

<sup>55</sup>. Mediana do rácio entre as despesas anuais com habitação e o rendimento disponível. São incluídas como despesas com habitação as contas de água, eletricidade, gás, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, rendas e juros dos créditos à habitação.

<sup>56</sup>. Proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível é superior a 40%.

numa situação de sobrelotação ou com privações severas das condições de habitação. Em 2011, 11% da população residia em alojamentos sobrelotados – uma diminuição de 3,6 p.p. face a 2010 e de 5,3 p.p. face a 2004 – e 4% da população encontrava-se em situação de privação severa das condições de habitação – uma redução de 1,6 p.p. face a 2010 e 3,1 p.p. face a 2004.

Por outro lado, os indicadores que procuram analisar o peso das despesas de habitação no rendimento do agregado familiar apresentam um agravamento dos resultados. Assim, em Portugal a carga mediana das despesas de habitação foi de 11,7%, o que corresponde a um aumento de 1,3 p.p. face a 2010 e de 1,2 p.p. face a 2004.

Quanto à sobrecarga das despesas de habitação, os dados do INE apontam para a existência de 7,2% da população portuguesa a residir em agregados onde as despesas com habitação correspondem a mais de 40% do rendimento do agregado. Neste caso, verifica-se um aumento de 3 p.p. face a 2010 e de 2,8 p.p. face a 2004. Deve-se, no entanto, sublinhar que os anos de 2007 e 2008 apresentaram uma taxa de sobrecarga das despesas de habitação superiores às atuais (7,4% e 7,6%, respetivamente).

**Tabela 13 – Indicadores de privação habitacional em Portugal  
(EU-SILC 2004-2011)  
(INE)**

<b>Ano de referência dos dados</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>
Taxa de sobrelotação da habitação	15,3%	16,5%	15,8%	16,1%	15,7%	14,1%	14,6%	11,0%
Taxa de privação severa das condições de habitação	7,1%	7,7%	7,5%	7,6%	6,9%	4,7%	5,6%	4,0%
Carga mediana das despesas de habitação	10,5%	8,4%	10,3%	12,8%	11,7%	11,3%	10,4%	11,7%
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	4,4%	4,3%	4,5%	7,4%	7,6%	6,1%	4,2%	7,2%
<b>EU-SILC</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

(Po): Valor Provisório

Fonte: EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

### 3.5. A economia informal enquanto reação ao atual contexto

Tendo presente a forma como caracterizamos o impacto da atual crise económica no emprego/desemprego, nas prestações sociais e no risco de pobreza e exclusão social, importa neste momento perspetivar o efeito que será expectável ao nível da economia informal.

Se, por um lado, se antevê como possível o crescimento da economia informal, ameaçando o sistema de proteção social e eventualmente despoletando consequências gravosas nos grupos mais vulneráveis, por outro, é expectável que o desenvolvimento de atividades de economia informal se constitua como reação dos indivíduos em situação de pobreza e de exclusão social (devido, por exemplo, às consequências do desemprego e/ou à ausência de cobertura do sistema de proteção social).

Tal como sugeria o estudo realizado pela REAPN (atual EAPN Portugal) em 2008<sup>57</sup>, torna-se fundamental referir que as atividades de economia informal podem, em casos específicos, ser igualmente percebidas com base numa cumplicidade entre os trabalhadores informais e os empregadores, (que aqui também se enquadrariam no conceito de “informais”) na medida em que, em alguns setores da indústria, como por exemplo o têxtil, este tipo de trabalho responde a solicitações das empresas, que assim se desresponsabilizam pelos encargos que acarretaria qualquer vínculo contratual e acedem a mão-de-obra a um custo mais baixo.

Algumas das atividades de economia informal apresentam-se assim, por um lado, como uma resposta direta e bidirecional a uma necessidade daqueles que vivem em situação de pobreza e de exclusão social e daqueles que têm novas necessidades, as quais ou não foram satisfeitas pelo mercado ou não se encontram disponíveis a preços razoáveis<sup>58</sup>.

Por outro lado, algumas destas atividades informais e a própria economia informal pode constituir-se como ponto de partida para uma eventual transição para o emprego formal, como referem alguns dos estudos que têm sido desenvolvidos sobre este setor.

Segundo Nuno Gonçalves, a Economia Não Registada<sup>59</sup> em Portugal evoluiu de 9,3% em 1970 para 24,2% em 2009. As atualizações mais recentes do estudo apontam o valor do peso da economia não-registada (ENR) no PIB em Portugal de 24,8% em 2010, 25,2% em 2011 e 26,7% em 2012, sendo

<sup>57</sup>. Quatenaire Portugal, “Nas Margens do Tâmega. Mercado de Trabalho, Pobreza e Exclusão: interações e intervenções”, CADERNOS REAPN n.º 13, Porto, REAPN.

<sup>58</sup>. Tais como, por exemplo, os cuidados às crianças e aos idosos.

<sup>59</sup>. A Economia Não Registada “*engloba todas as transações económicas que contribuem para o PIB, mas que, por diversas razões, não são tidas em conta*” in Nuno Gonçalves, *Op. Cit.*, Dezembro de 2010, p.14.

o último o mais elevado de todo o período 1970-2012. Para este investigador existe uma clara relação entre economia formal e ENR e um reconhecimento evidente de que a “ENR leva a distorções significativas na medição de variáveis macroeconómicas, pelo que políticas económicas baseadas em estatísticas enviesadas podem não ser eficazes”<sup>60</sup>.

Este impacto na definição das políticas é relevante para a investigação, uma vez que a perceção dos efeitos potenciados pela economia informal poderá permitir a construção e implementação de políticas eficazes, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social, tendo neste âmbito particularmente em conta os efeitos ao nível do fenómeno da pobreza e da exclusão social.

No mesmo sentido, os próprios efeitos positivos das atividades da economia informal devem ser considerados na definição dessas políticas, de modo a contribuir para uma transição eficaz entre a economia informal e a economia formal. O estudo de Nuno Gonçalves revela um aspeto interessante: ao demonstrar que a taxa de desemprego tem um *peso importante na explicação da ENR em Portugal*, reconhece simultaneamente que as pessoas que se encontram em situação de desemprego, embora se encontrem numa situação que as “impele” mais facilmente para atividades informais, prefeririam obter *um emprego na economia oficial, de forma a estarem cobertos pelos benefícios da segurança social*.

Esta situação permite retomar algumas das questões já apresentadas anteriormente, dado o papel importante que a economia informal pode assumir enquanto resposta para determinados grupos da nossa sociedade, razão pela qual se afigura como necessário reconhecer a sua importância e, simultaneamente, encontrar formas de garantir condições de “dignidade” a estas atividades.

Por outro lado, é possível também questionar se será legítimo esperar que quem desenvolve atividade no âmbito da economia informal desenvolva um esforço de modo a transitar para a economia formal, com vista a garantir maior segurança no trabalho que desenvolve, podendo as políticas de apoio ao empreendedorismo (por exemplo, através do microcrédito) revelarem-se instrumentais nesse sentido.

Robalo dos Santos (2013), baseando-se em Dornelas *et al.* (2010) e no relatório TNS Opinion & Social (2007), infere sobre o perfil dos trabalhadores não declarados residentes em Portugal (considerando exclusivamente a sua situação profissional ou ocupacional) como a maioria sendo desempregados (57%), logo seguidos pelos imigrantes irregulares (50%), trabalhadores

<sup>60</sup>. Nuno Gonçalves, *Op. Cit.*, Dezembro de 2010, p.41.

por conta própria (25%), trabalhadores a tempo parcial (16%), pensionistas ou reformados (7%), estudantes (5%) e, finalmente, trabalhadores a tempo inteiro (4%).

No que diz respeito às principais motivações subjacentes ao recurso ao trabalho não declarado pelo lado da procura em Portugal, o autor destaca o preço/custo mais baixo dos bens ou serviços no mercado não declarado (70%); a maior rapidez da prestação dos serviços (12%); inexistência do serviço no mercado regular (11%); ajudar alguém que precisava do dinheiro (10%); e fazer um favor a amigos, familiares ou colegas (6%).

Quanto às motivações dos próprios trabalhadores para a prestação de trabalho não declarado (lado da oferta), Robalo dos Santos (2013) resume que as principais razões identificadas em Portugal são: tratar-se de uma atividade sazonal (44%); ambas as partes beneficiarem com o trabalho não declarado (31%); não conseguir encontrar um emprego regular (18%); constituir prática comum na região ou no setor (6%).

Estes dados sugerem a permeabilidade da população com um maior nível de exclusão social ao trabalho não declarado, logo à economia informal.

### **3.6. A Inclusão Ativa e a Europa 2020: um contexto de oportunidade para algumas atividades da economia informal?**

Ao nível da União Europeia, as políticas sociais aparentam, em termos discursivos, reagir a esta evolução decorrente das transformações sociais, das alterações no mercado de trabalho e emprego e da evolução da pobreza e exclusão social, mobilizando em resposta abordagens, políticas e estruturas (como a “European platform against poverty and social exclusion”, por exemplo).

Neste âmbito, a estratégia europeia de Inclusão Ativa, consignada na Recomendação 2008/867/CE<sup>61</sup>, assume uma clara relevância no contexto do presente estudo, por força de se encontrar relacionada com os objetivos da Estratégia Europeia *Europa 2020*, que visam a promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Mais concretamente, a *Europa 2020* inclui uma orientação clara (a *Guideline n.º 10*) destinada a promover a inclusão social e o combate à pobreza, a qual se revela central para a promoção de igualdade de oportunidades, para a promoção do acesso ao emprego (em especial de grupos em situação de maior vulnerabilidade), e para uma maior participação na sociedade aos mais diversos níveis.

<sup>61</sup>. Cf. Comissão Europeia (2008), Recomendação da Comissão, de 3 de Outubro de 2008, sobre a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, Bruxelas, Comissão Europeia, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0867:PT:HTML> [accedida em Janeiro de 2013]



Podendo ser encarada como abordagem mas também como conceito, a Inclusão Ativa “*visa promover uma maior inclusão social e participação no mercado de trabalho e na sociedade no seu todo daqueles que, estando em idade ativa, se encontram em situação de pobreza e exclusão social*” (Frazer *et al.*, 2010: p. 107).

A iniciativa da Inclusão Ativa, acordada entre a Comissão Europeia e os Estados Membros, procura encorajar estes últimos a desenvolver e implementar um conjunto abrangente e integrado de políticas sociais para a inclusão, as quais procurariam facilitar a integração dos mais desfavorecidos em emprego sustentável e de qualidade ou, em alternativa, providenciar recursos suficientes para viver em dignidade, apoiando simultaneamente a sua participação social (idem).

A abordagem baseia-se em três pilares estruturais – os apoios adequados ao rendimento, os mercados de trabalho inclusivos e o acesso a serviços de qualidade – que, teoricamente, se deveriam complementar e reforçar mutuamente. Na prática, a capacidade de implementação da Recomendação de 2008 demonstrada pelos Estados Membros tem-se revelado, até ao momento, muito diversificado e, no contexto global, aquém do esperado, como reconhecem os autores: “*the full implementation of the principles identified in the 2008 Commission’s Recommendation remains to be achieved in many countries and especially the effective balanced integration of the three pillars.*” (Frazer *et al.*, 2010: p. 113).

Não obstante o compromisso dos Estados Membros, os pilares do rendimento adequado e do acesso a serviços apresentam-se substancialmente menos desenvolvidos do que o pilar dos mercados de trabalho inclusivos, o que compromete a integralidade e a abrangência das estratégias implementadas.

Para além do manifesto desequilíbrio que constatam, os autores destacam ainda a necessidade de estabelecer sistemas de monitorização e *reporting* relativamente à implementação. No entanto, não obstante reconhecerem que a Recomendação de 2008 constitui uma base sólida para um programa de trabalho consistente e intensivo sobre a Inclusão Ativa ao nível europeu, não deixam de ressaltar a dependência do mesmo face à necessidade de um compromisso político para com o trabalho de erradicação da pobreza e da exclusão social (no contexto da Europa 2020) e à necessidade de um compromisso específico em promover a inclusão ativa no contexto de uma coordenação europeia no campo social (Frazer *et al.*, 2010: 134).

O foco europeu na Inclusão Ativa como uma estratégia crucial para facilitar o acesso ao emprego daqueles que estão mais afastados do mercado de trabalho suscita igualmente o interesse em perceber como a economia informal poderá providenciar soluções para uma maior e melhor inclusão social de alguns grupos, ao constituir-se como uma porta de acesso a um mercado de

trabalho mais inclusivo (e, eventualmente, mais protegido) a partir da transição de algumas das atividades promovidas na economia informal para atividades da economia formal.

Neste âmbito, também a economia informal pode assumir um importante papel ao demonstrar outras oportunidades, desafios e instrumentos que visem uma maior eficácia no cumprimento deste objetivo.



# 4

## Os conceitos centrais: economia não registada, economia informal e inclusão social

### 4.1. A economia informal como uma componente da economia não registada

Em todos os países do mundo existe uma parte da economia, Economia Não Registada (ENR), vulgo economia paralela, cuja atividade não é refletida total ou parcialmente na contabilidade nacional, sendo o seu tamanho, causas e consequências variáveis de país para país.

A complexidade deste fenómeno advém, entre outras razões, da inserção de distintas atividades económicas no seu conceito, do cariz lesivo para a sociedade de algumas destas atividades e da aceitação social de outras, ou mesmo da função informal de algumas atividades em suavizar o impacto nefasto de períodos de crise económica em famílias e indivíduos mais carenciados e desprotegidos. A economia informal, tal como se desenvolve de seguida, integra-se no conceito de ENR. A sua proporção na ENR varia conforme as sociedades em causa e o seu desenvolvimento económico e social: países menos desenvolvidos tendem a conter uma economia informal de maior dimensão, ao invés de países desenvolvidos em que esta é em termos relativos mais reduzida.

Uma vez que a economia informal se encontra no espetro da ENR, naturalmente tende a abarcar parte das suas causas e consequências genéricas, daí a importância deste enquadramento. Apesar da existência substancial de literatura sobre ENR o tema continua envolvido em controvérsia, uma vez que não há consenso, por exemplo, quanto à definição e procedimentos de estimação. No entanto, a maioria dos estudos tende a concluir que a ENR é um fenómeno em crescimento na generalidade dos países, tendo, por isso, sido alvo de uma crescente atenção por parte da literatura económica,

sobretudo devido à sua relevância para definição de políticas macroeconómicas. Na tentativa de proceder a uma maior compreensão deste fenómeno, várias são as obras publicadas com diferentes incidências sobre a realidade em causa, referindo-se a título de exemplo Frey e Weck-Hanneman (1984), Smith (1994), Tanzi (1999), Schneider e Enste (2000), Dell'Anno (2003, 2007 e 2008), Schneider (2011 e 2012) e Gonçalves (2014).

#### 4.1.1. Definição de economia não registada

Para melhor compreensão do conceito de economia informal cumpre clarificar, em primeiro lugar, o conceito de economia não-registada. Segundo Smith (1994) é possível considerar quatro definições alternativas, integrando a produção legal e/ou ilegal e as atividades monetárias e/ou não monetárias a considerar para o âmbito de análise. No entanto, de forma genérica, segundo o mesmo autor, a economia não-registada refere-se à produção de bens e serviços que são deliberadamente ocultados (sejam de proveniência legal ou ilegal) e, conseqüentemente, não são abrangidos nos inquéritos estatísticos ou registos administrativos através dos quais são construídas as contas nacionais e estimado o Produto Interno Bruto (PIB) Oficial.

Na mesma linha apontam as definições sugeridas por, entre outros, Feige (1989, 1994), Schneider (1994), Frey e Werner Pommerehne (1984) e Herald Lubell (1991). Efetivamente, em todos os casos, a economia não-registada acaba por acomodar as atividades que deveriam contribuir para o PIB Oficial, mas que por diversas razões não são consideradas. Recentemente, por exemplo, Schneider (2012) define a economia não-registada como a produção de bens e serviços produzidos por meios legais que são deliberadamente ocultados juntos das autoridades públicas de forma a evitar: (i) o pagamento do rendimento, do valor acrescentado conseguido ou outros impostos; (ii) o pagamento das contribuições para a segurança social; (iii) determinados regulamentos jurídicos como salários mínimos, normas de segurança, número máximo de horas de trabalho; (iv) o cumprimento de determinadas obrigações administrativas jurídicas, nomeadamente questionários estatísticos.<sup>62, 63</sup>

Dado o elevado número de definições, o relatório da OCDE (2002) veio especificar o conceito ao apontar para a necessidade de uma maior clarificação das diversas atividades integradas no âmbito da economia não-registada já que as mesmas não diferem entre si meramente por questões de nomenclatura. Note-se contudo que o objetivo deste documento é o de obter uma medida

<sup>62</sup>. Esta é a definição também presente em Feld e Schneider (2010).

<sup>63</sup>. A definição apresentada é resultado de uma maior reflexão do conceito presente na obra de Schneider e Enste (2000), considerando todas as atividades, sejam as monetárias sejam as não monetárias (como o trabalho desempenhado pelo indivíduo, por exemplo) que, seriam taxadas caso fossem reportadas às entidades fiscais.

mais precisa de atividade económica, portanto do PIB, e não o de refletir sobre formas de combater a economia não-registada. Este estudo baseou-se nas noções apontadas pelo *System of National Accounts* (SNA93) e pelo *European System of National Accounts* (ESA95) que detêm uma visão mais ampla da atividade económica. Neste enquadramento, a OCDE (2002) alude para a existência de cinco componentes que fazem parte integrante da economia não-registada, nomeadamente a economia subterrânea, a economia ilegal, a economia informal, o autoconsumo e, por fim, a economia não contabilizada devido a deficiências estatísticas.

A primeira componente integrante da economia não-registada a considerar é a economia subterrânea que corresponde às atividades supramencionadas e enfatizadas no estudo de Schneider (2012) relativo a esta temática. Ainda assim é importante referir que economia subterrânea e a ilegal são por vezes disjuntas por uma linha muito ténue. No entanto, a economia subterrânea não deve ser identificada com a ilegalidade (Frey e Schneider, 2000). Existem atividades legais que são ocultadas de forma a não integrar as estatísticas oficiais, ainda que o incumprimento dos regulamentos administrativos possa ser considerado pelo senso comum como um ato ilegal. Contudo, as atividades ilegais estão associadas a comportamentos criminosos e não a mero desrespeito por regras administrativas.

Neste sentido, a economia ilegal é caracterizada pela produção, venda e distribuição de bens e serviços proibidos por lei dado a sua própria natureza, tais como as drogas ilegais ou prostituição. Adicionalmente, determinados bens e serviços legais podem também passar para o âmbito ilegal caso sejam produzidos e/ou detidos por indivíduos não autorizados (como venda de bens sem licença reconhecida pelas entidades responsáveis).

A presença destas duas rúbricas da economia não-registada numa sociedade reflete, nomeadamente, a fraude, o branqueamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, o uso de informação privilegiada, a desregulação e o enfraquecimento do Estado.

No que concerne à economia informal ou também conhecido como setor informal, considera-se a produção de bens e serviços legais levado a cabo por pequenas unidades sem um processo organizativo definido ou clara divisão entre os fatores de produção, nomeadamente o fator trabalho e o fator capital. O centro nevrálgico deste tipo de atividades passa pela obtenção de emprego e rendimentos suficientes para os indivíduos envolvidos. Assim, é possível afirmar-se que a fuga a qualquer legislação laboral, impostos ou outras contribuições não é o principal objetivo, o que permite um distanciamento relativo ao conceito de economia subterrânea. Curiosamente, estas atividades são

passíveis de serem observadas por qualquer cidadão, já que estas tendem a estar presentes em algumas atividades agrícolas, em pequenos comerciantes, artesãos, trabalhadores domésticos, entre outros.

No caso do autoconsumo engloba-se toda a produção de bens e serviços cujo objetivo final é o seu consumo pelo próprio produtor. É o caso, por exemplo, das hortas cultivadas pelo próprio cidadão e familiares.

Estas duas últimas rúbricas são, com frequência, socialmente aceites, uma vez que englobam o produto criado por atividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias e/ou de sobrevivência. A existência da economia informal e do autoconsumo explica, por exemplo, a sobrevivência das populações em países com o PIB oficial *per capita* abaixo do limiar de subsistência. Estes tipos de atividade podem, de facto, servir de almofada social e evitar o maior sofrimento da população desfavorecida/excluída.

Por fim, também incluídas no conceito de economia não registada mas de relevância marginal para o propósito do presente estudo, existem as atividades que não são integradas nas contas nacionais por motivos de ineficiência estatística. Esta componente tem como origem a incapacidade de consideração da totalidade das empresas existentes no mercado, da falha de envio de informação relevante por parte das empresas e/ou informação incorreta presente nas bases de dados dos órgãos estatísticos nacionais.

Ainda que aparentemente inócua, a consideração dos conceitos supracitados é crucial para uma correta aferição da verdadeira dimensão da ENR. Conforme Smith (1994) refere no seu estudo relativo ao Canadá, a simples divergente avaliação das atividades a considerar para efeitos estimativos pode ser responsável pela disparidade de níveis de ENR que pode chegar a grandes incoerências em termos comparativos no âmbito de uma análise temporal ou mesmo entre países.

O conceito de ENR mais defendido na vasta literatura aponta para o conjunto de atividades que deveriam ser consideradas nas contas nacionais mas que, motivadas por diversas razões, não o são. Esta é de facto a definição defendida por Schneider (2012), Feld e Schneider (2010) e inclusive pela OCDE (2002).

#### **4.1.2. Causas da economia não registada**

Perante uma melhor perceção do conceito de ENR, é importante refletir no que concerne às causas que impulsionam este fenómeno. De facto, verifica-se a existência de uma vasta literatura que procura apurar os fatores mais

relevantes e que afetam a generalidade das economias, tais como os trabalhos de Frey e Weck (1983), Schneider e Enste (2000), Feld e Schneider (2010), Buehn e Schneider (2012), entre outros; e, para o caso português, Dell'Anno (2007), Afonso e Gonçalves (2011) e Gonçalves (2010 e 2014).

Um bom ponto de partida para discussão dos fatores que estão na génese da ENR é a consideração de que a decisão dos indivíduos em ingressar em atividades paralelas decorre da ponderação dos custos e benefícios que lhes estão subjacentes. Esta análise deverá ser efetuada em contexto dinâmico já que as expectativas de benefícios e custos futuros podem desempenhar um papel importante e, conforme já foi referido, a ENR tende a adaptar-se às mudanças económicas, sociais e regulamentares.

Genericamente são identificadas como principais causas do crescimento da ENR fatores inter-relacionados como: o aumento da carga de impostos e das contribuições para a segurança social; a crescente regulamentação da economia oficial (em especial do mercado de trabalho); o desemprego; as transferências sociais; os serviços do setor público; o baixo nível de capital humano da economia; a mão-de-obra composta por imigrantes ilegais e clandestinos; a falta de participação cívica; razões culturais e ambientais; a falta de credibilidade de órgãos de soberania face à conduta de alguns dos seus representantes; a ineficiência da Administração Pública e falta de transparência no atendimento público; as condições de mercado induzidas pela globalização dos mercados e da produção; e a baixa produtividade. Num contexto de economia ilegal, contribuem também o aumento das fraudes, a importância das praças financeiras *offshore* e a influência das máfias internacionais.

Analisando mais pormenorizadamente algumas das causas mais relevantes da ENR, em primeiro lugar, apontada por vários estudos existentes, é considerada a elevada carga fiscal (*e.g.*, Frey e Weck-Hanneman, 1984; Loayza, 1996; Johnson *et al.*, 1998; Giles, 1999; Tanzi, 1999; Schneider, 2000 e 2005; Dell'Anno, 2003). A hipótese comum é a de que um aumento da carga fiscal e das contribuições para a segurança social representa um forte incentivo para operar no setor não oficial – quanto maior a taxa de imposto marginal sobre o rendimento, maior a oferta de trabalho junto da ENR. Segundo Schneider (2011), quanto maior a disparidade entre o custo total do trabalho observado na economia oficial e os rendimentos do trabalho após impostos, maior tenderá a ser o incentivo em ingressar na economia paralela, sendo que essa divergência depende fortemente das contribuições pagas e da carga fiscal global.

Uma maior carga de regulamentação é outro fator importante que tem subjacente uma perda de liberdade de escolha dos indivíduos envolvidos na econo-



mia oficial (Schneider, 2011). São exemplos de excessiva regulação, o número de leis e requisitos legais, tais como, licenças, a regulação e restrições observadas no mercado de trabalho, inclusive para imigrantes e barreiras comerciais existentes. Esta regulação constitui um claro aumento dos custos dos indivíduos em se manterem na economia oficial, representando assim um maior incentivo no envolvimento com a ENR.

A par da regulação laboral, a economia informal também detém como determinantes duas outras causas ligadas ao regime laboral existente nas diferentes economias mundiais: trabalho por conta própria e taxa de desemprego.

Uma vasta literatura debruça-se sobre a questão do trabalho por conta própria como fator impulsionador da ENR, tais como as obras de Mirus e Smith (1997), Schuetze (2002) e Dell'Anno (2003). Segundo Dell'Anno (2007), uma aderência significativa dos agentes económicos a trabalhos por conta própria, aumenta o número potencial de oportunidades para ocultar rendimentos junto das autoridades competentes. Adicionalmente, o sistema fiscal facilitador no que toca aos trabalhadores independentes, que na sua maioria carecem de efetuar contabilidade organizada da sua empresa, a par de uma maior facilidade de negociação com clientes para a não cobrança de impostos (particularmente do IVA) tem contribuído para o aumento da ENR.

Tanzi (1999) refere que a relação entre a ENR e a taxa de desemprego é ambígua. Ainda que o fundamento comum seja de que um indivíduo desempregado tem maior probabilidade de ingressar na ENR, a verdade é que essa relação não é clara. Por um lado, o cidadão desempregado poderá constatar a existência de benefícios em operar na economia informal dada a possibilidade de obter um rendimento adicional não declarado. Tendo em conta apenas este aspeto seria de esperar uma relação positiva entre taxa de desemprego e ENR. Por outro lado, os indivíduos desempregados apresentam incentivos em se manter na economia oficial de forma a garantir a sua proteção social na doença e velhice. Esta relação poderá ainda ser incoerente se considerarmos os indivíduos que detêm uma atividade na economia oficial e paralela, procurando desta forma maximizar o seu rendimento.

Por fim, Friedman *et al.* (1999) defendem que os aspetos institucionais detêm maior relevância na promoção da ENR. Embora existam semelhanças entre os fatores que conduzem à ENR nas diversas economias será necessário um cuidado processo de generalização dadas as especificidades que caracterizam os sistemas económicos, sociais e fiscais de cada país. Nas economias em desenvolvimento as forças impulsionadoras são geralmente a evasão fiscal e a regulamentação, a corrupção e a geral desconfiança existente nos cidadãos no que toca ao funcionamento do sistema político (Eilat e Zinnes, 2002).

Relativamente às economias da OCDE, destaca-se a elevada carga fiscal e a elevada regulação do trabalho.

Os custos e os benefícios da passagem dos agentes económicos (tanto no lado da procura como da oferta) para a ENR podem ser identificados como: os custos crescentes de atuação na economia oficial (*e.g.*, face ao aumento da carga fiscal, contribuições para a segurança social e legislação); os menores custos de operar na ENR (*e.g.* devido a desemprego ou subemprego no seio da economia oficial); os custos crescentes de funcionar na ENR devido à expectativa de punição pelas entidades reguladoras.

#### 4.1.3. Consequências da economia não registada

Procurando explorar as consequências da ENR na economia oficial, uma maneira simples de tratar o assunto consiste em assumir que a ENR leva a distorções significativas na medição de varáveis macroeconómicas e que, por isso, políticas económicas baseadas em tais estatísticas podem, no melhor dos cenários, não ser eficazes. Do ponto de vista de política económica há que considerar quatro tipos de efeitos da ENR na economia oficial: efeito alocação, efeito distribuição, efeito estabilização e impacto nas receitas públicas.

O efeito alocação está sobretudo relacionado com o crescimento económico. É certo que a ENR distorce a concorrência, pois as empresas (e os indivíduos) que operam na economia oficial suportam impostos e contribuições para a segurança social e têm, por isso, um custo operacional superior. Assim, sempre que as empresas na economia oficial não conseguem oferecer bens e serviços a preços comparáveis com os da ENR são confrontadas com prejuízos, acabando por abandonar o mercado. A alocação de recursos não é pois eficiente: a oferta da ENR aumenta, com o prejuízo da economia oficial.

Há, no entanto, quem considere que, por um lado, se a redução na procura de bens e serviços produzidos na economia oficial for compensada com um aumento equivalente da procura desses bens e serviços produzidos na ENR e, por outro lado, se a ENR utilizar os mesmos fatores para produzir os bens e serviços que a economia oficial, então o impacto na atividade económica em termos globais não será negativo.

Poderá ainda considerar-se que, face à diferença de preços, a deslocação da procura da economia oficial para a ENR leva ao aumento do rendimento disponível dos agentes económicos. Tal aumento, se poupado levará a um aumento do *stock* de capital na economia; se consumido originará a um aumento da procura de bens e serviços. O valor acrescentado gerado na ENR poderá pois ser reintroduzido na economia oficial, diluindo o efeito da

transferência de recursos da economia oficial para a ENR. Nesta perspetiva, o efeito positivo ou negativo da ENR no crescimento da economia oficial dependerá então da percentagem de rendimento reintroduzida.

O efeito distribuição está associado à evasão fiscal. A evasão fiscal tem efeitos sobre a distribuição do rendimento ao distorcer a função redistribuição do Estado. Face à redução das receitas fiscais, o Estado terá de reduzir os gastos públicos ao nível do pagamento de benefícios sociais. Deste modo, ENR tende a aumentar a distribuição desigual do rendimento. Contudo, nem todo o impacto da ENR na distribuição do rendimento é negativo. Famílias de baixo rendimento podem obter rendimentos adicionais e assim melhorar o seu nível de vida operando na ENR. Não sendo esta a situação desejada, a ENR poderá, por esta via, ter efeitos positivos na distribuição do rendimento.

Alguns autores alertam para o facto de o aumento da produção induzida pela ENR poder limitar a redução das receitas públicas: a ENR necessita de *inputs* de bens e serviços que, quando adquiridos na economia oficial, contribuem para o aumento das receitas fiscais. De igual modo, se os rendimentos gerados na ENR forem gastos na economia oficial haverá aumento de rendimento de empresas na economia oficial que, ao serem tributadas, gerarão uma maior receita fiscal.

No efeito estabilização é questionado se a ENR fortalece a atividade económica ou se, pelo contrário, destabiliza, introduzindo volatilidade à economia. Como já foi referido, uma vez que as atividades da ENR não são tidas em conta nas estatísticas e indicadores económicos oficiais, o cálculo destes indicadores é enviesado, influenciando decisões de política económica que se podem tornar inadequadas, potenciando a destabilização da economia.

A literatura existente sobre esta temática tende a considerar que as consequências da ENR dependem do grau de desenvolvimento da economia em análise: nos países desenvolvidos e em transição um aumento da ENR tende a provocar um crescimento da economia oficial. Nestes países, a ENR responde sobretudo à procura de certos serviços urbanos e de bens produzidos em pequena escala, e o valor acrescentado gerado na ENR é maioritariamente gasto na economia oficial. É a sobrecarga de impostos e regulação que essencialmente motiva o crescimento da ENR nestas economias. Esse crescimento ao providenciar dinamismo à economia e espírito empreendedor leva também ao crescimento da economia oficial. Nos países em desenvolvimento o crescimento da ENR conduz a uma maior erosão das receitas fiscais, originando, por sua vez, uma menor provisão de infraestruturas públicas e de serviços públicos básicos como é o caso de um sistema judicial eficaz. A consequência última do crescimento da ENR é o crescimento negativo da economia oficial.

#### 4.1.4. Medida da economia não registada

A ENR é um fenómeno complexo que, ao não ser observado, torna-se de difícil medição. Tentativas de estimação direta do tamanho da ENR são feitas através de inquéritos estatísticos às famílias, auditorias à contabilidade de empresas, confronto entre receitas e despesas das famílias, análise das declarações de rendimentos e sinais exteriores de riqueza. Porém, a precisão dos resultados depende da forma como o questionário ou investigação é feita e da cooperação e boa vontade dos inquiridos, cujo comportamento poderá ser o de não confessar e ocultar a sua participação em práticas fraudulentas ou ilegais. Assim, este método tende a ser impreciso.

Tendo em conta os custos envolvidos e a informação disponível, o recurso a medidas da ENR obtidas indiretamente, com recurso a técnicas econométricas, tem ganho alguma preponderância. A OCDE (2002) faz a distinção entre três grupos de métodos estatísticos e econométricos: (i) métodos monetários; (ii) métodos de indicador global; e (iii) o método de variável latente.

Os métodos monetários estabelecem relações entre o PIB e variáveis monetárias, e assumem que comportamentos destas variáveis à margem dessas relações são motivados pela ENR. Entre estes métodos há sobretudo três abordagens distintas: das transações, do rácio moeda/depósito e da procura de moeda. A abordagem das transações foi desenvolvida no final dos anos 70 por Feige e baseia-se na relação constante entre as transações de moeda e o PIB oficial. Porém, existem transações de moeda que não estão relacionadas com a geração de rendimento e são incluídas nos cálculos. Além disso, considera que a ENR no ano base é nula ou que assume um determinado valor *ad-hoc*. A abordagem do rácio moeda/depósitos foi também inicialmente utilizada no final dos anos 70 por Gutmann. De acordo com este autor, o aumento relativo da moeda em circulação no período pós-Segunda Guerra Mundial estaria associado ao crescimento da ENR. Haverá, contudo, outras causas para o aumento relativo da moeda em circulação pelo que, como esperado, a conclusão de Gutmann não é unânime na literatura. A terceira abordagem, proposta no início dos anos 80 por Tanzi relaciona a dimensão da ENR com a procura de moeda. A crítica resulta do facto de nem todas as transações na ENR serem pagas em moeda.

Os métodos monetários, por se basearem em pressupostos que não podem ser justificados, pelos resultados serem sensíveis aos pressupostos do ano base e por apresentarem resultados diversos nas diferentes abordagens, são geralmente considerados como pouco fiáveis para medir a ENR.

Para medir a atividade económica total de uma economia, em meados dos anos 90, Kaufmann e Kaliberda propuseram o método do consumo de electricidade, sendo este o exemplo da abordagem mais proeminente para um

indicador global. Este modelo assume uma relação precisa e estável entre consumo de eletricidade e o PIB global de uma economia, sendo o consumo de eletricidade o indicador físico de toda a atividade económica. Subtraindo ao PIB oficial uma aproximação do PIB global da economia, obtêm-se uma estimativa da ENR. Em particular, este método sofre das seguintes críticas: nem todas as atividades da ENR necessitam de um montante considerável de eletricidade, outras fontes de energia podem ser usadas, em certas atividades a relação consumo de eletricidade e PIB não é estável e, face ao progresso tecnológico, o uso de eletricidade é cada vez mais eficiente.

Os modelos descritos assumem que a ENR pode ser modelada por um pequeno número de variáveis específicas, ignorando circunstâncias e informação que levam à sua existência. Com base na teoria estatística de variáveis não observadas, o método de variável latente, introduzido na década de 80 por Frey e Weck-Hanneman, considera múltiplas causas e múltiplos indicadores da ENR. A dimensão da ENR é neste caso estimada tendo por base desenvolvimentos nas variáveis que, por um lado, afetam o tamanho e o crescimento do produto da ENR e, por outro lado, são o rasto das atividades da ENR na oficial. Frey e Weck-Hanneman, por exemplo, começaram por definir como variáveis explicativas da dimensão da ENR a atual carga de impostos, a perceção da carga de impostos, a taxa de desemprego, a burocracia, a atitude dos agentes económicos face ao pagamento dos impostos e o rendimento disponível *per capita*. Quanto ao rasto das atividades da ENR na oficial, definiram como indicadores a taxa de participação da população masculina na força de trabalho, o número de horas trabalhadas por semana e o crescimento do PIB. Este método tem sido sobretudo criticado pelas variáveis explicativas escolhidas, pela dificuldade em quantificar determinadas variáveis (como, por exemplo, a atitude dos agentes económicos face ao pagamento dos impostos) e pela instabilidade dos resultados.

Cada metodologia tem pontos fortes e fracos não havendo uma capaz de assegurar com exatidão a medição da ENR. Geralmente, a indisponibilidade de informação impede a medição cabal de todas as rúbricas da ENR, pelo que o seu valor global tende a ser subestimado. O desenvolvimento de uma metodologia capaz de ultrapassar esta lacuna continua uma questão em debate na investigação em economia.

Os valores apurados da ENR por qualquer metodologia não deverão ser lidos com rigor milimétrico. Tratando-se de estimativas baseadas em alguns pressupostos, servem como uma aproximação à realidade que tem naturalmente o condão de informar sobre a evolução havida. Em Dezembro de 2010, com base em Afonso e Gonçalves (2011) e Gonçalves (2010), o OBEGEF apresentou a evolução do peso da ENR no PIB oficial em Portugal desde 1970

até 2009. Os dados revelam uma evolução desde 9,3% em 1970 até 24,2% em 2009. As atualizações mais recentes indicam os valores de 24,8% em 2010, 25,5% em 2011 e 26,7% em 2012.

## 4.2. Economia informal, trabalho e proteção social

Considerando o objeto do presente estudo, centrado no contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos, revela-se essencial não apenas precisar os principais conceitos subjacentes mas explorar simultaneamente as relações existentes entre os mesmos.

Neste sentido afigura-se necessário destacar o conceito de economia informal anteriormente apresentado no âmbito do enquadramento mais vasto da Economia Não Registada, relacionando o mesmo com o trabalho (informal) que neste âmbito se desenvolve mantendo ainda presente a questão da proteção social, cuja ausência frequentemente caracteriza e opõe o trabalho informal à economia formal e ao emprego.

### 4.2.1. O conceito de economia informal

Como já referido, a economia informal, que a OCDE (2002) considera como uma das cinco componentes da Economia Não Registada, consiste *na produção de bens e serviços legais levado a cabo por pequenas unidades sem um processo organizativo definido ou clara divisão entre os fatores de produção, nomeadamente o fator trabalho e o fator capital. O centro nevrálgico deste tipo de atividades passa pela obtenção de emprego e rendimentos suficientes para os indivíduos envolvidos, pelo que a fuga a qualquer legislação laboral, impostos ou outras contribuições não constitui o seu principal objetivo.*

Não obstante estas atividades serem passíveis de observação por parte de qualquer cidadão, importa equacionar a forma como a escala a que são desenvolvidas influi a capacidade das mesmas serem percecionadas pelas organizações, particularmente aquelas que assumem um papel regulador ou fiscalizador.

Por outro lado, e como já afirmado, a economia informal (em conjunto com o autoconsumo) é frequentemente considerada como socialmente aceite, uma vez que engloba o produto criado por atividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias e/ou de sobrevivência, o qual contribui para atenuar o sofrimento da população desfavorecida/excluída.

Para muitos dos seus praticantes a economia informal consiste na única via de aceder ao(s) trabalho(s) que permita obter o necessário rendimento, razão pela qual importa precisar esta relação.

#### 4.2.2. Trabalho não declarado, trabalho informal e economia informal

As classificações apresentadas pela OCDE (2002) para as diferentes dimensões da economia não-registada encontram algum paralelo terminológico nas classificações que têm vindo a ser adotadas no âmbito da atividade laboral (Afonso *et al.*, 2013), sobretudo quanto ao informal e ilegal. Porém, esse paralelismo não é perfeito, sobretudo nos conceitos, respeitando muitas vezes a fenómenos distintos e não necessariamente sobreponíveis.

O conceito de economia não-registada apresentado pela OCDE (2002) e Gonçalves (2010) concentra-se essencialmente na importância da precisão da medida de atividade económica (PIB). Assim, em rigor, qualquer atividade legal, ilegal, ou de autoconsumo deveria ser incluída no PIB de forma a aumentar a precisão do conceito de riqueza criada, numa economia, num determinado período temporal (usualmente um ano). Logo, o seu conteúdo é mais abrangente do que a noção de trabalho não declarado (Robalo dos Santos, 2013: 103):

*“O exercício de qualquer atividade de natureza lícita, que legal ou contratualmente deva ser remunerado, em dinheiro e/ou em espécie, mas cuja remuneração e/ou exercício, apesar de declaração legalmente obrigatória, nos termos da lei vigente em cada país, não foram total ou parcialmente declarados à Administração do Trabalho, à Autoridade Tributária ou à Segurança Social.”*

De imediato se pode identificar que a definição de trabalho não declarado exclui qualquer manifestação de economia ilegal, autoconsumo e de trabalho de voluntariado.

A classificação de economia informal e economia ilegal, como já foi referido, encontra paralelo terminológico com a de trabalho informal e trabalho ilegal, retratando porém, conceptualmente, fenómenos distintos. Robalo dos Santos (2013: 90) considera que um trabalhador tem um trabalho informal quando:

*“a sua relação sociolaboral, legalmente ou na prática, não está sujeita à legislação laboral, não é declarada para efeitos de imposto sobre os rendimentos ou de contribuições para a segurança social, ou quando o trabalho não confere, ao trabalhador, qualquer garantia ou segurança (...)”*

Resulta desta definição que não há coincidência entre os conceitos de economia informal e de trabalho ou emprego informal, sendo que, por um lado, o emprego na economia informal pode ser tanto formal como informal e, por outro lado, o emprego informal tanto pode estar presente tanto na economia informal, como na economia dita formal, estruturada ou oficial (Afonso *et al.*, 2013).

O trabalho informal não é um subtipo do trabalho não declarado, pois inclui no seu conceito o trabalho voluntário, o autoconsumo e o trabalho pontual, de natureza social, prestado a amigos e familiares, os quais, como se constata, não integram o conceito de trabalho não declarado.

O trabalho informal será ilegal se prestado por pessoas que não estão legalmente autorizadas a trabalhar. O que está em causa não é a natureza legal ou ilegal da atividade exercida (distinguindo-se assim do conceito de economia ilegal), mas a capacidade do agente para a realizar em termos de verificação dos requisitos legais.

Não obstante o conceito de trabalho informal não se sobrepor completamente ao conceito de economia informal, a relação entre ambos os conceitos afigura-se muito importante tanto mais que, a este nível, o binómio informal/formal nos remete para a relevância da proteção social na abordagem ao nosso objeto de estudo.

#### **4.2.3. Proteção social e economia informal: uma relação para além da questão do rendimento**

Nas sociedades europeias compete ao Estado a promoção de políticas sociais (Pereirinha, 1994: 13)<sup>64</sup> que garantam a proteção social dos cidadãos, particularmente daqueles que se encontram em situação de maior desfavorecimento.

No entanto, para além de contribuir para minorar as desigualdades sociais (Rodrigues *et al.*, 1999: 79), a proteção social também se constitui como fator de regulação social, ao contribuir para minimizar a possibilidade de eventuais ruturas da coesão social e, mediante as políticas prosseguidas, assegurar o acesso aos direitos e às capacidades consideradas essenciais ao exercício da cidadania.

Assim, a proteção social, enquanto direito, encontra-se associada à necessidade de garantir a satisfação e realização de um conjunto de direitos e necessidades comuns à condição humana (Ferreira, 1997) e, por outro lado, prevenir a probabilidade de ocorrência de situações futuras.

A sua relevância, no contexto deste estudo, decorre diretamente do facto da proteção social se encontrar profundamente cerceada ao nível do trabalho desenvolvido no âmbito da economia informal. Neste sentido, não só a forma de inserção no trabalho informal se caracteriza frequentemente pelos baixos rendimentos e por uma elevada precariedade como também pela ausência de acesso aos direitos sociais e laborais básicos, com particular relevo para a proteção social ao nível da doença, da segurança, da parentalidade e da velhice (Antunes, 2010: 159)<sup>65</sup>.

<sup>64</sup>. Segundo Pereirinha, política social pode ser entendida como “Ação coerente e global promovida pelo Estado no sentido de melhorar, promover o bem-estar geral da população, reduzir as desigualdades sociais e combater a pobreza e situações de vulnerabilidade económica e social.”

<sup>65</sup>. Por exemplo, Antunes (2010: 158), baseando-se em Alves e Tavares, associa o que denomina de “*trabalhadores informais tradicionais*” ao desenvolvimento de atividades caracterizadas pela exigência de um reduzido nível de capital, com vista a obter um rendimento para consumo individual ou familiar. Para além destes, o autor engloba ainda nesta categoria os trabalhadores ocasionais ou temporários que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado.



Num estudo sobre a proteção social e economia informal nos PALOP's, Rodrigues *et al.* (2009: 153) destacam a importância da análise da proteção social ao nível do trabalho (desde logo pelas características intrínsecas partilhadas pelos trabalhadores do setor informal)<sup>66</sup>, constatando que neste contexto (em que a dimensão da proteção social, formal ou informal, se revela pouco expressiva) se regista o desenvolvimento de esquemas alternativos de proteção<sup>67</sup>.

No caso concreto, uma vez que os esquemas alternativos de proteção se encontram alicerçados nas relações sociais, na reciprocidade, na confiança e nas estruturas e pertenças simbólicas, a minimização dos riscos depende sobretudo das capacidades individuais de mobilização dos recursos disponíveis ao nível das redes em que o indivíduo se insere, como a família, a vizinhança e outras (Idem: 159).

Neste sentido, afigura-se dificilmente expectável que a economia informal assuma espontaneamente um papel de proteção, pelo que Perret e Roustang (1993: 246; 287)<sup>68</sup> destacam antes a capacidade socializadora de formas não clássicas de trabalho e de troca económica ou, como afirma Lautier (2009: 96), uma capacidade de projeção no futuro, mediante uma atividade produtiva que permita o reconhecimento de direitos sociais.

Como relembram Perret e Roustang, a diversidade inerente à natureza das situações abrangidas pela economia informal distingue-se positivamente a partir do que dominam de “imperativo da inserção”:

*“Le problème des relations entre économie concurrentielle et économie informelle ou économie d’insertion mériterait de longs développements (...) Ce qu’il est convenu d’appeler «travail au noir» désigne des réalités de natures diverses: on ne peut traiter de la même manière les travaux et prestations effectués par les entreprises bien organisés, qui font une concurrence déloyale aux ordinaires, et les activités que si situe à la limite de l’autoproduction. La question du «blanchiment» d’une partie du travail au noir est posée de longue date sans avoir reçu de réponse satisfaisante. Cela suppose toute une réflexion économique qui analyse de nombreuses situations intermédiaires entre l’autoproduction pure et l’économie marchande, par exemple l’autoproduction qui se prolonge par le troc ou par la vente occasionnelle de certains produits, les petits commerces de vente de myrtilles, de champignons, jusqu’aux aides sous forme de dégrèvements fiscaux, d’allègement des charges sociales dans les entreprises traditionnelles, etc. Cela suppose une autre représentation de l’économie et du fonctionnement du marché du travail, tenant compte d’une situation*

<sup>66</sup>. Designadamente, os autores referem a instabilidade do vínculo contratual (assente em contratos verbais), os padrões de ocupação e os rendimentos irregulares e as jornadas de trabalho longas e de duração não determinada.

<sup>67</sup>. Os autores referem que a reduzida cobertura da proteção social pública (derivada, também, da reduzida percentagem de população ativa no setor formal) permite aos mecanismos privados de proteção social um outro relevo, manifesto em “*alternativas de cariz comunitário e tradicional que, à luz do modelo formal, se apresentam como instáveis e heterogêneas mas que, na prática, estão mais próximas das lógicas e estruturas sociais assentes na intensidade das relações sociais e se adaptam melhor às condições socioeconómicas e organizacionais existentes*” (Rodrigues *et al.*, 2009: 152). No entanto, ao crescimento e expansão da economia informal não correspondeu o surgimento de redes e organizações que, neste contexto, assegurem os múltiplos riscos associados ao desempenho da atividade (156).

<sup>68</sup>. Para os autores o reconhecimento do interesse das atividades informais reside no seu contributo para a autonomia e a socialização (combatendo assim o isolamento, por exemplo). A economia informal constituiu assim uma alternativa à exclusão (e não ao emprego “clássico”), podendo ainda apresentar-se, por vezes, como um trampolim para a inserção profissional.

*complexe due à l'impératif d'insertion qui brouille les distinctions claires entre travail rémunéré à plein temps et autres activités économiques.* ” (248)

Para além da distinção respeitante à natureza das atividades, importa perceber a relação dos rendimentos obtidos mediante o desenvolvimento de trabalho no âmbito de atividades da economia informal com os rendimentos provenientes do emprego ou de mecanismos de proteção social.

A relação estabelecida entre rendimentos de origem diferenciada – funcionando como complemento ou substituição (Hespanha, 2007: 156; 165) – traduz também o posicionamento do trabalho informal face ao emprego e às situações de desemprego, na medida em que o trabalho informal tanto se pode situar no passado anterior à ocorrência do desemprego (coexistindo assim com o desempenho de trabalho em contexto de emprego), durante a vigência de benefícios sociais ou após o seu término<sup>69</sup>.

A este respeito, Rodrigues *et al.* (2009: 155) tipificam os percursos associados ao trabalho informal, referindo nomeadamente as transições ao longo da vida do formal para o informal (sendo o inverso mais raro), as trajetórias constantes no informal<sup>70</sup>, ao longo da vida ativa, e a simultaneidade de atividades formais e informais.

Se, por um lado, a obtenção de rendimento através do trabalho informal se apresenta como uma necessidade incontornável, baseada numa perceção do risco racionalizada (Hespanha, 2007: 282-283), por outro, o trabalho informal assume um papel positivo do ponto de vista da inclusão.

A multiplicidade de formas de contacto do indivíduo com o mundo do trabalho que o trabalho informal potencia apresenta-se, segundo Centeno (2006: 75), como uma mais-valia relevante em termos das estratégias de alguns grupos (como os jovens ou os trabalhadores mais velhos, por exemplo) para:

- Potenciar melhores condições de conciliação entre a escola e o trabalho, contribuindo assim para reduzir o abandono escolar precoce;
- Suportar a transição entre o mundo escolar e o mundo do trabalho, contribuindo para diminuir a duração destes períodos;
- Apoiar a inserção profissional, mediante o acesso a experiência profissional relevante e conseqüente aumento da probabilidade de seleção;

<sup>69</sup>. Sendo que neste último caso se constitui frequentemente como a única estratégia alternativa passível de ser implementada face à ausência de outro tipo de rendimento.

<sup>70</sup>. Aquilo que Hespanha (2007: 166) designa de “carreiras feitas no informal”, que podem frequentemente estar associadas a situações de desemprego de longa duração ou de integração socioprofissional marcadamente frágil, de curta duração e em que os períodos de inatividade excedem largamente os de atividade.

- Diversificar as oportunidades de aquisição de competências, reduzindo os riscos de obsolescência qualificacional e potenciando a formulação e consolidação de alternativas profissionais, particularmente relevantes em períodos de perturbação significativa das trajetórias profissionais.

Embora sejam frequentemente analisadas sobre a ótica das receitas não captadas, as atividades da economia informal contribuem, desta forma, para a não ocorrência futura de determinados custos, o que poderá justificar o interesse em equacionar as suas especificidades num hipotético cenário de transição para a economia formal, tanto mais que este implica frequentemente o seu enquadramento no âmbito de um conjunto de regras destinado sobretudo a empresas, as quais podem constituir um entrave ao seu crescimento e sustentabilidade futura (Centeno, 2006: 76).

Os custos associados ao processo de integração da economia informal no sistema formal são frequentemente o fator mais referenciado como condicionador desta possibilidade (Rodrigues *et al*, 2009: 162). A formalização das atividades económicas traduz-se, simultaneamente, na aceitação de uma estrutura temporal regular e parametrizada de deveres e obrigações, do ponto de vista fiscal, jurídico ou administrativo. A regularidade, em conjugação com o volume de trabalho resultante do cumprimento das mesmas, revela-se dificilmente compatível com a irregularidade inerente ao exercício da atividade em contexto informal e aos baixos rendimentos que, frequentemente, proporcionam. No entanto, da formalização depende largamente a capacidade de acesso à proteção social, o que justifica o constante interesse em equacionar esta aparentemente insanável contradição.

### 4.3. O conceito de inclusão social

A definição do conceito de inclusão social não se afigura simples, na medida em que implica compreender a relevância do mesmo no âmbito de trajetórias individuais. Por conseguinte, consideramos necessário abordar um conjunto de conceitos centrais à problemática da inclusão social, desde logo partindo do conceito de integração social. Para além deste, importa problematizar no âmbito deste estudo a exclusão social, interrelacionada com a questão da centralidade do trabalho/emprego e, bem entendido, como o fenómeno do desemprego. Por último, e de forma a melhor compreender as vivências individuais dos praticantes da economia informal, equacionamos a questão da vulnerabilidade.

### 4.3.1. O conceito de integração como ponto de partida conceptual

O conceito de integração apresenta uma larga tradição na sociologia, tendo a sua relação com as estruturas societais sido historicamente definida em função das relações de classe e dos posicionamentos sociais objetivos dos indivíduos que, neste contexto, se construíram e consolidaram.

A sua abordagem implica, no entanto, a necessidade de ressaltar a sua dupla definição, uma vez que a integração se pode referir à integração do sistema ou à integração dos indivíduos, bem como à integração destes dois níveis entre si (Lockwood, citado em Dubet, 2006: 34).

No que respeita à sua natureza sistémica, impõe-se considerar a importância da interação ao nível dos sistemas político-jurídico, económico, proteção social e comunitário e familiar os quais asseguram, respetivamente, a integração cívica e política, a integração socioeconómica, a integração social e a integração familiar e na comunidade.

A exequibilidade da integração reside numa interatuação entre os diferentes sistemas que potencie a formulação de um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais (Rodrigues et al, 1999: 78).

Assim, a integração sistémica ou funcional remete-nos para *“o estado da divisão do trabalho, a maneira pela qual o sistema gera a complexidade crescente das formas de produção, dos status, dos papéis e das «funções»”* (Dubet, 2006: 34), onde a primazia do lugar e da função assegurada pelo indivíduo para o funcionamento do sistema se revela central.

A centralidade que o trabalho assume nas sociedades modernas afigura-se por conseguinte relevante, ao permitir antever uma forte relação entre a integração socioeconómica e a integração social, desde logo porque o acesso à proteção social formal (que, na nossa sociedade, se apresenta como preponderante face à outras formas de proteção social) se realiza através do emprego.

Por outro lado, abordar o conceito de integração social implica considerar a sua aceção enquanto condição de participação nos processos normais de vida em sociedade, em particular no que respeita ao acesso aos direitos sociais e ao exercício da cidadania (Capucha, 2005: 90). Neste sentido, a integração social remete-nos para a responsabilidade do Estado em assegurar a capacidade individual de acesso aos direitos sociais, mediante a definição e implementação de políticas públicas que, no seu conjunto, contribuam para a redução de desigualdades e promovam a inclusão dos indivíduos. Não obstante as transformações registadas e respetivas consequências ao nível das dinâmicas económicas,

sociais e culturais, o Estado permanece assim enquanto uma das instituições de quem se espera que assegure ininterruptamente a integração social.

No que respeita aos indivíduos, importa manter presente a relação do conceito de integração com a formulação das identidades individuais e a construção dos papéis, quotidianamente exercidos nas múltiplas esferas da vida social, num quadro de representações portadoras de sentido. Neste âmbito, a integração apresenta-se relacionada com um conjunto de pertenças inerentemente estáveis, construídas e consolidadas mediante os laços sociais que unem indivíduos, instituições sociais e sociedades.

No entanto, face a sociedades marcadamente caracterizadas por uma crescente complexidade, incerteza e menor clareza, próprias de uma “sociedade de risco” (Ulrich Beck, citado em Stoer, 2004: 23), os posicionamentos individuais na estrutura societal sofrem perturbações que transformam o sentido e a força dos laços que tradicionalmente asseguravam a integração<sup>71</sup>.

A integração torna-se assim instável e *“os papéis familiares e os papéis profissionais não se encontram mais totalmente escritos por algum argumentista oculto da vida social, eles devem ser inventados pelos atores submetidos à obrigação de serem livres, isto é, de construir seus papéis, de fixar suas normas e de se motivarem”* (Dubet, 2006: 56-57), transformando a integração subjetiva numa atividade penosa (em contraponto a um estado) e dependente da experiência individual.

Assistimos assim, como refere Dubet, a uma individualização do desafio subjacente à integração subjetiva, onde cada um assume a produção da sua própria identidade e do seu modo de integração mediante uma mobilização e motivação contínua, num contexto em que as referências de estabilidade se podem dissolver rapidamente e de forma inesperada (2006: 56). Por seu turno a mobilidade, que substitui a estabilidade enquanto princípio de organização e transforma a integração sistémica em *“um assunto de redes e de fluxos”* (Castells, citado em Dubet, 2006: 38), contribui para reforçar a imperiosidade de construção permanente dos papéis individuais, experienciada pelos indivíduos sob a forma de um estado de permanente desenraizamento.

#### **4.3.2. Exclusão social, centralidade do trabalho, emprego e desemprego – conceitos e realidades confluentes**

A instabilidade, a mobilidade e a necessidade de construir em permanência os papéis, bem como as suas consequências ao nível dos laços sociais que os indivíduos estabelecem com as entidades de pertença, permite-nos enquadrar

<sup>71</sup>. Naquilo que Dubet designa por “labilidade”, derivada da extensão do individualismo e da complexidade funcional das sociedades modernas (2006: 35)

neste ponto a relevância do conceito de exclusão social (em contraponto com o conceito de inclusão social), na medida em que esta resulta de tendências situadas no âmbito do funcionamento das sociedades que questionam de forma massiva os processos de integração social (Perret e Roustang, 1993; 100).

Como refere Almeida (citado em Capucha, 2005: 88) *“na verdade, exclusão e integração não são essências substantivas e ontológicas, mas sim as duas faces, opostas, de uma realidade relacional contraditória”*, que Pereirinha (citado em Capucha, 2005: 77) também realça ao interligar a exclusão social *“aos aspectos relacionais e aos mecanismos da integração/desinserção social”*.

Enquanto fenómeno multidimensional, a exclusão social remete para um conjunto de fenómenos que contribuem para a produção do excluído (tais como o desemprego e a pobreza), e traduz-se por uma perda de integração ou participação do indivíduo na sociedade, aferida em função dos padrões sociais de referência.

Por força do seu carácter cumulativo, dinâmico e persistente, a exclusão não apenas se reproduz como evolui em função das mudanças operadas ao nível da sociedade *“constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social”* (Rodrigues et al., 1999: 65).

Em sociedades onde a centralidade do trabalho e do emprego se apresenta como incontornável, as recentes tendências evolutivas verificadas ao nível laboral (deslocalização da produção, segmentação do mercado de trabalho e diferenciação dos estatutos associados ao trabalhador, por exemplo) contribuem para que os processos de exclusão se apresentem crescentemente ancorados no próprio sistema de produção (Estivill, 2006: 118)<sup>72</sup>.

O trabalho não se resume às remunerações nem se esgota nas relações sociais e estatutos sociais que lhe estão subjacentes, antes se apresenta como campo fundamental de interação e realização humana, que não apenas transforma o mundo mas também o sujeito (Marques, 2009: 25). Como afirma a autora:

*“Na verdade, a posse de um emprego é objecto de uma carga institucional, numa determinada formação histórica, definida pelas condições de trabalho, pelo sistema de remunerações directa e indirecta e por um conjunto de regalias sociais e proteção social, entre outros aspectos. Igualmente, o desempenho de uma atividade profissional apresenta-se estruturante dos espaços-tempos sociais, dos ritmos de desempenho das atividades no dia-a-dia, da estabilização do quotidiano.”* (Idem)

Em sociedades marcadas pela centralidade do mercado de trabalho e do emprego (Marques, 2009: 25; Hespanha, 2007; 134), mas que paradoxalmente assistem a uma transformação das condições efetivas de participação e socia-

<sup>72</sup>. Condicionando, como refere o autor, a diversidade de acesso aos bens de consumo e aos equipamentos e serviços.

lização do indivíduo, derivadas de uma instabilidade e precariedade crescente (Castel, citado em Capucha, 2005: 80), a ocorrência de perturbações significativas nas trajetórias individuais (a perda do emprego ou, em menor nível, a degradação das condições de trabalho, por exemplo) despoleta, frequente e paulatinamente, consequências ao nível das interações quotidianas, das relações sociais e das identidades<sup>73</sup>.

Por um lado, no epicentro de progressiva segmentação do mercado de trabalho, a flexibilidade laboral, seja em termos contratuais, temporais ou geográfica (Duarte, 2011; 17) contribui para perturbar a estabilidade e a durabilidade da relação contratual e, conseqüentemente, limitar a capacidade do emprego para garantir o acesso aos direitos sociais (Cruz, 2011; 98), para além de comprometer a capacidade do indivíduo de se inscrever numa história de vida coerente e com sentido (Sennet, citado em Perret e Roustang, 1993; 309).

Por outro lado, o desemprego afirma-se como um fenómeno de consequências significativas, um desvio à norma do trabalho assalariado (Hespanha, 2007: 135) que não se resume às suas implicações ao nível do rendimento, mas que condiciona efetivamente o exercício da cidadania (Matos, 2011: 32).

Estamos, portanto, perante uma perda significativa, um desvanecer de uma pertença que se afasta de uma referência estável e se transforma, como refere Castel (citado em Capucha, 2005: 80), na satisfação de necessidades de sobrevivência através do recurso ao improvisado e a expedientes. A incerteza instala-se e transforma-se numa característica marcante dos modos de vida, que conseqüentemente se consolidam no âmbito da ausência da referência espaço-temporal estruturante que o emprego possibilitava (Hespanha, 2007: 135; Marques, 2009: 25) e acarretam impactos ao nível da sociabilidade e da própria natureza das redes sociais em que o indivíduo em situação de desemprego participa (Hespanha, 2007: 137).

Para Marques, os “*processos de (re)composição identitários*” (2009: 33) que se verificam no âmbito das situações de desemprego (particularmente as de maior duração) podem traduzir-se em consequências graves ao nível da saúde mental e física dos indivíduos, provocar impactos negativos na sua autoimagem, motivação e bem-estar e potenciar sentimentos de culpabilização pelos próprios. Neste sentido, a perda do emprego constitui “*um revés no estatuto social e na identidade dos indivíduos que, por isso, frequentemente se sentem desvalorizados, humilhados e assolados na sua dignidade. O sentimento de desvalorização social acompanha, assim, o rótulo de desempregado*” (Hespanha, 2007: 135).

<sup>73</sup>. Como afirma Capucha (2005: 88), “*a emergência de um acontecimento traumatizante, como a desagregação dos laços profissionais ou o divórcio, acaba por se estender a outras esferas da vida, repercutindo-se nas suas competências, na auto-estima e na capacidade de desempenho social. A vergonha passa a dominar o quotidiano. Rompem-se os laços com os grupos de amigos, as redes de relações esboçam-se, a própria família deixa de ser integradora. Emerge a solidão, o isolamento, o «ficar fora», a perda do «laço social»*”.

Tal como refere Stoer (2004: 59), *“se existe um Lugar decididamente identificado pelo público como fonte de exclusão social é o do trabalho (...) Ser incluído neste processo significa ser incorporado no processo de trabalho e numa relação salarial. O exercício da própria cidadania tornou-se dependente do facto de se ter um trabalho e ser excluído, significou, em larga medida, não ter lugar no processo de trabalho”*.

### **4.3.3. Inclusão social, exclusão social e economia informal – que relações?**

A abordagem da exclusão social e da sua inerente relação com o trabalho e emprego revelam-se, por seu turno, fundamentais para perspetivar a inclusão social<sup>74</sup>, enquanto processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários para uma participação plena na vida económica, social e política de todos os indivíduos.

As abordagens de operacionalização destes conceitos são diversas, centrando-se por exemplo na operacionalização de indicadores (Pereirinha, citado em Capucha, 2005: 89), no cruzamento de variáveis centrais como a *“relação com o trabalho”* e a *“relação com a proteção”* (Estivill, citado em Capucha, 2005: 89) ou na participação das pessoas no âmbito de dimensões chave (Burchardt, citada em Capucha, 2005: 89).

Por seu turno, a proposta do Observatório Europeu criado durante o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (II PELCP) associa a exclusão social a domínios fundamentais de direitos<sup>75</sup> cuja ausência revela a existência de exclusão social (Room, citado em Capucha, 2005: 88-89).

Considerando o objeto do presente estudo, que pretende sobretudo aflorar o contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos, pensamos ser pertinente a forma como Capucha (2000: 90) descreve a exclusão social e seus efeitos nas trajetórias individuais:

*“Estar em situação de exclusão social significa (...) não possuir um emprego – por vezes nem mesmo a imagem ou memória do que isso possa ser – ou apenas o possuir com má qualidade, mal remunerado, instável e inseguro, quase sempre sem condições de higiene e segurança, desprotegido e frequentemente «a-legal»; possuir qualificações baixas, quase nulas ou obsoletas face às necessidades de adaptação às rápidas mudanças organizacionais e tecnológicas da «sociedade do conhecimento»; ter experimentado o insucesso escolar ou carreiras escolares muito curtas e não aceder a oportunidades de atualização profissional e de formação ao longo da vida; não fruir de equipamentos e atividades culturais satisfatórias.*

<sup>74</sup>. Tal como afirmam Popkewitz e Lindblad (citados em Stoer, 2004: 27): “«a exclusão [...] é permanentemente comparada com o cenário de algo que está incluído»”.

<sup>75</sup>. Tais como o rendimento digno, o trabalho e a atividade económica, a educação e a formação, a saúde e a habitação e a igualdade de oportunidades.



*Estar em situação de exclusão social significa ainda, quase sempre, possuir um estatuto social desvalorizado e uma identidade negativa; ser mais vulnerável às doenças e beneficiar de cuidados de saúde de pior qualidade – ou não beneficiar deles de todo; viver em habitações degradadas ou às vezes até na rua; não encontrar na família os apoios estratégicos que garantam suporte para projectos de vida pelo menos estáveis, material, relacional e emocionalmente; e pertencer a comunidades onde predomina a carência, a marginalidade, a violência, a pobreza. Para além, claro, de não usufruir dos rendimentos necessários a uma vida digna.”*

A forma como Capucha descreve a exclusão e a relaciona com o trabalho e o emprego permite, entre outros, antever a sua ligação ao exercício de uma atividade no âmbito da economia informal (*desprotegido e frequentemente «a-legal»*), uma relação que também Jordi Estivill (2006: 130) estabelece, embora num contexto espacial e social diferente<sup>76</sup>:

*“a existência de um setor informal é uma fonte fundamental que alimenta a exclusão, não só socioeconómica, mas também política. Neste sentido, a grande importância que o setor informal reveste em toda a América Latina, seria um elemento de diferenciação em relação à Europa Ocidental, onde este setor vai certamente assumir uma maior importância, sem no entanto chegar aos níveis que se verificaram na América Latina.”*

Robalo dos Santos (2013: 139) complementa a ideia permeável em Estivill (2006) quanto à relação entre economia informal e exclusão social:

*“não raras as vezes, o recurso ao trabalho não declarado surge como única forma de assegurar a própria sobrevivência, sobretudo quando as pessoas se encontram em «estado de necessidade», determinado pela combinação de situações de pobreza extrema, exclusão social e baixos níveis de empregabilidade com níveis de proteção social mínimos ou inexistentes.”*

Se por um lado a economia informal alimenta a exclusão social, por outro, a exclusão fomenta (ainda que constringidamente) a economia informal.

Não obstante, Estivill reconhece o contributo do setor informal da economia enquanto fator de inclusão socioeconómica:

*“populações importantes sobrevivem graças ao comércio de bens e serviços no plano local, trabalham em condições precárias, tecem redes de sociabilidade no labirinto complexo e, por vezes, inextricável duma economia paralela que se baseia em cumplicidades e no objectivo de subsistência” (Idem)*

Para o autor, a diferenciação dos dois contextos pode ser compreendida ao considerarmos, por um lado, o papel que o Estado assume na Europa, ao garantir os direitos civis, políticos, sociais e assim assegurar a proteção dos cidadãos e, por outro, o papel de que se reveste, na América Latina, aquilo que denomina como *“sociedade providencial”*<sup>77</sup>, sendo precisamente na deterio-

<sup>76</sup>. No caso, o da América Latina, que compara com a Europa Ocidental.

<sup>77</sup>. “baseada nas suas redes de solidariedade primária e secundária (...) apesar dos seus limites, a família, e as mulheres muito especialmente, o parentesco, a vizinhança, as comunidades campesinas, indígenas, os grupos de par... constituem uma rede de ajudas mútuas, de reciprocidade, através da qual se satisfazem as principais necessidades (2006: 131-132)”

ração dos laços sociais inerentes a esta que situa uma das causas centrais da exclusão social<sup>78</sup>.

Entre o Estado e a sociedade providencial, em estreita relação com os conceitos de exclusão social e de pobreza, posiciona-se o conceito de vulnerabilidade, que consubstancia uma situação de risco e uma probabilidade de produção da exclusão que afeta grupos diferenciados de pessoas.

Em função das diversas conjunções possíveis de fatores que se encontram subjacentes à vulnerabilidade, a tipologia proposta por Luís Capucha<sup>79</sup> distingue:

- Os grupos que possuem um *handicap específico*, impeditivo da participação social e profissional e alvo de preconceitos (ex: pessoas com deficiência, imigrantes);
- Os grupos *desqualificados*, cujas baixas qualificações escolares e profissionais acarretam dificuldades em termos de participação social e profissional (ex: desempregados de longa duração, trabalhadores com baixas qualificações ou qualificações obsoletas, idosos, famílias monoparentais);
- Os grupos *marginalizados*, caracterizados por modos de vida desviantes face aos padrões considerados normais da sociedade e que evidenciam grandes dificuldades de inserção, sendo igualmente alvo de discriminação (ex: pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, jovens em risco, detidos e ex-reclusos).

A diversidade de situações associadas à vivência da exclusão social resulta assim do peso diferenciado dos diferentes handicaps<sup>80</sup> que afetam os indivíduos, pressupondo a sua identificação o “(re)conhecimento das circunstâncias que permitem considerar um grupo ou uma categoria como socialmente desfavorecida” (Rodrigues et al., 1999: 70).

A abordagem do contributo da economia informal para a inclusão dos mais desfavorecidos implica assim ter presente a natureza gradual do desfavorecimento, traduzido em posicionamentos diferenciados de vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social, considerando-se aqui como relevante a tipologia de categorias sociais desfavorecidas proposta ao nível do estudo “*Grupos Sociais Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*” (CIES/CESO, 1998).

<sup>78</sup>. Embora admita, como exceção no âmbito europeu, os contextos nacionais da Irlanda, Espanha, Portugal, Grécia e Itália, razão pela qual se deverá reter a questão da sociedade providencial no contexto deste estudo.

<sup>79</sup>. Luís Capucha (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

<sup>80</sup>. De entre os quais a precariedade de inserção no mercado de trabalho (ou a exclusão do mesmo) e os baixos rendimentos se revelam, no contexto do presente estudo, particularmente importantes.

No âmbito desta tipologia figuram, entre outras categorias<sup>81</sup>, os trabalhadores da economia informal, os quais os autores consideram caracterizar-se por uma vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social patente ou latente.

#### 4.4. Síntese

Os conceitos de economia informal e de inclusão social apresentam-se assim como centrais no âmbito deste estudo. Se a economia informal, enquanto componente da economia não registada, nos remete para o acesso ao trabalho e ao rendimento por parte dos indivíduos, mediante a produção de bens ou a prestação de serviços em pequena escala, a inclusão social remete-nos para o processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários a uma participação plena na vida económica, social e política dos indivíduos.

No entanto, enquanto o conceito de economia informal reforça o primado da ação individual, o conceito de inclusão social evidencia o primado da ação coletiva, destacando-se a este nível o papel do estado enquanto primeiro responsável pela prossecução das políticas que visam a assegurar as necessárias condições para a efetivação dos processos de inclusão.

Na intersecção entre os dois conceitos posiciona-se a dualidade entre trabalho e emprego, calibrada pela dimensão da proteção social (designadamente a de natureza contributiva). Na economia informal o trabalho não permite o acesso às prestações sociais que asseguram a proteção dos trabalhadores (contra o desemprego ou a doença, por exemplo), enquanto que ao nível do emprego a crescente instabilidade e insegurança pode contribuir para uma redução da capacidade das políticas sociais efetivamente contribuírem para o processo de inclusão social dos indivíduos.

---

<sup>81</sup>. As categorias sociais desfavorecidas tradicionais são constituídas pelos idosos, em particular aqueles marcados pela insuficiência de recursos económicos, pela solidão e pela desintegração familiar; os camponeses pobres, devido à sua inserção em modos de produção arcaicos e de difícil rentabilidade e os assalariados da agricultura, indústria e serviços, detentores de menores qualificações e baixas remunerações. Ao nível das novas categorias sociais desfavorecidas os autores incluem os desempregados de longa duração, com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho derivadas, total ou parcialmente, da posse de qualificações baixas ou obsoletas; os grupos étnicos e culturais minoritários, com uma vivência frequentemente associada à precariedade das condições de vida e ao ostracismo; as famílias monoparentais com privação de recursos económicos; as pessoas com deficiência, caracterizadas pela baixa taxa de emprego, uma dependência social e familiar e uma difícil integração social; os jovens em risco, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, detidos e ex-reclusos, excluídos das principais instituições sociais (família, escola, trabalho, etc.); os sem-abrigo, uma categoria heterogénea baseada numa diversidade de causas possíveis e os trabalhadores da economia informal ou trabalhadores que desenvolvem atividade sob a forma de emprego precário, com uma vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social patente ou latente. Acrescentam ainda a estas as mulheres, pela discriminação ao nível do mercado de trabalho, os jovens à procura do primeiro emprego, sobretudo aqueles que não possuem formação e qualificações rentabilizáveis e os indivíduos com doenças crónicas, cuja debilidade física é acrescida pela impossibilidade de exercerem uma profissão. Por seu turno, os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, definidos em função de uma especificidade relacionada com a insuficiência de qualquer recurso, são incluídos enquanto categoria transversal, na medida em que poderão sobrepor-se às restantes categorias referenciadas (CIES/CESO, 1998).

# 5

## Questões chave, metodologia e técnicas

### 5.1. Questões chave

Tendo presente o enquadramento realizado, destaca-se a relevância da atual conjuntura socioeconómica, claramente marcada pela diminuição do emprego e correspondente aumento do desemprego, à qual se associa um contexto de diminuição das prestações sociais passível de incrementar o risco de pobreza e exclusão social.

Ao nível da discussão em torno dos conceitos centrais destaca-se a possibilidade de a economia informal se constituir como uma estratégia de reação às adversidades (de entre as quais, pela sua atual expressividade, se destaca o desemprego) que, ao permitir o acesso ao trabalho e ao rendimento, pode contribuir para melhorar as condições de vida dos indivíduos e das suas famílias, sobretudo num contexto de diminuição do contributo associado às prestações sociais.

Por outro lado, à prática da economia informal associa-se um potencial de transição para o mercado de trabalho, sendo neste contexto que os obstáculos à formalização das atividades prosseguidas neste âmbito adquirem uma particular relevância.

Em consonância, o desenvolvimento da investigação partiu das seguintes questões chave:

- a) O desenvolvimento de atividades da economia informal encontra-se relacionado com a ocorrência de situações de desemprego de longa duração, com as dificuldades no acesso ao emprego das pessoas em situação de vulnerabilidade social e com a existência de trajetórias laborais informais ao nível da família.

- b) Os obstáculos à formalização das atividades da economia informal passíveis de serem enquadradas pela economia formal são derivados de fatores extrínsecos, designadamente a carga fiscal e a carga de regulação.
- c) Ao contribuírem para incrementar o rendimento disponível dos indivíduos e das famílias, as atividades de economia informal contribuem para a melhoria das condições de vida e potenciam uma maior capacidade de inclusão dos públicos mais desfavorecidos.

## 5.2. Metodologia e técnicas aplicadas

A Economia Não-Registada (ENR) tem vindo a assumir uma crescente importância no panorama internacional e tem sido largamente estudada ao longo das últimas décadas. Contudo, ainda não há consenso no meio académico sobre qual a metodologia apropriada para estudar o fenómeno. Esta questão prende-se com a sua complexidade e com o facto de que diferentes métodos necessariamente estimam diferentes conceitos.

Podemos medir a ENR através de métodos diretos e indiretos. Os métodos indiretos baseiam-se na comparação de dados agregados macroeconómicos (como as contas nacionais, o consumo de eletricidade, a procura de moeda, etc.) e na estimação de modelos teóricos, de forma a obter um valor aproximado deste fenómeno. Os métodos diretos são baseados em questionários e métodos de amostragem estatística e, apesar da sua vantagem em termos de comparabilidade e detalhe, estão sujeitos à boa vontade do entrevistado na resposta sincera sobre a sua participação na ENR.

Ambos tendem a subavaliar o tamanho da economia paralela. Os métodos indiretos, porque não dispõem de todos os dados necessários a representar uma realidade tão complexa (note-se o quão difícil é obter dados sobre a economia ilegal); e os métodos diretos, porque ilustram apenas a ENR da amostra escolhida, estão potencialmente enviesados para a subdeclaração e focam-se apenas no período de aplicação.

Nos métodos diretos de estimação são usadas entrevistas estruturadas (habitualmente presenciais), de modo a minimizar o número de respostas desonestas ou evasivas a questões consideradas mais sensíveis. As abordagens nesta área tendem a assumir a seguinte estrutura: (i) a primeira parte pretende sensibilizar o entrevistando para a problemática em causa; (ii) a segunda parte foca-se em obter a experiência dos indivíduos em atividades na ENR; e (iii) a terceira parte elabora questões do foro socioeconómico.

Alguns exemplos da aplicação deste método são os trabalhos de Feld e Larsen (2005, 2008, 2012) e Merz e Wolff (1993) para a Alemanha; Isachsen e Strøm (1985) para a Noruega; Pedersen (2003) para o Reino Unido e países nórdicos; e Kazemier (2006) e van Eck e Kazemier (1988) para a Holanda. A forma como foram desenhados os questionários torna estes estudos comparáveis. Os estudos de Renooy *et al.* (2004) e Comissão Europeia (2007) focam-se num grupo de países da União Europeia. Nestes estudos, a importância da heterogeneidade de culturas e a forma como os diferentes povos encaram a ENR é decisiva.

O presente estudo apresenta uma relação com as abordagens dos métodos diretos de estimação, na medida em que visa conhecer a economia informal em Portugal a partir de testemunhos confidenciais de atores chave que desenvolvem atividades no seu âmbito. No entanto, o seu objetivo consiste em perceber a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que de outra forma se encontrariam afastadas do mercado de trabalho, o que não se esgota na questão da estimação da economia informal, na medida em que coloca em estreita relação as vivências laborais no âmbito da economia informal com a inclusão social e a integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Por conseguinte, o presente estudo privilegiou a utilização de metodologias qualitativas, na tentativa de compreender as vivências daqueles que desenvolvem trabalho na economia informal através da sua própria perspetiva, traduzidas na recolha de descrições textuais complexas relativas à sua experiência. Esta opção visou permitir uma compreensão das razões e motivações subjacentes aos participantes do estudo e, simultaneamente perceber como as pessoas interpretam as suas experiências e o mundo que as rodeia (MacDonald e Headlam, 8).

Considerando a natureza específica da economia informal, definida não apenas pela sua menor visibilidade mas sobretudo por uma expectável relutância dos indivíduos em abordar uma questão manifestamente sensível, a opção pelas metodologias qualitativas justifica-se ainda pela flexibilidade, maior espontaneidade e adaptabilidade da interação que proporcionam. Na medida em que se pretende explorar o objeto de estudo a partir da riqueza de dados que descrevem as experiências individuais, a relação menos formal entre investigador e participante que frequentemente caracteriza as metodologias qualitativas permite aos participantes responder de forma mais elaborada e detalhada mas também ao investigador explorar subsequentemente a informação que vai recolhendo.

Considerando as técnicas mais frequentemente associadas às metodologias qualitativas, o presente estudo alicerçou-se, num primeiro momento, na aná-

lise documental, a qual incidiu sobre bibliografia relativa à economia informal, à inclusão e à exclusão social e sobre relatórios e dados estatísticos. O seu contributo revelou-se fundamental para a problematização do objeto de estudo, tendo permitido a construção do modelo de análise utilizado e uma subsequente revisão das questões chave da investigação.

Ao nível da recolha de dados, a principal técnica utilizada foram as entrevistas em profundidade, as quais envolvem um contacto próximo e interativo entre o investigador e participantes e cujo desenvolvimento permite o surgimento de questões a serem exploradas. Como refere Danielle Ruquoy (Albarello et al., 1997: 86), a opção pela entrevista consiste simultaneamente na opção por determinadas condições metodológicas – uma relação verbal (no presente contexto, presencial), provocada pelo investigador (i.e., não natural), para fins de investigação e baseada num guião de entrevista que facilite a expressão do entrevistado, de acordo com o seu pensamento. Na medida em que se pretende conhecer em profundidade a experiência dos entrevistados, ela assume uma perspetiva marcadamente intensiva, razão pela qual envolve um conjunto reduzido de entrevistados.

Embora as entrevistas apresentem a possibilidade de permitir a recolha de informação mais detalhada, também evidenciam inconvenientes que importa atentar, nomeadamente os riscos associados ao enviesamento, uma maior exigência de recursos (de tempo mas também ao nível das competências do entrevistador) e uma dificuldade de generalização dos resultados obtidos (Pardal e Lopes, 2011: 85-86).

No que respeita aos “Laboratórios de Experiências”, os mesmos recorreram à técnica de *focus groups*, derivando o potencial da informação recolhida da interação gerada entre os participantes (Coutinho, 2013: 143). O recurso a esta técnica implica no entanto uma boa ponderação do tamanho dos grupos (recomendado entre 6 e 10 participantes), do número de grupos a realizar (um maior número de grupos permite reduzir a influência de fatores internos e externos desconhecidos do investigador e assim contribuir para limitar o risco de enviesamento) e das características dos participantes, por exemplo (Hancock, 1998: 11).

Por último, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas e dos Laboratórios de Experiência realizados.

### **5.2.1. As entrevistas em profundidade**

No âmbito do presente estudo optou-se pela aplicação de uma entrevista semiestruturada, baseada numa série de questões abertas que definiam os

temas chave sobre investigação e simultaneamente permitiam ao entrevistado estruturar o seu pensamento em torno do objeto perspectivado (Albarello et al. 1997: 86). Embora a opção não tenha recaído nas entrevistas estruturadas que frequentemente são utilizadas no contexto do estudo da Economia Não Registada, a estrutura frequentemente utilizada a este nível<sup>82</sup> foi incorporada nos temas chave.

Foram ainda formuladas, para cada tema chave, um conjunto de questões de aprofundamento para serem utilizadas em função das respostas do entrevistado às questões abertas, mantendo o entrevistador a liberdade de explorar as respostas do entrevistado ou de perseguir uma linha de questionamento introduzida pelo entrevistado (Pardal e Lopes, 2011: 87).

De forma a atentar à influência das condições sociais sobre a realização da entrevista (Albarello et al., 1997: 100), foi definido um Protocolo de Entrevista para definir com clareza as regras para administração e aplicação das entrevistas, contendo as instruções a serem seguidas em cada entrevista para assegurar a consistência entre as mesmas e aumentar a fiabilidade dos resultados.

De forma a refletir as questões éticas foi dada particular atenção, no âmbito do Protocolo da Entrevista e do Guião de Entrevista, à componente de informação aos entrevistados e à obtenção do consentimento informado. Neste sentido, os contactos com entrevistados para agendamento das entrevistas foram suportados por um conjunto de informação destinada aos entrevistados, a qual era novamente disponibilizada nos primeiros momentos da entrevista.

Concretamente, esta informação incluiu:

- A explicação do objetivo da entrevista;
- A exposição dos termos de anonimato e de confidencialidade, bem como das formas como serão assegurados;
- A explicação do formato da entrevista e do papel esperado do entrevistado;
- A indicação do tempo de duração estimado;
- O fornecimento de informação de contacto do entrevistador;
- A confirmação da disponibilidade do entrevistado para participar na entrevista e o pedido de autorização para proceder à gravação áudio da entrevista.

<sup>82</sup>. A sensibilização do entrevistado para a problemática em causa, a caracterização da experiência dos indivíduos em atividades na economia informal e as questões do foro socioeconómico.



### 5.2.1.1. O perfil dos entrevistados

O perfil dos indivíduos que atuam na economia informal está intrinsecamente ligado ao próprio conceito de economia informal. A economia informal ou do setor informal é caracterizada pela transação de bens e serviços legais, produzidos/prestados por unidades que operam com pouca organização e em pequena escala, com pouca ou sem divisão entre os fatores de produção capital e trabalho. O principal objetivo é o de gerar rendimentos e emprego para os indivíduos envolvidos. Neste caso, não há intenção deliberada de fuga a impostos ou contribuições, nem de infringir regras laborais. Em particular, incluem-se na economia informal atividades não registadas conduzidas por artesãos, camponeses, trabalhadores domésticos e pequenos comerciantes. Nesta rubrica da economia não registada (ENR) estão inseridos os popularmente chamados “biscates”.

A economia informal pode, por vezes, estar relacionada com certas atividades da economia ilegal. Contudo, como estamos a trabalhar no âmbito das atividades que potenciam a integração social, devemos limitar o próprio conceito de economia informal e adequá-lo aos objetivos pretendidos.

A base para traçar o perfil dos indivíduos a entrevistar é relacionar a dinâmica do emprego com o mercado informal. A ENR tende a envolver um mercado de trabalho paralelo que, comparando com o mercado de trabalho oficial, tem a particularidade de conjugar *networks* mais fortes entre empregadores e empregados, dada a sua atuação à margem das regras laborais.

É no trabalho ilícito que se traça, em linhas gerais, o perfil do entrevistado. Enumerando três das principais formas que este assume temos: (i) o trabalho secundário/*part-time* realizado após (ou mesmo durante) o horário de trabalho regular; (ii) o trabalho realizado por indivíduos que não participam ativamente no mercado de trabalho oficial, seja por motivos de dedicação exclusiva a atividades ilícitas, situação de desemprego, ou por auferirem outra prestação social; e (iii) o trabalho realizado por indivíduos que não se encontram em situação regular de permanência no país, como é o caso de trabalhadores clandestinos e imigrantes ilegais.

Qualquer uma das formas de trabalho ilícito implica a fuga de receitas a nível de impostos sobre o rendimento e também de contribuições para a segurança social. No entanto, a mais nociva é aquela que potencia a fraude para com a segurança social, isto é, quando os indivíduos usufruem de um rendimento associado ao subsídio de desemprego ou outra prestação por inatividade e auferem simultaneamente um rendimento via trabalho na economia paralela.

No que diz respeito à integração social, todas as três formas de trabalho ilícito podem assumir um papel preponderante na complementaridade de rendimentos que visam a subsistência. Já as situações de trabalho ilícito que ocorrem em simultâneo com um emprego “oficial” e que não têm qualquer papel de subsistência mas sim de aumentar os rendimentos, foram afastadas do espectro do estudo.

### **5.2.1.2. Identificação e seleção dos entrevistados**

A investigação qualitativa, devido à natureza intensiva e em profundidade da análise que lhe está subjacente, recorre normalmente a uma amostra de pequena dimensão, intencionalmente selecionadas com base em critérios relevantes. No presente estudo, foi definido como objetivo a realização de 36 entrevistas a indivíduos em situação de vulnerabilidade e que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal.

Para a realização destas entrevistas revelou-se fundamental a colaboração dos 18 núcleos Distritais da EAPN Portugal que asseguraram, de forma direta ou através de entidades associadas, a sinalização dos potenciais entrevistados em situação de vulnerabilidade.

A listagem de potenciais entrevistados objeto de sinalização foi sujeita a validação por parte da equipa do projeto e da equipa de consultores externos (membros do OBEGEF). A validação dos casos destinou-se a assegurar a sua conformidade com a definição do conceito de economia informal e o perfil de participantes adotados no contexto do presente estudo (incluindo a sua situação de vulnerabilidade).

Os participantes foram intencionalmente selecionados com base nos critérios de *género, idade, atividade desenvolvida, frequência de desenvolvimento da atividade e tempo de exercício da atividade*, de forma a assegurar que o conjunto refletisse (se possível) uma distribuição equitativa em termos de género, uma diversidade ao nível das idades e das atividades desenvolvidas e uma maior representação de casos com maior frequência de desenvolvimento da atividade e/ou de tempo de exercício.

Os casos validados foram posteriormente contactados pelos técnicos dos Núcleos Distritais ou pelas entidades associadas, de modo a efetuar o agendamento da entrevista.

### **5.2.1.3. A recolha de dados**

Foram realizadas 36 entrevistas, de carácter anónimo e confidencial, junto de pessoas em situação de vulnerabilidade e que se encontram a desenvolver

trabalho no âmbito da economia informal. As entrevistas iniciaram-se a 26 de Março de 2013 (com a realização de uma entrevistada destinada a testar o Guião desenvolvido) e terminou a 3 de Março de 2014, tendo sido realizadas 2 entrevistadas em cada distrito do território de Portugal Continental.

De forma a assegurar que as entrevistas decorriam em locais o mais neutrais possíveis, as mesmas foram realizadas em instalações dos Núcleos Distritais da EAPN Portugal (25 entrevistas), de organizações sem fins lucrativos (8 entrevistas) ou outras, por serem de maior comodidade para os entrevistados. No global, as instalações em que as entrevistas decorreram permitiram limitar a influência de fatores ambientais (como o nível de ruído ou as interrupções), bem como para assegurar a privacidade e a confidencialidade necessária.

### 5.2.2. Os laboratórios de experiência

A realização dos Laboratórios de Experiência, com recurso à metodologia de *focus groups*, teve como objetivo geral o de refletir conjuntamente nos desafios da economia informal, bem como nos obstáculos e nas estratégias passíveis de serem utilizadas ao nível da transição para a economia formal.

Do ponto de vista operacional, este objetivo geral incorporou o prosseguimento de vários objetivos específicos, mais concretamente:

- Identificar as representações sobre a economia informal e sobre aqueles que a praticam;
- Caracterizar os obstáculos inerentes à transição de atividades da economia informal para a economia formal;
- Explorar estratégias de transição entre a economia informal e formal;
- Problematizar a existência de contributos da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos.

Com a realização dos Laboratórios de Experiência procurou-se caracterizar as diferentes visões sobre a economia informal ao nível institucional, considerando as características do fenómeno, a identificação dos seus impactos ao nível micro (individual) e macro (societal) e a sua relação com as problemáticas da pobreza e exclusão social, tendo-se ainda equacionado a possibilidade do desempenho de trabalho ao nível da economia informal poder contribuir, de alguma forma, para a inclusão social dos públicos desfavorecidos.

### 5.2.2.1. Identificação e seleção das entidades participantes

A identificação e seleção das entidades convidadas a participar nos Laboratórios de Experiência derivou do facto de estas apresentarem uma relação com o fenómeno da economia informal (seja pelo seu papel regulador, pela relação com o mercado de trabalho ou com as atividades de trabalho), assim como com a intervenção ao nível da pobreza e exclusão social, designadamente mediante a implementação das políticas económicas e sociais que visam assegurar as condições para uma efetiva inclusão social dos indivíduos.

De entre um conjunto de entidades possíveis foram selecionadas 23 entidades, no âmbito de 3 tipologias:

1) As instituições públicas, com atividade regulatória relevante no âmbito do objeto de estudo:

- ▶ Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ▶ Segurança Social;
- ▶ Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- ▶ Autoridade para as Condições de Trabalho;
- ▶ Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;
- ▶ Associação Nacional de Municípios;
- ▶ Polícia de Segurança Pública;
- ▶ Guarda Nacional Republicana.

2) Os parceiros sociais, designadamente as entidades integrantes da Comissão Permanente de Concertação Social, o setor cooperativo e outras:

- ▶ Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- ▶ União Geral de Trabalhadores;
- ▶ Confederação Empresarial de Portugal;
- ▶ Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;
- ▶ Confederação dos Agricultores de Portugal;
- ▶ Confederação do Turismo Português;
- ▶ CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal;
- ▶ CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa;
- ▶ Federação Portuguesa de Artes e Ofícios, etc.

3) As entidades do setor social:

- ▶ Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- ▶ União das Misericórdias Portuguesas;
- ▶ União das Mutualidades Portuguesas;
- ▶ Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local;
- ▶ Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social;
- ▶ Associação Nacional de Direito ao Crédito.

#### **5.2.2.2. A realização dos laboratórios de experiência**

Considerando o número de Laboratórios previstos (6), foram constituídos *a priori* dois grupos-tipo por cada território (Norte, Centro e Sul), de forma a assegurar que a informação recolhida não dependia da visão de um dado grupo (ou conjunto de participantes) e, simultaneamente, incorporar o fator territorial. Quanto aos locais de realização dos Laboratórios de Experiência, foram selecionados Porto, Coimbra e Lisboa.

Ao nível da dimensão dos grupos-tipo pretendeu-se evitar a formação de grupos com uma dimensão muito superior a dez participantes; no que respeita à sua composição estabeleceu-se que esta seria repartida equitativamente pelos diferentes tipos de entidades cuja participação se encontrava prevista, de forma a evitar uma maior preponderância de um tipo de entidades sobre os restantes (o que também poderia contribuir para condicionar o discurso de alguns dos participantes das organizações menos representadas).

Neste sentido foi definida uma dimensão e composição para cada um dos grupos-tipo, distribuindo-se as entidades da seguinte forma:

**TABELA 14 – Distribuição em grupos-tipo das entidades convidadas a participar**

<p><b>GRUPOS</b> 1/3/5 (11 p.)</p>	<p>Autoridade Tributária e Aduaneira; Autoridade de Segurança Alimentar e Económica; Polícia de Segurança Pública; Guarda Nacional Republicana; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional; Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; Confederação dos Agricultores de Portugal; CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa; União das Mutualidades Portuguesas; Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Associação Nacional de Direito ao Crédito.</p>
<p><b>GRUPOS</b> 2/4/6 (12 p.)</p>	<p>Instituto de Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Associação Nacional de Municípios; União Geral de Trabalhadores; Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação do Turismo Português; CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; Federação Portuguesa de Artes e Ofícios; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias Portuguesas; Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social.</p>

Os Laboratórios de Experiência foram realizados nos dias 22/01/2014 no Porto (Grupos 1 e 2), 28/01/2014 em Coimbra (Grupos 3 e 4) e 30/01/2014 em Lisboa (Grupos 5 e 6). A sua execução foi assegurada por equipas de 2 facilitadores (sendo cada equipa composta por um elemento da EAPN Portugal e um elemento do OBEGEF), com recurso a um Guião desenvolvido para o efeito. O registo foi realizado através de gravação áudio.

Em virtude da indisponibilidade de algumas entidades em participar ou por não terem podido participar nos três Laboratórios de Experiência para as quais foram convidadas, a dimensão e composição dos grupos de participantes evidenciou algumas diferenças face ao previsto<sup>83</sup>, tal como se comprova na tabela seguinte.

<sup>83</sup>. Registaram-se algumas não comparências de participantes confirmados (o que explica a menor dimensão de alguns dos grupos) e, nalguns casos, as entidades convidadas fizeram-se representar por dois participantes.

**Tabela 15 – Entidades que participaram nos Laboratórios de Experiência**

Local	Grupo	Data	Hora	Participantes	
				Nº	Entidades
Porto	1	22/01/2014	14h00	5	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
					Guarda Nacional Republicana
	2			7	Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Empresarial de Portugal
					Federação Portuguesa de Artes e Ofícios
					Instituto da Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
					Polícia de Segurança Pública
Coimbra	3	28/01/2014	14h00	6	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
					Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
					Guarda Nacional Republicana
	4			7	Polícia de Segurança Pública
					Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade <sup>84</sup>
					Instituto da Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
Lisboa	5	30/01/2014	14h00	9	Associação Nacional de Direito ao Crédito
					Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa
					Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
					Confederação dos Agricultores de Portugal
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
	6			9	Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Empresarial de Portugal
					Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
					Instituto de Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
					Polícia de Segurança Pública
					União Geral de Trabalhadores

<sup>84</sup>. Representação assegurada pela UDIPSS Porto.

# 6

## A economia informal na perspetiva dos entrevistados: trajetos, experiências e condições de vida

### 6. 1. Caracterização dos entrevistados e dos seus agregados domésticos

As entrevistas em profundidade realizadas ao abrigo do estudo abrangeram um conjunto de 36 indivíduos, predominantemente masculinos (n=21; 58,3%) e com idades compreendidas entre os 22 e os 65 anos de idade. O grupo etário mais representado situa-se entre os “35-44 anos” (17 indivíduos), seguido do grupo entre os “45-54 anos” (9 indivíduos). A menor preponderância de indivíduos mais jovens é bem traduzida pelo valor da mediana de idades, situado nos 43 anos.

Relativamente ao estado civil, predominam os indivíduos “casados” e os “solteiros” (13 e 12 indivíduos respetivamente), sobre as situações de “união de facto” (6 indivíduos) e os “divorciados” (4 indivíduos)<sup>85</sup>. Ao nível da nacionalidade a grande maioria dos entrevistados é portuguesa (33<sup>86</sup>), embora seja inferior o número de indivíduos (29) que nasceram em Portugal<sup>87</sup>.

No respeitante aos seus agregados domésticos, mais concretamente ao nível da sua dimensão, observa-se alguma heterogeneidade, em função da sua distribuição entre os 2 (7 agregados), 3 (9 agregados) e 4 elementos (10 agregados). Os agregados com 1 elemento e com 5 ou mais elementos registam o mesmo número (5 agregados cada). Embora a composição mais frequente seja a de casais com filhos (21 agregados)<sup>88</sup>, é importante destacar o número

<sup>85</sup>. Apenas um caso de “separado do facto”.

<sup>86</sup>. As restantes três nacionalidades são a “Brasileira”, a “Moçambicana” e a “Ucraniana”.

<sup>87</sup>. Dois dos entrevistados nasceram na Guiné Bissau, dois em Moçambique, um no Brasil, um na França e um na Ucrânia.

<sup>88</sup>. Nos quais se englobam os casais com um filho (7 agregados), com dois filhos (6 agregados) ou com três filhos (3 agregados).



de agregados monoparentais (5) e de isolados (5)<sup>89</sup>. Em 17 agregados domésticos não existem crianças ou jovens com idade inferior a 18 anos.

## 6.2. Educação e formação, emprego e desemprego

A abordagem ao objeto de estudo necessita de ser perspectivada mediante a compreensão das trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados. Neste sentido, a obtenção de conhecimento sobre os percursos realizados pelos entrevistados ao nível escolar (e formativo) e laboral revelou-se o ponto de partida das entrevistas realizadas e assume-se, ao nível da análise, como o seu passo inicial.

### 6.2.1. Percurso escolar e formativo do entrevistado e dos membros do agregado doméstico

**Síntese:** A saída precoce do sistema de ensino assume particular destaque no âmbito dos percursos escolares da maioria dos entrevistados, constituindo os baixos níveis de escolaridade, que predominam entre os entrevistados e os restantes membros adultos do agregado doméstico, a consequência expectável de trajetos afetados pelo insucesso e abandono escolar, em grande parte motivados pela necessidade de ajudar a família.

No entanto, a forma como decorreu a grande maioria dos percursos escolares dos entrevistados e restantes membros adultos do agregado doméstico não se traduz numa menor valorização da aprendizagem por parte dos mesmos. Ao nível dos entrevistados esta valorização encontra expressão na retoma posterior da aprendizagem em contexto formal, mediante uma frequência do sistema de ensino e de ações de formação profissional direcionada para o aumento dos níveis de escolaridade e/ou o aumento das qualificações.

Quanto às crianças e jovens presentes nos agregados domésticos, assume particular relevância a questão do sucesso escolar, para o qual contribuem não só a existência de outras condições associadas à frequência do sistema de ensino (com destaque para o apoio da ação social escolar) como um expressivo envolvimento dos progenitores no acompanhamento dos seus percursos no sistema de ensino.

<sup>89</sup>. As restantes composições são menos expressivas: “Casal sem filhos” (2 agregados), “Casal com filho e sogra” (1 agregado), “Casal com 2 filhos e 2 irmãos” (1 agregado) e “Casal com 3 Filhos e Sogra” (1 agregado).

Quando consideramos os percursos dos entrevistados ao nível do sistema de ensino destaca-se o facto de, na sua grande maioria, terem saído do sistema de ensino antes dos 17 anos de idade<sup>90</sup>. A maior representação dos grupos etários com idades mais elevadas no conjunto dos entrevistados explica em parte este facto, dado a escolaridade obrigatória à data em que estes frequentaram o sistema de ensino se encontrar associada a uma duração inferior dos percursos escolares (em comparação com a atual). No entanto, quando consideramos os entrevistados com idades até os 34 anos, apesar da idade mais tardia com que deixaram de frequentar o sistema de ensino, esta não corresponde necessariamente a um nível de escolaridade mais elevado<sup>91</sup>.

A grande maioria dos entrevistados possui níveis de escolaridade iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico (destacando-se, ao nível destes, a maior representatividade do 1º ciclo e, seguidamente, do 3º ciclo), enquanto entre os outros membros adultos do agregado se verifica uma ligeira predominância do Ensino Secundário (em comparação com o 1º ciclo e o 3º ciclo), muito por força do contributo dos filhos dos entrevistados<sup>92</sup>. Quanto ao ensino superior, apresenta-se como o nível de escolaridade menos expressivo em ambos os conjuntos, embora comparativamente mais expressivo ao nível dos outros membros adultos dos agregados domésticos.

A duração limitada dos percursos escolares associa-se, por um lado, às retenções e, por outro, ao abandono escolar. O insucesso escolar verifica-se de forma expressiva ao nível dos agregados domésticos, sendo predominante ao nível dos entrevistados, mas também ao nível de outros elementos do agregado<sup>93</sup>. A forma como estes percursos decorreram encontra-se claramente expressa pelos entrevistados:

*“eu já falo mal, já me custa a falar... as minhas palavras é difícil e como eu falo como eu escrevo é só erros... e para ler ainda tenbo de juntar as letras para eu ler mais ou menos” [Entrevista nº 1, 05m:18s].*

*“Pouco interessado, na... na primária... não é que... segundo o diz o professor, não é.... não é que... que fosse burro não é, mas pouco interessado... muito distraído e... muito brincalhão e... chegou a certa altura que... pronto, acabei por abandonar...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 01m:34s]*

Quanto ao abandono escolar, o mesmo verifica-se em metade dos agregados domésticos, ao nível dos entrevistados e, em menor escala, dos outros elementos adultos dos agregados que, no âmbito dos seus percursos escolares

<sup>90</sup>. Ao nível das idades com que os entrevistados e os outros membros adultos deixaram de frequentar o sistema de ensino, evidencia-se uma maior expressividade das idades compreendidas entre os 13-16 anos (18 indivíduos), sendo também significativo o número de pessoas que o fizeram entre os 9 a 12 anos (12 indivíduos). Apenas 10 dos indivíduos deixaram de frequentar o sistema de ensino com uma idade igual ou superior a 17 anos.

<sup>91</sup>. De entre os entrevistados mais jovens, apenas um concluiu o 9º ano de escolaridade mediante a frequência do sistema de ensino.

<sup>92</sup>. Com idade igual ou superior a 18 anos.

<sup>93</sup>. Importa destacar que, ao nível das crianças e jovens dos agregados domésticos, a ocorrência de retenções regista uma menor expressividade.

não completaram a escolaridade obrigatória, à data em que frequentaram o sistema de ensino<sup>94</sup>.

A análise dos motivos subjacentes ao abandono escolar permite perceber que grande parte das situações referenciadas se associam à falta de possibilidades económicas da família e à subsequente necessidade dos entrevistados ajudarem a mesma, quer através da entrada no mundo do trabalho, quer assegurando funções de cuidador. No entanto, alguns dos outros motivos referidos remetem para a relação dos entrevistados com o ensino (por exemplo, o facto de não gostarem da escola, as dificuldades de aprendizagem ou os problemas de comportamento), para fatores associados à comunidade escolar (os problemas com professores ou colegas), para a dimensão familiar (a não valorização do ensino pela família, os problemas familiares) ou para a saúde. Em muitos destes casos, os motivos que os entrevistados associaram ao seu abandono escolar relacionam-se também com os percursos de insucesso escolar que caracterizaram a sua passagem pelo sistema de ensino. Nas palavras dos entrevistados:

*“Um bocado pateta... não gosto... não tenho paciência... detesto a escola” [Entrevista nº 1, 02m:11s]*

*“Para ir trabalhar (...) para casa dos meus pais (...) aquilo foi um conjunto de... do meu comportamento, de interesse pelos estudos... foi também problemas familiares, derivado a maus tratos do meu pai e... pronto, uma família, pronto, um bocado disfuncional, também derivado sei lá, na minha opinião, ao excesso de trabalho e... à escassez de... de afetos e... pronto (...) foi tipo mútuo acordo... eu... eh, comparado com alguns colegas tinha o... tanto ou mais aproveitamento e eles acabaram por fazer o 12º no ensino normal e alguns até tirar... tirar a... uma licenciatura”. [Entrevista nº 5 – Parte I, 02m:10s]*

Em função dos percursos escolares que os caracterizaram, muitos dos entrevistados entraram precocemente no mundo do trabalho, quer através da aprendizagem de uma profissão (no caso dos entrevistados de idade mais elevada), quer mediante o desempenho de trabalhos pontuais, precários e de duração limitada, dada a sua idade.

Se, no caso dos entrevistados de idade mais avançada, a aprendizagem (neste caso de uma profissão) prosseguiu mediante a transição para o contexto laboral (originando a construção de uma qualificação profissional fora do sistema formal), para uma parte significativa dos entrevistados este desempenho laboral esteve na base de uma nova valorização da escolaridade e da qualificação, em contraponto com as exigências do mercado de trabalho.

No entanto, os percursos inicialmente desenvolvidos ao nível do sistema de ensino não traduzem na totalidade a valorização que os entrevistados e os outros membros adultos dos agregados domésticos atribuem à escolaridade

<sup>94</sup>. Em dois agregados não se verificou a frequência do sistema de ensino, num dos casos pelo casal, noutro pelo entrevistado.

e à qualificação, o que se comprova pelo facto de metade dos entrevistados<sup>95</sup> terem, num momento posterior, retomado a frequência do ensino ou frequentado o sistema de formação profissional, com vista a elevar os seus níveis de escolaridade e/ou de qualificação.

Ao nível do sistema de formação profissional, apresenta-se como expressiva a frequência de ações de formação de maior duração por parte dos entrevistados e de outros membros adultos do agregado doméstico. Embora a maior parte dos casos se refira à frequência e conclusão de ações de formação profissional qualificante, também se registam casos de frequência e conclusão de ações de dupla certificação (mais concretamente de Educação e Formação de Adultos) e de Cursos de Especialização Tecnológica.

A nível complementar, a participação dos entrevistados e de outros membros adultos dos agregados domésticos no sistema de formação profissional traduz-se ainda na frequência de ações de Formação Profissional de curta duração, direcionada ao aperfeiçoamento profissional e ao enriquecimento qualificacional<sup>96</sup>. No entanto, importa distinguir entre as situações de formação contínua de alguns dos entrevistados (no contexto de emprego, passado ou atual) e as de frequência de ações de formação de curta duração em situação de desemprego, por parte de outros. Em alguns destes casos é assinalável a quantidade de ações de formação frequentadas, por vezes em área distintas e aparentemente não relacionadas com um percurso qualificacional específico. Neste sentido, para além da mais-valia obtida ao nível da aquisição de competências, é importante reter a questão da relevância dos apoios à formação no contexto mais vasto das origens do rendimento dos agregados.

Relativamente aos membros não adultos, em quase metade dos agregados domésticos existem crianças e jovens a frequentar o sistema de ensino<sup>97</sup> em estabelecimentos de ensino públicos<sup>98</sup>, na sua grande maioria ao nível do ensino básico<sup>99</sup>, beneficiando a maior parte da ação social escolar. Como já referido, embora se verifique a ocorrência de algumas retenções ao nível dos seus percursos escolares até ao momento, as mesmas registam uma menor expressividade quando comparada com a que caracteriza os percursos dos membros adultos.

A diferenciação face aos percursos escolares dos adultos não se explica apenas na mudança dos níveis de escolaridade obrigatória. De facto, o sucesso

<sup>95</sup>. Assim como 11 membros adultos de 10 agregados domésticos.

<sup>96</sup>. Formação contínua de trabalhadores, formação modular, etc.

<sup>97</sup>. No total, 32 crianças e jovens. Em 8 agregados domésticos existem crianças a frequentar o ensino pré-escolar.

<sup>98</sup>. Apenas um caso de frequência de estabelecimento de ensino privado, com contrato de associação com o Ministério da Educação e Ciência.

<sup>99</sup>. Apenas 2 jovens se encontram a frequentar o ensino secundário.

escolar das gerações mais novas é frequentemente referenciado como um fator muito significativo para a maior parte dos entrevistados, destacando-se ao nível das suas preocupações presentes e expectativas futuras, quer no que respeita à atual frequência do ensino superior de alguns dos membros adultos dos agregados domésticos<sup>100</sup>, quer na possibilidade de frequência futura do mesmo por parte daqueles que ainda se encontram no ensino básico e secundário.

O discurso dos entrevistados revela um envolvimento expressivo dos mesmos com a evolução dos percursos escolares dos seus filhos, ao nível do acompanhamento do seu progresso e da identificação das respostas mais adequadas e dos apoios para a promoção do seu sucesso escolar futuro. A título exemplificativo, nos casos em que os percursos escolares apresentam alguns problemas, os entrevistados evidenciam um envolvimento direto com a escola e os seus docentes, bem como uma postura pró-ativa na obtenção dos apoios necessários ou na procura de projetos educativos mais estimulantes para os seus filhos. Este envolvimento é evidenciado na voz dos próprios entrevistados:

*“numa terceira classe não me sabe ver umas horas... e ‘tá numa quarta... não me sabe ver horas, não me sabe fazer contas de dividir... é aí nisso que vai para um quinto ano, e não é bonito... obriguei-a a chumbar e ela ‘tá chumbada... vai voltar a repetir o quarto ano... porque precisamente nunca chumbou... a professora é que embirrou em passá-la”* [Entrevista nº 23, 11m:15s].

*“os mais novos já reprovaram, não gostam da escola... tem uma... não têm qualquer empatia com a escola... ah... vou mudá-los de escola este ano... acho que tem muito a ver, as pessoas que estão na escola é que fazem a escola, é que fazem o interesse que os miúdos têm pela escola (...) este ano descobri um projeto novo, há um projeto novo aqui, que é o EPIS... há... cria mais proximidade e eu vou mudá-los de escola e vou inseri-los no EPIS para ver se a coisa vai...”* [Entrevista nº 24, 05m:09]

### 6.2.2. Percurso profissional do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico

**Síntese:** A maioria dos percursos profissionais dos entrevistados associa-se a uma entrada precoce no mercado de trabalho, com trajetórias diversificadas ao longo do tempo a confluírem na situação de desemprego em que a maioria dos entrevistados se encontra atualmente.

Assim, se alguns dos percursos dos entrevistados evidenciam uma consolidação progressiva na direção de uma estabilidade que posteriormente o desemprego viria interromper, na maioria dos casos estes percursos caracterizam-se pelas dificuldades de inserção do mercado de trabalho,

<sup>100</sup>. Ao nível dos agregados domésticos verifica-se atualmente a frequência do ensino superior por parte de 5 filhos de entrevistados. Para além destes casos, existem ainda 2 entrevistados a frequentar o ensino superior, no 1º ciclo e 2º ciclo de estudos.

quer traduzidas na precariedade e instabilidade do emprego, quer associadas ao seu desenvolvimento sempre (ou maioritariamente) circunscrito à economia informal.

As experiências laborais, maioritariamente em regime de tempo completo, por conta de outrem e no âmbito de profissões menos qualificadas, associam-se frequentemente a tempos de exercício limitados no tempo pelo que, não obstante se verificar a realização de descontos para regimes de proteção social, um número significativo dos entrevistados apresenta carreiras contributivas inferiores à duração total dos seus trajetos profissionais.

Quando considerados os percursos profissionais dos restantes membros adultos do agregado, evidencia-se uma maior heterogeneidade ao nível da condição perante o trabalho. As profissões desempenhadas, maioritariamente por conta de outrem, revelam-se ligeiramente mais qualificadas, bem como se observa um maior equilíbrio entre vínculos laborais mais estáveis, com tempos de exercício mais longos, e os mais precários, em que predominam os contratos a termo.

Embora a maioria dos percursos profissionais dos entrevistados se associe a uma entrada precoce no mercado de trabalho, surgindo na continuidade expectável da sua saída do sistema de ensino, as trajetórias apresentam-se diversificadas ao longo do tempo, não obstante a convergência ao nível da situação de desemprego em que a maioria dos entrevistados se encontra atualmente. Se considerarmos aqueles que sempre trabalharam no âmbito da economia informal, este número é ainda mais significativo, na medida em que apenas quatro dos entrevistados são reformados, dois se encontram a exercer profissão<sup>101</sup> e um se encontra a frequentar uma ação de formação profissional.

No caso dos entrevistados com idade igual ou superior a 55 anos o percurso laboral permite, na sua maioria, percecionar uma inclusão no mercado de trabalho marcada por uma estabilidade progressiva ao longo do tempo, tendo a maioria desenvolvido trabalho por conta de outrem e, posteriormente, por conta própria, até ao momento em que o aumento das dificuldades originou o encerramento das suas empresas, a vivência do desemprego e, para alguns entrevistados, a reforma antecipada por motivos de saúde<sup>102</sup>.

No extremo oposto encontramos os percursos profissionais dos entrevistados com menor idade<sup>103</sup>, claramente marcado pelas dificuldades de inserção

<sup>101</sup>. Com contrato de trabalho.

<sup>102</sup>. O único percurso profissional que difere deste tipo de trajetória é substancialmente diferente, na medida em que o trabalho informal se revela muito mais expressivo, representando o emprego um período muito mais limitado no tempo.

<sup>103</sup>. Igual ou inferior a 34 anos.

socioprofissional, em que o emprego formal se encontra associado a períodos de exercício temporalmente muito reduzidos, tendo em conta a duração total do percurso profissional até à data. O discurso dos entrevistados expressa claramente as dificuldades de inserção encontradas:

*“Quando mais novinha, tipo à procura do primeiro emprego, abusam à fartazana... até aí dos, tipo vinte até aos trinta, é para abusar, entre aspas, né (...) abusar é abusar da mão-de-obra, da pessoa... diz «ai, ‘tamos a fazer os descontos’... e fazem os descontos e passam os recibos a dizer que ‘tão lá os descontos... vamos ver, na Segurança Social, nem um desconto lá ‘tá... é um abuso de mão... de uma pessoa, que a gente desconta, paga... eles até são capazes de fazer um recibo para nós mas não o declaram... e a gente toda contente, impávida e serena, que temos um contrato na mão que não ‘tá declarado nas Finanças, não está declarado na...na Segurança Social nem na Tesouraria, nada...” [Entrevista nº23, 41m:30s].*

*“com filhos nunca mais conseguí arranjar nada (...) por causa dos horários... sobretudo por causa dos horários, né?... depois porque com os ordenados que há e com o que as pessoas pedem para ficar com eles, não vale a pe... não dá... para irem buscá-los ou ficar com eles, não dá” [Entrevista nº 30, 09m:57s]*

Quanto aos entrevistados com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, os quais representam mais 70% do total, os percursos profissionais revelam-se muito diversificados, incorporando casos de entrevistados com trajetórias sempre ou maioritariamente desenvolvidas na economia informal, percursos de relativa estabilidade no emprego interrompidos pelo desemprego e percursos caracterizados pela precariedade associada à sucessão de contratos a termo.

Se, por um lado, a maior parte dos percursos laborais desenvolvidos traduz claramente as dificuldades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho<sup>104</sup>, quer se encontrem estas associadas à globalidade da trajetória passada ou ao período temporal mais recente da atual conjuntura socioeconómica, em ¼ dos casos é possível encontrar percursos que se constituem como “carreiras no informal”, assim considerados devido ao facto de alguns dos entrevistados nunca terem celebrado um contrato de trabalho ou, nos casos em que o fizeram, o período de emprego se afigura como muito reduzido na totalidade do seu percurso laboral. No entanto, importa ressaltar que esta “carreira” não resulta de uma opção individual, antes deriva da influência de múltiplos fatores, quer inerentes a fatores associados à condição individual dos entrevistados, quer às profissões exercidas e seus setores de atividade. Nas palavras dos entrevistados:

*“...não me dão trabalho. Um próprio patrão, se souber a minha doença, dizem logo «não podes»” [Entrevista, nº 1, 32m:38s]*

*“comecei a trabalhar assim... pr’ás senhoras e deixei-me ficar e... e o resto não quis por a... por causa dos horários.” [Entrevista nº 15, 34m:38s]*

<sup>104</sup>. Os 2 casos de entrevistados a exercer a profissão caracterizam-se pela precariedade e pelo subemprego, para além dos baixos salários.

Para os restantes entrevistados, a informalidade assume-se assim como uma reação ao desemprego<sup>105</sup> e, em menor grau, à condição de reformado/pensionista. Se em muitos dos percursos se depreende o papel da atividade na economia informal enquanto estratégia de sobrevivência face às condições de vida, também importa referir outros papéis e funções associados a esse exercício, quer em termos de ocupação, quer ao nível da criatividade e da inerente satisfação derivada do mesmo.

No âmbito dos percursos laborais, predomina o desempenho laboral enquanto trabalhador por conta de outrem<sup>106</sup> no âmbito de profissões que, embora diversificadas, evidenciam uma preponderância das relacionadas com a construção civil<sup>107</sup>, a indústria transformadora<sup>108</sup> e a hotelaria e restauração<sup>109</sup>, sendo menos frequente a referência a profissões relacionadas com qualificações de nível médio e superior.

Embora o regime de ocupação permanente a tempo completo se revele preponderante ao nível dos percursos laborais dos entrevistados, estruturado em função de horários que estes consideraram como “normais”<sup>110</sup> (dentro das diferentes profissões desempenhadas), a análise dos tempos de exercício permite constatar a predominância das durações mais curtas (“inferior a 2 anos meses ou de “2 a menos de 5 anos”), associadas a uma maior relevância de contratos de trabalho a termo certo. Embora existam percursos em que alguns dos tempos de exercício apresentam uma duração superior a 10 anos, são claramente menos expressivos e, em alguns dos casos, relacionam-se com o trabalho informal<sup>111</sup>.

Embora a realização de descontos para regimes de proteção social se verifique para a maioria dos entrevistados, em virtude dos contratos de trabalho celebrados, a insegurança e precariedade associada à preponderância de contratos a termo evidencia-se claramente a este nível, na medida em que praticamente metade dos entrevistados possui uma carreira contributiva de 10 anos ou menos<sup>112</sup>. Esta realidade encontra frequentemente expressão no discurso dos entrevistados:

<sup>105</sup>. Em dois casos, como reação ao emprego e às suas condições subjacentes (baixos salários, precariedade e subemprego involuntário).

<sup>106</sup>. Em menor escala, a de trabalhador por conta própria. Em apenas um dos casos se registou claramente uma situação na profissão de empregador.

<sup>107</sup>. Servente, pintor, trolha, pedreiro, armador de ferro, vigilante/guarda de obra, etc.

<sup>108</sup>. Na qual se incluem, para além dos operários fabris, as profissões de indústrias relacionadas com a construção civil (ajudante de carpinteiro, carpinteiro, marceneiro, polidor de móveis e serralheiro).

<sup>109</sup>. Empregados de mesa/balcão, cozinheiro, copeiro, empregado de bar, empregada de andares.

<sup>110</sup>. Não obstante alguns dos entrevistados referirem a necessidade ocasional de realização de horas extraordinárias (as quais nem sempre eram remuneradas), apenas cerca de 1/3 dos mesmos referiu a existência de jornadas de trabalho longas.

<sup>111</sup>. De entre os entrevistados, 5 dos mesmos nunca tiveram um contrato de trabalho.

<sup>112</sup>. Considerando que a mediana de idades destes entrevistados se situa em 41 anos, é possível antever a menor preponderância do tempo de descontos efetuados em relação à duração do seu percurso laboral.



*“só tive quando trabalhei numa pousada no solar da rede... trabalhei lá meio ano” [13m:00s]; “... fazia, fazia... aí fazia descontos... e na casa onde eu estive a trabalhar também com as crianças abandonadas também fazia descontos... aí também fiz... prontos, mais de meio ano...” [Entrevista nº 2, 13m:20s]*

*“os patrões não, não... pronto, precisavam e não sei quê e... o trabalho durava cerca de um ano e eles não pagavam os descontos, pronto... era enganado” [Entrevista nº 5 – Parte I, 09m:42s].*

*“Para além disso, descontos num... (...) algumas vezes... a maior parte das vezes não foi por mútuo acordo porque, pronto... simplesmente não faziam... aparte... e aí eu sei que... que tinha direito a eles... descontos tinha pouquíssimos...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 08m:42s];*

A precariedade também encontra tradução ao nível do benefício, pelos entrevistados, de prestações sociais decorrentes dos descontos efetuados, na medida em que o subsídio de desemprego se apresenta como o mais expressivo<sup>113</sup>.

Relativamente aos percursos profissionais dos restantes membros adultos do agregado, ressalva-se a maior dificuldade associadas à recolha desta informação, dado o facto de muitos dos entrevistados não conhecerem os percursos em detalhe. No entanto é possível verificar, no que respeita à sua condição perante o trabalho, um menor número de indivíduos em situação de desemprego e um maior número de indivíduos a exercer uma profissão, reformados e a frequentar ações de formação profissional, quando comparado com os entrevistados. Por outro lado, a condição também se revela mais diversificada, na medida em que também abrange trabalhadores-estudantes e pessoas que se ocupam exclusivamente das tarefas do lar.

As situações de trabalho por conta de outrem são claramente preponderantes, sendo ao nível dos outros membros adultos do agregado mais expressivos os contratos de trabalho sem termo (quando comparados com os contratos a termo), muito dos quais associados a tempos de exercício com durações iguais os superiores a 10 anos que se mantêm até aos dias de hoje (ou que se mantiveram até à situação de reforma).

No entanto, se a uma parte dos membros adultos se associam percursos de maior estabilidade do vínculo contratual e de maior durabilidade do exercício profissional, a precariedade também se afigura relevante para os restantes, associada a tempos de exercício mais limitados e a contratos (sobretudo) a termo certo.

As profissões desempenhadas no âmbito dos percursos laborais dos outros membros adultos dos agregados domésticos são muito diversificadas<sup>114</sup> e maioritariamente dissociadas de qualificações técnicas de nível médio e supe-

<sup>113</sup>. Embora não seja uma prestação de natureza contributiva, importa referir que 19 dos agregados domésticos já beneficiaram do rendimento Social de inserção. Atualmente, apenas 12 dos mesmos recebem esta prestação.

<sup>114</sup>. As mais expressivas são trabalhador agrícola e professor.

rior, apesar de, quando comparado com as profissões desempenhadas pelos entrevistados, se evidencie um maior número destas<sup>115</sup>, assim como uma distribuição mais equitativa pelos diversos setores de atividade. Neste sentido, embora predominem as profissões associadas à “Indústria Transformadora”, à “Agricultura” e ao “Comércio”, setores de atividade como a “Educação” também apresentam uma maior relevância, em termos comparativos.

Os regimes de ocupação permanentes a tempo completo revelam-se predominantes mas as referências de jornadas de trabalho longas são menos expressivas. Por último, a realização de descontos por parte dos membros adultos dos agregados domésticos verifica-se na maior parte dos casos, constituindo o subsídio de desemprego a prestação mais significativa, tal como se verificou para os entrevistados.

### 6.2.3. Desemprego do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico

**Síntese:** Mais do que frequentes, as situações de desemprego revelam-se duradouras, sobretudo ao nível dos entrevistados, o que acarreta um agravamento das suas consequências, ao nível económico e psicológico. Por um lado, a uma maior duração das situações de desemprego associa-se um agravamento das suas consequências económicas (na medida em que o benefício de subsídios de desemprego se encontra limitado no tempo, em função da idade e da carreira contributiva) e psicológicas que, para além de afetar o indivíduo, incidem também sobre as dinâmicas inerentes aos agregados domésticos.

Como já constatamos, o fenómeno do desemprego revela um impacto assinalável ao nível dos percursos dos entrevistados e dos restantes membros adultos do agregado doméstico.

Quando consideramos a ocorrência das situações de desemprego, embora seja mais significativo o número de entrevistados que se encontraram apenas uma vez nesta situação, quase 1/3 dos mesmos já experienciaram o mesmo duas vezes ou mais. Por outro lado, quase 1/4 dos seus percursos laborais decorreu maioritariamente (ou sempre) na economia informal, pelo que se torna difícil aos entrevistados referir-se concretamente a situações de desemprego, quando quase não tiveram emprego. Ao nível das razões associadas ao desemprego, a maior relevância vai para o término do contrato de trabalho e

<sup>115</sup>. Professor, gestor técnico, educador de infância, etc.

para as situações de encerramento ou insolvência da empresa, as quais afetaram uma parte significativa dos entrevistados<sup>116</sup>.

A análise da duração da atual situação de desemprego permite perceber de uma outra forma o impacto do desemprego, na medida em que evidencia a forte representação do desemprego de Longa Duração e, sobretudo, o de Muito Longa Duração (superior a 24 meses) entre os entrevistados. Se excluirmos os casos de desempenho laboral que ocorreram sempre no âmbito da economia informal, uma parte muito significativa dos entrevistados encontram-se em situação de desemprego há 25 meses ou mais e, na sua grande maioria, a ocorrência desta situa-se no período anterior a 2009/2010<sup>117</sup>. Não obstante, a maior parte dos entrevistados afirma realizar atividades de procura de emprego, quer dirigindo-se ao Centro de Emprego, quer contactando com amigos e conhecidos, com entidades empregadoras ou consultando os jornais e/ou a internet.

Para muitos a situação de desemprego posiciona-se como o estado mais recente no âmbito das transições que se verificam no âmbito do percurso laboral dos entrevistados. No entanto, o seu significado apresenta-se diferenciado se considerarmos o sentido das trajetórias. Para alguns dos entrevistados as trajetórias evoluíram do emprego formal para a situação de desemprego e o posterior desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal e, para outros, do desempenho cumulativo (emprego formal e trabalho na economia informal) para a informalidade, potenciada pela disponibilidade de tempo e o decréscimo de rendimentos associados à situação de desemprego.

No entanto, se considerarmos as trajetórias que decorreram *sempre* no âmbito da economia informal, em conjunto com aquelas que decorreram *maioritariamente* na economia informal (devido à duração do emprego se apresentar relativamente reduzida no contexto global do percurso laboral), é possível perceber a expressividade dos percursos predominantemente informais entre os entrevistados. Para estes entrevistados, a situação do desemprego não é equacionada da mesma forma, na medida em que a referência do emprego (por contraponto ao desemprego) é inexistente ou demasiado reduzida. Por outro lado, estes entrevistados nem sempre se definem pela menor atividade que associam às situações de desemprego, pelo facto de manterem um exercício laboral contínuo, ainda que informal.

Para além dos entrevistados, o fenómeno do desemprego também afeta os outros membros adultos dos agregados domésticos embora com menor inci-

<sup>116</sup>. A falta de oportunidades de emprego, os problemas de saúde, as dificuldades de conciliação família/trabalho e o despedimento outras das razões apontadas.

<sup>117</sup>. Refira-se a este propósito, o facto de 6 entrevistados estarem em situação de desemprego há mais de 60 meses e de 4 dos mesmos terem sempre trabalhado no informal.

dência (como já referido) e frequência. O término do contrato de trabalho mantém a sua expressividade enquanto a principal razão associada à ocorrência do desemprego e a duração das situações de desemprego encontra-se distribuída de forma mais homogênea. Quanto à realização de atividades de procura de emprego, esta apresenta menor expressividade, com os contactos com o centro de emprego e com as entidades empregadoras a constituir as mais comumente desenvolvidas.

Apesar do conhecimento detido por muitos dos entrevistados não permitir caracterizar em detalhe as transições de uma parte significativa dos outros membros adultos do agregado doméstico, importa referir que a grande maioria das respostas indicia a ocorrência de trajetos sempre no âmbito da economia formal.

Por último, no que respeita às consequências das situações do desemprego, quer a nível individual, quer a nível dos agregados domésticos, os entrevistados destacam, para além dos impactos registados a nível económico, aqueles que se verificaram ao nível psicológico e familiar. O impacto económico é bem evidenciado no discurso dos entrevistados:

*“... houve coisas que tiveram de ser cortadas... houve muita coisa que teve que ser cortada... como por exemplo, tirar a internet à minha filha, tive que la cortar... ela se quer fazer um trabalho no computador, ela tem de o fazer no computador da escola porque eu não tenho internet... por exemplo eu tinha a TV Cabo também a cortei... tinha que ser, porque eu tinha de começar a fazer cortes, não é?” [Entrevista nº 2, 22m:48s]*

*“Eu enquanto... enquanto trabalhei naquela empresa, ehhh... tinha um... não era um tipo de vida de luxo nem de médio burguês mas ti... podia ehhh... sair ao domingo com os miúdos, ir dar uma volta com eles e... ou... ou podia satisfazer-lhe mais um desejo ou outro, porque realmente ‘tava a trabalhar, tinha... o ordenado era certinho... não era muito grande mas era... era... era... era satisfatório, ehh... e co... e, e portanto a partir do momento em que fiquei no desemprego, mesmo a receber o fu... o fundo... o fundo de desemprego, ehhh... tivemos que cortar todas essas medidas e isso teve, teve impacto no aspeto familiar, não é, eles (...) tive, tive que lhes fazer compreender que não se podia... muita (...) eles tinham que jogar menos à bola porque se a bola se... se arrebentasse, eu não lhe podia imedia... imediatamente logo ir comprar outra (...) um exemplo que eu estou a dar, não é... claro que acaba por ter impacto, não é... eles acabam por... ficarem... como é que digo... ficarem sujeitos a... a eles próprios também terem que... também terem que viver a situação de desemprego do pai porque não podem ir além de...” [Entrevista nº 8 – Parte II, 39m:19s]*

*“De momento é só o económico mas já começa a chatear a gente estar em casa sem fazer nada (...) é que gente tinha... está habituado a uma rotina, deixa... quebrou aquela rotina... a gente vem do sofá para a cozinha, da cozinha p’ó sofá, não há assim uma coisa que... isso já é muito chato, não sei, às vezes... por isso é que há... há diversas pessoas em que criam... algumas patologias em relação a isso.. compressões, etc...” [Entrevista nº 4, Parte II – 01m:14s].*

Ao nível psicológico, a vivência das situações do desemprego associa-se a impactos na estruturação dos tempos e espaços associados às rotinas quotidianas, bem como questiona o papel dos indivíduos e afeta a sua autoestima.

Nos casos em que a atividade laboral sempre caracterizou o seu quotidiano, a inatividade induz os indivíduos a questionar-se sobre o seu próprio valor, a sua utilidade como membros de uma família e de uma comunidade. O discurso dos entrevistados frequentemente destaca as consequências a este nível:

*“eu quero trabalhar, eu... eu quero trabalhar... porque há uma... eu em casa, uma pessoa em casa... num tem com que se distrair, num tem com quem falar, nem sempre estamos todos em casa, não é... prontos... e então de maneira que uma pessoa a trabalhar até lucra saúde... o trabalho só faz bem... e então a gente distrai, ganha mais dinheiro... é outra... é outra, é outra coisa de que estar em casa...”*  
[Entrevista nº 3, 23m:57s a 24m:20s].

*“Eu acho que o, o desemprego e... afeta não, não só na, na... na rotina, na imagem social, na autoestima, ehh... em muita coisa... e, e... eu num, num... eu não sei se me consigo fazer explicar... o não ter uma rotina certa, pronto, que um... um emprego obriga, a entrar a horas, a sair a horas, abhh... pronto, a ter um ordenado, o controlo sobre a, sobre a... os rendimentos, gerir e... ter uma vida, pronto, normal, socialmente normal, uma pessoa, pronto, com... com o passar dos anos entra num... num... num rodopio, entra numa rotina que, que... não me querendo desculpar, ehh, passado muito tempo custa a... a sair dali... uma pessoa de... de constantemente andar assim, é... é... é difícil entrar no mercado de trabalho... e algumas vezes perdem-se boas oportunidades de conseguir um bom trabalho... e de manter um bom trabalho”* [Entrevista nº 5 – Parte I, 24m:19s]

*“O desemprego afeta... de cada vez que nós vamos... a um Centro de Emprego candidatarmo-nos a uma oferta de trabalho e nos é negada a oferta... nós sentimo-nos mal com isso, não é? Porque não nos cabe... nós nunca aceitamos porque é que é escolhida a pessoa e não nós... quando nós também temos consciência das nossas capacidades... e que se calhar aquele lugar era o ideal para nós... ehh... e depois uma pessoa jovem numa situação de desemprego é... é... todo um... um arrastar de... de outras... de outros sentimentos que a pessoa tem, não é? Nomeadamente, a pessoa sente-se, além de excluída, sente-se... a autoestima está em jogo... a pessoa não tem como se mexer... a gente quer tirar uma carta, quer comprar um carro, não pode... quer dizer, vê os outros a evoluir e nós estamos ali naquela situação, em que não... não podemos avançar, não é?”* [Entrevista nº 10, 41m:18s].

A maior duração das situações de desemprego, por outro lado, agrava as suas consequências ao nível económico e psicológico, contribuindo para incrementar as dificuldades sentidas pelos indivíduos em termos de reinserção no mercado de trabalho. Nas palavras de um dos entrevistados:

*“... não estou a dizer que num... que num, num estou à procura de trabalho, de... de emprego... é uma maneira de... um bocado... é um bocado parvoíce de... de estar, ehh, ehh... de me estar a sujeitar a... a esta situação, porque de vez em quando vão, vão... aparecem oportunidades de um trabalho interessante e derivado a estar um ano ou um ano e meio nesta situação depois já não... as rotinas do dia a dia... tudo, tudo e mais alguma coisa, um... pronto... uma pessoa se habituar todos os dias a... a... a levar uma rotina de, de... ou praticamente todos os dias durante o ano, uma rotina sedentária, quando vai a pegar a trabalhar e alguns trabalhos são pesados... (...) tem dificuldade de se adaptar (...) não se adapta... não se consegue adaptar, claro, acaba por (...) por sair... e mesmo psicologicamente, quem anda ali aos papéis (...) o sedentarismo num... não é bom para ninguém, para ninguém... nem, nem... nem em termos de saúde para a pessoa nem em termos de autoestima, nem (...) o sedentarismo... de saúde, porque uma pessoa se... se trabalhar dois ou três ou quatro dias por ano, o resto dos dias o que é que anda a fazer? Nada, não é? O trabalho... o trabalho é, é... é bom... é bom no... no aspeto que se tem o trabalho, pronto, normal, que se tem aquele rendimento, que se tem aquele fundo de manêio p'ra, p'ra... p'ra guardar ou*

*p'ra... e tem... que se tem aquele rendimento para gerir... que se tem aquela ocupação ao longo do dia... uma pessoa está a trabalhar, não está a pensar, num, num... num está à deriva, num está por aí... vai p'ra aqui, depois vai p'ra ali e depois... chega a um ponto que não vai p'a lado nenhum, que é que anda a fazer? Uma pessoa, um dia inteiro sem... sem, sem estar ocupada a trabalhar, a produzir anda, num... num tem sentido...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 57m:12s]*

Por último, a forma como as alterações originadas pelas situações de desemprego são diferentemente percecionadas ao nível dos membros dos agregados domésticos pode constituir-se como uma fonte de divergências que, com o prolongar da situação ao longo do tempo, afetam negativamente as relações conjugais e familiares.

Para muitos dos entrevistados a realização de atividades no âmbito da economia informal apresenta-se como uma reação a esta perda de estruturação de tempo e de espaço, sendo destacado de forma recorrente o seu contributo ao nível da ocupação do tempo, da orientação da mente para o trabalho (e o conseqüente afastamento de uma reflexividade que consideram excessiva e, eventualmente, negativa) e as possibilidades de interação com os outros, não apenas no sentido de contrariar o isolamento mas também pela gratificação que associam ao contacto interpessoal.

### **6.3. Atividade na economia informal**

A abordagem ao fenómeno da economia informal por via das experiências dos entrevistados implica, desde logo, obter um conhecimento aprofundado sobre as atividades que desenvolvem no seu âmbito e os seus impactos na vida dos agregados domésticos. No entanto, se considerarmos a sua prática continuada, assume-se também como relevante a necessidade de um enquadramento mais alargado da mesma, com o intuito de perceber a sua influência ao nível das perceções dos entrevistados relativamente ao fenómeno.

#### **6.3.1. Perceções dos entrevistados sobre as atividades da economia informal**

**Síntese:** A forma como os entrevistados percecionam a economia informal relaciona-se com as suas próprias trajetórias, afetando a forma como identificam o fenómeno, como definem os seus praticantes e como estimam a sua dimensão. No entanto, se no ponto de vista do trabalho as suas vivências os posicionam no âmbito da economia informal, o mesmo não se verifica ao nível do consumo, predominantemente desenvolvido no âmbito da economia formal.

É em função das dificuldades que se colocam aos entrevistados na esfera da economia formal que se definem as suas perceções sobre a economia informal, sendo o exercício de atividades não declaradas uma reação, uma via possível mas não desejável, porque não resultante de uma opção manifestamente declarada. De resto, os entrevistados evidenciam uma consciência notória das vantagens e desvantagens associadas à economia informal, as quais são maioritariamente identificadas em contraponto com a realidade subjacente ao emprego na economia formal.

A experiência de realização de atividades no âmbito da economia informal enforma as perceções dos entrevistados sobre o fenómeno, dada a proximidade entre os trabalhos e os setores que os entrevistados associam à economia informal e aquelas que os próprios desenvolvem, bem como a menor expressividade de atividades e setores não relacionados com estas. Quando questionados sobre quais aos trabalhos mais frequentemente desenvolvidas no âmbito da economia informal, destacam-se claramente os associados à construção civil e à agricultura, bem como à restauração e, com menor expressividade, às atividades de comércio e de limpezas/serviços domésticos<sup>118</sup>. De forma consonante, os entrevistados consideram a construção civil, a agricultura, a restauração e a limpeza<sup>119</sup> como os setores onde a economia informal se revela mais frequentes.

Quanto à perceção sobre quem são os praticantes da economia informal, os entrevistados associam os mesmos à pobreza e aos menores rendimentos, bem como às situações de desemprego, tal como se depreende do discurso deste entrevistado:

*“São as mais necessitadas, as que não têm emprego, as que estão desempregadas, as que estão desinseridas do... do, do... do... (...) pronto, estão desempregadas, estão desinseridas do, do mercado de trabalho, não estão inseridas no mercado de trabalho, porque normalmente quem tem o seu emprego e quem tem (...) não está tão visível socialmente como não precisa tanto... mas, hoje em dia, também quem o seu emprego e quem tem o seu rendimento ao fim do mês ao ter um emprego, vê-se obrigado muitas vezes, começo muitas situações, que vai arranjando... um biscatito ou aqui e ou ali.. até pode num, num, num... não estar legal... eu pessoalmente num, num as censuro, porque para fazer face às despesas vem-se obrigadas a, o dinheiro não estica, não cresce...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 27m:34s]*

Uma parte significativa dos entrevistados também reforça a ideia de que a prática da economia informal se apresenta de forma transversal, sendo realizada por todo o tipo de pessoas, em situações muito diversificadas, em

<sup>118</sup>. Para além destas foram referidas o artesanato, o transporte de pessoas ou de mercadorias, a costura, os cuidados a crianças ou idosos, as mudanças, a segurança, a reparação de automóveis, a contabilidade, a música, os cabeleireiros/barbeiros e a recolha de resíduos. Em sete casos os entrevistados não quiseram ou não souberam responder a esta questão.

<sup>119</sup>. O setor do comércio foi menos referido do que as atividades que nele se enquadram, tendo o inverso se registado no setor das limpezas.

especial na atual conjuntura socioeconómica. Nas palavras de uma entrevistada:

*“as pessoas assim mais... mais senborinbas... assim mais... mais importantes... assim aquelas senhoras que a gente via, aí a (...) ‘tá a ver... e agora, agora elas fazem tudo (...) essas não faziam mas agora já se sujeitam até a varrer... a fazer limpezas e a lavar escadas e essas coisas todas, que eu conheço pessoas assim” [Entrevista nº 17, 20m:08s]*

Em contrapartida, as referências a categorias específicas como os imigrantes, os jovens, os beneficiários de Rendimento Social de Inserção ou as mulheres<sup>120</sup> revelam-se menos expressivas. Neste sentido, da percepção dos entrevistados sobressai, como principal característica associada ao praticante, a necessidade de obtenção de rendimentos para fazer face ao custo de vida, dado a inexistência da possibilidade de o conseguir pela via do emprego.

Por seu turno, quando questionados relativamente à dimensão da economia informal, os entrevistados evidenciam uma percepção que aponta para uma elevada expressividade da mesma – não só apenas um dos entrevistados situa esta dimensão numa percentagem igual ou inferior a 25% como a maior parte dos entrevistados situam a mesma, de forma mais ou menos equitativa, pelos 3 quartis superiores<sup>121</sup>. Embora a percepção dos entrevistados poder, de certa forma, refletir algum enviesamento em função das suas experiências e trajetórias no âmbito da economia informal (as quais podem potenciar o contacto e o conhecimento de outros praticantes), a expressividade que conferem à dimensão da economia informal constitui um fator importante.

A familiaridade com o fenómeno da economia informal traduz-se, por um lado, no facto da grande maioria dos entrevistados conhecer outras pessoas com atividade no âmbito da economia informal, nomeadamente amigos, vizinhos e pessoas conhecidas, para além de outros praticantes das mesmas que não integram as suas redes de sociabilidade.

Por outro lado, referem este exercício por parte de elementos das suas famílias, quer ao nível da geração dos seus pais (pais, tios) ou anteriores (avós, tios-avós), quer da atual também se contra presente. No entanto, se as referências a familiares da atual geração remetem para um exercício circunscrito ou fruto do contexto (i.e., enquanto resposta às adversidades), as referências às gerações anteriores associam-se mais frequentemente a situações de trajetórias integralmente informais, como se depreende do discurso de uma entrevistada:

*“ob... é assim, a minha mãe trabalhou a vida toda na vinha, não tinham contratos nenhuns... a minha mãe nunca teve reforma nem nada”. [Entrevista nº 2, 28m:17s]*

<sup>120</sup>. As restantes referências são muito pouco expressivas.

<sup>121</sup>. Não obstante uma maior predominância do 2º quartil, de “26 e 50%”.



Não obstante a familiaridade que revelam para com o fenómeno, e no que respeita ao hábito de aquisição de bens e/ou serviços na economia informal, revela-se significativo mas não maioritário o número de entrevistados que costuma adquirir bens ou serviços neste âmbito, sobretudo para consumo próprio. A este nível, é notório que este consumo ocorre em contextos de oportunidade, de ajuda ou de valorização do trabalho dos outros, mas se revela minoritário face à maior expressividade das aquisições de bens e serviços na economia formal<sup>122</sup>.

Ao analisarmos a conceção moral associada a este exercício, verifica-se que a maioria dos entrevistados evidencia uma apreciação positiva do mesmo<sup>123</sup>, enquanto resposta às necessidades e ao custo de vida, num contexto em que o Estado, o sistema fiscal e a proteção social (que alguns consideram desadequada) não asseguram a proteção dos cidadãos. Esta necessidade de assegurar a resposta às necessidades encontra-se frequentemente patente no discurso das entrevistadas:

*“Eu sou a favor da economia informal porque eu sobrevivi até aqui às custas da economia informal... e como eu sobrevivi, vi “n” situações sobreviverem de igual forma... e orgulho-me disso... não me orgulharia se calhar se fosse uma traficante de droga, uma... uma ladra, não é?... Eu não estou a roubar (...) traba... postos de trabalho a ninguém... Estou? Não estou. Eu estou a roubar postos de trabalho a alguém? Não. Eu não vejo anúncios no Centro de Emprego a dizer «Preciso de uma empregada doméstica»... não vejo...” [Entrevista nº 10, 01h:57m:36s].*

*“olha é... é assim... eu só trabalho uma vez por semana... são cinco horas por semana porque vocês não me dão de comer e eu não quero estar aí a... a pedir, a mendigar na rua... portanto não me condenem porque estou a trabalhar (...) incentivem-me para arranjar mais sítios para de... para terem descontos” [Entrevista nº 35 – Parte II, 17m:18s]*

Por outro lado, reveste-se também de um carácter de oportunidade, na medida em que permite o acesso ao trabalho (“honesto”) e ao rendimento, à ocupação do tempo e à aprendizagem e à criação que se associa de forma significativa à satisfação pessoal. Como referem as entrevistadas:

*“...eu faço qualquer coisa... é bonesto, eu faço” [Entrevista nº 24, 21m:32s].*

*“uma pessoa que trabalha naquilo que gosta é muito feliz... acho que ninguém deveria trabalhar numa coisa se num gostasse daquilo... porque acho que quando uma pessoa trabalha naquilo que gosta é tudo... tudo sai bem... eu penso assim”. [Entrevista nº2, 46m:50s]*

Neste âmbito, este exercício revela-se também, para alguns, como uma oportunidade para ajudar aos outros e, para outros, como patamar de preparação

<sup>122</sup>. Nomeadamente quando consideradas as principais despesas dos agregados domésticos, como os bens alimentares, o vestuário e o calçado (quando adquiridos), o combustível, as despesas com eletricidade, gás, água, saneamento, transportes, telecomunicações e internet, apenas para citar alguns.

<sup>123</sup>. Para além destes, alguns entrevistados reconhecem aspetos positivos a este exercício, no contexto de uma apreciação que não se revela positiva nem negativa.

para a criação do seu próprio negócio. Não obstante os trajetos informais que conhecem ao nível das gerações anteriores, apenas um pequeno número de entrevistados associa a sua conceção do exercício de atividades não declaradas ao facto de esta constituir uma realidade que sempre conheceram.

No polo oposto, apenas um entrevistado evidencia uma conceção explicitamente negativa, para além de alguns entrevistados associarem fatores negativos a este exercício, fundamentalmente relacionadas com o não cumprimento das obrigações contributivas e fiscais e o seu correspondente impacto naquilo que referem como “o bem comum”. Nas palavras de um dos entrevistados:

*“É uma economia que tem que se fazer porque po... ao nível de impostos que a gente trabalha tem que... tem que fugir nalguma coisa. E ao mesmo tempo acho negativo fazer porque a gente devia com... com... compartilhar isto com a sociedade e havia de dizer «temos de pagar»... tinha que ser os impostos muito mais baixos, que é para a gente ter uma qualidade de vida... nós não temos qualidade de vida... qualidade de vida é trabalho-casa, casa-trabalho, trabalho-casa, casa-trabalho e outro trabalho...” [Entrevista nº 4 – Parte III, 33m:32s].*

No entanto, no conjunto dos entrevistados, estes fatores apresentam-se como claramente minoritários, sendo ainda minimizado o seu impacto na medida em que, na opinião de alguns entrevistados, o Estado consegue sempre arrecadar os impostos através do consumo que realizam no âmbito da economia formal. Esta perceção evidencia-se do discurso dos entrevistados, como se exemplifica na seguinte afirmação:

*“Porque assim talvez os re... os nossos governantes percebam que não há grande problema na economia paralela (...) ...porque... se um dos problemas nacionais é a falta de dinheiro, com a economia paralela nós conseguimos produzir dinheiro... ehhh, se produzimos dinheiro e depois entramos na economia convencional, acabamos por pagar os nossos impostos... por isso... eu não enriqueci com a economia paralela, não conheço ninguém que tenha enriquecido com a economia... ehh, sem ser a contornar completamente as regras... por isso não haverá grande problema, será uma... outras fontes de rendimento...” [Entrevista nº 14, 54m:15s]*

Quanto às vantagens associadas ao desenvolvimento de atividades na economia informal, a maioria dos entrevistados refere explicitamente a possibilidade que este exercício lhes confere de aceder aos rendimentos do trabalho os quais, por não serem objeto de contribuições ou impostos, contribui para que possam ter uma vida melhor. A premência desta possibilidade subalterna as restantes considerações relativas à natureza da economia informal, como se encontra expresso no discurso de uma das entrevistadas:

*“A pessoa o quê, vai passar mal? Vai roubar, vai matar? Eu sou completamente a favor da economia informal. Eu tenho seis filhos para criar... e tenho uma renda de casa para pagar... o meu marido está desempregado... eu trabalho... se eu sei fazer o bolinho, o rissolinho, e se eu consigo tirar mais um “x” por mês para poder ajudar a minha família, eu não o vou fazer? Porque é ilegal? Eu sou a favor da economia informal... não é?” [Entrevista nº 10, 01h:56m:17s]*

Os entrevistados destacam ainda o contributo deste exercício para a estruturação da sua vida pessoal, na medida em que lhes permitem uma ocupação de tempo e uma rotina, em atividades que lhes conferem um sentimento de utilidade e no âmbito das quais estabelecem relações interpessoais que consideram importantes. Nas palavras de um entrevistado:

*“Quem teve a experiência de ter uma fábrica organizada, as condições para fazer... ebb... sabe como é que as coisas se fazem para ganhar dinheiro... ebb... agora ‘tar a fazer as coisas assim sabe que não vai ganhar dinheiro, vai realizando alguma coisa, ali, acolá... agora vai ‘tando é ocupado, vai fazendo coisas que gosta... ebbh... e vai tendo... algum dinheiro para ir fazer os tais voluntariados que queira fazer, para ‘tar na sociedade (...) coopera com os outros, sente que os outros também precisam, sente que não está sozinho na, neste sofrimento... é pá... não conheço o sofrimento dos outros, nem procuro conhecer o sofrimento dos outros mas sabe que os outros também ‘tá a sofrer... e quanto mais não seja ‘tá a sofrer com o nosso sofrimento... ebbh... e... é solidário, e é essa solidariedade que é... que eu acbo que é importante...” [Entrevista nº 13, 02h:01m:09s]*

Outros ainda destacam a flexibilidade inerente à informalidade e o contributo que esta representa para a rentabilidade da(s) atividade(s) que desenvolvem. Não obstante, para quase ¼ dos entrevistados, o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal não comporta vantagens para quem as realiza<sup>124</sup>.

Relativamente às desvantagens, a insegurança presente e futura assume particular relevância<sup>125</sup>. Em função de não serem realizados descontos, os trabalhadores não beneficiam de mecanismos de proteção social contra os principais riscos associados ao exercício presente (a doença, a saúde, a incerteza do trabalho e do rendimento) e à sua existência futura (pelo facto do exercício não gerar o correspondente pagamento de impostos). Esta perceção encontra-se claramente expressa no discurso dos entrevistados:

*“recebem à semana e prontos...e... mas se lbe acontecer algum mal não têm direitos nenhuns” [Entrevista nº 2, 27m:56s].*

Por outro lado, a insegurança revela-se também na dificuldade sentida pelos trabalhadores da economia informal em exercerem os seus direitos perante eventuais atitudes abusivas de quem os contrata, designadamente alterações às condições de trabalho acordadas ou o não pagamento de trabalho ou serviços prestados.

Um outro conjunto de desvantagens diz respeito aos tempos de trabalho e de descanso, em virtude da inexistência de horários, das jornadas longas de trabalho e a impossibilidade de gozar férias, bem como a dificuldade em conciliar o tempo de trabalho com a família.

<sup>124</sup>. Um número muito reduzido de entrevistados considera que as vantagens se colocam ao nível das entidades empregadoras, ao permitir às mesmas não pagar impostos ou poder determinar o valor a pagar pelos produtos ou serviços prestados.

<sup>125</sup>. Apenas quatro entrevistados consideraram não existirem desvantagens associadas ao desenvolvimento de atividades na economia informal.

Enquanto contexto de desempenho laboral, a economia informal apresenta-se também sob uma concorrência crescente, bem como acarreta limitações às oportunidades de trabalho que se conseguem obter (nomeadamente devido a não ser possível aos praticantes emitir fatura pelo trabalho prestado) e riscos específicos, como a possibilidade de denúncia e/ou fiscalização ou a dificuldade em aferir a proveniência/qualidade dos produtos.

Embora muito pouco mencionadas pelos entrevistados, importa ainda destacar a dificuldade de investir na carreira profissional e de beneficiar de determinadas disposições legais como o estatuto de trabalhador-estudante, na medida em que estas desvantagens se relacionam com as possibilidades de evolução das qualificações dos trabalhadores, podendo acarretar implicações para o seu trajeto laboral futuro, a médio e longo prazo.

### 6.3.2. Atividades

**Síntese:** As atividades laborais dos entrevistados no âmbito da economia informal caracterizam-se sobretudo pelo facto de serem prosseguidas de forma isolada. Tratam-se sobretudo de indivíduos que, mediante o desenvolvimento de uma ou várias atividades, tentam assegurar o preenchimento da sua capacidade de trabalho, da forma mais frequente e regular possível. Desta forma procuram maioritariamente replicar um volume de trabalho semelhante àquele que se encontra associado a um emprego, ao qual corresponda um rendimento adequado (às suas necessidades) e tendencialmente estável.

As atividades dos entrevistados no âmbito da economia informal partem da rentabilização das experiências e aprendizagens pessoais enquanto base para a criação de produtos ou a prestação de serviços valorizados pelos outros e, desde logo, por aqueles que se situam na proximidade ou integram as suas redes de sociabilidade.

No entanto, apenas uma parte dos entrevistados consegue assegurar uma frequência significativa e, mesmo nestes casos, o rendimento nunca pode ser considerado como um dado adquirido. Por essa razão, para a maioria dos entrevistados é importante captar e tentar dar resposta a todas as oportunidades de trabalho, assim como demonstrar uma real atenção às necessidades dos clientes, o que por vezes se reflete na forma como organizam o tempo de que dispõem, com consequências ao nível do tempo livre e da conciliação com a família.

Apesar de, no caso de alguns entrevistados, um maior tempo de exercício ou a natureza de certas atividades poderem contribuir para permitir aos entrevistados uma estabilidade relativa, o facto de dependerem sobretudo de si próprios constitui, em última instância, uma limitação significativa ao crescimento.

Considerando o conjunto dos entrevistados, e não obstante a diversidade de atividades desenvolvidas, é possível destacar as mais frequentes, designadamente:

- ▶ as atividades de limpezas e de serviços domésticos;
- ▶ os cuidados a crianças ou idosos;
- ▶ os trabalhos nas várias áreas da construção civil, incluindo os relacionados com especialidades como a serralharia e carpintaria;
- ▶ as atividades de artesanato ou outras desenvolvidas em contexto de atelier, como a costura, a reparação/reaproveitamento de peças de vestuário ou a criação de acessórios e de bijuteria;
- ▶ as atividades da área da estética ou do bem-estar (cabeleireiro, massagens);
- ▶ os trabalhos na área da restauração e áreas conexas (desde a organização e trabalho no âmbito de eventos à produção de doces e salgados);
- ▶ os trabalhos diversificados na agricultura e pesca (como a apanha de bivalves);
- ▶ as atividades artísticas (pintura, música);
- ▶ os transportes e as mudanças, as cargas e descargas, etc.

Quanto aos setores de atividade em que se enquadram as atividades desenvolvidas pelos entrevistados, destaca-se a expressividade das “Indústrias transformadoras”, da “Construção”, das “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”, da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, do “Alojamento, restauração e similares” e das “Outras atividades de serviços”<sup>126</sup>.

Apesar da quase totalidade dos entrevistados desenvolver as atividades sozinho (não se verificando, a este nível, uma distinção clara entre trabalho e

<sup>126</sup>. Com menor expressividade evidenciam-se os setores de “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, dos “Transportes e armazenagem”, das “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, das “Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio”, da “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, das “Atividades de informação e de comunicação”, da “Educação” e das “Atividades de saúde humana e apoio social”.

capital), um menor número afirma beneficiar de ajuda ocasional, nos casos em que a natureza das atividades, o volume de trabalho ou o tempo disponível para a sua execução o justificam. Em apenas 2 casos, estas atividades são asseguradas no âmbito de equipas, integrando os entrevistados as mesmas nessas situações<sup>127</sup>.

A maior parte dos entrevistados desenvolve mais do que uma atividade, frequentemente sem relação entre elas que não aquela que deriva do próprio indivíduo, do seu trajeto até à data e das competências que este adquiriu (em contexto formal e informal) e posteriormente consolidou. Nas palavras de um entrevistado:

*“É o que aparece... no fundo, é o que aparece e uma pessoa se num sabe, pronto, diz que num sabe e lá se vai adaptando... uma pessoa querendo, querendo aprender... porque... há, há, há alguma dificuldade em, em, em... em ter aquele, aquele suposto emprego... aquele, ou mesmo aquele trabalho certinho e não sei quê e só precisar de saber fazer aquilo e, e ter ali o... pronto, aquele trabalho certo, sem uma pessoa (...) sim, estável, sem uma pessoa se preocupar... uma pessoa, pronto, também é benéfico porque se aprende, portanto a... a montar uma fechadura, como a montar um andaime, como a limpar um jardim, o que quer que seja...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 13m:15s].*

Quanto aos clientes, não obstante uma parte significativa dos entrevistados apresentar dificuldade em estimar o seu número<sup>128</sup>, verifica-se uma predominância de números reduzidos de clientes associados às atividades (entre 1 e 5), sobretudo de natureza particular, o que parece traduzir a pequena escala destas.

Por um lado, as atividades desenvolvidas não apresentam uma forte relação com a última profissão desempenhada (em apenas ¼ dos casos se verifica esta situação) mas, em contrapartida, relacionam-se de forma muito significativa com as experiências e as competências adquiridas durante o trajeto de vida dos entrevistados, fruto de preferências pessoais, das vivências e da evolução das necessidades familiares. Por outro lado, destaca-se a forma como alguns dos entrevistados rentabilizaram algumas das competências apreendidas em contexto de aprendizagem formal (ao nível do ensino e, sobretudo, da formação), transformando as mesmas em capacidade de produção de bens ou de prestação de serviços procurados por outros.

Apesar de a grande maioria dos entrevistados desenvolver as suas atividades há 5 anos ou mais<sup>129</sup>, ao considerarmos a sua frequência de desenvolvi-

<sup>127</sup>. Em função da natureza das atividades e do volume de trabalho associado, dado os dois entrevistados em questão também desenvolverem outras atividades sozinhos.

<sup>128</sup>. Quase metade dos entrevistados não conseguiu estimar o número de clientes, desde logo porque revelaram dificuldade em classificar aqueles que adquiriam os seus produtos ou beneficiavam dos serviços prestados como “clientes”. Ao nível do conjunto dos entrevistados, a utilização de termos como “patrão”, “pessoas que necessitam de ajuda” ou a associação aos amigos revelou-se frequente para definir aqueles que beneficiam das atividades que desenvolvem.

<sup>129</sup>. Oito dos entrevistados desenvolvem as atividades há mais de 20 anos, enquanto o número daqueles que o faz há menos de 5 anos é inferior a ¼ dos entrevistados.

mento constatamos que esta divide o conjunto dos entrevistados. Se, por um lado, um número significativo dos entrevistados evidencia uma frequência assinalável de desenvolvimento (destacando-se a este nível os entrevistados que o fazem diariamente, bem como aqueles que o fazem entre 3 a 5 dias por semana), por outro, são também expressivos (embora menos) os casos de entrevistados que referem o seu desenvolvimento irregular, incluindo-se neste um número significativo de praticantes ocasionais.

A irregularidade não se limita, no entanto, apenas à frequência, mas também à duração diária do trabalho<sup>130</sup>. A estruturação de tempo associada ao desempenho das atividades, quer de acordo com uma referência de “horário de trabalho”, quer em termos de número de horas trabalhadas, permite perceber uma maior expressividade da duração variável das atividades, em função do tempo necessário à sua execução<sup>131</sup>. Alguns dos entrevistados referem explicitamente o desenvolvimento de trabalho por um período superior a 8 horas diárias ou o facto de não existir um horário definido, bem como o trabalho a tempo parcial.

Por último, a irregularidade também se reflete no local de realização das atividades (embora em menor nível), na medida em são apenas ligeiramente predominantes os locais externos variáveis, por um lado em função do trabalho a desenvolver (a casa, a propriedade ou as instalações dos “clientes”) e, por outro, devido ao desenvolvimento de múltiplas atividades por alguns entrevistados, as quais não decorrem necessariamente todas no mesmo local. No entanto, o domicílio dos entrevistados e os locais externos regulares afiguram-se também relevantes, sendo apenas menos expressivo o desenvolvimento de atividades no espaço público.

### 6.3.3. Condições associadas

**Síntese:** Não obstante o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal se relacionar de forma muito expressiva com o binómio rendimento/necessidades, este exercício não se revela unicamente instrumental. De facto, as atividades não deixam de traduzir a atitude dos entrevistados para com o trabalho (marcada por valores expressivos) e para com os outros, no âmbito da qual se equaciona o papel que os indivíduos constroem para si próprios.

<sup>130</sup>. A regularidade da duração diária de trabalho encontrando-se associada à experiência de pouco mais de 1/3 dos entrevistados.

<sup>131</sup>. Apenas oito dos entrevistados mencionam a existência de uma referência de horário, a qual é muitas vezes utilizada na contratação dos serviços.

Apesar da forma positiva como a rede social percebe e valoriza as atividades desenvolvidas, bem como do apoio efetivo que frequentemente prestam à sua realização, os entrevistados não dispõem de mecanismos para lidar com os principais riscos que associam às atividades que desenvolvem. Se, ao nível da relação com as autoridades e com os clientes, a estratégia se direciona claramente para a minimização de problemas, não se revela possível encontrar formas para acomodar as situações imprevistas que comprometem a sua capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de obter o correspondente rendimento.

Por conseguinte, subjacente às diferentes avaliações registadas para o conjunto dos entrevistados, permanece subjacente a primordial referência do trabalho na economia formal o qual, no melhor dos dois mundos, permitiria responder à incerteza que se encontra associada à economia informal, retendo no entanto o carácter orgânico da mesma.

No entanto, as possibilidades de formalização das atividades apresentam-se condicionadas pela natureza das atividades que desenvolvem, bem como pela influência de fatores que não controlam, o que contribui para incrementar o volume de risco percebido e limitam a sua capacidade em assumir o mesmo. A importância destes fatores é, por outro lado, agravada pela redução da atratividade inerente aos benefícios da formalização, devido à crescente incerteza que os entrevistados atualmente associam à proteção social (não apenas presente mas sobretudo futura).

Relativamente aos principais fatores de motivação dos entrevistados para o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal, surge em especial destaque a necessidade de aumentar os rendimentos do agregado doméstico no sentido de fazer face às despesas. Esta necessidade decorre da insuficiência dos rendimentos formais de que dispõem, independentemente dos mesmos serem provenientes de um emprego ou de prestações sociais de que beneficiam. O discurso das entrevistadas traduz frequentemente esta insuficiência, bem como associa a necessidade de obter mais rendimentos para assegurar melhores condições de vida e, desta forma, contribuir para a sua inclusão social:

*“um ordenado mínimo não chega para cinco pessoas” [Entrevista nº 30, 11m:54s]*

*“O meu pai, atualmente... há uns dois anos atrás teve um AVC. Os custos aumentaram, a reforma dele não subiu... é mais medicação, é a tal obra na casa de banho porque ele está incapacitado, não dá... não é... é tudo e mais alguma coisa... e... foi os meus estudos... eu tive bolsa, sim... tive bolsa, mas no 2º ano de curso a minha bolsa era... dava exclusivamente só para pagar as propinas, não é... então e as deslocações, então e as cópias, as fotocópias, então e os manuais... então e as folhas de teste, que nos é exigidas*



*no ensino superior, tem que se pagar, não é ... então e o... almoço que os colegas vão fazer, não é... isso tudo faz parte da vida... e o jantar de turma e não sei quê... isso também é uma forma de se incluir as pessoas na sociedade, sobretudo eu, que fui excluída, não é, estive à parte... tudo isso faz parte do processo de inclusão social... portanto, se não fosse a economia informal eu não 'tava incluída, eu estava excluída, estava à margem e se calhar era uma... uma marginal (...)... porque eu aprendi, muito co... eu cresci num bairro social, eu sei como é que posso fazer tráfico de droga, eu sei como é que eu me posso prostituir, eu sei como é que eu posso roubar... portanto, eu sei isso tudo (...) e agora vamos dizer, o que é que é certo? É ser marginal ou eu praticar economia informal?" [Entrevista nº 10, 01h:09m:18s]*

*"... não é justo uma mulher (...) uma mãe monoparental, com um filho doente, com tratamentos e tudo, só porque há cortes façam cortes do género que eles fizeram... aquilo é de tamanho que... que dá para pôr no banco dos réus o próprio... o próprio governo, não se faz daquela maneira... eu fiquei um mês sem dar tratamentos ao meu filho e em contrapartida ficou prejudicado... porque foi para a escola, começou com distúrbios, porque ele tinha parado de tomar a medicação... porque eu tive que escolher entre tomar a medicação e ter o comer lá em casa... e ter um pouco de despesas mais básicas do que a... do que tomar a medicação" [Entrevista nº 35 – Parte I, 26m:31s]*

No entanto, os entrevistados relacionam também a sua motivação com o conteúdo das atividades (o gosto e a realização pessoal que obtém a partir da sua realização) e com as possibilidades criativas e de aprendizagem que estas encerram<sup>132</sup>, tal como se depreende do discurso das entrevistadas:

*"porque tudo o que eu faço eu gosto mesmo daquilo que estou a fazer, e depois também... junto o útil ao agradável, começo a pensar eu a fazer também vou conseguir ganhar dinheiro" [Entrevista nº 2, 41m:58s]*

*"... eu nunca imaginava que tinha um dom comigo, que sabia, ehh... aquilo que eu tenho feito agora, eu nunca imaginava que isto aqui às vezes talvez fosse o meu futuro.. porque é assim... eu, ehh... isto que eu queria... as coisas que eu faço, eu um dia mais tarde queria abrir... o meu próprio negócio, de pequenos arranjos de roupa e bijuteria, que é uma coisa que eu gosto... nem que seja... nem que depois eu vá tirar um curso de, de... de bijuteria (...) eu acho mais que eu gosto, com aquilo que eu também aprendi quando estava, prontos no trabalho, mas eu... eu acho que foi mais no desemprego (...) eu acho que isto me valorizou mais quando fiquei mais no desemprego." [Entrevista nº 6, 01h:02m:49s]*

Outros entrevistados referem a valorização que atribuem aos contactos e ao estabelecimento de relações interpessoais, quer na sua forma mais limitada (as interações com clientes ocasionais), quer na sua forma continuada, quando dizem respeito a clientes e a pessoas com as quais trabalham há anos. Nas palavras de uma entrevistada:

*"porque eu gosto do que faço... gosto de trabalhar. Gosto mesmo (...) Porque encontrei pessoas no meu caminho muito boas... tratam-me muito bem." [Entrevista nº 15, 21m:07s].*

Na falta de outras oportunidades de trabalho, particularmente em contexto de emprego, as atividades que realizam no âmbito da economia informal permitem ainda uma ocupação de tempo que se distancia menos das rotinas laborais, quando comparado com as situações de inatividade. Como afirma um entrevistado:

<sup>132</sup>. Para um dos entrevistados, as atividades realizadas enquadraram-se também no âmbito da preservação da arte tradicional, transmitida através das gerações, e no âmbito qual ainda hoje, após décadas de prática, continua a aprender e a desenvolver novas técnicas.

*“A vantagem que existe é, é esta da pessoa... primeiro sentir que é útil, depois ebbh... a camaradagem é muito importante... o indivíduo que perde... que foi operário, trabalhou sempre, está habituado a... a conviver com as pessoas, a... a chegar a horas... senão... senão trabalha, senão tem esse compromisso... começa-se a desleixar, começa a (...) é importante a pessoa, está desempregado e tal, se houver alguém que lhe diga «é pá, vamos um dia... ‘tá bem» ele vai reviver aquilo que ele está habituado a fazer, vai conviver com as pessoas, vai para a obra, vai... e anda ali, os dias que anda ali, anda satisfeito... se recebeu, chegou ao fim, nem está a comparar se é mais... normalmente é mais do que (...) faz-lhe jeito, é mais ao dia do que ganhava quando ‘tava a trabalhar mas dá-lhe jeito tê-lo, ter o dinheiro... não é só o dinheiro... é o dinheiro, o apoio que aquilo lhe deu à cabeça, etc.” [Entrevista nº 13, 01h:18m:06s]*

Por último, embora de forma menos expressiva no conjunto total dos entrevistados, são referidas a ausência de encargos, a liberdade/flexibilidade associadas a estas atividades, bem como a possibilidade de permitirem uma estabilidade relativa<sup>133</sup>, quando comparada com a precariedade do mercado de trabalho em determinados setores de atividade. Esta comparação encontra-se bem expressa na afirmação de um dos entrevistados:

*“é que a gente vamos... eu arranjo um emprego, fazem um contrato de seis meses... e eu depois acaba o contrato, mandam-nos embora e depois a gente não tem, não há trabalho nenhum... e eu ali (...) onde ‘tu a trabalhar, posso ganhar pouco mas é para o ano inteiro (...) é certo (...) há sempre quem queira ajuda” [Entrevista nº 36, 14m:21s].*

A forma positiva como a rede social da quase totalidade dos entrevistados perceciona as atividades que estes desenvolvem no âmbito da economia informal<sup>134</sup> traduz-se na valorização atribuída à sua postura perante o trabalho (honestidade, respeito, dedicação, dinamismo), à sua capacidade de obter e realizar trabalho e ao talento e criatividade que evidenciam no âmbito da realização do mesmo. Em alguns casos esta valorização concretiza-se no desafio que é feito aos entrevistados em criar o seu próprio negócio, fundamentado na apreciação que é feita sobre as suas competências e no prognóstico de que estas estarão na base do seu sucesso futuro. A afirmação seguinte exemplifica precisamente esse desafio colocado a alguns dos entrevistados:

*“muita gente me diz... para eu abrir uma loja, porque tenho coisas muito giras e muitas lindas e que não se vê em lado nenhum... e os tamanhos e eu tenho a noção que se eu tivesse uma loja vendia o triplo... mas não tenho dinheiro para começar... só emprestam dinheiro a quem já o tem” [Entrevista nº 30, 25m:11s]*

Por outro lado, as atividades relacionam-se com o contexto de satisfação das necessidades do agregado doméstico ou com a satisfação de necessidades de trabalho, pelo que também desta forma a apreciação se revela positiva. Nas palavras de um dos entrevistados:

<sup>133</sup>. Por força da maior estabilidade das necessidades de trabalho a que as atividades desenvolvidas pelo entrevistado dão resposta, a qual permite uma continuidade do trabalho e, simultaneamente, o acesso a benefícios colaterais que lhe permitem assegurar uma parte significativa dos bens alimentares de que o seu agregado doméstico necessita.

<sup>134</sup>. Embora apenas um dos entrevistados tenha referido uma perceção negativa a este nível (no caso concreto relacionada com a preocupação com o seu ritmo de trabalho excessivo), importa destacar que um número muito significativo de entrevistados não conseguiu responder à questão, na medida em que a sua rede social desconhece as atividades que realizam e os entrevistados não as comentam.

*“Quantas e quantas vezes eu... cheguei a dizer à minha mulher «olha lá, eu não quero que o miúdo vá a pé para a escola»... «ah, mas é que ele não tem passe e o caramba... eu não tive dinheiro para lhe carregar o passe»... «não interessa... eu... apareceu-me um toldo para lavar, olha, amanhã vou lavá-lo e vai-se comprar o... vai-se carregar o passe»... e é o que eu faço... ‘tá a ver, é para isso que o, que às vezes me faz jeito estes trabalhos... eu com este dinheiro, prontos abh... chego a casa, já... já vejo o que é que eles necessitam, pago-lhe o passe para a escola... e... prontos, dou-lhe o que é preciso (....) ... uma roupinha, também... e até, prontos, se tiver um bocadito de dinheiro a mais, «ó mulher, olha, vamos ali ao Mini Preço, vamos comprar uns iogurtes para eles»... iogurtes e queijo e fiambre, para não ‘tarem a ir para escola co’ pão seco, não é... e prontos, e já... e já levam” [Entrevista nº 7, 01b:58m:37s]*

De forma consoante, a grande maioria dos entrevistados refere a existência de apoios ao desenvolvimento das atividades ao nível das suas redes de pertença, sobretudo dos amigos e da família, mas também da parte de clientes ou de outros trabalhadores informais. Ao nível dos apoios é frequentemente referida a divulgação das atividades (trabalho ou serviços) que desenvolvem, o apoio na captação de potenciais clientes e a recomendação dos entrevistados junto destes, tal como se frequentemente se depreende do discurso dos entrevistados:

*“...é assim, aquilo que se está a referir se calhar é... por eu fazer se tentam me arranjar um... mais trabalho... claro que tentam, pondo a hipótese olbe... porque há sempre aquele diz que diz que «olbe, precisava de um gajo que me fizesse... que me fizesse um transporte ou que me fizesse ebbh... p’ro casamento, só tenho dez e precisava de mais um»... «olbe eu tenho um conhecido que vai», é praticamente... as pessoas conhecidas têm o nosso número, não é, já por causa disso...” [Entrevista nº 4 – Parte III, 07m:19s].*

Os entrevistados referem ainda a solidariedade e suporte à situação atual, sob a forma de apoio e/ou incentivo, bem como o apoio na realização das atividades, quando estas são manifestamente impossíveis de serem asseguradas unicamente pelos entrevistados (seja pela pontual dificuldade específica de uma atividade ou por um maior volume de trabalho associado), muitas vezes num contexto de ajuda mútua<sup>135</sup>.

No que respeita à perceção do risco associado ao desenvolvimento de atividades de trabalho informal, a maior parte dos entrevistados situa os mesmos num contexto mais imediato, relacionando-os com os riscos para a sua segurança (possibilidade de acidentes<sup>136</sup>) e saúde, como se depreende do discurso de um dos entrevistados:

*“muitos (...) há coisas que eu não faço, tenho medo... faz de conta... há produtos... vamos meter uma hipótese que muita gente faz (...) furar latas (...) pode ser latas de spray, eebb... garrafas de gás, eebb, num... peças automática, eebb... eletrónica, aquelas pilhinhas, aquelas coisinhas, eebb... há peças dessas que têm corrente e você leva ali um esticãozinho...eu, como num sei o que é que tem lá dentro... porque aquilo tem uma matéria, eebb... que faz mal..., prontos e faz mal e eu também já penso entre a minha saúde, eebb... eu num me risco” [Entrevista nº 1, 02b:02m:31s]*

135. Um número muito reduzido de entrevistados enquadra neste apoio a facilitação do acesso a condições essenciais ao seu desenvolvimento, como a cedência de instalações e equipamentos, de materiais e informações ou o apoio em deslocações.

136. Inclui as deslocações.

Em comparação, o risco de deteção pelas autoridades (quando objeto de fiscalização<sup>137</sup>), de denúncias ou não serem pagos pelo trabalho que realizaram apresenta uma menor expressão. Esta diferenciação na forma como é percebido o risco poderá refletir a sua experiência de desenvolvimento de atividades na economia informal, na medida em que a quase totalidade dos entrevistados não refere a ocorrência de problemas com as autoridades<sup>138</sup> e a maioria nunca teve problemas com clientes. Os problemas com clientes revelam-se, no entanto, mais expressivos do que os problemas com as autoridades, relacionando-se na sua maioria com o não pagamento dos bens ou serviços prestados.

A maior parte dos entrevistados já se encontrou impedido de realizar as atividades que desenvolve no âmbito da economia informal, tendo nestas situações registado perda de rendimentos e não beneficiado de algum tipo de apoio que compensasse esta perda<sup>139</sup>. Nos casos de entrevistados em que este apoio existiu, foi o mesmo prestados pela família e amigos<sup>140</sup>.

Ao nível das trajetórias individuais dos entrevistados verifica-se uma clara relevância daquelas que evoluem da formalidade associada ao emprego para a informalidade do percurso atual. No entanto, importa destacar também um conjunto significativo de entrevistados que evidencia uma muito reduzida participação formal no mercado de trabalho (a qual se apresenta muito limitada no âmbito da totalidade dos seus percursos)<sup>141</sup> ou sempre desenvolveu atividade no âmbito da economia informal<sup>142</sup>. Para além destes, assumem-se ainda como relevantes os percursos duais (em que o emprego e as atividades desenvolvidas no âmbito da economia informal coexistiram) que evoluíram no sentido da informalidade.

Quanto à avaliação que os entrevistados efetuam da sua situação presente, face às condições associadas à trajetória laboral passada, a maior parte dos entrevistados considera a mesma como negativa, expressando claramente uma preferência por um contexto de emprego, evitando assim a incerteza associada ao trabalho e aos rendimentos e simultaneamente acedendo à proteção social. Nas palavras dos entrevistados:

<sup>137</sup>. Inclui a possibilidade de lhes serem aplicadas coimas.

<sup>138</sup>. Apenas três entrevistados referiram problemas com as autoridades, maioritariamente relacionados com a falta de licença para as atividades de venda ambulante.

<sup>139</sup>. As situações em que a perda de rendimento não correu são minoritárias, tendo um dos casos sido derivado à contratação de alguém para ajudar o entrevistado e dois dos casos derivadas do apoio recebido da parte de um amigo ou da pessoa para quem o trabalho era prestado.

<sup>140</sup>. Em apenas um caso este apoio foi prestado, de forma indireta, por uma entidade.

<sup>141</sup>. Para ¼ dos entrevistados, os períodos em que estiveram empregados representam apenas poucos anos, no âmbito de um percurso laboral em que a atividade no âmbito da economia informal é claramente predominante.

<sup>142</sup>. Neste âmbito, apenas um entrevistado tem um percurso laboral inferior a dez anos.

*“...desd’ do, do... pronto, do, do curso de formação profissional já fiz algumas coisas, já ganhei um dinheirito mas num... num... era muito melhor ter um emprego, mesmo que o ordenado fosse baixo e... e pronto, o rendimento era certo e acabava por... por ser muito melhor para mim” [Entrevista nº 5 – Parte I, 22m:37s]*

*“quero um emprego digno, um emprego remunerado, que compense e assim eu escusava-me de ser humilhada pelo... pelo rendimento social do (...) de inserção, porque aquilo não passa de uma esmola...” [Entrevista nº 35 – Parte II, 06m:29s].*

No entanto, cerca de 1/3 dos entrevistados avaliam positivamente a situação atual, na medida em que destacam uma “estabilidade relativa” que associam à mesma. O facto de terem atualmente um fluxo de trabalho constante, de auferirem mais rendimentos<sup>143</sup> ou de terem menos despesas, de gostarem do trabalho, de registarem uma maior autonomia e liberdade e um menor *stress* constituem as razões que fundamentam a forma como se comparam positivamente com o passado.

Quanto à formalização das atividades que desenvolvem no âmbito da economia informal, mais de metade dos entrevistados já equacionou esta possibilidade. Para aqueles que nunca o fizeram as principais razões prendem-se com o facto de não considerarem as atividades financeiramente sustentáveis, não disporem das condições necessárias para o fazer<sup>144</sup> ou por, simplesmente, não percecionarem a existência de possibilidades que lhes permitam essa evolução.

Quando os entrevistados equacionam os principais obstáculos associados à possibilidade de formalização das suas atividades, evidencia-se claramente o binómio entre a rentabilidade/rendimentos obtidos, por um lado, e as obrigações contributivas e a carga fiscal, por outro. Por um lado, consideram como reduzida a rentabilidade e o nível de vendas associado às atividades que desenvolvem, bem como destacam o trabalho instável e o rendimento incerto. A esta irregularidade de rendimentos e reduzida rentabilidade (limitada pelo fator preço) contrapõem a regularidade das obrigações contributivas e a carga fiscal as quais, na sua perspetiva, não permitem acomodar a incerteza e a variabilidade que se encontra marcadamente associada às atividades que desenvolvem. Como afirma um dos entrevistados:

*“Pelo que eu sei... pelo que eu sei, os descontos que se fazem do, do... do, do ordenado mínimo... absorvia o dinheiro que... que se ganha nesses três ou quatro ou cinco dias e ainda era preciso mais algum...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 56m:51s a 56m:43s]*

Esta ponderação de obstáculos, por subjetiva que seja, não deixa de ser produzida por praticantes da economia informal com algum conhecimento das

<sup>143</sup>. Embora, por vezes, os rendimentos ainda não sejam suficientes.

<sup>144</sup>. Capital, competências necessárias, cumprimento de regulamentos, etc.

suas atividades e das exigências que sobre estas incidiriam se o seu desenvolvimento ocorresse no âmbito da economia formal. A corroborar esta ideia, verifica-se que os entrevistados identificam também obstáculos respeitantes às condições necessárias para a realização das suas atividades a nível formal, nomeadamente os custos com o equipamento e o pessoal necessário, os custos com os espaços e a sua adequação e outros custos de funcionamento transversais. Nas palavras de uma entrevistada:

*“se eu tivesse um espaço qualquer que me... que me cedessem... bastava um pequenino espaço, eu aventurava-me” [Entrevista n°2, 44m:25s]*

Alguns dos entrevistados identificam como obstáculos fatores exógenos como a legislação, a regulamentação excessiva e a burocracia, enquanto outros destacam fatores de ordem individual, relacionados com o facto de não disporem de capital, de competências de gestão ou de competências técnicas para criarem e gerirem o seu próprio negócio.

Uma outra categoria de obstáculos prende-se com a relação com os clientes e os impactos decorrentes da formalização: por um lado, esta situação pode não ser do interesse dos atuais clientes e, por outro, a formalização poderá levar a um aumento de custo para o cliente, o que poderá levar a uma maior dificuldade na sua retenção e, em última instância, à sua perda.

Por último, alguns dos obstáculos situam-se em torno dos benefícios atuais ou futuros: se, para alguns dos entrevistados, não existem benefícios associados à formalização (para o entrevistado e para os clientes), para outros a perda de benefícios sociais coloca-se como uma das consequências negativas derivadas de uma eventual formalização das atividades que atualmente desenvolvem no âmbito da economia informal (na medida em que antevêm dificuldades em substituir os rendimentos associados aos benefícios sociais por rendimentos do trabalho). Esta relação com a dimensão dos benefícios encontra-se claramente patente no discurso dos entrevistados:

*“a gente formaliza para ter benefícios... a partir do momento em que a pessoa perde benefícios, não vale a pena formalizar... e é o que está a acontecer, as pessoas estão, estão a sofrer com cortes... o exemplo concreto é dos funcionários públicos, estão a sofrer com cortes, com cortes, até com seiscentos euros eles vão lá buscar o dinheiro... como é que a pessoa vai sobreviver? Aquela gente vai sair dali, pode praticar a economia informal e eles não podem reclamar para nada... porque as pessoas só com aquilo não conseguem segurar a vida... e difícil... para quem tem filhos, para quem tem doença, para quem tem tudo e tem que ter transportes para ir trabalhar, é complicado... portanto, eu não penso mesmo em formalizar, nunca” [Entrevista n° 35 – Parte I, 35m:44s]*

### 6.3.4. Rendimentos

**Síntese:** A situação financeira atual dos agregados domésticos é avaliada positivamente pela maioria dos entrevistados, não obstante os rendimentos do trabalho (formal) não constituírem a principal origem dos rendimentos dos agregados. Se, por um lado, um número significativo dos agregados possui a capacidade de suportar as despesas mensais, por outro assume particular relevância a forte restrição dos consumos e a racionalização de despesa que os caracteriza, tanto mais que, por força da maioria não conseguir constituir ou dispor de poupança, se verifica uma dificuldade em acomodar despesas imprevistas.

Neste contexto, os rendimentos informais revelam-se significativos, associando-se sobretudo à satisfação de despesas correntes, contribuindo assim para permitir o pagamento das despesas mais significativas pelos rendimentos formais, mais estáveis.

Quando avaliam a situação financeira atual do agregado, a maioria dos entrevistados destaca o facto de esta se encontrar relativamente equilibrada<sup>145</sup> e do agregado manter a capacidade de suportar todas as despesas mensais<sup>146</sup>, não obstante o aumento do custo de vida ou a preponderância de algumas categorias de despesa. No entanto, importa assinalar que um número significativo de entrevistados refere explicitamente o total dispêndio dos rendimentos disponíveis<sup>147</sup>.

Relativamente à origem dos rendimentos dos agregados domésticos, para além dos rendimentos obtidos com o desenvolvimento de atividades na economia informal que todos os entrevistados (em maior ou menor dimensão) auferem, é possível observar uma preponderância das prestações sociais face aos rendimentos do trabalho (em contexto de emprego)<sup>148</sup>. O Abono de Família e o Rendimento Social de Inserção relevam-se fontes de rendimento mais expressivas, no conjunto dos agregados domésticos, do que os vencimentos. Para além destes, as reformas, o subsídio de desemprego, os apoios à formação<sup>149</sup> e outras pensões (de alimentos, de sobrevivência e de doença crónica), contribuem para evidenciar a reduzida expressividade dos

<sup>145</sup>. Avaliando-a como “razoável”, “normal”, “equilibrada”, “controlada”, “na média”, “estável” ou “satisfatória”.

<sup>146</sup>. Quanto aos entrevistados que avaliam a situação financeira de forma negativa (ligeiramente acima de 1/3 do total), destacam-se as referências ao facto das despesas mensais serem superiores à totalidade dos rendimentos obtidos, dos rendimentos auferidos serem muito baixos ou de serem inteiramente provenientes da economia informal.

<sup>147</sup>. Razão que também fundamenta duas avaliações de tendência mista.

<sup>148</sup>. Considerando a condição perante o trabalho do entrevistado e dos outros membros adultos dos agregados domésticos).

<sup>149</sup>. Bolsas de formação, subsídios de alimentação e subsídios de transporte.

rendimentos do trabalho (formal) no cômputo dos rendimentos totais dos agregados domésticos.

Se considerarmos o Limiar de Risco de Pobreza (60% do rendimento mediano), devidamente calculado em função das “escalas de equivalência” utilizadas pelo Eurostat para refletir as diferentes dimensões de agregados domésticos<sup>150</sup>, é possível calcular o limiar de risco de pobreza para cada um dos agregados domésticos.

No que respeita ao rendimento médio mensal de que os agregados domésticos dispõem, as categorias “250,01 a 500€” e “500,01 a 750€” abrangem, de forma equitativa, 2/3 dos agregados domésticos<sup>151</sup>. A comparação deste com o total de rendimentos mensais de que o agregado doméstico dispõe permite-nos concluir que 3/4 dos agregados se situam abaixo do respetivo limiar<sup>152</sup>.

Ao nível dos rendimentos obtidos com as atividades desenvolvidas no âmbito da economia informal, metade dos entrevistados referem auferir rendimentos mensais “até 250€” e praticamente 1/3 entre “250,01 a 500€”. O número de entrevistados que refere rendimentos superiores a este valor é muito reduzido, sendo ainda provável que, em um dos dois casos, este esteja sobreavaliado<sup>153</sup>. Quanto aos poucos casos em que os entrevistados não conseguiram estimar este valor, em pelo menos dois dos casos os rendimentos apresentam-se como muito residuais, dado as atividades serem realizadas de forma muito esporádica ou com uma frequência semanal mas muito circunscrita.

No que respeita à relação do rendimento auferido com as atividades de trabalho informal com as outras fontes de rendimento do agregado, embora sejam mais frequentes as situações em que este se apresenta como complemento de rendimentos formais (prestações sociais ou salários<sup>154</sup>) recebidos pelo entrevistado, destaca-se também a expressividade do número de agregados domésticos em que o referido rendimento efetivamente substitui os mesmos. Independentemente desta relação, é importante assinalar que, em

<sup>150</sup>. O rendimento equivalente é uma medida de rendimento que tem em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados. É obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. O rendimento equivalente é atribuído a cada membro do agregado (Fonte: metainformação – INE)

<sup>151</sup>. Em três dos agregados o rendimento disponível situa-se entre os “750,01 a 1000€” e em dois, entre “1000,01 a 1500€”. Nos extremos observam-se dois agregados com rendimentos mensais “Superiores a 2000€” e um agregado doméstico com rendimentos mensais “Até 250€”. De referir ainda que dois dos entrevistados não conseguiram estimar o rendimento mensal disponível.

<sup>152</sup>. Um dos agregados situa-se em linha com o limiar, mas apenas nos meses em que o entrevistado consegue desenvolver atividades no âmbito da economia informal.

<sup>153</sup>. Tendo em conta a variabilidade que frequentemente se encontra associada a estes rendimentos ao nível mensal, muitos dos entrevistados estimam os mesmos em intervalos, pelo que se revelou impraticável o cálculo da mediana dos mesmos. No entanto, acredita-se que dificilmente a mesma atingisse o nível da remuneração mínima mensal.

<sup>154</sup>. Dois dos entrevistados.



praticamente 2/3 dos agregados domésticos, os rendimentos de proveniência informal representam uma percentagem superior a 20% dos rendimentos mensais totais<sup>155</sup>.

No respeitante à capacidade do agregado de suportar as despesas mensais, mais de metade dos entrevistados responderam positivamente<sup>156</sup>, embora se deva realçar que para esta capacidade contribui de forma particularmente relevante a restrição dos consumos, a racionalização da estrutura de despesas e a gestão rigorosa dos rendimentos disponíveis, como o referem os entrevistados:

*“tem que ser bem, bem, bem orien... bem gerido, mesmo bem gerido porque senão... deveria... ia haver... de certeza que iria haver algumas coisas que iam faltar...”* [Entrevista nº 3, 01h:24m:34s]

*“Chega lá... chega lá, às vezes falta, outras vezes num falta, umas vez mais outras vezes menos mas vamos... vamos tentando conseguir esse bolo por tudo para tentar pagar tudo...”* [Entrevista nº 4 – Parte III, 14m:39s].

De entre os entrevistados que referiram não existir capacidade do agregado suportar atualmente todas as suas despesas mensais, verificaram-se algumas referências à gestão de pagamentos em atraso como estratégia encontrada para lidar com as dificuldades expressivas que experienciam.

Os rendimentos informais associam-se sobretudo à satisfação de despesas correntes, sendo o pagamento das despesas mais significativas assegurado pelos rendimentos formais, na medida em que são mais estáveis. No entanto, e apesar do forte contributo dos rendimentos informais para suportar as despesas que se regista num dos casos, os entrevistados mantêm presente a possibilidade do aumento de despesas (com a saúde, por exemplo) ou da redução/variação dos rendimentos como algo que poderá colocar esse equilíbrio em risco.

Quando questionados sobre o nível de rendimentos necessário a suportar todas as despesas do agregado, comparativamente ao nível de rendimentos atual do agregado, uma parte significativa dos entrevistados apresentou dificuldades em estimar o mesmo, quer por nunca terem equacionado a questão desta forma, quer porque a mesma implicaria refletir sobre o seu nível de despesas atual e os padrões de consumo associados ao mesmo (na tentativa de perceber de que forma estes evoluiriam em função do aumento dos rendimentos). De entre aqueles que o fizeram, foi possível percecionarem a maior expressividade de valores de rendimentos mensais situados entre 100 e 300€ acima dos atualmente obtidos, sendo ainda importante mencionar o facto

<sup>155</sup>. Para 1/3 dos agregados os rendimentos informais são inclusivamente superiores a 40% do rendimento mensal total disponível.

<sup>156</sup>. Para além destes, um pequeno número de entrevistados menciona nem sempre ser possível suportar todas as despesas mensais, devido à variação nos rendimentos que conseguem auferir ou em função dos apoios de que beneficiam nos meses em questão.

de alguns dos entrevistados não considerarem a existência de uma diferença entre os dois níveis de rendimento, por considerarem o seu atual nível de rendimentos adequado para suportar as despesas.

Relativamente aos bens ou serviços primordialmente adquiridos com o rendimento auferido com o desenvolvimento das atividades na economia informal, uma grande parte referiu que os mesmos se integram no total do rendimento disponível, pelo que uma relação direta entre os rendimentos e os diferentes tipos de despesa se revela imprecisa. Não obstante, um número significativo de entrevistados destacou sobretudo a alimentação (para além das infraestruturas básicas<sup>157</sup>, do vestuário e calçado, dos transportes, da habitação e da saúde<sup>158</sup>), como a despesa mais suportada pelos rendimentos de proveniência informal. A relevância deste tipo de despesa encontra-se frequentemente patente no discurso das entrevistadas:

*“... não, os luxos, para mim não é os luxos que conta, é o dia-a-dia, é o comer na mesa, para mim o importante é o comer na mesa... tem que haver, para a barriga tem que haver... para os luxos não”*  
[Entrevista nº 15, 49m:28s]

*“se eu tivesse a minha... a pagar a casa era mais complicado... por exemplo, as despesas é água, luz, alimentação, vestir, calçado... prontos, consigo (...) agora a gente consegue... lá está, por isso é que eu digo, se eu não tivesse estes trabalhos não sei como é iamos dar a volta porque não era com quatrocentos e dezanove euros que eu conseguia pagar luz, água e mesmo assim cortei TV Cabo, cortei a internet... só na TV Cabo e na internet foram cinquenta euros que lbe cortei... e com esses cinquenta euros já me dá para fazer outras coisas...”* [Entrevista nº2, 52m:12s]

A alimentação também se revela a despesa que mais dificilmente os entrevistados conseguiriam suportar na ausência dos rendimentos de proveniência informal, sendo ainda referidas a este nível as despesas com as infraestruturas básicas, com a habitação, com o vestuário e o calçado, com os meios de transporte ou com a educação<sup>159</sup>. Em termos comparativos, a alimentação e as infraestruturas básicas mantêm a sua importância mas a dificuldade em suportar as despesas com a habitação evidencia, por este prisma, uma importância superior na hierarquia de despesas.

Apesar de mais de metade dos agregados domésticos não dispor de capacidade de poupança financeira, o número de agregados que consegue constituir uma reserva financeira (com uma duração limitada) ou uma poupança (a médio ou longo prazo) revela-se significativo. A finalidade inerente à sua constituição relaciona-se sobretudo com a gestão corrente mensal do agregado, i.e., constitui uma forma de equilibrar o orçamento e de conseguir adquirir o necessá-

<sup>157</sup>. Eletricidade, água, gás, saneamento.

<sup>158</sup>. Em três casos os rendimentos também são utilizados para a aquisição de materiais de que os entrevistados necessitam para desenvolver atividades na economia informal

<sup>159</sup>. Apenas um entrevistado referiu os custos com a saúde.

rio<sup>160</sup>, face à variabilidade dos rendimentos obtidos com o desenvolvimento das atividades na economia informal. Embora a sua constituição se associe sobretudo a uma duração mais limitada, alguns entrevistados referem o seu contributo para suportar as despesas nos meses em que auferem menores rendimentos (devido à sazonalidade, por exemplo), pelo que não se afigura líquida a sua associação a um contexto mais imediato e/ou de curto prazo.

A eventualidade de um problema de saúde futuro, a reparação/substituição de equipamentos, o pagamento de seguros ou a reparação do automóvel são outras das finalidades referidas, que se distinguem pelo facto de serem despesas imprevistas ou (no caso dos seguros) difíceis de comportar com o rendimento disponível mensalmente. Alguns entrevistados fazem, no entanto, referências a outras finalidades, relacionadas com a educação/formação<sup>161</sup>, com a reforma, com a poupança para os filhos ou mesmo com a concretização de um sonho (a aquisição de uma habitação), sendo a este nível, ainda que minoritário no conjunto dos agregados domésticos, que a poupança de médio ou longo prazo se verifica.

## 6.4. Condições de vida do agregado doméstico

Uma outra componente das entrevistas versou, embora de forma não aprofundada, sobre as condições de vida dos entrevistados e dos seus agregados domésticos, respeitante às dimensões da habitação, saúde, necessidades básicas do agregado (alimentação, vestuário e calçado e transporte), necessidades de apoio social, relações familiares e sociabilidade e, por último, participação social e política. No âmbito da referida componente, foram também colocadas questões quanto à dimensão das despesas mensais dos agregados domésticos.

### 6.4.1. Habitação

**Síntese:** A maior parte dos agregados domésticos reside em alojamentos familiares clássicos arrendados (sendo notória a reduzida expressividade da habitação social), situados no centro ou na proximidade dos aglomerados populacionais. As habitações apresentam-se em bom estado de conservação (em parte devido às obras realizadas, que permitiram atenuar a sua antiguidade) e as situações de sobrelotação ou de não disponibilidade das infraestruturas básicas evidenciam uma incidência reduzida.

<sup>160</sup>. Embora os entrevistados refiram o equilíbrio do orçamento mensal de forma genérica, incluem-se também a este nível os entrevistados que referem as despesas com a alimentação, com o vestuário e calçado e com os transportes.

<sup>161</sup>. Propinas e investimento na formação.

A grande maioria dos alojamentos familiares clássicos (sejam estas casas ou apartamentos) com configurações do tipo T3 ou T2<sup>162</sup>, encontram-se situados em locais centrais (com metade dos entrevistados a situar as mesmas no, ou muito perto do, centro da cidade ou vila<sup>163</sup>) e com boas condições de acesso a serviços. Considerando a dimensão dos agregados domésticos e as configurações das suas habitações (nomeadamente o número de quartos), é possível verificar que, na grande maioria, as situações de sobrelotação não ocorrem.

Embora ao nível da relação de propriedade a maior parte das habitações seja arrendada, verifica-se um número expressivo de habitações que são propriedade do agregado doméstico, sendo que destas, metade têm associada uma hipoteca bancária<sup>164</sup>. Embora apenas em 4 casos os agregados domésticos residam em habitações sociais, também existe um pequeno número de habitações que o eram anteriormente mas que foram entretanto adquiridas pelos agregados domésticos.

Em termos de antiguidade da habitação, em quase 2/3 dos casos a mesma é igual ou superior a 11 anos, sendo a antiguidade superior a 26 anos a mais expressiva de entre estes casos. O tempo de permanência na habitação apresenta alguma estabilidade, na medida em que é menos expressivo o número de agregados domésticos que reside há pouco tempo nas respetivas habitações: 3/4 dos agregados domésticos reside nas habitações há mais de dois anos, sendo ainda relevante o número de agregados que reside na atual habitação há mais de 11 anos<sup>165</sup>.

O conjunto das habitações evidencia alguma antiguidade, o que poderá contribuir para a ocorrência de problemas associados à sua conservação. Não obstante, a grande maioria dos entrevistados avalia o estado de conservação de forma positiva e, de entre estes, o “bom” estado de conservação predomina. Para esta avaliação contribuiu a realização de obras de conservação (ou de renovação, sendo menor a incidência destes tipo de situações), pelos agregados domésticos ou por terceiros (proprietários das habitações), que foram referidas de forma expressiva pelos entrevistados.

<sup>162</sup>. Os restantes tipos de alojamento (anexo, parte de casa, quarto ou coletivos) e de configurações (apenas a configuração T4 apresenta algumas expressividade) são bastante menos frequentes.

<sup>163</sup>. Em contraposição, o número de entrevistados que reside em locais isolados ou periféricos apresenta-se como significativamente menor.

<sup>164</sup>. Quanto aos casos em que não existe uma hipoteca associada, na sua maioria a propriedade da casa está associada aos pais dos entrevistados ou a outro elemento adulto do agregado doméstico.

<sup>165</sup>. Pouco mais de 1/3 dos casos.

A grande maioria das habitações dispõe<sup>166</sup> das infraestruturas básicas<sup>167</sup> necessárias mas apenas uma fração das mesmas dispõe de gás canalizado. Na maioria das situações, o gás é engarrafado e, por comparação com o gás natural, terá implícito um preço superior. Quanto aos problemas das habitações destacam-se apenas as humidades e as infiltrações de água. Os problemas com a instalação elétrica, com a amplitude térmica, com a reparação de pavimentos, com as rachaduras e as canalizações também são referidos mas em número muito reduzido.

## 6.4.2 Saúde

**Síntese:** A dimensão da saúde revela-se significativa ao nível dos agregados domésticos, quando se consideram os múltiplos problemas de saúde que afetam todos ou parte dos seus membros, aos quais se associam, em alguns casos, um nível de custos relevante. Não obstante, a autoavaliação do estado de saúde dos entrevistados e dos restantes membros dos agregados domésticos revela-se maioritariamente positiva, num contexto em que a resposta a necessidades de saúde depende exclusivamente da cobertura assegurada pelos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

São poucos os entrevistados que referem a inexistência de problemas de saúde ao nível dos membros do seu agregado doméstico e, em contrapartida, mais de 2/3 referem múltiplos problemas de saúde (3 ou mais).

De certa forma, regista-se entre os entrevistados uma subvalorização dos problemas de saúde existentes no agregado doméstico, que não se explica pelo facto de um número significativo das doenças referidas serem crónicas. Na verdade, alguns dos problemas de saúde que se verificam nos agregados (doenças do sistema circulatório, por exemplo) evidenciam uma gravidade que aparenta ser algo contraditória com a autoavaliação produzida.

No entanto, quando considerados no contexto das expectativas futuras do entrevistado, por exemplo, a sua importância faz-se sentir de forma mais acutilante. Por outro lado, a saúde constitui uma fonte de despesa relevante para mais de 2/3 dos agregados domésticos, derivada do custo associado com a

<sup>166</sup>. Em dois dos agregados a eletricidade foi cortada (embora um destes ainda disponha de acesso); num destes agregados a água também foi cortada.

<sup>167</sup>. Designadamente, eletricidade, água, gás, instalações sanitárias e saneamento. Num dos casos, a casa de banho situa-se no exterior da habitação.

aquisição de medicamentos e, embora menos referidas, com as deslocações para acesso às unidades de saúde<sup>168</sup>.

Todos os agregados domésticos são abrangidos pelo Serviço Nacional de Saúde<sup>169</sup>, e os seus membros, em caso de problemas de saúde, recorrem sobretudo ao Centro de Saúde onde estão inscritos e, em menor escala, ao Hospital local. A avaliação da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos membros dos agregados domésticos, revela-se predominantemente positiva, não obstante a existência de algumas razões de queixa relativamente à (menor) qualidade do atendimento, ao desempenho dos profissionais de saúde, à relação médico-paciente e aos tempos de espera excessivos<sup>170</sup>.

### 6.4.3. Necessidades do agregado doméstico – alimentação, vestuário e calçado

**Síntese:** O contributo das redes de suporte associadas aos agregados domésticos dos entrevistados revela-se predominante ao nível da satisfação de necessidades de alimentação, vestuário e calçado. Neste sentido, o apoio das instituições, da comunidade e da família, conjugada com estratégias de produção para autoconsumo na alimentação e com a restrição do consumo de bens de vestuário e calçado, contribui significativamente para reduzir a expressividade do custo associada a este tipo de despesas.

Concretamente, e no que respeita a alimentação, predominam as situações de aquisição parcial dos bens alimentares (com apenas 1/3 dos agregados a adquirir os mesmos na totalidade), pelo que os apoios a este nível se revelam determinantes, contribuindo para ajudar os agregados a suprir as suas necessidades.

Embora o apoio alimentar a nível das instituições<sup>171</sup> seja o mais expressivo, importa também destacar o apoio prestado pelas pessoas da comunidade (amigos, vizinhos, pessoas com quem os entrevistados trabalham, etc.) e pela família, bem como pela produção para autoconsumo a qual, embora menos expressiva quando comparada com as restantes fontes de apoio, caracteriza ainda assim 1/6 do total de agregados domésticos dos entrevistados.

<sup>168</sup>. O pagamento de taxas moderadoras para consultas, os tratamentos e os exames constituem outras das despesas mencionadas, embora com uma expressividade significativamente menor.

<sup>169</sup>. Apenas um entrevistado referiu o recurso (ocasional) à medicina privada; um outro entrevistado já beneficiou de seguro de saúde mas teve de cortar essa despesa. De referir ainda que um elemento adulto de um dos agregados beneficia da ADSE.

<sup>170</sup>. A demora na marcação de consultas, a duração excessiva ou a insatisfação com tratamentos realizados, o erro médico, a falta de pessoal e os erros administrativos (1) são outras das queixas mencionadas, embora evidenciem muito pouca expressividade, em termos comparativos.

<sup>171</sup>. Dois dos entrevistados referem a inadequação dos apoios alimentares, sendo esta a razão pela qual não recorrem ao apoio institucional.

Quanto às necessidades de vestuário e calçado, o número de agregados que adquirem na totalidade ou quase na totalidade os mesmos apresenta-se como superior ao observado para os bens alimentares. No entanto, no extremo oposto, também é superior o número de agregados que não costuma adquirir estes bens, o que traduz um maior contributo das redes de apoio a este nível, nomeadamente por parte da comunidade em geral (que constitui a principal fonte de apoio mencionada), da família e, em menor grau, do apoio institucional<sup>172</sup>.

#### 6.4.4. Necessidades do agregado doméstico – transporte

**Síntese:** As necessidades de transporte apresentam-se significativamente mais reduzidas. Face à dificuldade em suportar os custos com a utilização de meios de transporte próprios ou coletivos, nos agregados domésticos em que a necessidade de deslocação se coloca, a opção incide nas deslocações a pé ou no recurso não regular aos meios de transporte.

Em mais de metade dos casos os membros do agregado doméstico deslocam-se a pé (constituindo esta a principal forma de locomoção), sendo o automóvel próprio<sup>173</sup> e os transportes públicos<sup>174</sup> os meios de transporte mais utilizados. São ainda referidos outros meios de transporte, como a bicicleta, o transporte de terceiros e os motociclos, embora estes dois últimos de uma forma muito reduzida.

A maioria dos entrevistados manifesta a sua satisfação face aos meios de deslocação e de transporte utilizados. No entanto, alguns referem fatores como os custos associados, a disponibilidade de horários ou a inadequação dos mesmos (no caso de viagens mais longas) como as principais razões que potencialmente condicionam a sua satisfação ou fundamentam a sua insatisfação.

<sup>172</sup>. De referir que três dos agregados também partilham este tipo de bens com outras pessoas e agregados que deles necessitam. Neste sentido, não se constituem apenas com recetores da ajuda, antes integram os mecanismos de partilha e redistribuição deste tipo de bens.

<sup>173</sup>. Em dois dos casos, de forma ocasional.

<sup>174</sup>. Em quatro dos casos, de forma ocasional.

## 6.4.5. Necessidades do agregado doméstico – apoio social

**Síntese:** As necessidades de apoio social revelam-se menos expressivas, em virtude da capacidade de resposta existente ao nível dos agregados domésticos. Não obstante os equipamentos sociais se encontrarem acessíveis e disponíveis, a prestação de cuidados é sobretudo assegurada por membros dos agregados domésticos.

Em menos de metade dos agregados domésticos existem crianças ou adultos a necessitar de cuidados e, de entre estes, quase metade não apresenta este tipo de necessidades, seja porque os horários escolares são compatíveis com as rotinas dos membros do agregado ou porque existem elementos do agregado que se encontram disponíveis para a prestação de cuidados.

Por conseguinte, quando se considera a responsabilidade pela prestação de cuidados a crianças ou adultos no agregado doméstico, verifica-se uma maior preponderância dos elementos do agregado, em contraponto com as instituições, de âmbito privado ou público. Esta menor representatividade das instituições verifica-se não obstante os equipamentos sociais se encontrarem maioritariamente disponíveis<sup>175</sup> e acessíveis<sup>176</sup>.

O benefício de outros apoios sociais pelos agregados domésticos é residual<sup>177</sup>. De facto, considera-se mais relevante (embora com uma expressividade reduzida) a este nível a relação de alguns dos entrevistados com os apoios sociais (para além de casos de entrevistados que nunca os solicitaram ou que afirma não saber como estes funcionam, um dos entrevistados referiu não recorrer aos mesmos por os considerar como uma “esmola”), bem como a sua adequação aos problemas para os quais os entrevistados buscam apoio<sup>178</sup>.

<sup>175</sup>. Em apenas em um caso, relativo a apoio psicológico para adultos, não estão disponíveis.

<sup>176</sup>. Os dois casos em que não os equipamentos não são acessíveis devem-se à sua inexistência (o apoio psicológico) ou à falta de disponibilidade financeira para os suportar.

<sup>177</sup>. Apenas são mencionados em três dos casos e referem-se a apoio em medicamentos, a apoio ao nível jurídico e ao apoio técnico ao nível da procura de emprego e formação, os quais são prestados por uma Junta de Freguesia e duas Instituições Privadas de Solidariedade Social.

<sup>178</sup>. Um dos entrevistados considera como necessários os apoios específicos para imigrantes (sobretudo se forem prestados pelos próprios), bem como pensa que os apoios sociais devem ser mais dignos e adequados. Para além destes, refere sentir necessidade de apoio ao nível do pagamento da renda da habitação em que reside.



#### 6.4.6. Despesas do agregado

**Síntese:** No âmbito da educação e da saúde, a ocorrência de despesa é menos significativa, o que reflete o benefício de apoios à educação e à saúde ao nível dos agregados. No entanto, estes apoios não se revelam em determinadas fases dos ciclos de vida dos elementos do agregado doméstico.

No que respeita à despesa com a educação, a mesma revela-se mais difícil de suportar pelos agregados domésticos quando se associa à frequência do ensino superior por um dos seus elementos, a qual resulta num considerável aumento dos custos, diretos ou indiretos. Ao nível da saúde, a maior concentração de problemas de saúde aumenta os encargos com a aquisição de medicamentos, bem como as necessidades de deslocação associadas a exames ou tratamentos, os quais se traduzem num volume significativo de despesa para os agregados.

Ao nível da estrutura de despesas dos agregados domésticos, a habitação assume um particular destaque, em virtude da capacidade limitada de restringir o custo associado, revelando-se este muito significativo face aos rendimentos disponíveis, na maioria das situações. Os custos associados à alimentação e às infraestruturas básicas, embora podendo ser objeto de restrição do consumo e beneficiar de apoios, assumem-se também como significativos.

Por seu turno, as despesas com vestuário e calçado e com transportes evidenciam também a necessidade sentida pelos agregados de restrição da despesa associada, sendo sobretudo em função estrita da necessidade que esta ocorre.

A análise das despesas mensais associadas às vivências quotidianas dos agregados domésticos foi realizada em função de categorias de despesa definidas, nomeadamente a educação, a saúde, a habitação, as infraestruturas básicas (água, eletricidade, gás e saneamento), a alimentação, o vestuário e calçado e os cuidados a crianças e/ou adultos do agregado. Os entrevistados foram ainda questionados sobre a existência de outras despesas mensais não incluídas nestas categorias.

A maior parte dos agregados domésticos em que o entrevistado não conseguiu quantificar ou mencionou não existirem custos mensais com a educação beneficia de ação social escolar<sup>179</sup>. Ao nível dos 10 entrevistados que conseguiram estimar o valor mensal de despesa com a educação, uma parte signifi-

<sup>179</sup>. Sendo os restantes 2 casos respeitantes à frequência do ensino superior por elementos do agregado, no âmbito do qual ambos os indivíduos suportam, com os rendimentos que auferem, os custos associados a esta frequência.

ficativa dos entrevistados estima custos superiores a 50€ mensais, os quais dizem respeito a agregados com elementos a frequentar o sistema de ensino mas que não beneficiam de ação social escolar ou a agregados com elementos a frequentar o ensino superior<sup>180</sup>.

Embora a maior parte dos entrevistados tenha conseguido estimar as despesas em saúde, um pouco mais de 1/3 revelaram dificuldade em estimar os gastos mensais, devido à inexistência ou menor incidência de problemas de saúde no agregado doméstico (irregularidade das despesas de saúde) ou o facto de esta ser reduzida (nomeadamente em termos do custo dos medicamentos, por serem comparticipados)<sup>181</sup>. No entanto, em pouco mais de 1/3 dos agregados os problemas de saúde existentes traduzem-se num custo significativo, com valores de despesa mensal superiores a 25 € e que (como no caso de dois dos agregados), se aproximam dos 250€<sup>182</sup>. Nestes casos verificam-se situações diversificadas, associadas à existência de múltiplos problemas ao nível dos elementos do agregado (pais e filhos, por exemplo) ou a concentração de um número elevado de problemas de saúde em um ou dois elementos do agregado normalmente com uma idade mais avançada<sup>183</sup>. Para estes, a despesa mensal apresenta-se como significativa (quer em termos de medicamentos, quer de tratamentos), tanto mais se considerarmos os rendimentos mensais de que dispõem para suportar estas (e outras) despesas.

No que respeita às despesas de habitação destaca-se o facto de praticamente 1/4 dos agregados domésticos ser proprietário das habitações em que reside, não suportando qualquer despesa de renda ou prestação de empréstimo para aquisição de habitação<sup>184</sup>. Ao nível dos restantes agregados, a maior parte suporta despesas mensais situadas entre os “100,01 a 250€” (1/4 dos entrevistados, a quase totalidade dos quais é arrendatário) ou “250,01 a 500€” (1/4 dos entrevistados, dos quais a maioria é arrendatário)<sup>185</sup>. O número de agregados a suportar uma despesa mensal menor ou igual a 75€ é relativamente menos expressivo, sendo a este nível preponderantes os casos em que esta despesa não é suportada pelo agregado doméstico<sup>186</sup>.

<sup>180</sup>. No caso de um entrevistado que afirmou suportar custos mensais com a educação entre 25,01€ e 50 €, o agregado também não beneficia de ação social escolar.

<sup>181</sup>. Na maior parte, são agregados onde os entrevistados não referiram a existência de problemas de saúde ou atribuíram menor valor aos problemas de saúde, por serem ocasionais.

<sup>182</sup>. Apenas em nove agregados a despesa mensal em saúde é inferior ou igual a 25 € mensais.

<sup>183</sup>. Nestes casos referem-se problemas cardíacos, problemas de hipertensão, colesterol, circulação sanguínea (incluindo a ocorrência de acidentes vasculares cerebrais), diabetes, problemas do sistema nervoso e problemas ao nível da tiroide. Para além destes são referenciadas doenças crónicas (sinusite, asma, alergias), de desenvolvimento cognitivo e de nível psicológico.

<sup>184</sup>. Num dos casos, em que o entrevistado não conseguiu quantificar o valor da renda mensal, trata-se de uma habitação social.

<sup>185</sup>. Apenas um dos agregados suporta uma despesa mensal superior a 500€, sendo que este valor inclui o pagamento de uma prestação e de uma renda (esta última relativa à habitação onde vive a filha, que se encontra a frequentar o ensino superior noutra cidade).

<sup>186</sup>. Num dos casos o entrevistado reside num equipamento social e, no outro caso, a renda está a ser suportada pela Segurança Social.

Quanto ao montante mensal das despesas do agregado com infraestruturas básicas (água, eletricidade, gás, saneamento), apesar de 1/6 dos entrevistados não terem conseguido estimar esta despesa<sup>187</sup>, nos restantes é possível observar uma preponderância de agregados com despesas mensais entre 75,01€ e 100€ mensais, sendo ainda relevante o número de agregados que gasta mais de 100€ mensais ou entre 25,01 e 50€. No total quase 2/3 dos agregados despende mais de 50,01€ mensalmente a este nível.

Relativamente às despesas mensais com a alimentação, quase metade dos entrevistados revelou dificuldade em estimar a despesa mensal a este nível, pelo que os volumes de despesa mais expressivos (“100,01 a 250€” e, em menor escala, “250,01 a 500€”) enquadram menos de metade dos entrevistados, enquanto os restantes se encontram distribuídos por outros níveis de despesa mensal.

Importa aqui contextualizar a questão, desde logo referindo a predominância das despesas relacionadas com a alimentação ao nível dos bens adquiridos com o contributo dos rendimentos de proveniência informal. Na medida em os rendimentos são frequentemente recebidos diariamente (sendo menos expressivo o pagamento semanal ou mensal), as aquisições de bens alimentares são realizadas com uma frequência semelhante. Por outro lado, os apoios ao nível dos bens alimentares são significativos (compreendendo-se a este nível a produção para o autoconsumo) pelo que, dada a menor expressividade de periodicidades de aquisição semanais ou mensais, os entrevistados dispõem de escassas referências para estimar o custo mensal deste tipo de despesa.

No que respeita ao vestuário e calçado, apresenta-se como preponderante o número de entrevistados que não consegue estimar a despesa mensal a este nível<sup>188</sup>, o que traduz de forma clara o menor peso deste tipo de despesa no âmbito do orçamento familiar. Quando a sua aquisição é da total responsabilidade do agregado, apresenta-se fortemente restringida e, por outro lado, quando a obtenção dos bens é fortemente apoiada pelas redes de apoio dos agregados, este tipo de despesa torna-se menos relevante<sup>189</sup>. Na generalidade os entrevistados referiram uma forte restrição na aquisição de vestuário e calçado, sendo esta realizada apenas em função da necessidade de substituição dos mesmos, particularmente no caso de agregados domésticos que não dispõem de apoio a este nível.

<sup>187</sup>. Em dois dos casos, devido ao facto de estes custos se incluírem nos custos com a habitação.

<sup>188</sup>. Menos de 1/3 dos agregados adquire na totalidade estes bens, sendo igual o número de agregados que não costuma adquirir estes bens na totalidade.

<sup>189</sup>. A menor relevância deste tipo de despesa também se encontra traduzida pelo facto de 9 agregados despendem até 25€ mensais neste tipo de despesa (valores médios calculados a partir de estimativas semestrais).

Relativamente às despesas mensais com transportes, as mesmas não se verificam para quase metade dos agregados, desde logo devido à predominância das deslocações a pé e de bicicleta, mas também ao uso ocasional de outros meios de transporte<sup>190</sup>. Se nos reportarmos aos entrevistados que conseguiram estimar a despesa mensal com transportes, uma parte dos agregados despende entre 10,01€ e os 25€ mensais e, de entre estes, apenas dois dos agregados referem utilizar o automóvel próprio, embora de forma ocasional (quando necessário) ou pouco frequente<sup>191</sup>. A maior expressividade, em pouco mais de 1/3 dos agregados direciona-se para despesas mensais com transportes superiores a 50,01€, sendo que no âmbito destes o automóvel próprio constitui o principal meio de transporte<sup>192</sup>.

Apenas uma fração dos entrevistados mencionam despesas do agregado com a prestação de cuidados a crianças e/ou adultos<sup>193</sup>, com os valores estimados a situarem-se em categorias até os 50€ ou superiores a 75€ mensais.

Ao nível das outras despesas relevantes para o agregado, as quais foram sinalizadas 2/3 dos entrevistados, destacam-se os custos com as telecomunicações e o acesso à internet<sup>194</sup>. As restantes despesas são muito variadas e menos expressivas, sendo importante referir que 1/4 destas dizem respeito a despesas que não ocorrem mensalmente<sup>195</sup>. Quanto às outras despesas de montante mais elevado, estas dizem respeito a situações diversificadas, quer associadas a empréstimos ainda em pagamento, à prática desportiva, ao arrendamento de espaços ou a despesas pessoais não especificadas.

#### 6.4.7. Relações familiares e sociabilidade

**Síntese:** A disponibilidade de tempo livre encontra-se em muitos casos limitada pelas lógicas de organização do tempo derivadas do desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal. Os elementos do agregado doméstico constituem o público mais relevante ao nível da sociabilidade, desde logo em virtude das formas de ocupação do tempo livre se relacionarem fortemente com o espaço de residência.

<sup>190</sup>. De entre estes quinze entrevistados, quatro também utilizam o automóvel para se deslocar mas não conseguem estimar os custos mensais associados à utilização deste.

<sup>191</sup>. Ao nível destes agregados, as deslocações a pé ou em transportes públicos apresentam maior relevância.

<sup>192</sup>. Alguns casos também referenciam uma utilização de transportes públicos mais frequente, com um custo correspondentemente mais elevado.

<sup>193</sup>. Quatro dos agregados beneficiam deste tipo de serviços mas não suportam qualquer custo com os mesmos.

<sup>194</sup>. A despesa mensal com telecomunicações é restringida (sendo quase sempre inferiores ou a 15 euros per capita), enquanto as despesas à TV Cabo e internet se apresentam um pouco mais elevadas (apenas um entrevistado refere uma despesa mensal menor, no valor de 10 euros, com a internet móvel).

<sup>195</sup>. Nomeadamente a “reparação de equipamentos”, o “seguro automóvel” e o “seguro da habitação”.

Por outro lado, a necessidade de conter a despesa associada à ocupação do tempo livre não apenas restringe a utilização de equipamentos recreativos, culturais e desportivos como condiciona a oportunidade de convívio com a família, os amigos e outros públicos relevantes ao nível da sociabilidade.

Embora a capacidade de mobilização individual das estruturas de pertença beneficie das relações familiares e de vizinhança positivas que caracterizam os agregados domésticos, a sua capacidade de apoio revela-se limitada.

Embora a grande maioria dos entrevistados afirme dispor de tempo livre, é significativo o número daqueles que referem a limitação de tempo a este nível, em função das lógicas de organização do tempo derivadas do desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal e/ou do correspondente elevado número de horas associado. Nas palavras de um entrevistado:

*“Ao fim de semana... ao fim de semana ninguém me tira de casa... o meu fim de semana é para eu descansar porque (...) sei que tenho... tenho aquele fim de semana começo a pensar a semana toda de que... até ao outro fim de semana e eu sei quantos ferros tenho, tantos quilos de ferro que tenho para levar que tenho que... e eu tenho que pensar na minha vida pessoal...” [Entrevista nº 1, Parte II – 56m:19s]*

Os elementos do agregado doméstico constituem o público mais relevante ao nível da sociabilidade e as formas de ocupação do tempo livre relacionam-se fortemente com o espaço de residência. Ao nível das formas de ocupação do tempo livre de que os membros do agregado doméstico dispõem destacam-se atividades como “estar em casa com a família”, “o convívio com família e amigos”, “os passeios/idas ao parque/idas à praia” e o “ver TV”.

Por outro lado, a necessidade de conter a despesa associada à ocupação do tempo livre não apenas restringe a utilização de equipamentos recreativos, culturais e desportivos como condiciona a oportunidade de convívio com a família, os amigos e outros públicos relevantes ao nível da sociabilidade, como a vizinhança e os grupos culturais ou religiosos (estes últimos muito pouco referidos). Não obstante, a importância da sociabilidade é claramente destacada, como se depreende na afirmação de um dos entrevistados:

*“Por exemplo, ter um fi... um fim de semana, não digo os quatro fim de semana mas por exemplo dois fins de semana intercalados, ia um, ia outro... a gente poder... poder sair com a família, a gente divertir-se, a gente ir... ah, a um campo... sei lá, de férias, qualquer coisa. Hoje são pouca gente que pode ir de férias, por exemplo... toda a gente precisava ir de férias, a gente poder ter, por exemplo, uma semana e a gente poder saber que pode ir de férias... a gente não sabe que pode ir de férias... podemos não ter dinheiro para lá chegar... o conviver com as pessoas, ir a um jantar... por exemplo uma vez por semana também, também... por exemplo «vamos jantar» para a gente conviver... depois a gente retrai-se mais em casa (...) toda a vida social é impor... é importante, não é só trabalho, porque senão a gente fica formatado só para o trabalho... não somos robôs... temos de alargar os horizontes, o conhecimento...” [Entrevista nº 4 – Parte III, 34m:03s]*

A contenção de gastos a este nível está bem patente nas atividades desenvolvidas, na medida em que atividades que possam implicar custos (como “ir ao café”, “ir a festas populares/concertos/atividades”, as “saídas à noite” ou e “as viagens”) são muito menos referidas. As atividades de consumo e fruição cultural (como a “leitura”, o “ouvir música”, a “pintura”, a “dança” e a “escrita”) são menos referidas e a atividade física, a qual em algumas situações remete para a prática desportiva organizada, também é realizada de formas às quais não se associam custos, como as “caminhadas” ou o “andar de bicicleta”. Mas esta oportunidade nem sempre se verifica, como refere uma entrevistada:

*“estamos aqui num meio que também não há nada disso... não há nada de... se calhar se houvesse como por exemplo se vê em vários sítios... um... uma ginástica ao ar livre, uma coisa qualquer, se calhar eu ainda arranjava ali um bocadinho para ir...” [Entrevista nº2, 01b:13m:08s]*

Ao nível da utilização de equipamentos recreativos, culturais e desportivos que se verifica apenas em menos de metade dos agregados, destacam-se as instalações das coletividades locais, os parques (incluindo parques infantis) e os jardins públicos. Para além destes são referidos os campos de futebol (com e sem custo associado) e, com a menor expressividade de todos, os ginásios.

A avaliação subjetiva das relações familiares e de vizinhança apresenta-se como predominantemente positiva (em ambos os casos<sup>196</sup>) e verifica-se uma capacidade de mobilização individual das estruturas de pertença (família, vizinhança, comunidade, grupos étnicos, grupos religiosos, etc.) na quase totalidade dos casos. Nas palavras dos entrevistados:

*“...de oito em oito dias vamos... vamos a casa dos meus sogros... que é... é claro a filha também gosta... também quer ver os pais... e os netos, os avós são muito amigos deles...” [Entrevista nº 3, 01b:36m:20s]*

*“Por acaso aqui no bairro temos muito disso... nós somos uma mão lava a outra... por acaso no bairro somos muito unidos, uns com os outros (...) quando eu não tenho o vizinho ajuda...” [Entrevista nº 31, 38m:20s]*

No entanto, em praticamente 1/3 dos casos é possível perceber alguma limitação nessa capacidade, quer derivado da forma como as relações são estabelecidas, quer da opção, por parte dos agregados domésticos, de restringir os pedidos de ajuda, evitando uma partilha excessiva das situações-problema como forma de se proteger ou, em alternativa, de proteger a restante família. Esta opção encontra-se frequentemente expressa no discurso dos entrevistados:

*“...não peço ajuda... lá está, já faz parte de mim... não peço ajuda... e até tenho membros da família que se calhar o poderiam fazer... isso também me dá um... um bocado de segurança... tipo, se eu sei que se*

<sup>196</sup>. No entanto, enquanto ao nível das relações familiares ¼ dos entrevistados avaliam as mesmas de forma negativa, no que respeita às relações de vizinhança as avaliações negativas são pouco expressivas no cômputo total.

*existir uma situação... uma situação de crise, em último recurso... sei que não estou desamparada, não é? Isso dá-me algum sentimento de confiança, não é...ehhh... mas não o faço, não é... porque as pessoas têm filhos, têm famílias, também têm as suas despesas, têm as suas vidas, têm os seus projetos e pronto... eu acabo por não querer ser eu e fazer do meu pai... numa carga para alguém, está a ver?” [Entrevista nº 10, 01h50m:33s].*

*“quem ajuda nem sempre pode ajudar e quem precisa, precisa sempre” [Entrevista nº 13, 02h:28m:32s]*

*“abb, damo-nos bem... sim, é saudável... é assim, eu acho que também o facto de eu ter ficado sozinha e de ser uma sobrecarga muito grande para mim... mas... e eu não sobrecarregar os outros, percebe, foi saudável para todos... se calhar se eu tenho sobrecarregado os meus pais, o resto da família, ‘tava tudo já sufocado e andávamos aí de mal todos uns com os outros...” [Entrevista nº 24, 01h:15m:29s].*

Em termos gerais, a centralidade do espaço doméstico poderá decorrer das estratégias de coesão interna dos agregados domésticos, em virtude das dificuldades inerentes às suas condições de vida e da opção por limitar o grau de exposição da restante família a estas, de forma a evitar o seu sofrimento ou a sobrecarga das relações intrafamiliares. Por outro lado, mesmo quando se consideram as atividades de lazer e tempo livre que ocorrem fora do espaço doméstico, as mesmas aparentam associar-se a um menor dispêndio financeiro, na medida em que este tipo de despesas não integra o conjunto daquelas que os agregados consideram como essenciais.

#### 6.4.8. Participação social e política

**Síntese:** Os agregados domésticos evidenciam alguma participação em organizações da sociedade civil mas o mesmo não se verifica em relação aos partidos políticos.

Ao nível da participação do entrevistado ou membros do agregado doméstico em organizações da sociedade civil, verifica-se que a mesma ocorre predominantemente em organizações sem fins lucrativos ou de índole religiosa, sendo referida em menor escala a participação em organizações culturais e, de forma muito reduzida, em organizações desportivas. Na maior parte dos casos esta participação decorre associada ao papel do voluntário ou, em alternativa, à condição de membro, não estando associado a esta o desempenho de uma função ou cargo específico. Na maior parte dos casos os entrevistados participam em atividades promovidas pelas organizações, sendo muito reduzido o número de entrevistados que refere realizar tarefas no âmbito das mesmas.

Quanto à participação do entrevistado ou membros do agregado doméstico em partidos políticos, a mesma apresenta-se como muito pouco expressiva (num dos casos, mediante participação nas atividades de campanha e, num

outro, pela integração da comissão política da freguesia). De resto, a maior parte dos entrevistados responde de forma negativa a esta questão, tendo inclusive alguns dos entrevistados manifestado atitudes negativas relativamente aos partidos políticos ou ao voto.

## 6.5. Perspetivas futuras

**Síntese:** Embora a maioria dos entrevistados demonstra possuir expectativas futuras positivas, sobretudo em relação ao emprego e ao sucesso escolar dos seus filhos, não deixam as mesmas de ser afetadas pela atual conjuntura socioeconómica e pelos riscos associados à saúde, quer pelo facto esta se apresentar atualmente como fonte de preocupação, quer devido ao impacto que os problemas de saúde apresentam para quem desenvolve atividades no âmbito da economia informal, na medida em que a perda de rendimentos que registam nestas situações não é compensada por qualquer mecanismo de proteção.

Por outro lado, em virtude das especificidades dos seus trajetos pessoais, conjugada com uma vivência atual marcada pela incerteza, alguns dos entrevistados não estabelecem planos e objetivos para o futuro ou perspetivam o mesmo de forma vaga.

Numa perspetiva de longo prazo, assumem maior relevância as questões associadas à geração dos seus filhos, questionando-se os entrevistados quanto à capacidade de estes construírem um projeto de vida autónomo e alcançarem efetiva inserção no mercado de trabalho. Comparativamente, revelam-se menos prementes as dúvidas sobre a sua própria situação, na medida em que muito poucos aludem às questões associadas ao término da sua vida ativa.

Relativamente às expectativas futuras dos entrevistados, destaca-se alguma predominância das apreciações positivas, nomeadamente as relacionadas com o emprego (por conta de outrem ou no âmbito da criação do seu próprio emprego<sup>197</sup>), com a saúde e a habitação. Como refere um dos entrevistados:

*“Acho que como qualquer outra pessoa, gostava de ter um... um emprego... um trabalho, num... não é que fosse emprego... um trabalho... pronto, que eu me enquadrasse.. e, e, e também tenho um certo receio porque já houve... algumas... algumas experiências que... umas...algumas más experiências com... com entidades patronais que... nem... já, já para nem falar nem de seguros nem de segurança social nem ordenado nem... e, e uma pessoa fica, não é... andar a trabalhar um mês, dois, três e num (...) e não receber... é chato...” [Entrevista nº 5 – Parte I, 21m:34s].*

<sup>197</sup>. Às expectativas positivas relativas ao emprego também se associa a possibilidade de desenvolvimento de processos migratórios futuros, quer ao nível de mudança da cidade de residência e, sobretudo, de emigração para outro país.



No entanto, são também dignas de referência as expectativas de tendência mista (nem positiva nem negativa) e as que se apresentam como manifestamente negativas, as quais caracterizam 1/4 dos entrevistados. De entre os que manifestam expectativas menos concretizadas ou explicitamente negativas (ou que não evidenciam expectativas de melhoria), a potencial evolução negativa em termos de saúde assume-se como o fator mais relevante. A referência à ausência de planos e objetivos decorre, desde logo, de ocorrências no âmbito das suas trajetórias passadas, associadas aos problemas de saúde ou ao sucessivo não cumprimento dos objetivos que traçaram para si próprios.

Quanto aos membros do seu agregado doméstico, as expectativas positivas revelam uma maior preponderância, destacando-se a este nível as relativas ao sucesso escolar dos filhos e ao emprego, não apenas destes mas também de outros membros adultos do agregado. Para além destas, a questão da melhoria de rendimentos e do estado de saúde também apresentam alguma expressividade, se bem que menor.

Por outro lado, as expectativas menos concretizadas ou explicitamente negativas, associam-se sobretudo à atual conjuntura socioeconómica, a qual fundamenta as dúvidas quanto às possibilidades de emprego futuras e aos subjacentes percursos de autonomização dos filhos, bem como o seu impacto nas relações familiares.

No seu conjunto, e apesar da influência da atual conjuntura socioeconómica, a maioria dos entrevistados retém alguma capacidade de perspetivar o futuro, independentemente de assumirem, para si e para os seus agregados, objetivos mais ou menos concretizados. Nas palavras de um dos entrevistados:

*“Agora o meu sonho, tenho dois... é como eu disse há bocado: ter o meu espaço e ter alguém que queira... lançar como eu lancei-me, prontos... é o único sonho (...) é uma coisa que não vai sair muito da minha cabeça, isto tá cá dentro porque ontem... é por isso que eu digo, muita gente diz que eu que sou maluco, nisso dizem que eu que sou maluco, que é impossível... eu acho que não é impossível, para eles dizem que é impossível eu digo que não, eu tenho de arranjar maneiras... o último sonho mesmo (...) em cinco anos, eu acho que em cinco anos sou capaz de ter o meu sonho, da loja, ter uma pessoa que aceite a minha proposta... em cinco anos... eu em cinco anos, se eu tiver essa proposta... ficam mais cinco em cima, faz dez... sou capaz de ter dinheiro, com algum que eu tenho, para comprar uma casa, comprar uma casa só minha, eu não quero vizinhos, eu vizinhos já estou eu farto daqui... ter assim uma casinha não muito grande, ter uma boa garagem para fazer a minha oficina, ter na parte do telhado, do sótão, fazer o meu espaço, para guardar as minhas coisas, para ter ali o meu, o cantinho só... e ter o resto da casa para ele e deixarem-me meter a casa ao gosto dele... eu tenho de ter um espaço para guardar tudo o que é meu”.*  
[Entrevista nº 1, 01b:03m:54s]

Esta capacidade, que assume particular relevância quando consideramos as trajetórias dos entrevistados e dos seus agregados domésticos, surge na sequência do nível de mobilização de muitos dos entrevistados, no âmbito de um processo que visa proporcionar uma melhoria das condições de vida.

# 7

## Laboratórios de experiência: contributos para uma percepção institucional da economia informal

### 7.1. A economia informal em Portugal

**Síntese:** Ao nível institucional, a forma como missão organizacional da maior parte das organizações participantes se relaciona com a economia não registada contribui para enformar a sua percepção da economia informal, na medida em que esta constitui uma das componentes da primeira. Neste sentido, a economia informal não é facilmente dissociável das restantes componentes da economia não registada, o que se reflete a forma como se estima a sua dimensão de ou se identifica os tipos de trabalho e setores de atividade associados.

O conhecimento sobre o fenómeno disponível nas instituições revela alguma familiaridade com a escala de realização das atividades e os contextos de proximidade subjacentes ao seu desenvolvimento, assim com as principais desvantagens e vantagens associadas à economia informal. Ao nível das desvantagens evidenciam-se os impactos da economia informal aos níveis contributivo, fiscal, legal e económico, enquanto no âmbito das vantagens se destaca sobretudo a associação às estratégias de subsistência e a um eventual potencial de transição.

A realização dos Laboratórios de Experiência tinha, como um dos principais objetivos, o de permitir conhecer as perspetivas institucionais sobre o fenómeno da economia informal e a sua relação com a inclusão social de públicos desfavorecidos.

Assim, no que respeita à dimensão da economia informal é possível perceber, desde logo, a dificuldade em objetivar especificamente o conceito.

A natureza do próprio fenómeno dificulta a construção de uma clara noção da sua dimensão e a informação existente (como as estatísticas conhecidas ao nível do trabalho não declarado) não permitem a sua perceção isolada. No entanto, do conjunto de perceções destaca-se o reconhecimento de um crescimento da economia informal no atual contexto socioeconómico, sendo que na sua maioria as estimativas que foram avançadas pelos participantes situam a dimensão entre os 20 a 40%.

Quanto aos tipos de trabalhos mais frequentes na economia informal, a questão da transversalidade da economia informal (na medida em que se associa a diversos setores e profissões) apresenta-se como relevante, não obstante a maior visibilidade das atividades no âmbito da agricultura (a apanha de fruta, a produção de vinho e outros trabalhos sazonais), da construção civil (canalização, eletricidade, pintura, carpintaria e outros pequenos serviços) e dos serviços (mecânica, recolectores de sucata, estética, limpeza e serviços domésticos, costura, cuidadores de crianças e idosos, confeção de alimentos). O artesanato (nomeadamente o calçado, a bijuteria e as peças decorativas) e o comércio (mediante a referência à venda ambulante) são igualmente mencionados.

O desafio de tentar definir um perfil-tipo de trabalho informal permite destacar duas questões: por um lado, a principal motivação para a prática de atividades no âmbito da economia informal, que os participantes relacionam com a insuficiência de rendimentos, e a pequena escala em que estas atividades são desenvolvidas. A questão da escala pode radicar-se, desde logo, na sua génese, na medida em, como alguns participantes sinalizam, o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal pode decorrer de práticas associadas ao autoconsumo implementadas por pessoas em situação de desemprego no sentido de assegurar a manutenção de um nível de vida digno.

No entanto, os participantes também associam perfis distintos à lógica de pequena escala. Por um lado, o perfil daqueles que praticam economia informal de forma mais regular e como única atividade (em virtude da ausência de competências plurais que assegurem a sua presença no mercado de trabalho formal) e, por outro lado, um perfil de prática complementar a um emprego na economia formal<sup>198</sup>.

Reforçando a lógica de pequena escala, destacam-se ainda as questões associadas à relação subjacente ao desenvolvimento de atividades e à construção da carteira de clientes no âmbito da economia informal, a qual muitas vezes se inscreve ao nível de contextos de maior proximidade dos indivíduos (parentesco/amizade/vizinhança).

<sup>198</sup>. Um terceiro perfil, da informalidade como uma opção de vida mais “anárquica”, foi também referido.

Quanto aos locais onde se pratica a economia informal verificam-se referências ao crescimento da presença *online*, assim como se mencionam as feiras dinamizadas por grupos informais de pessoas (em contextos citadinos). Nos meios rurais, por seu turno, são os menores níveis de oferta que fundamentam a maior incidência da economia informal.

De todos os laboratórios se destaca a maior expressividade das desvantagens, ao nível societal, associadas ao desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal. A questão da ausência de pagamento de contribuições e impostos assume-se como predominante, na medida em que questiona a sua (já difícil) sustentabilidade, não contribui para um desenvolvimento sustentável do país e afeta o sistema redistributivo, nomeadamente sustentando um usufruto de direitos sem a correspondente contrapartida do cumprimento dos deveres associados.

Uma outra dimensão radica na ausência de proteção que caracteriza os trabalhadores informais, que se revelam incapazes de exercer os seus direitos e, em última instância, a sua cidadania, nomeadamente em situações de ocorrência de graves de acidentes de trabalho. Ao nível do mercado, a economia informal não se relaciona apenas com a concorrência desleal, na medida em que restringe os direitos dos consumidores por não assegurar a certificação dos seus produtos e não permitir o exercício de reclamações.

Ao nível das vantagens, destaca-se a ampla perceção da economia informal enquanto estratégia de subsistência em tempos de crise, sobretudo junto de grupos mais vulneráveis. A economia informal apresenta-se assim associada a uma lógica de “almofada social”, prevenindo uma maior convulsão/tensão social (constatada ao nível da segurança<sup>199</sup>), mas também como economia de recurso e de transição.

Enquanto economia de recurso, a economia informal pode ser percecionada como resposta à ausência de políticas sociais efetivas e assim contribuir, ainda que parcialmente, para a redução dos custos do Estado com a exclusão social.

Por outro lado, enquanto economia de transição, a economia informal poderá permitir, mediante o reconhecimento de competências de públicos desfavorecidos por parte do tecido social, o estabelecimento de bases mais sólidas no sentido de uma futura evolução para a economia formal. A este nível, afigura-se importante uma das vantagens que alguns participantes associam à economia informal e à sua natureza iminentemente orgânica – na medida em que, se esta revela acessibilidade e se caracteriza por uma maior flexibilidade, permite responder às oportunidades de forma rápida e eficaz.

<sup>199</sup>. A economia informal pode contribuir para diminuir a realização de pequenos furtos, nomeadamente por parte de indivíduos que por esta via encontram o acesso a uma ocupação e a algum rendimento.

É no equilíbrio entre as desvantagens e as vantagens associadas ao exercício de atividades não declaradas que se torna possível perspetivar a conceção moral inerente. A compreensão das suas vantagens fundamenta a tolerância face ao fenómeno mas o conhecimento das suas desvantagens impede a sua aceitação. Entre ambos estabelece-se a importância primordial de um limiar, que apesar de subjetivo e variável, se encontra claramente relacionado com a escala deste exercício no âmbito da economia informal.

Enquanto o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal for percecionado como estritamente direcionado para a satisfação das necessidades, a tolerância prevalece, sendo a este nível sustentada naquilo que alguns participantes referem como uma cultura latina de informalidade, que não a condena e a incorpora.

O limiar da tolerância pode acompanhar uma maior consciência das dificuldades acrescidas que se associam a um contexto de agravamento da conjuntura socioeconómica, tanto mais que a realização de atividades no âmbito da economia informal, ao permitir a implementação de estratégias de resposta ao recrudescimento dessas dificuldades, pode contribuir para prevenir a economia ilegal.

No entanto, a aceitação da economia informal ao nível institucional revela-se naturalmente impraticável, na medida em que se associa à economia informal o trabalho não declarado e, por inerência, “não digno”. Por outro lado, destaca-se a menor tolerância face à evasão fiscal e aos correspondentes impactos ao nível de toda a sociedade, particularmente em contextos de agravamento da conjuntura socioeconómica. Com o incremento da escala das atividades, a dissociação do contexto de subsistência do indivíduo reforça claramente a não-aceitação das mesmas.

## 7.2. Os praticantes da economia informal

**Síntese:** A forma como se percecionam os praticantes a economia informal e se perspetivam as suas motivações para o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal evidencia uma clara relação com alguns fenómenos associados ao mercado de trabalho, como o desemprego, a pobreza no trabalho e as categorias sociais desfavorecidas, mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. Na perspetiva dos participantes, as necessidades de subsistência apresentam-se assim como o principal, mas não o único, fator de motivação para o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal.

Se, por um lado, a economia informal aparenta beneficiar de uma aceitação da sua prática por parte das redes sociais dos seus praticantes, a sua prática não se apresenta isenta de riscos a este nível. Neste sentido, o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal é potenciado pelas forma como os indivíduos percecionam (ou não) os riscos associados e se possuem (ou não) a possibilidade de os gerir.

Ao nível das vantagens da economia informal ao nível individual destaca-se sobretudo a ótica dos rendimentos, enquanto no que respeita às desvantagens ressalva-se não apenas a insegurança e a desproteção que caracteriza os trabalhadores da economia informal mas também os impactos negativos que poderão contribuir para a consolidação da sua situação de exclusão.

No conjunto dos laboratórios a referência mais significativa prende-se efetivamente com a categoria dos desempregados, embora sejam também referidos os trabalhadores por conta própria, os reformados, os jovens estudantes e os grupos socialmente desfavorecidos em diversas dimensões (baixas qualificações, pessoas portadoras de deficiência e incapacidade, mulheres com dependentes a cargo), nomeadamente imigrantes ilegais.

Do ponto de vista dos fatores que motivam os praticantes a enveredar pela economia informal, a necessidade de subsistência apresenta uma maior relevância, sendo consensualmente referida por todos os participantes, em estreita relação com o atual contexto de crise económica, em que o desemprego (estrutural e de longa duração), a pobreza no trabalho trabalhadores pobres e a precarização do mercado de trabalho contrastam com uma capacidade de resposta do Estado Social que se revela insuficiente.

A motivação de subsistência adquire particular relevância junto de pessoas que se encontram em situações plurais de exclusão social e que, no contexto da economia formal, apresentam múltiplas dificuldades de inserção e de inclusão. Decorrente deste contexto, e em estreita relação com os anteriormente referidos, surge como fator de motivação a descrédibilização da resposta institucional, na medida em que não se afigura possível compreender a evolução da carga fiscal por referência à cobertura pouco significativa das necessidades que deveriam constituir a sua principal fundamentação. Neste sentido, é referida por alguns participantes as atitudes de revolta face ao Estado que caracteriza os praticantes de economia informal, fundamentada pelo facto de estes considerarem que o pagamento de impostos não tem retorno nas suas vidas e de considerarem imorais alguns dos impostos praticados.

Para além de algumas referências associadas à excessiva carga fiscal e burocrática, são pontualmente apontados outros fatores de motivação, relacionados com os próprios praticantes da economia informal, mais concretamente no que respeita à sua atitude perante a formalização (insuficiente conhecimento sobre os regimes simplificados de legalização ou opção consciente pela informalidade, naquilo que traduzem por uma “postura anárquica”) ou com o contexto de exercício (caracterizado pela falta de fiscalização ou pela possibilidade de obtenção imediata de um rendimento líquido superior).

O desenvolvimento das atividades no âmbito da economia informal é aceite ao nível das redes sociais dos indivíduos (especialmente as de maior proximidade, como a família) e da sociedade no seu conjunto. Esta perceção, referida transversalmente pelos participantes, é relacionada, por alguns dos mesmos, com o reforço da aceitação da economia informal no âmbito de um contexto de agravamento da conjuntura socioeconómica, na medida em que a este se associa uma quebra de confiança no Estado e nas instituições.

Por outro lado, a este mesmo contexto também se associa um maior destaque e pedagogia no sentido do contributo de todos, o que potencia o crescimento das denúncias. Na maioria dos Laboratórios, os participantes associam o crescimento de denúncias e reclamações, nomeadamente ao nível das redes de vizinhança, com o benefício de prestações sociais por parte dos praticantes de economia informal ou com a interferência com interesses pessoais, situando-se esta numa lógica de concorrência desleal.

Na medida em muitas das atividades da economia informal são assumidas como práticas de entreajuda entre familiares e amigos, refere-se, de forma transversal, uma cultura generalizada de aceitação da informalidade e consequente apoio efetivo por parte das redes de pertença dos praticantes.

Em algumas áreas os apoios traduzem-se em atividades geracionais praticadas por todos (agricultura e pescas, por exemplo), enquanto noutras áreas (como a produção alimentar) o apoio faz-se através da aquisição/consumo, que embora mantenha um sentido de entreajuda (“ajuda ao próximo”) também assume um sentido utilitário, devido ao custo mais baixo que se encontra associado<sup>200</sup>.

No que respeita à perceção do risco associado ao desenvolvimento de atividades de trabalho informal, verifica-se a existência de perspetivas plurais, mesmo no seio de cada um dos grupos e dos participantes que os compõem. Desta pluralidade destacam-se essencialmente três perspetivas que se consensualizam: uma análise de custo-benefício; um desconhecimento dos riscos; uma perceção clara dos riscos à qual se sobrepõe uma necessidade extrema.

<sup>200</sup>. Alguns dos participantes assumem mesmo que existe uma promoção do trabalho informal através da sua ocultação, na medida em que as denúncias deste tipo de trabalho verificam-se apenas em situações extremas de desrespeito por condições de trabalho.

Na primeira perspetiva, admite-se que os praticantes da economia informal possuem uma perceção do risco e que, em função desta, analisam vantagens e desvantagens, nomeadamente sopesando as repercussões ao nível da fiscalização<sup>201</sup> mas considerando igualmente a resposta insuficiente por parte das políticas sociais que pudessem ser equacionadas como alternativa a esta prática e os custos elevados associados à formalização. Destaca-se desta análise de custo-benefício, os maiores riscos para os beneficiários de prestações sociais, face à potencial perda das mesmas. A decisão ponderada nesta perceção inscreve-se numa lógica de imediato/curto prazo, no sentido da obtenção direta de rendimentos e um implícito prescindir de uma proteção futura. Esta perceção de risco de custo-benefício é ainda ponderada temporalmente e em articulação com a visibilidade das atividades praticadas, no sentido em que os praticantes reconhecem que o exercício da economia informal por períodos mais longos a torna mais visível e mais suscetível ao risco de denúncia.

A segunda perspetiva, do desconhecimento dos riscos, é equacionada com maior destaque no setor da agricultura, em que a transição de atividades de produção para autoconsumo para a economia informal ocorre sem uma consciência clara das suas repercussões. Por outro lado, também se inscreve em lógicas geracionais, mais concretamente no seio das famílias onde a prática de pequenos serviços (vulgo “biscates”) é recorrente e assumida como comum, na ausência de conhecimento de outras alternativas. Esta perspetiva é, por um lado, igualmente destacada como resultado do nível de iliteracia e analfabetismo em Portugal e, por outro lado, associada a públicos mais desfavorecidos, como as pessoas portadoras de deficiência e incapacidade.

Por último, a terceira perspetiva estrutura-se em torno da ausência de alternativas, em que a necessidade se sobrepõe a qualquer risco que possa ser percecionado, tal como se enuncia de forma clara na afirmação de um participante: *“A vida destas pessoas já é um risco em si mesma, a maior parte destas pessoas estão socialmente excluídas e a sua grande preocupação é terem uma fonte de sustento, acima de qualquer risco”* [Laboratório 1].

De ressaltar que, para além das três perspetivas relativas à perceção do risco, é referido um diferencial ao nível territorial, em que o interior apresenta um risco potencialmente mais elevado, na medida em que a menor dimensão das localidades confere uma maior visibilidade às atividades desenvolvidas no âmbito da economia informal, o que incrementa as probabilidades da sua deteção pelas autoridades, mesmo quando a comunidade é mais tolerante ao fenómeno.

<sup>201</sup>. Apontadas pelos participantes como genericamente baixas, embora dependendo dos setores de atividade (referência ao maior risco de atividades como a mecânica e ao menor risco em serviços pessoais como a costura).



Quando consideradas as vantagens e desvantagens, ao nível individual, do desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal, a questão dos rendimentos evidencia uma maior preponderância, naquilo que respeita ao acesso e aos montantes relacionados. Por um lado, a economia informal apresenta-se como única forma de acesso ao rendimento por parte de grupos mais vulneráveis que não encontram lugar no mercado de trabalho, permitindo desta forma uma participação na sociedade, nomeadamente ao assegurar a resposta às necessidades e a incrementar as possibilidades de consumo. Por outro lado, o rendimento é não só imediato como pode mesmo ser superior, face a um menor investimento, ao retorno rápido e à ausência de intermediários, beneficiando ainda dos menores custos derivados da ausência de burocratização.

Para alguns dos participantes o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal também se associa a uma maior independência (do trabalho por conta própria), bem como apresenta possibilidades de experimentação e de aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento de competências e prospeção de mercado.

No que respeita às desvantagens para os indivíduos, os riscos de exclusão social e a restrição do exercício dos direitos associados à figura do trabalhador assumem particular destaque. Para além da ausência de proteção social e judicial que caracteriza as situações de trabalho no âmbito da economia informal, enumera-se a maior insegurança e vulnerabilidade laborais (associadas à falta de condições de trabalho), os rendimentos não dignos (por não cumprimento das tabelas salariais) e a ausência de benefícios fiscais.

Por último, refere-se ainda o agravamento de fatores de exclusão, particularmente as relacionadas com as qualificações e competências. Com a continuidade das estratégias de trabalho criadas, diminui progressivamente a necessidade de incrementar o conjunto de qualificações e de competências necessárias, quer para a procura de recursos para a formalização das suas atividades, quer numa perspectiva de inserção futura no mercado de trabalho formal.

Entre o peso de vantagens e de desvantagens, há nos grupos referência ao facto dos benefícios serem retirados, na sua essência, de uma situação negativa em si mesma, sendo reconhecida como situação ideal aquela que se caracteriza pela inexistência da necessidade de recurso à economia informal.

### 7.3. Obstáculos e estratégias de transição informal/formal

**Síntese:** Na medida em que a economia informal não se esgota na sua condição de recurso mas à mesma se encontra associada uma dimensão de transição, revelou-se consensual e pertinente perspetivar a discussão em torno do desenvolvimento de estratégias de transição entre economia informal e formal, mesmo considerando que, na opinião dos participantes, a economia informal sempre existirá.

No domínio dos obstáculos relacionados com a formalização das atividades, verificam-se essencialmente posições partilhadas entre todos os Laboratórios. O maior destaque incide sobre a perspetiva comum relativa a um conjunto de obstáculos que, na falta de uma melhor designação, se encontram claramente sintetizados naquilo que um participante denomina de “*teia burocrática da formalização*” [Laboratório 6].

Aborda-se assim, neste âmbito, o custo elevado da formalização, tanto em termos económicos (a carga fiscal) como em termos de conhecimentos técnicos, legais, fiscais e sociais que se afiguram essenciais para fazer face à elevada burocratização (designadamente a complexidade, a morosidade, a pluralidade e as alterações frequentes de procedimentos, os quais se revelam por vezes incongruentes entre si).

Com igual relevância é destacada a falta de conhecimentos decorrente do perfil de baixas competências que os participantes associam aos praticantes de economia informal, os quais fundamentariam um maior nível de dificuldades em lidar com os procedimentos necessários por parte destes.

Um outro obstáculo mencionado pela maioria dos participantes diz respeito à mentalidade generalizada e interdependente do descrédito face às instituições institucional em articulação com a tolerância face à evasão fiscal, a qual encontra tradução na afirmação de um participante: “*Há um Estado cobrador mas uma grande incerteza quanto à existência de um Estado prestador*” [Laboratório 5].

Por outro lado, a legislação desadequada à realidade empresarial nacional pode também constituir-se como um outro obstáculo à formalização. Como afirma um participante, “*se há uma taxa tão elevada de economia informal é porque alguma coisa não está bem com a nossa economia formal e a legislação que a gere (...) Não significa isto uma necessidade de baixar o nível mas apenas de adequá-lo*” [Laboratório 2]. Neste âmbito, evidencia-se explicitamente o impacto da não diferenciação do nível de exigência de obrigações legais em função de escalas de atividades muito diversificadas, bem como se destaca a aplicação da legislação sem a necessária adaptação, nomeadamente de diretivas comunitárias.

Um outro obstáculo, derivado da ausência de um trabalho de sensibilização e informação para as virtudes da economia formal, apresenta-se referido de forma transversal. O desconhecimento, por parte dos praticantes da economia informal, dos regimes de isenção contributiva, associado à prevalência de uma atitude repressiva, em detrimento de outra mais pedagógica, por parte do Estado, contribui para o afastamento entre os indivíduos e as instituições, minimizando assim os pontos de contacto necessários para que a informação disponível se revele acessível a quem dela necessita.

Por último, é efetuada uma referência à atual política de promoção do empreendedorismo enquanto obstáculo, na medida em que a mesma não é acompanhada pela criação de um verdadeiro perfil de competências empreendedoras, contribuindo assim para que os indivíduos se confrontem, ao fim de um curto período de tempo, com questões de difícil resolução.

Com base nos obstáculos identificados, posicionam-se conseqüentemente diferentes estratégias de transição entre a economia informal e a formal, sistematizadas através da sua divisão por lógicas legislativas, de fiscalização, de sensibilização/informação, de desenvolvimento sustentável e de defesa coletiva de interesses. Importa ainda destacar, numa perspetiva de enquadramento, a referência efetuada pelos participantes sobre a importância da existência simultânea de estratégias punitivas e estratégias pedagógicas, bem como da maior relevância que estes atribuem a estratégias preventivas, face às estratégias reativas.

Ao nível das *estratégias legislativas*, os participantes enunciam a necessidade de desenvolver alterações no sentido de tornar a legislação existente mais atrativa (do ponto de vista da formalização), assim como de adaptar a legislação comunitária, nomeadamente diferenciando as atividades a que esta se aplica numa lógica de escala. Por outro lado, reconhece-se a necessidade de diminuir a carga fiscal mediante a sua indexação aos rendimentos obtidos e, simultaneamente, melhorar as condições de isenção, bem como de simplificar e/ou flexibilizar os regimes de formalização, centralizando e uniformizando procedimentos (exemplo: um balcão único de criação de empresas efetivo). Por último, refere-se a criação de sistemas judiciais dissuasivos da informalidade, mediante um funcionamento mais célere e eficaz dos mesmos.

Da maioria dos grupos destaca-se não apenas a necessidade de simplificação/flexibilização das estratégias de formalização mas, sobretudo, a divulgação de informação relativa aos regimes de isenção existentes nos mais diversos domínios, como os exemplos ilustraram<sup>202</sup>. A este nível importa, no entanto,

<sup>202</sup>. Destaca-se o exemplo da carta de artesão dinamizada pela Federação Portuguesa de Artes e Ofícios. Em 2013, na Área Metropolitana do Porto, realizou-se a formalização de 200 artesãos que se encontravam na informalidade.

reter a referência de um dos participantes, que relembra a complexidade das estratégias de desregulamentação no âmbito de contextos que se apresentem significativamente marcados pela iliteracia.

No que respeita às *estratégias de fiscalização*, evidencia-se a necessidade de um aumento de intervenções realizadas de forma articulada entre as várias entidades com responsabilidades na área, referindo alguns participantes que esta concertação reúne maior potencial para atrair as pessoas para a formalidade, ao permitir não só a deteção da economia informal e mas também o encaminhamento para integração posterior na formal. Neste aumento da fiscalização concertada é importante um sentido ético, tendo sempre como prioridade a sobrevivência económica das empresas e dos postos de trabalho, não obstante a ação decorrer sempre no sentido da formalização das atividades.

Por outro lado, é referida a necessidade de responsabilizar as empresas numa lógica de cadeia, abrangendo não apenas os praticantes diretos de economia informal mas também aqueles que contratam nesse sentido, apostando assim claramente na corresponsabilização dos agentes.

Relativamente às estratégias de *sensibilização/informação*, destaca-se não apenas a necessidade de tornar a informação mais atrativa e acessível como a de assegurar a formação em cidadania de forma a defender a formalidade e o cumprimento de obrigações por parte dos cidadãos. A referência a campanhas publicitárias que incidam nas desvantagens da economia informal e nas vantagens da formalização, nomeadamente no contributo para o Estado Social<sup>203</sup> adquire também relevância, centrando-se o seu sentido numa abordagem positiva, como afirma um dos participantes: “*a estratégia base não pode passar por um penalização sentida por quem passa do informal para o formal, mas deve antes passar pelo desenvolvimento da atratividade da economia formal. É preciso transmitir a ideia de que na economia formal todos ficamos a ganhar*” [Laboratório 6]. As campanhas deverão combinar ambas as dimensões, de informação mas também de formação, de forma a serem implementadas nas escolas junto de grupos etários em que a educação para os comportamentos se revele mais facilitada. No entanto, no âmbito destas estratégias revela-se importante gerir a sua implementação de forma a não bloquear mecanismos positivos na sociedade, como as relações de vizinhança e o voluntariado, que por vezes se situam nas proximidades da economia informal.

Quanto às estratégias de *desenvolvimento sustentável*, as mesmas aliam a criação de emprego e o crescimento económico com o desenvolvimento de políticas

<sup>203</sup>. Neste âmbito são efetuadas referências à campanha da Autoridade para as Condições do Trabalho em torno do trabalho não declarado (em 2014) e às frequentes ações Federação Portuguesa de Artes e Ofícios no domínio da formalização das atividades dos artesãos.

sociais adequadas. Por um lado, são referidos instrumentos como o microcrédito ou as políticas ativas de emprego (cuja aplicação concertada se espera que contribua para diminuir as necessidades de recurso à economia informal<sup>204</sup>) e, por outro, são mencionadas iniciativas que apostam em atrair para a economia formal públicos-alvo específicos, mediante ações direcionadas à formalização das atividades que estes desenvolvem<sup>205</sup>.

No âmbito da criação de emprego, são ainda referidos por alguns participantes outras estratégias, tais como a promoção de contratos de curta duração para a realização de atividades esporádicas frequentemente associadas à economia informal; a aposta na revitalização de tradições e, em simultâneo, na proteção de produtos artesanais, em tornos dos quais as atividades encontrem as necessárias condições de formalização; e a promoção de espaços de incubação para pequenos negócios que permitam testar a rentabilidade de uma atividade antes da sua saída mais autónoma para o mercado formal.

Por último, as *estratégias de defesa coletiva de interesses*, no âmbito das quais o associativismo baseado na parceria de diferentes grupos de interesse se revela crucial. A este nível, um dos participantes refere uma estratégia muito concreta, centrada na união de várias autoridades locais com vista à compreensão das necessidades comuns associadas aos processos de formalização de atividades (inclusive de ofícios tradicionais) e posterior intervenção no sentido da sua concretização (por exemplo, encontrando estratégias de partilha de custos associados às certificações de produtos).

Mais do que qualquer das outras referidas, as estratégias de defesa coletiva de interesses remetem para a necessidade de aferir a quem compete a responsabilidade pela definição e implementação das mesmas, não obstante a questão se apresentar sempre de forma implícita seja qual for o seu tipo.

De entre os participantes dos Laboratórios de Experiência, afigura-se consensual a referência ao Estado (seja corporizado no Governo ou nas entidades do setor público), em conjunto com os parceiros sociais, como principal responsável pela implementação das estratégias mais estruturais, designadamente as de carácter legislativo. Por outro lado, a importância do papel do Estado é também referenciada no âmbito da articulação com União Europeia, no que respeita à flexibilização e adaptação das diretivas comunitárias que são transpostas para o ordenamento jurídico nacional.

<sup>204</sup>. Neste âmbito situa-se o potencial contributo para a inclusão de públicos desfavorecidos de iniciativas centradas no desenvolvimento das suas competências, como os projetos de financiamento de um ano de iniciativas de base informal e posterior apoio à formalização após esse período experimental que foram implementadas por uma associação de microcrédito em França.

<sup>205</sup>. No caso concreto, o exemplo da legalização de cidadãos imigrantes através da formalização do trabalho doméstico que desenvolvem, como é o caso do *ticket* de trabalho doméstico utilizado na Bélgica e em França.

As associações de profissionais (de produtores, de artesãos, etc.) e os sindicatos são assumidos maioritariamente como agentes de informação e sensibilização e intermediários estratégicos, nomeadamente no cumprimento de procedimentos de formalização (como o cumprimento de obrigações fiscais e outros).

Quanto ao poder local e às associações de desenvolvimento local, dada a sua proximidade com o terreno, são maioritariamente indicados como importantes agentes de aplicação das estratégias, embora seja referenciado de forma mais pontual o papel das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, de modo a evitar a “personalização” de estratégias locais.

É igualmente referida uma responsabilização por parte dos cidadãos, no âmbito de uma conceção de alteração de mentalidades para a qual se revela determinante o contributo de organizações da sociedade civil. Estas últimas, juntamente com as empresas sociais, são percecionadas como agentes detentores de um papel relevante no domínio da criação de oportunidades de experimentação de atividades económicas junto de potenciais praticantes de economia informal.

As entidades empresariais são também referidas como agentes essenciais, nomeadamente pelo seu papel na melhoria das condições de trabalho, vetor pelo qual se perspetiva a prevenção do recurso à economia informal.

Por último, cabe ainda referenciar a importância de estratégias educativas junto dos mais jovens, assumindo aqui a Escola um papel de agente determinante. De forma abrangente face ao papel de todas estas entidades, destaque-se a referência maioritária à importância de uma ação concertada, sinérgica e de trabalho em parceria entre todas.

#### **7.4. Contributos para a inclusão social de públicos desfavorecidos**

**Síntese:** Ao nível do posicionamento face ao contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos, este revela-se transversal à maioria dos grupos de participantes dos Laboratórios de Experiências. Num contexto de crise económica, de precarização do mercado de trabalho e de debilidade do Estado Social, este contributo remete para uma lógica de almofada social e para o potencial da economia informal enquanto instrumento de transição.

Na ótica de almofada social um dos participantes refere que, na ausência da possibilidade de desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal, os custos do Estado com a exclusão social seriam ainda mais eleva-

dos. Por seu turno, ao considerar a economia informal enquanto instrumento de transição, os participantes ressaltam o facto de esta se poder apresentar como ponto de partida para a entrada na economia formal, ao permitir o desenvolvimento de competências, a criação de uma rede de contactos, a potenciação de um sentimento de utilidade social e a dinamização de uma lógica de ativação.

No entanto, ressaltam o facto da economia informal apenas assumir esta função de patamar de acesso quando se verifica o correspondente reconhecimento e integração pela sociedade das atividades dinamizadas. Neste sentido, a inclusão social apenas pode ser promovida através da economia informal quando é reconhecida a importância do que ela produz, simultaneamente a um retorno económico que permite aos seus praticantes a satisfação das suas necessidades.

Embora a economia informal contribua para a inclusão social de quem a pratica, ao permitir aceder a rendimentos que previnem a entrada na economia ilegal, este contributo circunscreve-se à dimensão económica (por via dos rendimentos), na medida em que os seus praticantes se encontram excluídos do mercado de trabalho, pela ausência de vínculos laborais, pelo não exercício de deveres e o não usufruto de direitos do Estado Social.

Também a este nível se coloca a pertinência de um limiar, a partir do qual a economia informal se torna perniciosa e promotora de exclusão, na medida em que não apenas limita o exercício dos direitos de cidadania de quem trabalha no seu âmbito como, no longo prazo, conduz os mesmos ao “anonimato social”.

Para alguns participantes, embora a economia informal possa promover a inclusão social de alguns dos indivíduos, não se constitui como uma solução transversal e aplicável a todos (não devendo por isso ser promovida como tal), tanto mais que à sua prática continuada se podem associar bloqueios significativos à entrada futura no mercado formal (no caso concreto, pelo facto de se centrar no primado do imediato, a economia informal poderá desincentivar a melhoria de competências dos indivíduos). Por outro lado, a conceção de que o trabalho se traduz na melhor estratégia para combater a exclusão social, e que este implica a existência de empresas formalmente constituídas, sustenta a apreciação de alguns participantes, que consideram o contributo da economia informal ao nível da inclusão como ilusório.

De forma consonante, a exemplificação dos contributos da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos ocorre no seguimento do aprofundamento e continuidade das questões já referenciadas, principalmente no que respeita à abordagem da economia informal enquanto ins-

trumento de transição. Neste âmbito, à economia informal associa-se um contributo de abertura de novas fronteiras para encontrar trabalho formal, podendo esta constituir-se como uma forma das empresas (e da sociedade em geral) descobrirem a utilidade e as competências de determinados indivíduos e, numa situação expectável, desenvolver procedimentos posteriores para a formalização das atividades, nomeadamente levando ao recurso a políticas ativas de emprego.

Tendo em conta públicos específicos alguns participantes referem que, junto dos jovens, a economia informal poderá apresentar-se como uma oportunidade de desenvolvimento de experiência (na ausência de cobertura de programas de ocupação de tempos livres) e, junto dos idosos, a economia poderá permitir um sentimento de utilidade social. No entanto, os participantes também destacam a possibilidade do desenvolvimento destes contributos integrados na economia formal.

Um outro contributo relevante da economia informal, do ponto de vista da inclusão, prende-se com o seu potencial de manutenção de ofícios tradicionais, alguns dos quais associados a comunidades mais excluídas<sup>206</sup>. Tendo em conta outros exemplos de estratégias que, sendo iniciadas de forma informal, posteriormente contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da inclusão social<sup>207</sup>, alguns participantes destacam o facto de, em contextos rurais, o desenvolvimento destas atividades (nomeadamente agrícolas) permitir um combate à desertificação ao sustentar a fixação das pessoas. Neste âmbito, a economia informal pode desenvolver um contributo intermediário para a inclusão social, nomeadamente através das intervenções das associações de desenvolvimento local que apoiam a formalização de atividades. No entanto, alguns participantes também referem uma questão de gradação, relacionada com o tempo em que é praticada e com os valores a ela associados, para que a economia informal sirva de almofada social.

---

206 Como é caso o exemplo da arte de vime, desenvolvida pelas comunidades ciganas.

207 Exemplificada com o percurso do fundador do microcrédito.





# 8

## Conclusões

A realização das entrevistas e dos Laboratórios de Experiência permitiu aceder a uma informação rica e detalhada, em que os dados objetivos se associam a percepções, trajetórias e dinâmicas relevantes para a compreensão da relação entre os fenómenos em análise. No entanto, importa ressaltar que as conclusões se relacionam intrinsecamente com as experiências dos participantes, sendo neste contexto que a sua leitura deverá ser efetuada.

### **8.1. A Economia informal como recurso: os impactos do emprego e do desemprego**

A análise das trajetórias dos entrevistados permite perceber a relação existente entre a economia informal e os percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A este nível a economia informal apresenta-se como uma resposta aos problemas registados na esfera do mercado de trabalho e às subsequentes situações de desemprego. Em muitos dos percursos profissionais evidencia-se uma clara precariedade associada aos sucessivos empregos, traduzida frequentemente numa inserção que não se consolida ao nível dos vínculos laborais. Para o muito reduzido número de entrevistados que se encontra empregado, esta precariedade ao nível do vínculo laboral associa-se ainda aos baixos salários e ao subemprego.

Os obstáculos à inserção e à reinserção – a baixa escolaridade, a desqualificação, a discriminação em função da idade, da saúde ou da orientação sexual – também estão presentes, contribuindo para explicar problemas verificados ao nível do emprego bem como as dificuldades sentidas, por parte daqueles em situação de desemprego, na obtenção de um novo emprego.

A expressividade das maiores durações das situações de desemprego remete-nos para o seu carácter estrutural, permitindo-nos neste contexto perceber os limites dos mecanismos de proteção disponíveis, com particular enfoque na duração do subsídio de desemprego. Na medida em que a precariedade laboral se pode traduzir em carreiras contributivas de menor regularidade, a combinação de menores prazos de garantia e a redução do prazo e dos montantes do subsídio contribuem para reduzir a proteção social e aumentar os impactos negativos a nível económico.

De facto o desemprego, particularmente o de longa e muito longa duração, encontra-se substancialmente presente nas trajetórias dos praticantes de economia informal entrevistados, constituindo o desenvolvimento de atividades a este nível a forma encontrada de colmatar a redução ou a ausência de acesso a rendimentos por via do emprego.

Não obstante as suas vivências se caracterizarem pelo exercício de atividades ao nível da economia informal, o emprego mantém-se como referência primordial, na medida em que, por comparação com a realidade que conhecem, a este associam a possibilidade de aceder a um rendimento estável, a um contexto de segurança no emprego e ao acesso à proteção social, quer no presente (protegendo os indivíduos nas situações de acidentes de trabalho, de doença ou de desemprego) quer no futuro (assegurando a disponibilidade de proteção na reforma, após o término da vida ativa). Esta referência primordial não se verifica apenas ao nível dos entrevistados e dos restantes membros adultos dos agregados domésticos mas também ao nível das futuras gerações, na medida em que se evidencia claramente no âmbito das expectativas que estes associam às trajetórias das crianças e jovens dos seus agregados domésticos.

O facto de subsistir, de entre o conjunto dos entrevistados, um número significativo de indivíduos que desenvolveram os seus percursos profissionais sempre ou maioritariamente na economia informal, traduz claramente os riscos associados aos obstáculos que se colocam aos processos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A este nível, os processos de inserção nunca concretizados resultaram em percursos longos e contínuos de desenvolvimento de atividades na economia informal. Esta continuidade temporal contribui para reforçar uma perceção de “naturalização” da situação (derivada da familiaridade com o fenómeno) a qual, em articulação com a perceção da insegurança associada ao emprego (derivada da precariedade dos vínculos laborais), traduz de forma clara o risco de perpetuação das práticas. Estas “carreiras no informal” não deixam de se constituir como uma perda efetiva de capacidade produtiva, porque afastam do mercado de trabalho uma parte da população ativa que, para além de se encontrar excluída da esfera do

emprego, poderá não dispor de condições de participação em processos de requalificação direcionados a responder a alguns dos obstáculos que se colocam à sua inserção ou reinserção socioprofissional.

## **8.2. A economia informal como transição: a questão dos obstáculos à formalização**

A economia informal é também considerada como um contexto de transição, a partir do qual podem ser estruturadas as atividades económicas futuras. Esta perceção, que apresenta alguma expressividade junto dos entrevistados mas também dos participantes dos Laboratórios de Experiência, associa-se ao contributo da maior flexibilidade propiciada pela informalidade para a criação e consolidação destas atividades<sup>208</sup>.

No entanto, para que a transição da informalidade para a formalidade possa ocorrer, afigura-se necessário equacionar os obstáculos que se colocam ou, pelo menos, que se percecionam.

Os entrevistados revelam, neste âmbito, uma perceção alicerçada nas características das atividades que desenvolvem, a qual reflete sobretudo as dificuldades colocadas por uma carga fiscal (impostos e, sobretudo, contribuições) que não se coaduna com a incerteza e a instabilidade que associam às oportunidades de trabalho e à consequente obtenção de rendimento. Por outro lado, a flexibilidade associada ao desenvolvimento das atividades informais deriva do facto de não terem de observar as regulamentações vigentes, cujo cumprimento terá de forçosamente ser assegurado num contexto de exercício formal. Por último, alguns entrevistados mantêm presente uma noção de baixa rentabilidade das atividades que desenvolvem, pelo que a formalização se constituiria como um cenário em que estas se tornariam insustentáveis.

De facto, muitas das atividades são prosseguidas em pequena escala por trabalhadores isolados, que obtêm por esta via o acesso a um rendimento que, na maior parte das vezes, se afigura reduzido. Na medida em que a formalização faria recair o cumprimento das obrigações inerentes sobre o trabalhador (dada a ausência de divisão entre capital e trabalho que as caracteriza), antecipa-se um impacto negativo no número de horas de trabalho disponíveis e a consequente diminuição do rendimento gerado por este. Por outro lado é necessário colocar-se a tónica sobre as próprias competências dos indivíduos para assegurar o trabalho subjacente ao cumprimento das obrigações, um questão tanto mais expressiva quanto a rentabilidade das atividades limitar a possibilidade de contratação de serviços de apoio especializados.

<sup>208</sup>. Alguns entrevistados referem explicitamente o facto de algumas das empresas que conhecem terem sido, anteriormente, iniciativas informais.

Embora se classifiquem no âmbito das microempresas, as empresas constituídas por apenas um indivíduo constituem uma realidade muito específica, que porventura carece ainda de um enfoque mais expressivo. Poder-se-ia argumentar que a definição do modelo de negócio, no âmbito de um processo de apoio ao empreendedorismo, poderia resultar numa expansão da mão-de-obra da futura empresa, o que permitiria o surgimento da divisão entre capital e trabalho. No entanto, é preciso perceber se as atividades desenvolvidas permitem efetivamente essa expansão, bem como ter presente a importância dos fatores individuais nessa transição.

Por conseguinte, a questão centra-se na identificação e criação das competências necessárias ao nível do futuro empresário (o que evidencia o contributo dos processos formativos) mas também na reconfiguração da sua própria capacidade de se adaptar a um modelo de negócio que, com a expansão de mão-de-obra, se poderá revelar substancialmente diferente daquele que o indivíduo conhece.

Por último, na medida em que para alguns indivíduos a transição para a economia formal poder apenas fazer sentido mediante a manutenção da pequena escala associada à informalidade, a importância de se atentar à especificidade de iniciativas formais que contam com apenas um trabalhador assume uma considerável relevância no contexto das estratégias de transição.

Por outro lado, na medida em que este processo de transição acarretará sempre um custo significativo para os indivíduos (não apenas monetários mas também ao nível do esforço de adaptação do indivíduo a novas competências, estruturas e contextos, por exemplo), importa considerar também a necessária contrapartida, mais concretamente os benefícios que lhe estão associados.

Para os entrevistados o acesso à proteção social, em consequência das contribuições e impostos que passarão a suportar com a formalização (e que constituem um dos principais benefícios associados aos processos de transição, na perspetiva da sustentabilidade do sistema) prefigura-se como crucial. Neste sentido, as recentes tendências de redução de mecanismos e das correspondentes prestações sociais que asseguram a proteção (em caso de acidente, saúde, desemprego e reforma) influem negativamente na perceção dos entrevistados quanto aos benefícios da formalização. Em certo sentido, esta evolução não deixa de traduzir a forma como a análise de custos e benefícios subjacente à decisão de praticar a economia informal se adapta às mudanças económicas, sociais e regulamentares.

Ao considerarmos um eventual processo de formalização das atividades que os entrevistados desenvolvem no âmbito da economia informal, é necessário

equacionar as vias associadas em função da natureza das atividades desenvolvidas e das relações que se encontram inerentes às mesmas.

Desde logo atendendo à natureza das atividades, a transformação de algumas das atividades desenvolvidas em trabalho por conta de outrem evidencia-se como aquela que apresenta maior expressividade, considerando as relações entre quem presta e quem beneficia do trabalho que se encontram subjacentes. A este nível importa considerar a natureza das atividades e das relações estabelecidas, no sentido de ambas as partes encontrarem a forma de vínculo contratual mais adequada às situações em concreto. Embora na perspetiva da inclusão do trabalhador no mercado de trabalho a maior relevância se atribua aos contratos de trabalho sem termo, nem sempre as práticas informais se direcionam a necessidades de trabalho estáveis da parte de apenas um potencial empregador (podem, por exemplo, a estabilidade derivar da acumulação de necessidades partilhadas, sendo através da sua articulação que se poderá obter um volume de trabalho a tempo completo). Por conseguinte, revela-se importante equacionar outros tipos de contrato de trabalho menos frequentes como, por exemplo, os contratos de trabalho com múltiplos empregadores.

Por outro lado, algumas das atividades ocorrem devido ao facto de existirem necessidades espartilhadas, às quais as empresas não providenciam (ainda) resposta. Este tipo de situações coloca o enfoque sobre a questão do nível mais adequado para a agregação das necessidades de trabalho, com base em estruturas que representam ou prestam serviços àqueles que necessitam da prestação do trabalho. É neste âmbito que se destaca o papel de entidades intermédias que, pelas relações que estabelecem com aqueles que necessitam da prestação do trabalho, podem contribuir para o estabelecimento de uma escala mais adequada para a contratualização da prestação de trabalho com aqueles que se encontram disponíveis e capazes para o assegurar.

Quanto à criação do próprio emprego, a mesma apresenta-se centrada na especificidade dos percursos desenvolvidos por cada indivíduo e na potencialidade associada às atividades que desenvolvem, particularmente aquelas que se direcionam à satisfação das necessidades num contexto de proximidade.

Para alguns dos entrevistados o trabalho na economia informal é claramente assumido enquanto trabalho por conta própria, sendo possível perceber características de uma abordagem empresarial na forma como gerem as suas atividades, quer na criação de produtos e na organização de serviços, quer nas relações que estabelecem com os clientes.

Apesar de um futuro processo de transição para a formalidade beneficiar das competências adquiridas ao longo do percurso, os desafios associados são

expressivos. Na eventualidade da formalização das suas atividades não acarretar a contratação de mão-de-obra adicional, em virtude de não pretenderem aumentar a escala das atividades, os indivíduos terão de lidar com sucesso com a diminuição da capacidade de trabalho disponível, bem como identificar e obter as competências que considerem necessárias (ou, caso possível, contratar os serviços de apoio necessários para o efeito).

Embora o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal pressuponha, para alguns entrevistados, alguma capacidade de gestão do risco (traduzida em estratégias para a minimização de alguns desses riscos), é necessário que consigam identificar e encontrar estratégias para lidar com os riscos associados ao exercício em contexto formal. Se, por um lado, o reduzido conhecimento destes riscos pode contribuir para uma perceção sobrevalorizada dos mesmos, por outro, o conhecimento que possuem, obtidos a partir da informação sobre trajetos desenvolvidos por outros (e, como tal, não necessariamente objetivo) contribui para reforçar a sua perceção de incapacidade de ação sobre os riscos associados à formalização.

### **8.3. O rendimento e a melhoria das condições de vida**

A dimensão do rendimento assume-se como o contributo mais imediatamente perceptível da economia informal, no que respeita às condições de vida dos indivíduos.

A imperiosidade de obter rendimentos que lhes permitam suportar as necessidades existentes constitui uma das principais motivações para o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal (sendo referida pelos entrevistados como percecionada como tal ao nível institucional) e associa-se de forma inequívoca ao perfil dos seus praticantes.

A necessidade de obtenção de rendimentos também evidencia as limitações das políticas sociais que visam a promoção da inclusão dos indivíduos. Não obstante o contributo que estas apresentam para as condições de vida do agregado doméstico, quer ao nível da educação, da saúde, da satisfação das necessidades básicas e sociais e, em menor escala, da habitação, revelam-se insuficientes para colmatar a ausência de rendimentos do emprego ou insuficiência dos rendimentos da proteção social. Por outro lado, a sua adequação e a forma como as diferentes políticas se articulam nem sempre se revela capaz de propiciar a satisfação de um nível mínimo de necessidades inerente às diferentes configurações dos agregados domésticos.

Apesar das prestações sociais se revelarem fontes de rendimento mais expressivas no conjunto dos agregados domésticos, quando comparados com os

vencimentos auferidos ao nível do emprego<sup>209</sup>, não permitem um volume de rendimentos adequado para suportar todas as despesas. Por conseguinte, a obtenção de rendimentos mediante o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal apresenta-se como uma necessidade premente e não como resultado de uma escolha justificada pela vontade de aumentar os rendimentos disponíveis.

A situação financeira dos agregados domésticos permite observar a forma como esta resulta do equilíbrio que estes conseguem assegurar ao nível da obtenção de rendimentos e da restrição das despesas.

Em muitos dos casos os padrões de consumo apresentavam-se determinados pelos rendimentos disponíveis (que frequentemente são consumidos na totalidade pelas despesas), com implicações na forma como os agregados domésticos determinam quais são as despesas essenciais e quais as acessórias (assim como se considera certas despesas, como a internet ou a TV cabo, “um luxo”) que importa suportar.

Dentro das despesas essenciais, a estratégia incide na maximização da poupança a qual, caso seja possível, se apresenta conjugada com o menor custo no acesso aos bens necessários (por serem obtidos de forma gratuita, como é o caso da alimentação e do vestuário e calçado, ou mediante o recurso à produção para autoconsumo) e com a adequação das rotinas diárias de forma a minimizar o impacto nos custos (o caso dos meios de transporte). O objetivo de reduzir os custos associados às despesas consideradas essenciais encontra-se nitidamente presente, tanto mais que uma parte do rendimento mensalmente disponível, de origem informal, é frequentemente variável e incerto.

Embora a questão do rendimento se apresente como predominante no âmbito da prática da economia informal pelos entrevistados, o facto de esta constituir a sua via de acesso ao trabalho (apesar de obstáculos como a baixa escolaridade, a desqualificação e a indisponibilidade de meios técnicos e financeiros), também acarreta impactos positivos.

Para muitos dos entrevistados o trabalho informal permite uma ocupação de tempo (quando comparado com a inatividade que percecionam associada à situação de desemprego) que estes consideram positiva, na medida em que reforça a sua capacidade de trabalho, o seu sentido de utilidade e a forma como se percecionam a si próprios. Por outro lado, enquanto contexto de trabalho, permite desenvolver, consolidar e evidenciar as suas competências, criatividade e talento perante os outros e beneficiar do reconhecimento destes.

<sup>209</sup>. Mesmo no caso destes, importa ter presente o efeito dos baixos salários e do subemprego, quando não se afiguram suficientes para suportar todas as despesas.



Na medida em que estes impactos positivos se associam ao sucesso das interações entre ambas as partes (numa lógica de vendedor/consumidor ou numa lógica de prestador de serviço/consumidor), é possível perceber uma assinalável valorização das relações interpessoais estabelecidas por parte de muitos dos entrevistados, independentemente de serem pontuais ou duradouras no tempo.

Importa ainda abordar a relação da economia informal com as redes de sociabilidade, ao nível da qual a família, os amigos, a comunidade de vizinhança e as instituições se afiguram como fontes relevantes de apoio. Não nos referimos apenas ao facto de muitas das atividades na economia informal apresentarem uma relação com os contextos de ajuda mútua (o que também se verifica) mas ao papel que os membros destas redes de sociabilidade desempenham ao nível do trabalho desenvolvido, quer se constituindo como clientes, quer divulgando e recomendando o mesmo (apesar do apoio mais operativo<sup>210</sup> também acontecer, revela-se menos frequente).

Embora inscrita, com maior ou menor profundidade, no âmbito das redes de sociabilidade, a prática da economia informal é, acima de tudo, uma vivência individual, sentida enquanto resposta a problemas do indivíduo e do seu agregado doméstico. A forma como os indivíduos e os seus agregados domésticos gerem a exposição da restante família e de outros membros relevantes das redes de sociabilidade aos seus problemas aparenta ser, à falta de melhor termo, discricionária. Sabendo que, no âmbito das comunidades de pertença dispõem de apoios com os quais podem contar, tendem a restringir a exposição destes aos seus problemas, de forma a evitar a sobrecarga das relações que consideram relevantes. Por outro lado, esta exposição discricionária também é potenciada pelo facto das próprias relações de sociabilidade serem condicionadas pela disponibilidade de tempo livre (o qual pode ser limitado pelo desenvolvimento de atividades informais) e pelo custo associado às formas de convívio.

Tendo em conta a necessidade de salvaguardar o apoio existente no seio das suas redes de sociabilidade, as interações e relações interpessoais que os entrevistados estabelecem no âmbito dos contextos de prática adquirem um significado relevante, na medida em que beneficiam do tempo consignado ao trabalho e dos impactos positivos que os entrevistados obtêm das mesmas. Perante uma vivência dos problemas centrada no indivíduo e no agregado doméstico, estas relações interpessoais podem assumir uma importância significativa e, em alguns casos, tornarem-se em fontes de apoio relevantes.

<sup>210</sup>. Como a facilitação do acesso a instalações, ferramentas e materiais ou apoio em deslocações, por exemplo.

Por último, refere-se a importância do rendimento na forma como os indivíduos perspetivam o futuro. Embora o desenvolvimento de atividades na economia informal comporte riscos específicos, dos quais os entrevistados estão globalmente conscientes, os rendimentos que auferem contribuem para atenuar as situações de carência que caracterizariam as suas condições de vida, se os agregados domésticos não dispusessem dos mesmos. Por outro lado, alguns dos entrevistados manifestam expectativas futuras que, não obstante a presente conjuntura socioeconómica (cuja influência é claramente sentida), se direcionam para a concretização de objetivos que consideram importantes, quer para si próprios, quer para elementos do agregado doméstico.

Nos casos em que o desenvolvimento de atividades na economia informal permite obter rendimentos ou benefícios colaterais mais significativos (derivados da natureza ou da maior frequência associada à realização das atividades), as situações financeiras apresentam-se tendencialmente mais estabilizadas, permitindo aos agregados domésticos não apenas responder às necessidades (uma habitação para viver) mas considerar a hipótese futura de as satisfazer de melhor forma (ter uma habitação maior, com maior espaço e melhores condições, por exemplo).

Quando se consegue produzir algum distanciamento face à resposta imediata às necessidades prementes, os objetivos prosseguidos relacionam-se com a procura do que consideram ser uma vida melhor. Neste sentido, não se trata apenas de sobreviver da melhor forma possível mas de poder escolher melhores formas de viver.

#### **8.4. As questões evidenciadas pela economia informal**

O conhecimento obtido sobre as condições de vida dos entrevistados permite também identificar algumas questões pertinentes ao nível da proteção social e do emprego que, pela sua relação com a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, também se encontram associadas aos praticantes da economia informal.

Ao nível da proteção social importa, por um lado, considerar a adequação do rendimento associado às prestações sociais. Considerando que as políticas sociais visam assegurar a proteção social dos cidadãos, com especial relevo para os mais vulneráveis, assumem uma particular relevância ao nível da inclusão social. Na medida em que se destaca a imperiosidade de obtenção de rendimentos para fazer face às necessidades sentidas pelos entrevistados e seus agregados domésticos, o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal não pode deixar de levantar questões quanto à adequação dos rendimentos associados às prestações sociais de que beneficiam.

Por outro lado, se o contributo das políticas sociais se evidencia ao nível das condições de vida dos agregados domésticos, como por exemplo na educação e na saúde, também se evidencia uma menor adaptação às diferentes fases do ciclo de vida. Em consequência, o nível de necessidades do agregado doméstico é significativamente afetado em fases específicas dos trajetos de vida (como a frequência do ensino superior, o incremento dos problemas de saúde com o avançar da idade ou a necessidade de encontrar uma habitação adequada), não sendo o correspondente aumento das despesas necessariamente abrangido pelas prestações sociais de que beneficiam.

Apesar de, ao nível das condições de vida dos entrevistados, ser possível constatar frequentemente situações derivadas de limitações da proteção social, a mesma (mais explicitamente o subsistema previdencial) constitui-se como uma das principais razões pelas quais o emprego se apresenta como uma referência primordial.

No entanto, as evoluções recentes registadas ao nível do emprego e da própria proteção social traduzem-se sobretudo num aumento da insegurança e num decréscimo da capacidade das prestações sociais responderem às situações para as quais foram concebidas. Neste sentido, as transformações realizadas ao nível de prestações como os subsídios de doença e de desemprego, assim como das pensões e reformas, no contexto da discussão da sustentabilidade do próprio sistema de proteção social, não deixa de ser percecionada como uma diminuição do seu papel e, para aqueles que desenvolvem atividades na economia informal, se traduzir numa redução da sua atratividade.

Ao nível do emprego, as questões da precariedade, os baixos salários e o subemprego também se encontram relacionadas com as experiências laborais dos entrevistados no âmbito da economia informal. A influência dos fatores associados ao emprego é dupla, na medida em que podem fomentar ou tornar indispensável o recurso ao desenvolvimento de atividades na economia informal.

Por um lado, os baixos níveis de rendimento auferidos, ao revelarem-se insuficientes para assegurar uma capacidade financeira adequada para suportar todas as despesas, fomentam a necessidade de obter rendimentos complementares através da economia informal. Por outro lado, enquanto à precariedade inerente aos contratos a termo se associa a uma menor capacidade de concretizar uma carreira contributiva regular, os salários baixos e/ou o emprego a tempo parcial involuntário contribuem para a menor expressividade dos descontos efetuados, o que implicará menores valores associados às prestações sociais de que os indivíduos venham a beneficiar futuramente, pelo que o recurso à economia informal se revela instrumental para tentar repor o rendimento perdido.

Não podemos deixar de notar que, atentando às questões enunciadas, assume particular pertinência a implementação da estratégia europeia de Inclusão Ativa, ao nível dos três pilares que a constituem – os apoios adequados ao rendimento, os mercados de trabalho inclusivos e o acesso a serviços de qualidade – enquanto resposta possível às questões que a economia informal evidencia.

### **8.5. Considerações finais**

O presente estudo visava perceber a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas, que de outra forma, se encontrariam afastadas do mercado de trabalho. Neste âmbito, tendo em conta as trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados, é possível perceber o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal como um meio de acesso ao trabalho e ao rendimento, num contexto em que a integração pelo emprego se encontra por concretizar.

No entanto, o contributo da economia informal não se resume a esta dimensão. Muitos dos casos entrevistados permitem evidenciar o contributo do desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal para a sustentação de papéis laborais e a construção de laços e pertenças relativamente estáveis, bem como revelam a sua capacidade de manter uma integração familiar e comunitária que, em caso de necessidade, suporta uma efetiva capacidade de mobilização das redes de sociabilidade pelos entrevistados.

Neste sentido, no contexto da natureza gradual do desfavorecimento, a economia informal apresenta-se sobretudo como um fator de atenuação da pobreza e da exclusão social bem como um fator relevante para evitar o seu recrudescimento.

No entanto, independentemente dos benefícios associados, os trabalhadores da economia informal estão efetivamente excluídos do mercado de trabalho e sem acesso à proteção social previdencial. Considerando a centralidade que o emprego assume no âmbito dos processos de inclusão social, assim como a forte relação entre a integração socioeconómica e a integração social que caracteriza a sociedade atual, dificilmente a economia informal se poderia apresentar como uma via alternativa para a inclusão social dos públicos desfavorecidos.

Por outro lado, as políticas sociais, cujo papel instrumental para a promoção da inclusão social se evidencia no âmbito das condições de vida dos entrevistados e dos seus agregados domésticos, revelam-se incapazes de permitir uma existência digna e a satisfação das necessidades básicas associadas a esta.

Por conseguinte, embora seja possível reconhecer os impactos positivos associados a um exercício regular de atividades no âmbito da economia informal, quer a nível económico, social ou psicológico, é importante destacar a primazia que os próprios entrevistados reconhecem ao emprego nas expectativas futuras que possuem para si próprios e para os restantes membros do agregado doméstico.

Neste sentido, clarifica-se a diferença entre a prática da economia informal enquanto reação às adversidades e a prática da economia informal enquanto resultado de fatores de exclusão associados ao mercado de trabalho. Embora seja positiva a possibilidade dos indivíduos poderem recorrer à economia informal para obterem trabalho e rendimento em períodos de agravamento das dificuldades, não é possível equacionar de forma positiva a manutenção das situações no longo prazo, na medida em que a economia informal não se pode constituir como trajeto alternativo ao emprego no contexto da inclusão social dos indivíduos.

Não obstante a economia informal, enquanto fenómeno orgânico e profundamente imbricado nas interações sociais, encontrar sempre o seu espaço próprio, a sua abordagem justifica-se pela necessidade de se possibilitar a inclusão no mercado de trabalho daqueles que atualmente encontram na mesma a única resposta possível às situações em que se encontram.

### **8.5.1. Recomendações**

A discussão sobre as estratégias possíveis de implementar com vista à redução da economia informal implica considerar aquilo que a distingue das restantes componentes da Economia Não Registada.

Por um lado, a economia informal tende a apresentar-se como uma componente menos gravosa da Economia Não Registada dado o seu papel de atenuação das dificuldades sentidas pelos indivíduos e pelos seus agregados domésticos. Por outro lado, as estratégias que visam combater a Economia Não Registada serão seguramente direcionadas, em primeira instância, para as suas componentes mais gravosas, pelo que existe uma possibilidade da produção de efeitos sobre a economia informal ocorrer de forma colateral.

Tendo presente a importância dos fatores associados ao emprego na evolução das trajetórias profissionais dos entrevistados, a redução da economia informal poderá ser equacionada pela via do emprego. O emprego de qualidade, caracterizado pela menor precariedade associada aos vínculos laborais, pelo trabalho a tempo completo e pelos salários adequados ao custo de vida contribui para reduzir a necessidade de obtenção de rendimentos, pelo que o

estímulo à prática de atividades no âmbito da economia informal se apresenta mais reduzido. Por outro lado, o emprego de qualidade, seguro e estável permite o acesso à formação profissional e à progressão de carreira, bem como possibilita a construção de carreiras contributivas mais duradouras e o acesso à proteção social.

Na eventualidade da ocorrência de situações de desemprego, revela-se importante dispor de uma capacidade de resposta rápida, direcionada para a requalificação dos indivíduos e/ou a sua reinserção no mercado de trabalho. Se a maior duração das situações de desemprego evidencia os limites da proteção disponível, a formação de um desemprego estrutural (de longa ou de muito longa duração) questiona a eficácia e o contributo que as políticas sociais podem aportar para a inclusão social dos mais vulneráveis.

No entanto, é necessário que a esta resposta rápida se associe a condições que permitam aos indivíduos e aos seus agregados domésticos manter a capacidade de satisfação das suas necessidades. Se a questão é equacionada entre a possibilidade de frequência de uma ação de formação de longo prazo (sem apoios adequados) e a realização de atividades na economia informal que permitam suportar as despesas imediatas, a opção tomada pelos indivíduos dificilmente privilegiará o investimento na sua futura reinserção profissional.

Por último, importa relembrar a associação dos contextos informais aos momentos iniciais de constituição de empresas. Nos casos em que o desempenho de atividades no âmbito da economia social apresenta um potencial de transição, é importante atender às particularidades dos indivíduos e dos seus trajetos.

Num primeiro momento, a sensibilização e a informação dos indivíduos, quer no respeitante à valorização da formalidade, quer na divulgação das possibilidades associadas à formalização revela-se importante. Na medida em que nem sempre o conhecimento de que os indivíduos dispõem se revela abrangente e objetivo, a identificação de medidas que contribuam para reduzir os riscos associados a um processo de formalização poderá ampliar positivamente as suas perspetivas sobre o mesmo.

No entanto, na medida em que a economia informal se associa ao desenvolvimento de atividades em pequena escala por parte de indivíduos isolados, importa desde logo facultar as condições de acesso a informação de qualidade, minimizar os custos associados ao processo de formalização e, simultaneamente apoiar os indivíduos a identificar e assegurar as competências necessárias ao futuro exercício em contexto formal.

Para que os processos de formalização possam dispor de maiores probabilidades de sucesso, é também importante equacionar a operação das iniciativas ou empresas criadas em contexto informal, tendo presente a possibilidade da maioria destas não considerar, no contexto inicial, a contratação mão-de-obra adicional.

Por conseguinte, é importante adequar as exigências à escala destas atividades, para que os níveis mínimos de exigência sejam possíveis de cumprir. Se a adequação da carga fiscal e das obrigações contributivas se afigura essencial (quando se considera a necessidade da sua adequação à incerteza dos rendimentos), também a regulamentação e os custos de operação se podem constituir como obstáculos que os indivíduos associam à formalização.

Não se trata, a este nível, de simplesmente flexibilizar os regulamentos, antes de perceber como se articulam, verificar a sua adequação ao contexto específico das atividades (à sua escala e natureza) e simplificar o seu cumprimento por parte dos indivíduos.

Neste âmbito é importante equacionar o papel do Estado e das suas instituições, mas também de outras organizações ao nível setorial e local, por forma a incorporar a natureza específica das atividades e as dinâmicas territoriais associadas.

Uma abordagem articulada do fenómeno da economia informal, não obstante partir do reconhecimento da exclusão dos seus trabalhadores face ao mercado de trabalho, deverá perceber com clareza as dinâmicas subjacentes ao fenómeno, com o intuito de permitir as possibilidades da inclusão destes por via do trabalho por conta de outrem ou por conta própria. A não compreensão destas dinâmicas poderá não só comprometer irremediavelmente o objetivo de inclusão dos seus praticantes no mercado de trabalho bem como reduzir consideravelmente os benefícios que a economia informal atualmente comporta, para indivíduos, família e comunidades.

ALBARELLO, L. *et al.* (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.

ALMEIDA, J. F. *et alt.* (1992): *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

ANTUNES, R., “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização...”, in *Configurações – Revista de Sociologia*, n.º. 7 (2010), Braga, Edições HUMUS / CICS-UM.

BREUSCH, T. (2005), “Estimating the Underground Economy Using MIMIC Models”, Working Paper, No.0507003, Faculty of Economics and Commerce, The Australian National University.

BUEHN, A. e SCHNEIDER, F. (2008), “MIMIC Models, Cointegration and Error Correction: An Application to the French Shadow Economy”, Discussion Paper No.3306, Institute for the Study of Labor.

CAPUCHA, L. (2005) *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

CAPUCHA, L. (coord.) (2005), *Formulação de Propostas de Conceção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*, Lisboa, ISCTE.

CENTENO, L. (2006), *O trabalho não declarado em Portugal – Metodologia de abordagem e tentativa de definição*, Lisboa, DGE/MTSS.

CIES/CESO I&D (1998), *Grupos Sociais Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*, Lisboa.

COMISSÃO EUROPEIA (2007). “Undeclared Work in the European Union.” Special Eurobarometer Report, Bruxelas.

COUTINHO, C. P. (2013), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Edições Almedina, Coimbra, 2ª edição.



CRUZ, S. A., “O trabalho em centros comerciais: notas sobre uma pesquisa empírica”, in MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R. (Org.) (2011), *Precários em Portugal: entre a fábrica e o “call center”*, Lisboa, Edições 70, pp. 95-104.

DELL’ANNO, R. (2008), “What is the Relationship Between Unofficial and Official Economy? An Analysis in Latin American Countries”, *European Journal of Economics Finance and Administrative Sciences*, 12, 185-203.

DELL’ANNO, R., GÓMEZ-ANTONIO, M. and ALAÑON, A. (2007), “The Shadow Economy in Three Mediterranean Countries: France, Spain and Greece. A MIMIC Approach”, *Empirical Economics*, 33, 51-84.

DUARTE, A. M., “As faces precárias da flexibilidade”, in MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R., *Precários em Portugal: entre a fábrica e o “call center”*, Lisboa, Edições 70, p. 15-25.

DUBET, F., “Quando a «sociedade» nos abandona”, in BALSA, C., BONETI, L. W. e Soulet, M. (Orgs.) (2006), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*, Ijuí, Editora Unijui; Lisboa, CEOS, p. 33-62.

ENGLE, R.F. e GRANGER, C.W.J. (1987), “Cointegration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing”, *Econometrica*, 55, 251-276.

ENGLE, R.F. and YOO, B.S. (1987), “Forecasting and Testing in Cointegrated Systems”, *Journal of Econometrics*, 35, 143-159.

ENSTE, D.H. (2010), “Regulation and Shadow Economy: Empirical Evidence for 25 OECD-Countries”, *Constitutional Political Economy*, 21, 231-248.

ESTIVILL, J., “A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina” in BALSA, C., BONETI, L. W. e SOULET, M. (Orgs.) (2006), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*, Ijuí, Editora Unijui; Lisboa, CEOS, p. 103-139.

FELD, L., e LARSEN, C. (2005). *Black Activities in Germany in 2001 and 2004: A Comparison Based on Survey Data Study No. 12*. The Rockwool Foundation Research Unit, Copenhaga.

FELD, L., e LARSEN, C. (2008). “Black’ Activities Low in Germany in 2006.” News from the Rockwool Foundation Research Unit, Março, pp. 1–12.

FELD, L., e LARSEN, C. (2012). *Undeclared Work, Deterrence and Social Norms: The Case of Germany*, Berlim: Springer.

FRAZER, H., MARLIER, E., NICAISE, I. (2010), *A social inclusion roadmap for Europe 2020*, Antwerp/Apeldoorn, Garant.

FREY, B. e WECK-HANNEMAN, H. (1984), “The Hidden Economy as an Unobserved Variable”, *European Economic Review*, 26, 33-53.

GILES, D.E.A. e TEDDS, L.M. (2002), “Taxes and the Canadian Underground Economy”, Canadian Tax Paper No.106, Toronto: Canadian Tax Foundation.

HANCOCK, B. (1998), Trent Focus for Research and Development in Primary Health Care: An Introduction to Qualitative Research, Trent Focus, disponível em [http://faculty.cbu.ca/pmacintyre/course\\_pages/MBA603/MBA603\\_files/IntroQualitativeResearch.pdf](http://faculty.cbu.ca/pmacintyre/course_pages/MBA603/MBA603_files/IntroQualitativeResearch.pdf) [acedido em Fevereiro de 2013]

HESPANHA, P. (Coord.) (2007), *É o (des) emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra*, Cadernos REAPN n° 11, Coimbra, REAPN.

ISACHSEN, A, e STRØM, S. (1985). “The Size and Growth of the Hidden Economy in Norway.” *Review of Income and Wealth*, 31: 21–38.

KAZEMIER, B. (2006). “Monitoring the Underground Economy: A Survey of Methods and Estimates.” in: F. SCHNEIDER and D. ENSTE (eds.), *Jahrbuch Schattenwirtschaft 2006/ 07. Zum Spannungsfeld von Politik und Ökonomie*, Berlin: LIT Verlag, pp. 11–53.

LAUTIER, B., “Rumo à protecção social universal e protecção dos «mais vulneráveis»”, in *Bureau Internacional do Trabalho, Protecção Social e Inclusão: experiências e políticas* (2009), Genebra, BIT, p. 77-104.

MACDONALD, S. e HEADLAM, N., *Research Methods Handbook*. Introductory guide to research methods for social research, Centre for Local Economic Strategies, disponível em <http://www.cles.org.uk/wp-content/uploads/2011/01/Research-Methods-Handbook.pdf> [acedido em Fevereiro de 2013]

MARQUES, A. P. (2009), *Trajectórias quebradas: a vivência do desemprego de longa duração*, [Braga], Profedições / CICS-UM.

MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R., *Precários em Portugal: entre a fábrica e o “call center”*, Lisboa, Edições 70.

MERZ, J., e WOLFF, K. (1993). “The Shadow Economy: Illicit Work and Household Production – A Microanalysis of West Germany.” *Review of Income and Wealth*, 39: 177–194.

PARDAL, L. e LOPES, E. S. (2011), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Areal Editores, Porto.

PEDERSEN, S. (2003). *The Shadow Economy in Germany, Great Britain and Scandinavia: A Measurement Based on Questionnaire Service Study No. 10*. The Rockwool Foundation Research Unit, Copenhagen.

Pereira, C. C., “Comparação dos percursos de inserção profissional dos diplomados do sistema de aprendizagem e do ensino profissional, in *Sociedade e Trabalho*, nº 37 (2009), Lisboa, MTSS/GEP.

PERRET, B. e ROUSTANG, G. (1993), *L'économie contre la société*, Paris, Éditions du Seuil.

QUATERNAIRE (2008), *Nas margens do Tâmega. Mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*, Cadernos REAPN nº 13, Porto, REAPN.

REAPN (2009), *Guidelines for bridging employment and inclusion*, Porto, REAPN.

RENOOY, P., IVARSSON, S., VAN DER WUSTEN-GRITSAI, O. e MEIJER, E. (2004). “Undeclared Work in an Enlarged Union – An Analysis of Undeclared Work: An In-Depth Study of Specific Items.” European Commission: Directorate-General for Employment and Social Affairs, Bruxelas.

RODRIGUES, C. U., LOPES, C. M. e FELICIANO, J. F., “Protecção social e a economia informal: experiências e desafios em países de língua portuguesa”, in *Bureau Internacional do Trabalho, Protecção Social e Inclusão: experiências e políticas* (2009), Genebra, BIT, p. 149-164.

RODRIGUES, E. V., SAMAGAIO, F., FERREIRA, H., MENDES, M. M. e JANUÁRIO, S., “*A pobreza e a exclusão social : teorias conceitos e políticas sociais em Portugal*”, in *Sociologia*, nº 9 (1999) Porto, p. 63-101, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/8578> [acedido em Janeiro de 2013]

SCHNEIDER, F. (2005), “Shadow Economies Around the World: What Do We Really Know?”, *European Journal of Political Economy*, 21, 598-642.

SCHNEIDER, F. and ENSTE, D.H. (2000), “Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences”, *Journal of Economic Literature*, 38, 77-114.

STOER, S., MAGALHÃES, A. M., RODRIGUES, D. (2004), *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*, São Paulo, Cortez Editora.

VAN ECK, R. e KAZEMIER, B. (1988). “Features of the Hidden Economy in the Netherlands.” *Review of Income and Wealth*, 34: 251–273.

## Listagem Síntese dos casos entrevistados

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
1	Masculino	41	Atualmente desenvolve atividade de recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente sucata, cartões, aparelhos, máquinas, ferro, latas, etc. A recolha destes materiais tanto é realizada no espaço público como junto de algumas empresas. Também desmonta eletrodomésticos em casa, para recolher os componentes. Ocasionalmente faz pequenas reparações solicitadas por particulares. No passado, desenvolveu outras atividades, como a prestação de serviços domésticos (incluindo limpeza), os quais terminaram devido à atual crise. Para além destes, também já se dedicou à reparação de guarda-chuvas.	Mais de 20 anos	Diária
2	Feminino	42	Desenvolve atividades de costura, faz rissóis, artesanato (bijuteria), tricot e prestação de serviços de limpeza.	5 anos	Diária (7 dias por semana)
3	Masculino	44	Desenvolve atividades na área da cestaria tradicional, fazendo peças por encomenda e para venda em feira.	Mais de 20 anos	Muito irregular (por encomenda)
4	Masculino	43	Desenvolve trabalho como empregado de mesa no âmbito da prestação de serviços de catering para eventos como casamentos ou batizados, por exemplo. Também presta serviços de transporte em carro particular para pessoas que o pretendam.	20 anos	2 vezes por semana
5	Masculino	30	O entrevistado desenvolve um conjunto de atividades relacionadas com os trabalhos agrícolas (a apanha da castanha, a limpeza de castanheiros, a limpeza de terrenos, a recolha de fardos de feno e a recolha de lenha, por exemplo) e com trabalhos de conservação e manutenção (a pintura de divisões de habitações e de grades, a montagem de fechaduras, etc.).	Desde que abandonou a escola	Irregular (sazonalidade)

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
6	Feminino	36	Realiza trabalhos de bijuteria como brincos, colares e pulseiras e confecciona produtos como carteiras para telemóveis e arcos de criança, faz trabalhos em crochet e bordados, etc. Para além disso faz arranjos de costura (reparação) e recupera/ adapta vestuário usado, já prestou serviços de limpeza mas não o faz atualmente.	Entre 5 e 7 anos	Diária
7	Masculino	52	Desenvolve vários trabalhos na área da construção civil, tais como pintar habitações, colocar tijoleira, assentar tijolo, rebocar e arear, etc. Para além destas, também realiza lavagem de toldos em espaços comerciais.	13 anos	Irregular
8	Masculino	62	Faz alguns trabalhos de pedreiro (como muros, por exemplo) mas a grande parte das atividades é agrícola: a limpeza de terrenos, o lavar e/ou adubar das árvores, a poda das árvores, a colheita de produtos agrícolas, etc.	18 meses	Irregular (sazonalidade)
9	Feminino	35	Produz doces e salgadinhos e organiza festas, como aniversário e batizados, no âmbito das quais concebe a ementa, planeia o trabalho e adquire as matérias-primas, produz os bens alimentares e decora o espaço. No passado também já prestou serviços de limpeza (limpezas de primavera) e de ama.	17 anos	Irregular
10	Feminino	29	Presta serviços de limpeza a diversos clientes e serviços de babysitting a duas crianças. Também já fez bolos para fora mas deixou de o fazer porque esta atividade não dava muito lucro.	5 a 6 anos	Diária
11	Masculino	48	Sempre desenvolveu atividades na área das artes circenses, em espaços públicos, festas populares ou eventos particulares.	22 anos	3 a 5 dias por semana (em média, dada a sazonalidade)
12	Feminino	63	Já realizou limpezas para uma empresa mas atualmente apenas as realiza numa casa particular.	9 anos	2 vezes por semana
13	Masculino	62	Desenvolve atividades na área da marcenaria. Atualmente faz tabuleiros e caixas de madeira, bem como realiza, por vezes, reparações e instalações de portas ou janelas.	7 anos	Irregular
14	Masculino	36	Produz próteses dentárias.	10 a 11 anos	1 vez por semana
15	Feminino	51	Prestação de serviços domésticos e de limpeza em casas de particulares.	Mais de 26 anos	Diária

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
16	Masculino	51	Dá explicações a título particular e desenvolve atividade de Deejaying.	3 anos	Diária
17	Feminino	37	Faz diversos trabalhos na agricultura, desde o cultivo até à colheita (cereja, vindimas, azeitonas, etc.). Também presta serviços de limpeza.	21 anos	Diária
18	Feminino	26	Presta serviços de estética (cabelos, limpezas de pele) e de massagens.	5 a 6 anos	Irregular (sazonalidade)
19	Masculino	41	Desenvolve atividades diversificadas – toca numa banda de música, faz trabalhos de construção civil (muros, chão, etc.), carrega móveis e faz mudanças, etc.	7 a 8 anos	Irregular
20	Masculino	49	Faz trabalhos num mercado, desde descarregar camiões, entregas, limpezas, recados aos vendedores, etc.	Mais de 20 anos	Diária (6 dias por semana)
21	Masculino	65	Atualmente presta pequenos serviços ou produz bens ao nível da carpintaria, de todo o tipo – substituir portas, fechaduras, alguns móveis, etc.	2 anos	Irregular
22	Masculino	57	Desenvolve todo o tipo de trabalhos de serralharia em ferro, normalmente de pequena dimensão.	2 anos	Muito irregular
23	Feminino	41	Presta serviços de limpeza a particulares (também já o fez para empresas) bem como de cuidado a idosos (faz companhia, acompanha-os nas deslocações, trata de feridas, assegura a toma da medicação, faz massagens, etc.). Para além destas atividades também faz apresentações em MS Powerpoint, os quais vende a pessoas particulares.	2 anos	Diária
24	Feminino	42	Atualmente faz trabalhos de costura, confeciona roupa para bebé e adereços para crianças. No período de verão faz brinços de bijuteria. Já prestou serviços de limpeza mas não o faz atualmente.	13 anos	Diária
25	Feminino	46	Realiza todo o tipo de trabalhos na hotelaria (serve à mesa, lava a loiça, decora as mesas, efetua limpezas, etc.), quer em eventos, quer em restaurantes. Também organiza festas para crianças, para as quais confeciona os produtos necessários.	16 anos	Irregular (sazonalidade)
26	Masculino	44	Realiza a apanha de marisco (ameijoas e caracóis).	5 a 6 anos	Diária

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
27	Masculino	50	Realiza trabalhos de artesanato – aplicações de corda e palhinha em tampos de cadeiras ou em mobílias de sala, trabalhos manuais em arame e corda originais, etc. Também faz criação de cães.	Cerca de 20 anos	Muito irregular
28	Masculino	54	Produz e vende esculturas artesanais em madeira.	Cerca de 9 anos	3 a 5 dias por semana
29	Feminino	37	Produz e comercializa peças de artesanato, trabalhando com diferentes materiais (filtro, pastas) e produzindo capas de agenda, capas de telemóveis, estojos, pregadeiras, etc.	Mais de 15 anos	3 a 5 dias por semana (em média)
30	Feminino	35	Revende produtos de cosmética, bijuteria, roupa e calçado através de página na internet.	18 a 24 meses	Diária
31	Feminino	22	Desenvolve atividade como cabeleireira.	8 anos	Diária
32	Masculino	46	Presta pequenos serviços de jardinagem (limpar quintais, por exemplo) em casa de particulares e apanha bivalves. Já realizou alguns trabalhos agrícolas e participou em vindimas, no passado.	7 a 8 anos	Irregular (sazonalidade)
33	Masculino	43	Realiza todo o tipo de trabalhos de construção civil – pinturas, colocação de revestimentos, reboco de paredes, etc. Também apanha marisco e ajuda pessoas em trabalhos de cargas, transportes e descargas.	31 anos	Irregular
34	Masculino	46	Realiza trabalhos de pintura artística.	Cerca de 30 anos	Diária
35	Feminino	42	Prestação de serviço de limpezas em casa de particular.	2 anos	1 vez por semana
36	Masculino	34	Trabalha como carregador/descarregador num mercado, faz entregas nos restaurante e outras tarefas, transporta bens alimentares, etc. Também realiza pequenos trabalhos de construção civil	3 anos	Diária (6 dias por semana)

## INFORMAÇÃO DE CONTEXTO DA ENTREVISTA PARA CONSENTIMENTO DO ENTREVISTADO

### Objetivos:

O principal objetivo deste estudo é o de conhecer a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que de outra forma se encontrariam afastadas do mercado de trabalho.

A economia informal é entendida neste estudo como a produção de bens e serviços em pequena escala para obtenção de trabalho e rendimento para os indivíduos envolvidos, com desconhecimento das entidades oficiais.

Esta entrevista visa recolher o testemunho confidencial de atores chave que de alguma forma se encontram ou encontraram envolvidos em atividades relacionadas com a economia informal, para conhecer as actividades que desenvolvem e entender o impacto da economia informal ao nível das condições de vida das pessoas.

- A sua colaboração voluntária e sincera é essencial para atingirmos os objectivos, por isso agradecemos a sua disponibilidade em participar.
- A entrevista terá uma duração aproximada de duas horas e tudo o que disser no contexto desta entrevista é confidencial.
- De forma a proteger a sua privacidade, a entrevista é anónima. O seu nome não será solicitado nem registado. Os dados obtidos serão codificados e analisados em conjunto, de forma a perceber as tendências que caracterizam os entrevistados e não uma pessoa em particular.
- Para nos ser possível um maior rigor na análise dos dados recolhidos, é necessário gravar a entrevista, pelo que solicitamos a sua permissão para o fazer. Informamos, no entanto, que a gravação poderá ser interrompida em qualquer momento, se o pretender;
- Não existem respostas boas nem más, existem apenas as suas respostas - quanto mais fiéis forem relativamente à sua situação, maior será o seu contributo para este estudo.

Mediante estas condições, gostaríamos de confirmar se aceita participar nesta entrevista e se autoriza a sua gravação.

Rubrica do entrevistador

---



# GUIÃO DE ENTREVISTA

## A. Categorias temáticas principais

### Parte 1 – Caracterização do entrevistado e do agregado doméstico

- Caracterização do entrevistado
- Caracterização do agregado doméstico

### Parte 2 – Educação/formação, emprego e desemprego

- Percurso escolar e formativo do entrevistado e dos membros do agregado doméstico
- Percurso profissional do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico (profissão actual e anteriores)
- Desemprego do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico

### Parte 3 – Atividade na economia informal

- Perceções do entrevistado sobre as actividades da economia informal
- Caracterização das actividades de trabalho informal desenvolvidas pelo entrevistado
- Condições associadas ao desenvolvimento de actividades na economia informal
- Rendimentos

### Parte 4 – Condições de vida do agregado doméstico

- Habitação
- Saúde
- Necessidades básicas do agregado – Alimentação, vestuário e calçado e transporte
- Necessidades de Apoio Social
- Despesas do agregado
- Relações Familiares e Sociabilidade
- Participação social e política

## Parte 5 – Perspectivas futuras

### CODIFICAÇÃO:

<b>Identificação da entrevista</b>		
<b>Nome do entrevistador:</b>		
<b>Data:</b>	<b>Hora:</b>	<b>Duração:</b>
<b>Local de realização:</b>		
<b>Região:</b>	<b>Distrito:</b>	
<b>Interferências/Interrupções:</b>		
<b>Outras observações:</b>		

## INÍCIO – VALIDAÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO

- Antes de começar, queria perguntar-lhe se compreendeu a informação que lhe foi fornecida sobre este estudo e sobre a entrevista que vamos realizar?
- Neste sentido, aceita participar nesta entrevista e autoriza a sua gravação?

## PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO E DO AGREGADO DOMÉSTICO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	
Género	Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>
Idade:	
Estado civil:	
Nacionalidade:	
Naturalidade:	
Etnia:	

1.2. CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO DOMÉSTICO			
Dimensão do agregado doméstico (número de pessoas a residir na habitação, incluindo o entrevistado):			
Membros	Género	Idade	Grau de parentesco em relação ao entrevistado
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

## PARTE 2 – EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO

### 2.1. Percurso escolar e formativo do entrevistado e dos membros do agregado doméstico

**Q. Este conjunto de questões destina-se a retratar o seu percurso escolar e formativo, bem como o das pessoas que vivem consigo. Para começar, pode descrever-me como foi o seu percurso escolar? E o dos restantes membros do agregado doméstico que já terminaram a escola?**

- Qual o seu nível de escolaridade? E quais os níveis de escolaridade dos membros do agregado doméstico que já terminaram a escola?
- Há quantos anos terminou/terminaram a escola?
- A(s) criança(s) do agregado estão a frequentar a escola no presente ano letivo?
- Que nível de escolaridade frequenta(m)?
- A escola que frequenta(m) é pública ou privada?
- A(s) crianças beneficia(m) de ação social escolar, no presente ano letivo?
- De que tipos de apoio beneficia(m)? (livros/material escolar, transporte, alimentação, outros)
- Algum dos membros do agregado – incluindo a(s) criança(s) – alguma vez reprovou de ano?
- Algum dos membros do agregado – incluindo a(s) criança(s) – abandonou a escola antes de concluir a escolaridade obrigatória?
- Qual(ais) a(s) razão(ões) desse abandono?
- Algum dos membros do agregado já frequentou ações de formação profissional?
- Fale-me um pouco dessas ações – qual era o seu número de horas?
- Algum dos membros do agregado já concluiu com aproveitamento ações de formação profissional?
- A conclusão de ações de formação profissional com aproveitamento conferiu algum nível de qualificação? E de escolaridade?

## 2.2. Percurso profissional do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico (profissão actual e/ou anteriores)

**Q.** Com este conjunto de questões pretendemos conhecer o seu percurso profissional e o dos membros adultos (com idade maior ou igual a 15 anos) do agregado doméstico. Neste sentido, pode contar-me como foi a sua vida profissional até ao momento?

### Entrevistado

- Encontra-se a trabalhar neste momento? Em que trabalhou no passado?  
**Exerce profissão / Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar / Estudante / Trabalhador-estudante / Incapacitado permanente para o trabalho / Desempregado à procura do 1º emprego / Desempregado à procura de novo emprego / Reformado / A frequentar um curso de formação profissional / Trabalhador menor / Outros inativos / Não sabe/não responde**
- Está a trabalhar por conta de outrem ou por conta própria? E no passado, trabalhou por conta de outrem ou por conta própria?  
**Empregador (nº de trabalhadores) / Trabalhador por conta própria / Trabalhador por conta de outrem / Trabalhador não remunerado em empresa familiar / Membro ativo de cooperativa de produção / Outra. Qual ? / Não sabe/não responde**
- Qual é a sua profissão? Foi sempre a mesma, desde que começou a trabalhar? Que outras teve?
- Que tipo(s) de contrato(s) tem / teve?
- Tem/tinha horário de trabalho? Quantas horas trabalha/trabalhava diariamente?
- Em que sectores de actividade?
- Há quanto tempo exerce/durante quanto tempo exerceu esses trabalhos?
- Efetua/efetuou descontos para a segurança social?
- Beneficia atualmente, ou alguma vez beneficiou, de apoios da segurança social (ex: subsídios de desemprego, doença, acidente de trabalho ou parentalidade)?

### Membros adultos do agregado doméstico (com idade maior ou igual a 15 anos)

- Os membros adultos do agregado doméstico encontram-se a trabalhar neste momento? Em que trabalharam no passado?  
**Exerce profissão / Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar / Estudante / Trabalhador-estudante / Incapacitado permanen-**

**te para o trabalho / Desempregado à procura do 1º emprego / Desempregado à procura de novo emprego / Reformado / A frequentar um curso de formação profissional / Trabalhador menor / Outros inativos / Não sabe/não responde**

- Estão a trabalhar por conta de outrem ou por conta própria? E no passado, trabalharam por conta de outrem ou por conta própria?

**Empregador (nº de trabalhadores) / Trabalhador por conta própria / Trabalhador por conta de outrem / Trabalhador não remunerado em empresa familiar / Membro ativo de cooperativa de produção / Outra. Qual ? / Não sabe/não responde**

- Qual é a profissão dos membros do agregado doméstico? Foi sempre a mesma, desde que começaram a trabalhar? Que outras tiveram?
- Que tipo(s) de contrato(s) têm / tiveram?
- Têm/tinham horário de trabalho? Quantas horas trabalham/trabalhavam diariamente?
- Em que sectores de atividade?
- Há quanto tempo exercem/durante quanto tempo exerceram esses trabalhos?
- Efetuam/efetuaram descontos para a segurança social?
- Beneficiam atualmente, ou alguma vez beneficiaram, de apoios da segurança social (ex: subsídios de desemprego, doença, acidente de trabalho ou parentalidade)?

### **2.3. Desemprego do entrevistado e dos restantes membros adultos do agregado doméstico**

**Q. As próximas questões abordam o tema do desemprego, quer vivido por si, quer por outros membros adultos (com idade maior ou igual a 15 anos) do agregado doméstico. Diga-me, por favor, está neste momento em situação de desemprego ou alguma vez esteve em situação de desemprego?**

#### **Entrevistado**

- Encontra-se neste momento em situação de desemprego?
- Já alguma vez tinha estado desempregado no passado? Quantas vezes?
- Porque razão(ões) ficou desempregado?
- Há quanto tempo está / durante quanto tempo ficou desempregado?
- Está a procurar emprego? O que faz para procurar emprego?
- Porque não está a procurar emprego?

## **Membros adultos do agregado doméstico (com idade maior ou igual a 15 anos)**

- Algum dos membros adultos do agregado doméstico se encontra neste momento em situação de desemprego?
- Já alguma vez tinham estado desempregados no passado? Quantas vezes?
- Porque razão(ões) ficaram desempregados?
- Há quanto tempo estão / durante quanto tempo ficaram desempregados?
- Estão a procurar emprego? O que fazem para procurar emprego?
- Porque não estão a procurar emprego?
- De que forma o desemprego afetou a sua vida? E a vida do seu agregado doméstico?

## **PARTE 3 – ATIVIDADES NA ECONOMIA INFORMAL**

### **3.1. Perceções do entrevistado sobre as atividades da economia informal**

**Q. Neste conjunto de questões pretendemos conhecer a sua opinião sobre a economia informal em Portugal.**

**Na sua opinião, que tipo de trabalhos são mais frequentes na economia informal, em Portugal?**

- Na sua opinião, que tipo de trabalhos são mais frequentes na economia informal, em Portugal?
- Em que sectores é mais frequente o trabalho na economia informal?
- Quem são as pessoas que mais recorrem ao trabalho na economia informal?
- Por exemplo, em dez trabalhadores, quantos acha que trabalham na economia informal em Portugal?
- Conhece casos de pessoas que trabalhem na economia informal? Quem são essas pessoas?
- Na sua família existem/existiam casos de pessoas que trabalhem/trabalharam na economia informal? O que fazem/faziam?
- Costuma adquirir bens e/ou serviços na economia informal? Com que finalidade?
- Na sua opinião, quais são as principais vantagens de desenvolver atividade(s) na economia informal?
- E as principais desvantagens?

### **3.2. Caracterização das atividades de trabalho informal desenvolvidas pelo entrevistado**

**Q. O propósito deste conjunto de questões é o de conhecer o trabalho e a(s) atividade(s) que desenvolve no âmbito da economia informal. Neste sentido, diga-me o que faz atualmente...**

- Qual é o seu trabalho atualmente?
- Por favor, descreva em detalhe as atividades que desenvolve (bens ou serviços produzidos).
- Existe alguma relação entre as atividades que desenvolve e o seu percurso laboral anterior?
- Há quanto tempo desenvolve estas atividades? Porque começou a desenvolvê-las?
- Alguma vez desenvolveu alguma destas atividades enquanto estava empregado?
- Mais alguém trabalha consigo? Se sim, como dividem o trabalho?
- Quem são os seus clientes? Quantos clientes tem?
- Quantas vezes por semana desenvolve estas atividades?
- Onde desenvolve estas atividades?
- Quantas horas trabalha, por dia?
- Cumpre algum horário fixo para desenvolver estas atividades?
- Trabalha o mesmo número de horas todos os dias?

### **3.3. Condições associadas ao desenvolvimento de atividades na economia informal**

**Q. O que é que mais o motiva para desenvolver essas atividades em regime informal?**

- O que é que mais o motiva para desenvolver essas atividades em regime informal?
- O que é que as pessoas que conhece (família, amigos, vizinhos, comunidade) pensam sobre o seu trabalho na economia informal?
- As pessoas que conhece ajudam-no com as atividades que desenvolve? Quem é que normalmente o ajuda? De que forma é que o ajudam?



- Na sua opinião, existem riscos na atividade(s) que desenvolve? Quais são?
- Alguma vez teve problemas com as autoridades (polícia, ASAE, Finanças, Segurança Social) por estar a trabalhar na economia informal? E com clientes?
- Que tipo de problemas teve?
- Alguma vez/vezes esteve impossibilitado de desenvolver essas atividades? Porque motivo?
- Nessa(s) situação(ões), registou perda de rendimentos por não poder desenvolver essas atividades?
- Beneficiou de algum apoio nessa(s) situação(ões)? Em quê? Quem o disponibilizou?
- Como é que avalia a sua situação de trabalho atual, quando comparada com o seu passado?
- Alguma vez pensou em formalizar/”legalizar” o trabalho que desenvolve?
- Se sim, o que fez nesse sentido?
- Se não, porquê?
- No seu entender, quais são os principais obstáculos à formalização do seu trabalho?

### 3.4. Rendimentos

**Q. As questões seguintes pretendem ajudar-nos a perceber a importância, para o seu agregado doméstico, dos rendimentos que obtém com as atividades que desenvolve na economia informal. Neste sentido, pode dizer-me qual é a situação económica atual do seu agregado doméstico?**

- Como é a situação económica atual do seu agregado doméstico?
- Qual a origem dos rendimentos do agregado de doméstico?  
**Salário ou Vencimento / Rendimentos de depósitos, dividendos de investimentos, propriedades imobiliárias, rendas de imóveis / Dividendos devido a negócios / Subsídio de Desemprego / Pensão de Reforma / Pensão de Invalidez / Rendimento Social de Inserção / Outras prestações sociais – Pensão Social Mínima, Subsídios ao Arrendamento, etc / Bolsa de Estudo/Formação / Ajudas de Terceiros / Remessas de Emigrantes / Outra**
- Em média, qual é o rendimento mensal disponível do agregado doméstico?

- Em média, qual é o rendimento mensal que obtém com as atividade(s) que desenvolve na economia informal?
- No seu entender, qual a importância deste rendimento para o agregado doméstico? Porquê?
- Na sua opinião, o rendimento bruto mensal do agregado doméstico permite-lhe suportar atualmente todas as suas despesas mensais?
- Se não, qual seria o rendimento bruto mensal necessário para as conseguir suportar na totalidade?
- Conseguir definir quais as despesas do agregado doméstico que são suportadas pelo rendimento que obtém com as atividade(s) que desenvolve na economia informal?
- Conseguir definir quais as despesas do agregado doméstico que não seria possível suportar, se não dispusesse do rendimento que obtém com as atividade(s) que desenvolve na economia informal?
- Atualmente, o agregado doméstico tem possibilidade de realizar alguma poupança?
- Essa poupança existe? Para que serve ou servirá essa poupança?
- De que forma o seu trabalho na economia informal contribui para a poupança?

## PARTE 4 – CONDIÇÕES DE VIDA DO AGREGADO DOMÉSTICO

### 4.1. Habitação

**Q. Nesta parte do questionário pretendemos conhecer melhor as condições de vida do agregado doméstico. Para darmos início a esta parte, pode descrever-me a habitação onde reside o agregado doméstico?**

- Em que tipo de habitação reside o agregado doméstico?  
**Apartamento / Moradia/Vivenda / Barraca / Casa Abarracada / Casa Pré-Fabricada / Parte de casa / Quarto / Outra Situação. Qual?**
- Excluindo a casa de banho e a cozinha, quantas divisões tem a habitação?
- Quem é o proprietário da habitação?  
**Própria / Própria com hipoteca bancária / Arrendada / Sub-Arrendada / Cedida / Ocupada / Outra Situação. Qual?**

- A habitação onde o agregado doméstico reside é habitação social?
- Sabe dizer-me quantos anos tem a casa? E há quantos anos habitam nela?
- A habitação onde o agregado doméstico reside dispõe das infra-estruturas básicas (ex: Eletricidade/Água canalizada/Gás/Esgotos/Instalações Sanitárias)
- Como avalia o estado de conservação da habitação onde o agregado doméstico reside?
- No seu entender, quais são os principais problemas da habitação onde o agregado doméstico reside?
- Como avalia a localização da habitação, em termos de facilidade de acesso a serviços (bancos, junta ou câmara, correios, transportes, etc)?

## 4.2. Saúde

**Q. As próximas questões são sobre a saúde de todos os membros do agregado doméstico. No seu agregado doméstico – incluindo-o a si – alguém tem problemas de saúde?**

- No seu agregado doméstico – incluindo-o a si – alguém tem problemas de saúde? Que problemas tem?
- Como avalia o seu estado de saúde atual? E o dos restantes membros do agregado doméstico?
- Quando necessitam de serviços médicos, onde se dirigem os membros do agregado doméstico?
- O agregado doméstico está abrangido por algum esquema de apoio à saúde?
- Está inscrito no Centro de Saúde? E os restantes membros do agregado doméstico?
- Como avalia a qualidade dos cuidados de saúde que os membros do agregado doméstico recebem?
- Que tipo de despesas de saúde (incluindo os de acesso à saúde, como transportes) são mais frequentes no seu agregado doméstico?

#### 4.3. Necessidades do agregado doméstico – Alimentação, vestuário e calçado

**Q.** Neste momento é importante para nós conhecer um pouco melhor as necessidades do agregado doméstico. Neste sentido diga-me, por favor, como obtêm a alimentação, o vestuário e o calçado?

– Como são obtidos os bens alimentares consumidos pelo agregado doméstico?

**Comprados na sua totalidade / comprados quase na sua totalidade / comprados parcialmente / não são normalmente comprados na sua totalidade**

– Se não são comprados na totalidade, porquê?

**Tem géneros de auto-produção / tem dádivas de familiares/vizinhos/amigos / tem dádivas de Instituições – p.e. Igreja**

– Como é adquirido o Vestuário/Calçado do agregado doméstico?

**Comprados na sua totalidade / comprados parcialmente / não são normalmente comprados na sua totalidade**

– Se não são comprados na totalidade, porquê?

**Tem dádivas de familiares/vizinhos/amigos / tem dádivas de Instituições – p.e. Igreja**

#### 4.4. Necessidades do agregado doméstico – Transporte

**Q.** Na maior parte das vezes, como se deslocam os membros do agregado doméstico para o emprego/escola?

– Na maior parte das vezes, como se deslocam os membros do agregado doméstico para o emprego/escola?

– Estão satisfeitos com os meios de transporte que utilizam?

– Se não, porquê?

#### 4.5. Necessidades do agregado doméstico – Apoio Social

**Q.** É frequente os agregados domésticos terem necessidades de apoio social, as quais podem ser asseguradas através de equipamentos sociais. Pode dizer-me se algum dos membros do agregado doméstico necessita de algum tipo de cuidados?

- Existem no agregado doméstico crianças que necessitem de algum tipo de cuidados?
- Quem presta os cuidados às crianças do agregado doméstico?
- Existem equipamentos sociais para a prestação de cuidados a crianças perto da residência? A que distância?
- Se sim, as crianças do agregado doméstico frequentam esses equipamentos? Se não frequentam, porquê?
- Existem no agregado doméstico adultos que necessitem de algum tipo de cuidados?
- Quem presta os cuidados aos adultos do agregado doméstico?
- Existem equipamentos sociais para a prestação de cuidados a adultos perto da residência? A que distância?
- Se sim, os adultos do agregado doméstico frequentam esses equipamentos? Se não frequentam, porquê?
- O agregado doméstico beneficia de outros apoios sociais (não mencionados)?
- Quem disponibiliza esses outros apoios sociais (não mencionados)?

#### 4.6. Despesas do agregado

**Q. De forma a percebermos a importância das atividades desenvolvidas na economia informal, é necessário conhecer os montantes e os tipos de despesas mensais do agregado doméstico. Pode dizer-me quais as principais despesas que têm de suportar e os valores médios mensais das mesmas?**

- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico em despesas com a educação?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico em despesas com a saúde?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico em despesas com a habitação?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico em despesas com as infra-estruturas básicas (água, eletricidade, gás)?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico com a alimentação?

- Quanto gasta em média **semestralmente** o agregado doméstico em vestuário/calçado?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico em transportes?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico com a prestação de cuidados (crianças e/ou adultos)?
- Para além destas, existem outras despesas do agregado doméstico que sejam importantes?
- Quanto gasta em média mensalmente o agregado doméstico com essas despesas?

**Questão alternativa:** “Em que é que gastam os [**rendimento mensal disponível referido pelo entrevistado**] euros de que dispõem mensalmente?”

#### 4.7. Relações Familiares e Sociabilidade

##### **Q. Os membros do agregado doméstico dispõem de tempo livre? Como ocupam o tempo livre e com quem?**

- De um modo geral, os membros do agregado doméstico dispõem de tempo livre?
- Normalmente, de que forma os membros do agregado doméstico passam os seus tempos livres?
- Normalmente, com quem os membros do agregado doméstico costumam passar os seus tempos livres?

##### **Família, amigos, vizinhança, grupos étnicos, culturais ou religiosos**

- Os membros do agregado doméstico utilizam algum equipamento nos seus tempos livres? De que tipo (recreativos, culturais ou desportivos)?
- Como avalia as relações do agregado doméstico com a sua família?
- Como avalia as relações do agregado doméstico com a vizinhança?
- Quando um dos membros do agregado doméstico – incluindo-o a si – tem algum problema, a quem costumam pedir ajuda?

##### **Família, amigos, vizinhança, grupos étnicos, culturais ou religiosos**

- Para que tipo de problemas pedem ajuda?
- Que ajuda recebem nessas situações?

#### 4.8. Participação social e política

**Q. Os membros do agregado doméstico participam em organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, clubes, igrejas) ou em partidos políticos?**

- Algum dos membros do agregado doméstico participa em organismos da sociedade civil (associações, sindicatos, clubes, igreja)?
- Se sim, desempenham alguma função/cargo nesses organismos?
- Que atividades desenvolvem nesses organismos?
- Algum dos membros do agregado doméstico participa em partidos políticos?
- Se sim, desempenham alguma função/cargo nesses partidos políticos?
- Que atividades desenvolvem nesses partidos políticos?

#### PARTE 5 – PERSPECTIVAS FUTURAS

**Q. Para terminar esta entrevista, gostaríamos de abordar a forma como vê o futuro.**

**Diga-nos, por favor, como pensa que será a sua vida daqui a 5 anos?**

- Como pensa que será a sua vida daqui a 5 anos?
- E a vida do seu agregado doméstico?

#### **Encerramento**

- Há mais alguma coisa que queira acrescentar e que eu não tenha perguntado?
- Há alguma questão que me queira fazer relativamente à entrevista ou à forma como esta decorreu?

**Agradecer a disponibilidade demonstrada para participar no estudo.**

**Notas da aplicação (reflexões, interpretações e outros comentários que surgiram durante a entrevista)**

## **GUIÃO – LABORATÓRIOS DE EXPERIÊNCIA**

### **Parte 1 – Representações sobre a economia informal em Portugal [35’]**

- Tamanho da economia informal a nível nacional
- Tipos de trabalhos mais frequentes na economia informal
- Definição de perfil-tipo de trabalho informal
- Vantagens e desvantagens ao nível societal
- Conceção moral do exercício de atividades não declaradas (implícito, aferido através da análise)

### **Parte 2 – Representações sobre os praticantes da economia informal [35’]**

- Tipos de ocupação mais abrangidas (desempregados, trabalhadores por conta própria, reformados, estudantes, imigrantes, etc.)
- Fatores que mais motivam os praticantes a enveredar pela economia informal
- Forma como a rede social dos praticantes percebe as atividades que desenvolvem
- Existência de apoios ao desenvolvimento da atividade pelas redes de pertença (agregado familiar, outros membros da família, vizinhança, igreja, pares, etc.)
- Perceção do risco associado ao desenvolvimento de atividades de trabalho informal
- Vantagens e desvantagens ao nível individual

### **Parte 3 – Obstáculos e estratégias de transição informal/formal [35’]**

- Pertinência do desenvolvimento de estratégias de transição
- Obstáculos relacionados com a formalização das atividades
- Exemplos de estratégias de transição informal/formal
- Responsabilidade pela definição e implementação das estratégias

### **Parte 4 – Contributos para a inclusão social de públicos desfavorecidos [35’]**

- Posicionamento face à possibilidade da economia informal contribuir para a inclusão social de públicos desfavorecidos
- Exemplos de contributos para a inclusão social de públicos desfavorecidos



Este livro (...) é uma leitura da sociedade portuguesa pelos olhos de quem não acede ao poder político, não controla os mercados, não financia as campanhas eleitorais e não compra favores. É uma leitura dos destrocados pelo económico. De quantos viver é sobreviver.

Este livro permite-nos conhecer uma parte da realidade que se esconde à nossa consciência possível. É relevante e dilacerante, profundo e inquietante, rigoroso e alternativo, enfim, é um pouco da história dos vencidos. Vencidos mas cidadãos, vencidos mas indispensáveis, vencidos mas em grande número. E porque são os vencidos que estão hoje no centro da renovação que o mundo atualmente exige, como frequentemente tem sido explicitado pelo Papa Francisco:

“Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais.” (Evangelii Gaudium)

2014



apoio



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu